

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**Maíra Baé Baladão Vieira**

**A POLÍTICA EXTERNA INDIANA PARA A ÁFRICA NO SÉCULO XXI:  
CONDICIONANTES DOMÉSTICOS E SISTÊMICOS**

**Porto Alegre  
2012**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**Maíra Baé Baladão Vieira**

**A POLÍTICA EXTERNA INDIANA PARA A ÁFRICA NO SÉCULO XXI:  
CONDICIONANTES DOMÉSTICOS E SISTÊMICOS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

**Orientador: Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini**

**Porto Alegre  
2012**

MAÍRA BAÉ BALADÃO VIEIRA

**A POLÍTICA EXTERNA INDIANA PARA A ÁFRICA NO SÉCULO XXI:  
CONDICIONANTES DOMÉSTICOS E SISTÊMICOS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

**Orientador: Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini**

**Comissão examinadora:**

---

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik (UFRGS-PPGPOL)

---

Profa. Dra. Analúcia Danilevycz Pereira (UFRGS-PPGEEI)

---

Profa. Dra. Ana Falkenbach Simão (ULBRA e ESPM-RS)

Aprovada em: Porto Alegre, 17 de agosto de 2012.

*Dedico este trabalho à minha filhotinha, Sophia,  
e a toda minha família  
em todas as suas extensões.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Estado brasileiro por me haver proporcionado a oportunidade de fazer parte do Programa de Pós Graduação em Ciência Política da UFRGS, ao corpo docente deste e dos outros programas dos quais me beneficieei, do PPG em Estudos Estratégicos Internacionais e do PPG em Economia, além de oportunizar-me uma bolsa estudos por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Agradeço em especial ao meu orientador, Paulo Visentini, e aos professores Marco Cepik, André Reis, Analúcia Danilevicz e André Cunha. Aos meus colegas de doutorado, agradeço a todos os momentos em que nos foi possível a aproximação humana e intelectual. Aos núcleos de pesquisa da UFRGS, NERINT (Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais), CEBRAFRICA (Centro Brasileiro de Estudos Africanos) e CEGOV (Centro de Estudos Internacionais sobre Governo), meu agradecimento pelo importante papel que sempre cumpriram junto à comunidade acadêmica. Agradeço, ainda, aos bolsistas do Nerint, Alexandre Spohr e Luísa Calvete, pelo auxílio na coleta e sistematização dos dados da Seção 1, 1.3.1.2 a 1.3.1.5.

*A meu círculo mais próximo, ao contrário do que aparenta aos que apenas observam a experiência, não atribuo à empreitada que ora concluo a equivalência de um portal, degrau, ritual, ou qualquer outra metáfora que o valha. Entendo como haver superado a travessia de uma densa floresta, completamente enigmática porquanto imprevisível, que apresenta ao longo do caminho encruzilhadas travestidas em certezas, reentrâncias obscuras e estranhas companhias efêmeras, em uma trajetória muito particular como o é a de todos que concluem esta etapa da vida acadêmica. Ao contrário do que pensariam aqueles que, sem a haver penetrado possam até concordar com o paralelo, os piores trechos não são aqueles percorridos no breu da densa mata, mas certamente os que nos propiciam imensas clareiras na quais nos perdemos na exagerada amplitude de possibilidades ou aqueles conduzidos em dias claros nos quais somos obrigados a nos enxergar refletidos em quaisquer poças d'água. Este lugar, meus amigos para os quais escrevo, é de cada qual seu retrato. Alguns o abandonam por longos ou curtos períodos de tempo, como o fiz mais vezes do que o desejável ou que o desejara. Por haver estado por tanto tempo em minha floresta, a primeira pessoa a quem meu coração agradece é a responsável por arrancar-me deste lugar todos os dias, por sua urgência e intensidade ininterruptas, aceitando de bom grado a mãe que retornava invariavelmente cheia de espinhos e lama, por vezes vociferando porque se esquecera da fala pela companhia das feras. Ainda que esta diminuta pessoa, que aumentou em 534% sua massa ao longo do período (tem certos cacoetes dos quais não me livrarei jamais), não tenha, consciência, aqui escido dos termos destas longas ausências, obrigou-se a privar-se de seu primeiro alter-ego muito antes do recomendável, desde seus primeiros meses de vida. Não fosse apenas a floresta, estavam também - sempre presentes - as obrigações que me levavam às suas redondezas, que seguramente consumiram mais tempo do que as incursões propriamente "naturalistas". Sempre que retornava, porém, encontrava este pedaço de mim que navega no mundo em seus muitos portos seguros, o que me rendem aqui muitos outros agradecimentos, fundamentalmente para minha mãe, Baladão, que esteve todo o tempo a cumprir aquilo que eu porventura não desempenhasse. Agradeço também ao Vag, Suinta e Cunha, Tia Hila, Léo e Lela (quantas alegrias me deram os lindos penteados de minha boneca). Ao fim destes quase quarenta anos completei meu trabalho neste espaço, não sem antes, internar-me nele em completa abstração por alguns dias e noites - este sim, "ritual" bastante comum da atividade de doutoramento. Não somente nestes períodos mais intensos, mas principalmente nos muitos momentos nos quais estive simplesmente perdida no mato, agradeço a compreensão para com minha displicência, o que se aplica fortemente aos casos de meu pai, Júlio, minha avó, Zuzuca, meus irmãos, Gabriel, Bernardo e Julinha, e todos os amigos que abandonei por conta do triplo papel de mãe, trabalhadora e habitante desse 'espaço-vácuo' que me consumia. Talvez a minha tentativa de explicar ao que se referiam os tantos tormentos não tenha sido feliz, mas, amores todos, ao menos tentei (em especial, Mi, Flama, Mário, Maurem, Luana, Bebel, Lê, Ju, Katita, Lunara, Dê/Karl, Kushi, Justin, Nice, MÔ, Alexandre, Nelsinho, Tavico, Tula, Jã, Vistar, Vishua, Flavinho, Thiago, Jana, Pati's, Jôjo, Cinthya, Odon/Bê). Mais alguns nomes que extrapolam categorias, mas que não poderiam deixar de constar pelo apoio de toda uma vida, Wesley, Mickey, Homero e Marlene. Aos contemporâneos, Carmem, Toni, Lulu e familiares todos.*

*Quanto ao povo selvático, agradeço ao imenso carinho do Marcelo, que mesmo tendo seu próprio bosque (o dele, estou segura, se trata de um lindo arvoredo florido, cheio de árvores cascudas) esteve sempre sorrindo ao meu lado mesmo sendo este espaço tão íntimo e inóspito.*

*Ainda, no desembrenhar-me deste complicado caminho, reitero minha gratidão em sempre haver podido contar com meu orientador, Paulo Visentini, alguém que, para além de erigir florestas, vocaciona e provoca seus habitantes a desvendá-las.*

*Ao povo alhures de minha mata, com quem muito convivi no período, entre nomeá-los ou não impera a dúvida, pois gostaria de listar muitos nomes aqui. Não vou resistir, porém, a listar alguns, antecipadamente pedindo que me perdoem aqueles que me escapam neste momento: meus colegas atuais (Tarson – triplamente qualificado nestes recortes, Nôrma, Grayskull, Lilica, Lana, Lelê, Fêde, Rica, Dilmar, Rubens, Marinhinha, Irina...), meus colegas da Serra (Carine, Leane, Jura, Carol, Eduardo, Rudinei, Bira, Leandro, dentre muitos outros).*

## RESUMO

A pesquisa buscou determinar a incidência dos elementos nacionais e sistêmicos, que alteraram - ou oportunizaram a alteração - do padrão de inserção da Índia no continente africano nos últimos 20 anos, com ênfase na primeira década do presente século. A análise recuou à independência da Índia para determinação dos princípios que regeram sua aproximação com o continente africano entre dois distintos períodos, 1948-1990 e 1991-2010. Objetivou-se evidenciar, por meio deste procedimento, que a avaliação dos elementos da política externa indiana, de determinação doméstica, que tangenciam sua relação contemporânea com os países africanos – a concertação multilateral, a diáspora presente no continente, a garantia da segurança do *Indian Ocean Rim*, a dita competição com a China por mercados ou recursos naturais e a preservação do ideário da cooperação Sul-Sul – não deve ofuscar as alterações de maior monta que vêm ocorrendo no mundo principalmente em relação ao aumento do protagonismo dos países emergentes em detrimento do processo de lenta decadência em andamento nos países desenvolvidos, ou, de acordo com os parâmetros aqui utilizados, núcleo orgânico do Sistema-Mundo.

**Palavras-Chave:** Índia, África, Sistema-Mundo.

## **ABSTRACT**

This research intended to determine the incidence of national and systemic elements that have changed - or allowed the alteration - the Indian pattern of insertion in Africa over the last 20 years, with emphasis in the first decade of this century. The analysis begins in the independence of India to determine the principles that ruled the country's approach to the African continent between two distinct periods, 1948-1990 and 1991-2010. The objective was to highlight, through this procedure, that the elements of Indian foreign policy, considering domestic determination, driving contemporary relationship with African countries – convergence in the multilateral arena, the Indian diaspora in the continent, the Indian Ocean Rim security problems, the competition with China for markets or natural resources and the ideals of South-South cooperation – should not overshadow the major changes occurring in the world, especially in relation to the increasing role of emerging countries and the slow process of decline ongoing in developed countries, or, according to the parameters used herein, the World-System's core nations.

**Key-words:** India, Africa, World-System

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Primeiros-ministros indianos (1947-2012).....	28
Figura 2: Importações Indianas das regiões africanas – US\$ Milhões – 1948-2011.....	35
Figura 3: Exportações Indianas das regiões africanas – US\$ Milhões – 1948-2011.....	35
Figura 4: Participação da África nas importações e exportações indianas 1948-2010.....	36
Figura 5: Importações indianas das regiões africanas 1948-1990.....	42
Figura 6: Exportações indianas para as regiões africanas 1948-1990.....	42
Figura 7: IOR-ARC Estados membro (verde escuro) e Parceiros de diálogo (verde claro)....	87
Figura 8: Exportações africanas para regiões selecionadas 1990-2011.....	89
Figura 9: Importações africanas para regiões selecionadas 1990-2011.....	89
Figura 10: Importações indianas das regiões africanas 1991-2011.....	90
Figura 11: Exportações indianas das regiões africanas 1991-2011.....	90
Figura 12: Linhas de crédito em operação no Eximbank da Índia em julho de 2012.....	94
Figura 13: Distribuição das linhas de crédito do Eximbank da Índia para os países africanos em julho de 2012.....	95
Figura 14: Percentual dos principais destinos dos programas de ajuda indianos (ou cooperação técnica).....	104
Figura 15: Evolução das reservas indianas 1960-2010 (US\$).....	132
Figura 16: Evolução das reservas dos BRICSA (1990-2011).....	132
Figura 17: Taxas de juros de empréstimos (%) -1960-2010.....	136
Figura 18: Participação (%) do PIB mundial total de países e regiões selecionadas entre o ano 0 e 1998.....	141
Figura 19: Reprodução de figura (ARRIGHI; DRANGEL, 1997:165).....	152
Figura 20: Distribuição do percentual da população mundial pelo logaritmo do PNB per capita anual para 1975, 1980 e 1983.....	152

Figura 21: Distribuição do percentual da população mundial pelo logaritmo do PNB per capita anual para 1990, 1995 e 2000.....	155
Figura 22: Distribuição do percentual da população mundial pelo logaritmo do PNB per capita anual para 2001, 2005 e 2010.....	156

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Participação indiana nas missões de paz da ONU no continente africano. ....	38
Tabela 2: Exportações indianas para países africanos selecionados (USD milhões). ....	91
Tabela 3: Importações indianas de países africanos selecionados (USD milhões). ....	92
Tabela 4: Dez destinos principais do IDE indiano nos últimos anos .....	102
Tabela 5: Principais destinos dos programas de ajuda indianos (ou cooperação técnica). ....	105
Tabela 6: Apelos simbólicos de atores ocidentais versus Sul-Sul/em desenvolvimento. ....	109
Tabela 7: Pontos obscuros nos regimes simbólicos do ocidente e dos parceiros Sul-Sul. ....	110
Tabela 8: Distribuição da diáspora indiana em países africanos em maio de 2012 .....	124

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
<b>1 RELAÇÕES ÍNDIA-ÁFRICA 1948-1990: HISTÓRICO E DETERMINANTES NACIONAIS .....</b>	<b>19</b>
<b>1.1 A Índia na África em quatro tempos .....</b>	<b>20</b>
1.1.1 Interações pré-colonização .....	22
1.1.2 Migrações induzidas: o papel da Coroa britânica na constituição da diáspora indiana.....	23
1.2 A conjuntura indiana (1948-1990) .....	27
1.2.1 O Movimento dos Não Alinhados.....	31
1.3 Índia e África (1948-1990).....	33
1.3.1 A África no contexto das relações bilaterais.....	41
1.3.1.1 A Índia e o Norte da África .....	44
1.3.1.2 A Índia e a África Central.....	47
1.3.1.3 A Índia e o Leste da África.....	48
1.3.1.4 A Índia e o Oeste da África .....	57
1.3.1.5 A Índia e o Sul da África .....	59
<b>2 AS RELAÇÕES ÍNDIA-ÁFRICA 1991-2011: HISTÓRICO E DETERMINANTES NACIONAIS .....</b>	<b>62</b>
2.1 A conjuntura indiana (1991-2011) .....	63
2.2 O contexto da Índia no coletivo dos países emergentes na África .....	73
2.2.1 Especificidades da atuação indiana na África no pós Guerra Fria.....	76
2.2.2 Mantras contemporâneos das relações indo-africanas: as recorrentes explicações .....	79
2.2.2.1 Atuação multilateral indiana: interações com os países africanos.....	82
2.2.2.2 Relações econômicas .....	87
2.2.2.2.1 Comércio Índia-África .....	89
2.2.2.2.2 Investimentos indianos no continente africano: serviços, infraestrutura e indústrias não extrativistas .....	98
2.2.2.3 Cooperação Sul-Sul .....	102
2.2.2.4 Segurança.....	112
2.2.2.5 Recursos Naturais.....	115
2.2.2.6 O fator China .....	119
2.2.2.7 Engajamento da Diáspora e segurança alimentar .....	124
2.3 Determinantes nacionais <i>versus</i> condicionantes sistêmicos.....	129
<b>3 CONDICIONANTES SISTÊMICOS DA ATUAÇÃO INDIANA NA ÁFRICA... 131</b>	<b>131</b>
3.1 A Índia e a liquidez internacional: o seletor clube dos emergentes.....	131
3.1.1 O influxo de capitais no Sul Global: a cascata que correu rio acima .....	134

<b>3.2</b>	<b>Conjuntura ou estrutura? Quão profundas são as mudanças? .....</b>	<b>140</b>
3.2.1.1	A semi-periferia na análise do Sistema-Mundo de Wallerstein .....	142
3.2.1.2	A incógnita geográfica e a abordagem de Arrighi e Drangel.....	146
3.2.1.3	Algumas considerações metodológicas.....	149
3.2.1.4	Instantâneos da economia-mundo.....	154
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>160</b>
	REFERÊNCIAS .....	167
	APÊNDICE A .....	178
	APÊNDICE B.....	185
	APÊNDICE C.....	187
	ANEXO A .....	192

## INTRODUÇÃO

“E também as memórias gloriosas  
Daqueles Reis, que foram dilatando  
A Fé, o Império, e as terras viciosas  
De África e de Ásia andaram devastando”.  
*Luís de Camões*  
*Os Lusíadas, Canto I*

Devido a algum deslize de planejamento de parte dos Estados que detiveram o poder econômico pelos dois últimos séculos, a distribuição das riquezas produzidas mundialmente é mais equitativa na contemporaneidade. Este fenômeno atingiu tal profundidade que também poderia ser dito que a periferia do Sistema-Mundo praticamente se fundiu à semi-periferia. O continente africano vem sendo destino de investimento de uma série de países emergentes, com destaque à atuação chinesa e indiana na última década. A relação entre estas duas constatações é o objeto de investigação do presente trabalho.

Este estudo não se vale da prerrogativa da existência de algum procedimento metodológico que permita o estabelecimento desta relação. Muito pelo contrário, está de antemão considerando que no caso indiano, suas relações com o continente africano, que se sustentam em bases milenares, estão imbuídas de especificidades que, caso consideradas, cumpririam a função de desviantes em relação ao objetivo proposto, pois indicariam que na política externa que o país atualmente desenvolve para a África prevalece a lógica nacional. Deste modo, este fenômeno é abordado por meio de uma aproximação de dois conjuntos de métodos, sendo o primeiro aquele que considera os determinantes internos de um país na formação das diretrizes de sua política externa e o segundo, aquele que condiciona a ação internacional dos Estados aprioristicamente enquanto condicionada pela configuração sistêmica, com utilização dos subsídios legados pela Análise do Sistema-Mundo de Immanuel Wallerstein.

O principal objeto desta investigação é a determinação da incidência dos elementos, dentre nacionais e sistêmicos, que alteraram, ou permitiram a alteração, do padrão de inserção da Índia no continente africano na última década. Neste sentido, são evocados todos os

princípios que regeram sua aproximação com o continente vizinho desde a independência do país para fins de contraste com os desdobramentos de ordem distinta que ocorreram nas duas últimas décadas. A retrospectiva histórica realizada aponta para forte distinção qualitativa de meios e objetivos da política africana da Índia entre os dois períodos analisados, sendo o primeiro compreendido entre a sua independência e o final da Guerra Fria e o segundo as duas últimas décadas. Parte da doutrina da política indiana para a África, porém, encontra-se viva, por conta do continuísmo dinástico reinante no país e pela própria força dos argumentos, sendo esta referente ao apreço pela autonomia e pela não ingerência externa. Em termos “quantitativos”, ainda, a intensidade de sua presença econômica, política e militar na África sofreu grande incremento nos últimos dez anos.

O fato de que o “safári indiano” seja considerado parte do “*new scramble for Africa*” leva este estudo à necessidade de promover a investigação em termos mais amplos. Em primeiro lugar são detectados os elos ideológicos anticolonialistas desenvolvidos pela Índia com os países africanos no pós Segunda Guerra. Em um segundo momento, são delineadas as razões, de ordem interna, que levariam a diplomacia indiana a aumentar o foco no continente africano. Na terceira parte deste trabalho, são enquadradas as interpretações, qualitativamente ajustadas ao panorama nacional indiano, do fenômeno em seu viés sistêmico.

O que se objetiva com este procedimento é evidenciar que a avaliação dos elementos da política externa indiano, de determinação doméstica, que tangenciam sua relação contemporânea com os países africanos – a concertação multilateral, a diáspora presente no continente, a garantia da segurança do *Indian Ocean Rim*, a dita competição com a China por mercados ou recursos naturais e a preservação do ideário da cooperação Sul-Sul – não devem ofuscar as alterações de maior monta que vem ocorrendo na economia mundial principalmente em relação ao aumento do protagonismo dos países do Sul Global em detrimento de um processo de lenta decadência em andamento nos países desenvolvidos, ou, de acordo com os parâmetros teóricos aqui utilizados, núcleo orgânico do Sistema-Mundo.

Não se intencionou obter conclusão definitiva a respeito da natureza destas novas relações da Índia com os países africanos, tampouco dos indícios de sua capacidade de resiliência frente aos novos desafios que podem ser apresentados aos países em desenvolvimento mediante a continuidade do aprofundamento da crise que “saiu do armário” em 2008. Entretanto, alguns *insights* foram possíveis a partir da articulação da presente narrativa, sendo o principal deles algo que subjaz às relações entre os países em desenvolvimento, especialmente as relações afroasiáticas, que diz respeito a uma espécie de revanchismo anticolonial. Estas relações de cooperação estão, ainda, paradoxalmente

marcadas pelo mimetismo das ações dos países em desenvolvimento em relação ao continente africano, pois estes dão seguimento a uma longa cadeia de internacionalização de seus capitais ao molde dos países desenvolvidos do núcleo orgânico do Sistema-Mundo, ao mesmo tempo em que atingem diferentes efeitos com a utilização das mesmas ferramentas.

Os investimentos realizados na África pelos *drivers* asiáticos são norteados pela mesma lógica do investimento direto estrangeiro que ingressou com maior intensidade em seus territórios a partir do processo de liberalização generalizada iniciado nos anos 1990. No entanto, estes estão operando no sentido da promoção do desenvolvimento dos países africanos de forma efetiva, ao contrário da atuação das potências tradicionais no continente que agiam apenas em prol de seu progresso em um plano retórico, deixando as ações de ordem prática para o fomento ao continuísmo da situação de dependência:

Em longo prazo, a descolonização não conseguiu alcançar a transformação social e o desenvolvimento autocentrado. Nesse sentido, ela foi apenas política e esteve sempre pressionada pela Guerra Fria e pela nova forma assumida pelo Imperialismo, o neocolonialismo. A subordinação à economia mundial e a seus ciclos persistiu, sendo acompanhada pelas pressões dos órgãos internacionais e pelas ajudas – econômica, militar, etc. (VISENTINI, 2010:79).

A hipótese de trabalho é a de que a intensificação das relações da Índia com os países africanos e a sua própria emergência enquanto um “emergente”, com perdão do pleonasma, está ligada à nova reestruturação do Sistema-Mundo que decorreu do fenômeno da globalização financeira em operação desde a década de 1970. A financeirização da economia mundial deslocou a liquidez para as regiões onde os capitais poderiam ser mais bem remunerados (naquelas onde estes eram mais escassos), onde foram utilizados na condução destes países rumo ao centro do sistema. Os países beneficiários destes movimentos, por sua vez, replicaram o gesto em direção à África em consequência do mimetismo atávico atrelado à concepção do “desenvolvimento” entendido enquanto crescimento econômico promovido por meio de industrialização interna e exportação de capitais, dentre outras características.

Entretanto, apesar de considerar a configuração sistêmica hipoteticamente mais relevante que os determinantes nacionais da presença indiana na África, a presente investigação não se furtou a descrever os interesses da Índia – relacionados com sua conjuntura interna – em aumentar seus investimentos, intensificar suas relações diplomáticas e estimular o incremento do comércio, dos projetos de cooperação técnica, etc., com os países africanos, em seus diferentes níveis de interação.

Para fins de se alcançar os detalhes necessários para o entendimento da atual inserção indiana, as intersecções do país com o continente africano são estilizadas em quatro tempos

distintos. O primeiro é brevemente descrito em respeito aos laços pré-históricos que datam de ao menos quatro mil anos atrás. O segundo momento é aquele com intervenção da coroa britânica, o terceiro o do pós-independência e o quarto, o das duas últimas décadas. No relato das relações indo-africanas o trabalho foi estruturado em duas diferentes seções, uma para cobertura do período 1948-1990 e a outra para os anos 1991-2010.

A primeira seção trata dos três primeiros períodos descritos, sendo desenvolvidos em detalhes apenas os anos posteriores à independência da Índia e anteriores ao fim da Guerra Fria. Este recorte se dá por uma série de razões: pelas alterações ocorridas nas relações da Índia com a África após o fim do regime de *apartheid* na África do Sul, porque os programas de ajuste estrutural que propiciaram o aprofundamento da globalização tiveram seu apogeu na década de 1990 forçando a abertura econômica do continente e, ainda, porque neste momento se deu uma importante inflexão na política externa indiana.

Os principais pontos da história da Índia são, então, abordados para que possam dar sentido aos constrangimentos presentes à época para uma participação mais assertiva em termos econômicos no continente africano. Porém, também são desdobrados alguns de seus bastiões ideológicos que serviram como reforçados elos com os países africanos recém descolonizados. Os ideais de não-violência e não alinhamento dos líderes indianos, Mahatma Gandhi e Jawaharlal Nehru são destacados enquanto influências doutrinárias para africanos proeminentes nos movimentos de libertação nacional da época.

Na primeira seção foram, ainda, tratados os aspectos gerais das relações indianas com os países africanos com destaque para o apoio aos movimentos de libertação nacionais, para o papel do Movimento dos Não Alinhados (MNA) enquanto importante locus de articulação anticolonialista, para o suporte técnico dado pelos indianos mediante envio de profissionais das mais diversas áreas para os países recém libertados e para os treinamentos militares oferecidos pela Índia para as forças armadas africanas. Posteriormente, os aspectos formais, apenas os *inputs* clássicos das relações diplomáticas bilaterais, foram brevemente descritos divididos em seus respectivos agrupamentos regionais para que se pudesse ilustrar em contraste a o “antes” e o “depois” da fase posterior, muito mais dinâmica, tomada na Seção 2.

Na segunda seção, a conjuntura indiana é novamente abordada, desta feita no que concerne ao período 1991-2010, sendo que neste começam a se desenhar os contornos daquilo que aqui é entendido como um movimento coletivo dos países emergentes rumo ao estreitamento de seus elos com o continente africano. A literatura recente sobre o tema é então colocada em perspectiva, para que se possa mapear aquilo que vem sendo apontado como sendo os interesses indianos estratégicos no continente africano. Estes objetivos são chamados

de “mantras” para que sejam analisados individualmente com maior riqueza de detalhes. Devido ao incremento das relações bilaterais indo-africanas no segundo período pesquisado, não foi possível uma abordagem bilateral, a exemplo da Seção 1, por conta da grande quantidade de ações promovidas nos planos diplomático e econômico.

A terceira seção considera as alterações sistêmicas que propiciaram a inserção dos países emergentes no continente africano para o enquadramento teórico do caso indiano descrito nas seções anteriores. Foram consideradas as alterações nas condições de liquidez das divisas internacionais indianas, as evidências de que este é um processo generalizado dentre os ditos países emergentes, sendo, ainda, brevemente abordada a sucessão de eventos que levaram o Sul Global a uma situação superavitária. Para fins de determinação da perenidade das mudanças apontadas foi replicado um estudo da década de 1980 que foi capaz de desenhar, literalmente, as três estruturas do Sistema-Mundo, periferia, semi-periferia e núcleo orgânico. A partir da renovação deste estudo para o panorama atual, percebeu-se que as alterações nos estratos do Sistema-Mundo se deram em termos estruturais e não meramente conjunturais.

Em relação às fontes, foram utilizados como fio condutor principal os relatórios anuais do *Ministry of External Affairs* (MEA) da Índia. Não foi possível explorar todo o potencial destes documentos em razão da profusão de ações entabuladas pela Índia junto aos países africanos nos últimos vinte anos. Embora importantes, foram excluídos os registros detalhados disponibilizados pelos relatórios quanto à cooperação técnica por meio de programas indianos como o ITEC (*Indian Technical and Economic Cooperation*), o SCAAP (*Special Commonwealth African Assistance Programme*) e TEAM-9 (*Techno-Economic Approach for Africa-India Movement*). Estes, porém, seriam um marco interessante para definição das distintas “temperaturas” das relações bilaterais da Índia com países africanos, pois incluem, além das ações de treinamento, bolsas de estudo, compra de equipamentos (a fundo perdido) para implementação de projetos, dentre outras diversas modalidades.

Nas considerações finais são descritos os *insights* possibilitados pela investigação, tendo alguns o objetivo de justamente contrariar a opinião geral dos analistas pesquisados sobre o fenômeno estudado. Também será proposta uma relação de causalidade entre a forte atuação indiana contemporânea na África e as recentes alterações na estrutura do Sistema-Mundo. Finalmente, a presente investigação, mais do que esclarecer, instigou dúvidas a respeito do futuro. Com a ascensão econômica de novos atores assentados em bases civilizacionais completamente distintas do *mainstream* atual, novos *standards* de justiça deverão tornar-se hegemônicos. Resta saber se, a partir destes novos paradigmas, as pressões acumuladas

advindas dos processos colonizatórios afroasiáticos serão, por fim, amadurecidas e anistiadas no imaginário velado dos atuais líderes do antigo Terceiro Mundo. Isto porque, até hoje, toda a irascibilidade deste processo, que tem na descrição abaixo apenas a sombra de sua intensidade, foi apenas contida, jamais eliminada.

Cuando el colonizado comienza a presionar sus amarras, a inquietar al colono, se le envían almas buenas que, en los "Congresos de cultura" le exponen las calidades específicas, las riquezas de los valores occidentales. Pero cada vez que se trata de valores occidentales se produce en el colonizado una especie de endurecimiento, de tetania muscular. En el periodo de descolonización, se apela a la razón de los colonizados. Se les proponed valores seguros, se les explica prolijamente que la descolonización no debe significar regresión, que hay que apoyarse en valores experimentados, sólidos, bien considerados. Pero sucede que cuando un colonizado oye un discurso sobre la cultura occidental, saca su machete o al menos se asegura de que está al alcance de su mano. La violencia con la cual se ha afirmado la supremacía de los valores blancos, la agresividad que ha impregnado la confrontación victoriosa de esos valores con los modos de vida o de pensamiento de los colonizados hacen que, por una justa inversión de las cosas, el colonizado se burle cuando se evocan frente a él esos valores. En el contexto colonial, el colono no se detiene en su labor de crítica violenta del colonizado, sino cuando este último ha reconocido en voz alta e inteligible la supremacía de los valores blancos. En el periodo de descolonización, la masa colonizada se burla de esos mismos valores, los insulta, los vomita con todas sus fuerzas (FANON, 1983:22).

## 1 RELAÇÕES ÍNDIA-ÁFRICA 1948-1990: HISTÓRICO E DETERMINANTES NACIONAIS

A institucionalização da relação entre a Índia e os países do continente africano, em termos gerais, no que tange à atuação direta estatal, só ocorreu no século XX, após a superação da posição colonial. A política indiana para a África foi inicialmente estabelecida por Jawaharlal Nehru, Primeiro-ministro da Índia (1947-1964), que considerava o continente “um vizinho separado pelo Oceano Índico”. Nehru baseou a política para a África na luta contra o colonialismo e o racismo por meio da ONU, do Movimento dos Não-Alinhados e de outros fóruns regionais. Ao final do governo de Nehru, a prioridade dada à contenção da China em cenários internacionais, advinda da derrota indiana na guerra contra o vizinho em 1962, e a insistência da Índia - à época - na utilização exclusiva de meios pacíficos na luta contra o colonialismo, enfraqueceu as relações com alguns dos países africanos que abandonaram a *ahimsa* gandhiana (não-violência).

Nehru sustentou bandeiras como a solidariedade Afroasiática, o MNA e a promoção de cooperação Sul-Sul. Ainda que ele tenha incessantemente tentado alcançar protagonismo para o país, o status da Índia foi se tornando ainda mais marginal ao longo da Guerra Fria. Com a chegada ao poder de Indira Gandhi ao poder, a visão indiana da África passou a ser menos homogênea, acompanhando, em parte, os movimentos e as alianças soviéticas no continente. Além disso, alguns acontecimentos permitiram o fortalecimento da imagem indiana perante os africanos, como a Revolução Verde de meados da década de 1960, o Tratado Indo-Soviético de 1971 e os testes nucleares de 1974.

A postura pacifista em relação à luta contra o colonialismo alterou-se na década de 1960, o que ficou evidente na resposta indiana ao caso da ocupação portuguesa de Goa, e, também decorrente desta mudança de perspectiva, destacou-se o apoio a alguns movimentos de libertação, como a luta contra o *apartheid* da ANC (*African National Congress*) da África do Sul e o movimento de independência liderado pelo SWAPO (*South West African People's Organization*) na Namíbia. Ainda, a Índia ofereceu suporte financeiro e material para iniciativas como o *UN Fund for Namibia*, o *UN Educational and Training Programme for South Africa* e a organização *Action for resisting invasion, colonialism and apartheid* (AFRICA fund). O país também participava sustentando robustamente os valores da

resistência anticolonial e dos movimentos de libertação em espaços como a OAU (*Organisation for Africa Unity*) e a *Commonwealth* (NAIDU, 2011).

Apesar da história até aqui relatada haver sido retomada por todos aqueles que abordam o tema, uma digressão que abarque as relações bilaterais da Índia com cada um dos países africanos, divididos por regiões geográficas, faz-se necessária para que, a partir destas interações anteriores, alguns padrões do relacionamento atual possam ser detectados a fim que se determinem os principais indutores do aprofundamento da presença indiana na África na última década. Cada uma das regiões será aqui tratada, incluindo-se algumas particularidades referentes a países específicos no que tange ao período 1947 (ano da independência da Índia) a 1991 (ano das reformas liberalizantes). Os aspectos multilaterais e gerais destas relações serão também abordados em conjunto. Antes disto, porém, alguns aspectos da conjuntura indiana do período serão trazidos à luz para que possam ser colocados em perspectiva investigativa.

### **1.1 A Índia na África em quatro tempos**

É necessário salientar que os dois períodos que serão brevemente apresentados em seguida possuem simbolismos absolutamente distintos nas relações Índia-África e, por tal razão, devem ser historicamente demarcados. Existem diferenças consideráveis entre as interações autônomas das duas regiões ocorridas antes do período colonizatório e durante seu domínio, que são constantemente resgatadas nas memórias da diáspora indiana no continente africano. Ainda que não tenham valor estatisticamente importante, as migrações pré-colonização, a parte antiga desta história, são extremamente relevantes para os PIOs (*People of Indian Origin*) que vivem no Quênia, por exemplo, porque se configuram enquanto uma tentativa de se livrarem do estigma de mão de obra barata atribuído a eles pelos ingleses.

Considerando estas duas fases que serão brevemente descritas, em relação ao continente africano poderia ser dito que a Índia promoveu quatro ondas migratórias ou, ainda, quatro fases de interação. A primeira delas, no período pré-colonial, ocorreu quando as populações autóctones de ambas as regiões venciam o desafio do Oceano Índico para a prática do comércio. A segunda se deu durante o período colonizatório, sob o jugo britânico, quando a Índia deu sua vultosa contribuição aos desígnios imperiais desta potência no continente africano.

Em terceiro lugar, a partir da independência, para além das relações de convergência ideológica celebradas em organismos multilaterais, a Índia desenvolveu com cada país

africano, na medida em que estes atingiam sua independência, modestas, mas significativas interações, que geralmente se manifestavam em atividades de cooperação materializadas no envio de profissionais por demanda dos governos africanos, doações de medicamentos ou alimentos e, esporadicamente, construção de estruturas públicas como hospitais e maternidades. Para alguns autores, em uma narrativa simplificada “as relações entre a Índia e a África entre as décadas de 1960 e 1990 eram, de fato, devotadas principalmente ao lobby internacional contra as injustiças do *apartheid* na arena multilateral” (McCANN, 2011: 117). Porém, esta visão ignora boa parte da cooperação entabulada entre a Índia e os Estados africanos também na esfera bilateral, interações estas que serão detalhadas em seguida.

A partir do fim da Guerra Fria, porém, tendo como base as profundas mudanças ocorridas no padrão de inserção internacional indiano, as relações deste país com a África passam por novas mudanças, quando se estabelece o quarto momento. O que se presencia, desde então, é o aumento expressivo da atividade capitalista indiana no continente africano, além da intensificação da cooperação para o desenvolvimento, cooperação securitária e convergência do discurso em determinadas questões em organismos multilaterais. Após uma claudicante atuação no continente africano durante a década de 1990, é na primeira década do presente século que se observa uma ação assertiva por parte da Índia que, é fundamental lembrar, não está desacompanhada neste propósito.

Alguns países asiáticos semi-periféricos como China, Malásia, Coreia do Sul, Singapura, dentre outros, passaram a promover iniciativas no sentido de aumentar a sua presença na África. Em termos de perspectivas para estas relações, a desaceleração do crescimento dos países do núcleo central decorrente da crise de 2008 recrudescer o interesse mundial pelo continente africano, tanto por parte de seus ex-colonizadores, o dito núcleo, quanto por conta da tentativa dos países emergentes de expandir o efeito dos bons auspícios dos quais foram agraciados por meio do ingresso regular de capitais estrangeiros provenientes do Norte Global nos últimos vinte anos. Neste contexto, a inserção dos países semi-periféricos na África, capitaneada pela China, a partir do início da década passada torna-se cada vez mais relevante para a determinação das futuras configurações do sistema internacional e do papel vindouro de alguns de seus participantes.

Para países emergentes como os BRICS<sup>1</sup>, a geração de resultados positivos na África pode tornar-se condicionante da manutenção das excepcionais taxas de crescimento atuais, além de poder garantir sustentabilidade energética e alimentar, como nos casos da Índia e da

---

<sup>1</sup> As menções aos BRICS (Brasil, Rússia, Índia e China) estarão se referindo à formação original do grupo, enquanto que BRICSA estará considerando a inclusão da África do Sul dada a partir da cúpula de 2011.

China. Apesar de algumas similaridades em termos de objetivos, cada um destes países desenvolve sua aproximação com o continente de modo específico, em diferentes níveis de influência.

Estabelecido o contexto geopolítico desta investigação, o quarto estágio das relações da Índia com a África, que inicia em 1990, é a última década, propriamente dita, que deverá ser profundamente analisada a fim de que se percebam os padrões desenvolvidos com determinados grupos de países africanos, os determinantes domésticos que levam ao aprofundamento destas interações e, ainda, as alterações sistêmicas que contribuíram para a intensificação inédita da presença dos países emergentes no continente. O detalhamento das relações entre 1991 a 2011 será concluído na segunda sessão deste trabalho, sendo que os aspectos sistêmicos serão abordados em sua última sessão.

### **1.1.1 Interações pré-colonização**

Em termos estritos, caricaturalmente ampliados em seu recorte temporal, as interações entre a região onde hoje se localizam a Índia e o continente africano datam de tempos muito longínquos. Geograficamente, há 200 milhões de anos estiveram unidos na Pangeia, ainda que isto não faça diferença alguma por conta de que o elemento determinante para as relações sociais a serem aqui escrutinadas, o homo sapiens, ainda não surgira. Este, que apareceu no continente africano há 100 mil anos atrás, deixou ancestrais que, por sua vez, povoaram o sul da Ásia aproximadamente 30 mil anos depois, havendo aí outra esfera de relação a ser considerada, aliás, por todos os povos do planeta.

Em termos mais objetivos, para o que aqui interessa, estima-se que contatos entre a Índia e a África podem datar de 4000 a 5000 anos atrás, de acordo com algumas evidências arqueológicas (BHATTACHARYA, 2010). Também se comprovou que indianos do Gujarat comercializavam com egípcios há três mil anos atrás a partir da descoberta do porto de Lothal. No final do período Neolítico e no início da Era do Ferro, alguns locais no Sul da Índia apresentam evidências da introdução de culturas africanas como o painço, o trigo e a cevada. Este amplo intercâmbio entre os dois continentes incluiu também animais domesticados, marfim, cana de açúcar e até mesmo hipopótamos, que foram levados da Etiópia à Índia.

A tribo pastoral Beja, do Sudão, que perfaz aproximadamente 5% da população do país alega ser originária da Índia e a língua falada por eles tem grande afinidade com o extinto dialeto indiano Prakrit. Por outro lado, a comunidade Siddi, residente nas costas do oeste

indiano, veio da África no século X. Durante as épocas nas quais vigoraram os sultanatos Deccan, os cinco reinos que ocupavam o centro sul da Índia por volta do século XV, os africanos (*habshis*) eram frequentes nas cortes e a eles eram atribuídos elevados papéis na administração pública (BHATTACHARYA, 2010).

De modo geral, em tempos ancestrais, as comunidades indianas utilizavam os ventos das monções para se deslocarem na prática do comércio. Muitos destes se estabeleceram na África, inicialmente na costa swahili para, posteriormente, se deslocarem para o interior do continente na medida em que surgiam oportunidades dadas pela colonização britânica (McCANN, 2011). Após a chegada dos europeus na África, podem ser também mencionados os deslocamentos dos mercadores da casta Baniyas, que povoaram Zanzibar (Tanzânia) em meados do século XVIII, os habitantes de Malabar que exerciam atividades comerciais em Moçambique há mais de cinco séculos, bem como a presença de Gujaratis em Madagascar desde 1770 (BHATT, 2008).

### **1.1.2 Migrações induzidas: o papel da Coroa britânica na constituição da diáspora indiana na África**

Sempre que se considera a influência britânica no subcontinente indiano, é prudente resgatar que a história da Índia remonta a 7500 a.C. quando surgiram as primeiras comunidades dotadas de traços culturais específicos e de capacidade de promover a agricultura, a domesticação de animais e a produção e escambo de artefatos. O país é berço de uma série de inventos que vão desde o sistema decimal (criado em 100 a.C.), a álgebra, a trigonometria e o cálculo ao jogo de xadrez. A arte da navegação surgiu no River Sindh há mais de 6.000 anos. A primeira universidade da história da humanidade foi estabelecida em Takshila em 700 a.C. na qual estudaram mais de dez mil estudantes. Ayurveda, a primeira escola de medicina de que se tem notícia, foi estabelecida na Índia há 2.500 anos pelas mãos do mestre indiano Charaka (KANUK, 2007).

O início da decadência indiana coincide com o início de seu contato com a Inglaterra. A Companhia das Índias Orientais iniciou seus negócios no leste da Índia em 1717, onde posteriormente venceu sua primeira batalha contra o Império Mogol, sobre o qual triunfou definitivamente em 1818. Em 1858 o governo da coroa britânica é formalmente constituído, em consoante aos pesados investimentos do capital inglês aplicados na construção de ferrovias, e em 1876 é proclamado o *India Act* que nomeava a Rainha Vitória imperatriz da Índia. Ato contínuo, arranjos institucionais britânicos foram emulados pelas estruturas

indianas, como no caso da fundação do Congresso Nacional Indiano em 1885. Além das estruturas políticas de governo, a dominação inglesa instituiu orquestrações burocráticas peculiares e sofisticadas, construindo clivagens e causando profundo impacto na sociedade.

O império britânico foi responsável pela destruição de duas estruturas fundamentais que davam sustento ao status próspero da civilização hindu, a saber, a organização administrativa e a organização econômica da sociedade. No que tange à organização administrativa, o modelo tradicional estipulava uma divisão em três esferas bem definidas, nas palavras de Marx (1853): “Decorridos tempos imemoriais, não existia na Ásia senão três departamentos administrativos: o das Finanças, ou pilhagem do interior; o da Guerra, ou pilhagem do exterior; e, enfim, o departamento dos Trabalhos Públicos”. Os ingleses ignoraram por completo o papel da administração dos trabalhos públicos – a organização da irrigação, da fertilização do solo, etc. – resultando na deterioração da agricultura, o que submeteu a população a recorrentes epidemias e crises de fome que mataram milhões de pessoas em 1876, 1899 e 1919.

A segunda grande depredação das estruturas tradicionais promovida pelos ingleses na Índia se deu em relação ao antigo ofício da tecelagem, que garantia a subsistência das pequenas comunidades independentes e de seu modo de vida quase que bucólico. Além da destruição física de suas rocas, entre 1757 e 1857 a Inglaterra eliminou três quartos da aristocracia da região, acabando deste modo com o mercado de tecidos de luxo. A inundação do mercado indiano de massivas importações dos tecidos baratos provenientes da revolução industrial teve o efeito de uma pá de cal no modelo anterior de organização que havia garantido a proeminência daquela civilização até então (MADDISON, 2001). A dominação britânica promoveu não somente a destruição das instituições tradicionais indianas, como também praticou grande pilhagem de recursos humanos e monetários de modo direto.

Enquanto pilares fundamentais da hegemonia britânica, eram oferecidas ao império duas oportunidades únicas em sua relação com a Índia. Em primeiro lugar, a Inglaterra podia retirar do subcontinente, na medida de suas necessidades e sem custo algum, qualquer quantidade desejada de soldados para reforço de seu exército colonial com atuação nos mais remotos rincões do planeta. A guerra de contrainsurgência travada pela Inglaterra no Iraque em 1920, por exemplo, contou com 87% de soldados indianos, um número absolutamente expressivo. Já na Segunda Guerra mundial, o exército indiano recrutado pela coroa somou 2.181.960 homens. Como uma segunda grande vantagem advinda de sua colônia indiana, o controle do banco central indiano pela Inglaterra era condição indispensável para a supremacia global da Grã Bretanha nas esferas financeira e comercial. Era justamente o

déficit da balança comercial indiana para com a Inglaterra, e o superávit que esta possuía com todos os demais países, que permitiram a complementação de reservas que mantiveram Londres como o centro do sistema monetário internacional por tanto tempo (ARRIGHI, 2007).

Nesta segunda ordem de dominação, o império britânico também promoveu o deslocamento de trabalhadores indianos para tentar conter a severa redução da oferta de trabalho nas *plantations* europeias em razão da abolição da escravidão em 1834 e da emancipação subsequente dos escravos africanos. Neste processo, indianos foram transportados enquanto trabalhadores contratados para as *plantations*, não somente para aquelas britânicas do Caribe, da África do Sul e Fiji, como também para as ex-colônias francesas das Ilhas Maurício (cedidas aos britânicos em 1814), para a Ilha Reunião, como também para a colônia holandesa (hoje Suriname). Os indianos também foram enviados para o leste e para o sul da África para construir estradas de ferro. Entre 1834 e 1917 um total de 1,5 milhões de indianos contratados provenientes de províncias do norte, nordeste e sul migraram para o continente africano, recrutados por agentes com base em Calcutá e Madras. As condições dos contratos estabelecidos eram abomináveis, comparáveis à escravidão, sendo que os indianos chamavam a experiência de *narak* (inferno) (LEVINSON, David; CHRISTENSEN, 2002).

No caso da África, a construção de ferrovias durante o período colonial provocou o estabelecimento de populações de origem indiana no interior do continente. Este povoamento foi acelerado especificamente quando da construção da Uganda Railway ocorrida entre os anos de 1886 e 1901. Para a empreitada, foram trazidos da Índia 37.747 trabalhadores contratados, dentre os quais 2.493 morreram e 28.254 retornaram para casa. Os sete mil trabalhadores restantes permaneceram no continente e trouxeram suas famílias da Índia para juntarem-se a eles. O resultado encontrado em 1911 desta equação indicava que os sul-asiáticos no Quênia somavam 11.787 pessoas, representando 0,66% da população do país. No período da independência, este número havia subido para 176.613, sendo que em 1989 declinara para 89.185. Contemporaneamente, estima-se que os habitantes do Quênia de origem indiana perfaçam 75.000 pessoas, o que representa 0,2% da população (PATEL; RAJAN, 2011).

Entre os séculos XV e XIX, comerciantes Gujaratis dominaram o fluxo migratório da Índia para a África, uma vez que o sultanato de Gujarat era a chave da estrutura comercial do Oceano Índico à época, já estando profundamente interligado às coroas Portuguesa (que adquiriram Damão e Diu no século XVII) e Britânica (que estabeleceu sua primeira fábrica na

região em 1614, representando o primeiro enclave inglês no subcontinente) (GADZALA, 2011). Este processo fez com que os Gujaratis imprimissem significantes marcas demográficas e econômicas no leste da África atuando, principalmente, no comércio de tecidos. A partir do século XIX, com a contratação de indianos para a execução de projetos no continente africano, a corrente migratória aumentou, sendo que, ao contrário dos Punjabis que retornavam à Índia após o término de seus contratos, os Gujaratis permaneciam na África, resultando em que, hoje em dia, a maior parte dos africanos de origem indiana seja descendente de imigrantes desta região (GADZALA, 2011).

Apesar de que muitos indianos tenham ido para a África durante o período colonial para trabalho servil (*indentured servants*), aqueles que para lá se dirigiram enquanto comerciantes livres até hoje mantêm conexões de seus descendentes com suas regiões de origem na Índia. Em algumas colônias eles serviram aos poderes europeus enquanto uma classe intermediária de base étnica que controlava a operacionalização de ferrovias, telégrafos, manutenção de navios, fábricas de beneficiamento de arroz e outras manufaturas, enquanto os colonizadores controlavam todos os setores da economia e os africanos supriam a necessidade de trabalho manual. Após o fim destes contratos oficiais, muitos indianos permaneceram nos países africanos envolvendo-se com o comércio entre as duas regiões (CARMODY, 2011).

Os indianos que permaneceram na África no exercício da atividade comercial são conhecidos como Dukawallas, o que significa literalmente “donos de lojas”. Utilizando-se de extensas redes familiares, estes grupos se estabeleceram, particularmente no Quênia e em Uganda, sendo pioneiros na atividade do comércio na forma de mercearias, lavanderias, açougues e outras atividades de pequeno porte (GADZALA, 2011).

Outro aspecto de grande relevância para a história das ideias e que tem absoluta relação com as migrações aqui descritas foi a passagem de Gandhi pela África do Sul. Por volta do final do século XIX uma série de leis que restringiam barbaramente os direitos dos indianos que haviam migrado para a região por conta dos contratos de servidão britânicos, mas que decidiram permanecer com suas famílias, passou a vigorar. O movimento de resistência pacífica liderado por Mahatma Gandhi na África do Sul serviu posteriormente para reforçar a oposição aos ingleses na Índia com base na desobediência civil associada ao comprometimento para com a não-violência.

Como resultado deste processo brevemente relatado, a presença dos indianos na África formou uma considerável diáspora no continente. Existem hoje cerca de 1.200 indianos vivendo em Lesoto, 30.000 na Nigéria, 75.000 no Quênia, 20.000 na Zâmbia, 11.000 na Botsuana e 20.000 em Uganda. Indianos também se fazem presentes nas Ilhas Maurício (onde

hoje perfazem 70% da população sendo quase 900 mil pessoas), na Ilha Reunião (275.000 pessoas representando 25% da população) e, finalmente, na África do Sul, onde hoje representam 2,6% da população, o que se estima amonta cerca de 1,5 milhões de pessoas.

## 1.2 A conjuntura indiana (1948-1990)

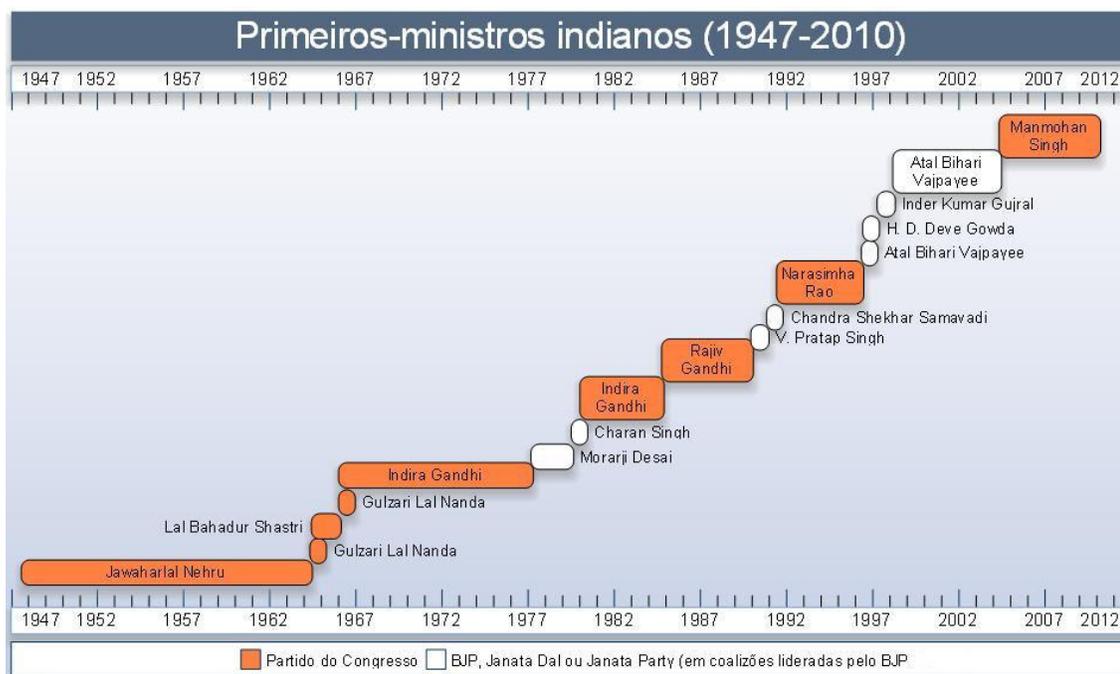
O *Ministry of External Affairs and Commonwealth Relations* da Índia independente nasceu precário, com absoluta falta de recursos materiais (sedes físicas diplomáticas) e pessoal treinado para a delicada função. A estrutura desvinculou-se um pouco mais da coroa britânica logo em 1948, alterando seu nome para *Ministry of External Affairs*. Mesmo assim, em relação à sua atuação diplomática para com o continente africano, logo após a independência, a Índia percebia apenas o mundo da *commonwealth*. Para a Índia, de acordo com os relatórios diplomáticos da época, o continente africano era aquele do mundo britânico: a África central era o Malawi (Nyasaland), a Zâmbia (Northern Rhodesia) e o Zimbábue (Southern Rhodesia), a África Ocidental se resumia a Gana e a Nigéria, sendo que o Leste da África eram o Quênia, a Tanzânia (Tanganyika e Zanzibar) e Uganda.

Após sua independência, a Índia tornou-se, de acordo com sua constituição, uma república soberana, secular e democrática de tipo parlamentarista, sendo o primeiro-ministro chefe de governo, e o Presidente, chefe de Estado. A constituição indiana de 1950 adotou o modelo de *Westminster*, incorporando aproximadamente 200 artigos das regras coloniais impostas pelo *Government of India Act* de 1935, além de algumas ideias americanas, como o poder de revisão judicial da legislação concedido à Suprema Corte. A manutenção de alguns privilégios “imperiais” (como a capacidade de nomear ministros e governadores por parte do Presidente) foi fundamental para a manutenção da estabilidade política diante dos diversos grupos participantes da política nacional, imbuídos de interesses essencialmente distintos. Em termos de acomodação das clivagens religiosas, a constituição indiana aboliu o status dos intocáveis, reservando para estes assentos no parlamento e criando a condição de *scheduled castes* que, posteriormente, viriam a obter a concessão da reserva de cotas para vagas no sistema educacional e empregos públicos.

Em termos partidários, a condução da política indiana dividiu-se tradicionalmente entre as coalizões lideradas pelo *Indian National Congress Party* (Partido do Congresso) ou pelo BJP (*Bharatiya Janata Party*). Outros partidos de importância pontuaram a cena política indiana, como o *Communist Party of India-Marxist*, o *Samajwadi Party*, o *Bahujan Samaj Party* e o radical hindu *Nationalist Volunteer Group* RSS (ou *Rashtriya Swayamsevak*

*Sangh*). Até hoje, porém, o único capaz de vencer o Partido do Congresso - em termos de maioria de votos no parlamento indiano - foi o BJP, criado em 1980 a partir de uma cisão do RSS.

O Partido do Congresso foi criado em 1885, no formato de um fórum, para acolher a oposição nacionalista antibritânica. Este partido esteve no poder durante quase todo o pós-independência, excetuando-se pequenos períodos nos anos 1970, 1980 e em 1996, bem como durante o mandato que o BJP conseguiu completar entre 1998 e 2004. Na Figura 1 é facilmente perceptível a predominância do Partido do Congresso na liderança política do país desde a independência versus as coalizões que elegeram os políticos do BJP, Janata Dal ou Janata Party, que eram lideradas pelo BJP ou seu predecessor, o RSS.



**Figura 1: Primeiros-ministros indianos (1947-2012).**

**Fonte:** Prime Minister's Office (<http://pmindia.nic.in>). **Elaboração própria.**

Ao longo de sua trajetória como nação, a Índia dispôs de, praticamente, seis governantes no posto máximo de primeiro-ministro. Dentre estes, Jawaharlal Nehru reveste-se de especial importância por haver determinado as fundações ideológicas sobre as quais a economia indiana se desenvolveu em sua estreia em autogestão. O modelo “Nehruniano”, baseado na autossuficiência, autarquização e na economia fechada de planificação estatal, caracterizava-se por uma estratégia econômica que visava à independência através da industrialização com alta intervenção estatal e substituição de importações, desenvolvimento de ciência e tecnologia para obtenção de autonomia estratégica além de uma política externa independente e da adoção do socialismo Fabiano como guia para as reformas institucionais.

O período 1950-1973, que engloba a administração de Nehru (e boa parte do primeiro mandato de Indira Gandhi), é conhecido como “Nacionalismo econômico e industrialização autárquica” (SRINIVASAN; TENDULKAR, 2003). A economia seguiu, basicamente, o modelo soviético em razão da percepção da política colonial inglesa como sendo a maior causa do subdesenvolvimento econômico do país (em 1950 a expectativa de vida da população indiana era de apenas 32 anos para os homens e 31 anos para as mulheres). O primeiro Plano Quinquenal realizado pelo governo indiano (1951-1956) obteve grande sucesso, pois a Índia se encontrava em situação superavitária possuindo grandes reservas em libras. Entretanto, o segundo Plano Quinquenal, realizado em atmosfera de grande otimismo em 1957, se referiu a um período que não contou com as mesmas oportunidades do primeiro, promovendo um grave *crash* comercial que levou o país à adoção de um regime de controle de importações extremamente rigoroso (que vigorou até o início da década de 1980).

A partir de então, estes planos buscaram a expansão progressiva da estatização dos meios de produção e o ajuste das iniciativas privadas aos planos do governo através de restrições quantitativas, o que fez surgir no país uma imensa burocracia e um espaço propício para corrupção, uma vez que qualquer investimento era sujeito a licenciamento governamental. Como efeito direto destas condições, o mercado interno indiano se tornou mal abastecido, onde se podia vender qualquer coisa a qualquer preço, pois havia demanda. As empresas nacionais, pouco competitivas, eram protegidas por gigantescas tarifas de importação. O conjunto de resultados que estas políticas apresentaram nesta fase fez com que fosse cunhada a expressão “taxa de crescimento hindu”, sendo esta pejorativa e genericamente associada às economias de baixo desempenho.

Dentre os grandes feitos da “Era Nehru”, podem ser mencionadas a organização territorial, com a redivisão da federação em estados de proximidade linguística e cultural, e a instituição de direitos às mulheres. No plano internacional, sua gestão foi marcada pela criação do Movimento dos Não Alinhados e pela guerra com a China. Após a morte de Shastri, sucessor de Nehru, Indira Gandhi, sua filha (que não possuía nenhuma sorte de parentesco com o “Mahatma”) assume a coordenação do país em meio a uma crise de abastecimento. A fim de que não se repetisse a tragédia de Bengal de 1943, que matou de fome mais de dois milhões de pessoas, Indira promoveu a revolução verde (idealizada pelo agrônomo norte-americano Norman Borlaug), que culminou em elevado aumento da atividade agrícola com certo “auxílio” dos Estados Unidos no fornecimento de sementes e fertilizantes. No entanto, críticos (METCALF; METCALF, 2006) apontam que a remodelação da produção agrícola agravou as disparidades na distribuição da renda do país, tornando os camponeses

ainda mais pobres. A saída encontrada foi a criação de um extenso sistema de subsídios que prejudicou ainda mais a possibilidade de surgimento de um mercado interno, afetando assim o processo de industrialização do país.

Em seu segundo mandato, Indira Gandhi assumiu uma faceta mais esquerdista, estatizando bancos, minas e companhias de seguro, restringindo direitos à propriedade privada e assumindo uma aliança com a União Soviética (promovendo com seu apoio um programa nuclear clandestino, trazido à tona com os testes de 1974), rompendo assim o breve colóquio com os EUA. Através de políticas populistas, Indira construiu suas bases junto ao campesinato, apesar de não haver proporcionado praticamente nenhuma melhoria na vida destas populações. A centralidade do Estado em seu governo culminou em um cenário muito propício para a evasão fiscal e a corrupção, além de uma crescente desconfiança do setor privado. Líder extremamente polêmica, Indira decretou Estado de Emergência na Índia a fim de escapar de processos por fraudes eleitorais. Durante este período, acabou com a mídia independente, aprisionou aproximadamente 100.000 opositores políticos e executou campanhas de esterilização forçada de homens com mais de dois filhos nas favelas. Ainda assim, retornou ao poder nos braços do “novo” Partido do Congresso, por ela criado após um pequeno período de governo do Partido Janata. No novo mandato promoveu uma sangrenta campanha contra um levante separatista sikh, sendo assassinada em 1984 por um extremista desta religião.

Em termos econômicos, uma nova fase desponta ao final do governo de Indira, sendo concluída logo após o mandato de seu filho, Rajiv Gandhi. O período entre 1974-1991, de “Desregulação gradativa” (SRINIVASAN; TENDULKAR, 2003), foi iniciado pelo colapso do sistema de Bretton Woods em 1971 e pelas crises do petróleo de 1973 e 1979 que foram, na realidade, favoráveis à economia indiana. Em primeiro lugar, porque estas crises econômicas desvincularam a rúpia da Libra Esterlina, o que beneficiou as exportações do país e, em segundo, porque a Índia passou a exportar produtos agrícolas e mão de obra para os, a partir de então, ricos países do Golfo Pérsico (as transferências de não residentes foram por um longo período as maiores remessas privadas para o país). O superávit no balanço de pagamento, ocasionado pelo acima exposto, permitiu maior flexibilidade na formulação das políticas econômicas e transformou o sistema de licenciamento de importações, tornando-o menos rigoroso, mas muito mais complexo. Muitos controles, ao invés de serem extintos, foram substituídos por novos em um pacote de medidas gradativas que contribuíram para a economia, mas não foram suficientes para impactar significativamente no crescimento do país.

Ainda que gradativa, a liberalização promovida de maneira mais acentuada por Rajiv Gandhi – do que por sua mãe, Indira – foi a marca de seu governo. Além de feitos como a abertura do país ao investimento estrangeiro, promessas de combate à corrupção (ofuscadas por escândalos envolvendo seu partido e sua própria pessoa), Rajiv lidou de maneira imprudente com os delicados problemas comunais ao intervir sobre a mal resolvida rivalidade entre as escassas leis civis do país (essencialmente ligadas ao Direito de Família) e a sharia islâmica. A sua inapta intervenção no conflito separatista do Sri Lanka resultou em sua morte provocada por mulher-bomba tâmil em 1991.

Sobre estas bases políticas e econômicas internas a Índia desenvolveu suas relações com os países do continente africano durante a Guerra Fria. A autonomia e o extremo apreço pela não ingerência, defendidas enquanto valores absolutos, encontram sua matriz na dominação britânica. A composição dinástica da política nacional fora garantia de manutenção de um *continuum* nestas construções ideológicas. Estes dois elementos devem ser tomados privilegiadamente na compreensão dos princípios da política externa indiana à época, a continuidade política e a ojeriza à interferência externa, sendo o segundo o pilar fundamental sobre o qual se amparava o apoio incondicional ao princípio na não intervenção nos assuntos africanos.

### **1.2.1 O Movimento dos Não Alinhados**

A preferência pela autosuficiência, dada pelo trauma britânico, foi possível de ser exercida por conta de que a Índia, à época de sua independência, não atraía os interesses nem dos EUA e tampouco da URSS. Não havendo imposições externas de nenhuma das duas superpotências, a Índia pôde, com suficiente margem de manobra, engendrar o seu não alinhamento (GANGULY; PARDESI, 2009). Durante o período da Guerra Fria, a Índia capitaneava o Movimento dos Não-Alinhados (MNA), sendo Nehru um dos seus fundadores, em 1956 (juntamente com os líderes da Iugoslávia e Egito). Apesar de sua importância intrinsecamente retórica, o MNA contribuiu para reforçar a questão Norte-Sul quando o conflito Leste-Oeste era o “senhor dos domínios”. Conforme José Luís Fiori era a seguinte, a posição defendida pela Índia no MNA:

[...] uma posição de liderança incontestada e ativa dentro do movimento que nasce da conferência de Bandung em 1955, apoiando um “neutralismo ativo” e uma defesa intransigente da soberania e igualdade de todas as nações contra todo o tipo de pressão ou ingerência das grandes potências nos assuntos internos dos demais estados (FIORI, 1996).

O MNA logrou atingir grande importância durante a Guerra Fria por se constituir um espaço essencialmente terceiro-mundista, o qual deu suporte incondicional a diversos processos de descolonização. Entretanto, apesar do neutralismo ativo acima exposto, a Índia viveu certa dependência econômica da União Soviética durante quase todo o desenrolar da Guerra Fria, que se por um lado conservou sua economia estável, por outro não favoreceu o crescimento econômico do país, que se manteve praticamente estagnado durante todo o período. A ambiguidade do “não alinhamento” indiano é explicada por Luiz Filipe de Macedo Soares:

O movimento não alinhado vai ser instrumento fundamental para permitir que a Índia navegue nos estreitos caminhos da Guerra Fria e de seu isolamento regional, assegurando-se o apoio da União soviética sem perder o dos EUA, principalmente sua amizade, cara aos grandes líderes indianos, intelectuais de Oxford e Cambridge, de expressão inglesa sofisticada, fundamentalmente democratas, ocidentais no âmago (BRASEMB, 1998a).

As bases Nehruianas da política externa indiana contaram também com aportes de alguns princípios idealistas defendidos por Mahatma Gandhi (YOGINDER, 2003) em termos de ideologia econômica: (1) As necessidades devem ser limitadas; (2) A economia rural deve ter prioridade; (3) A Índia deve ser autosuficiente e deve se opor à exploração econômica internacional; (4) A tecnologia deve ser um meio para o atendimento de objetivos sociais e econômicos e a “grande máquina” (automação) não pode ser um fim em si mesma; e (5) A economia da discriminação entre classes, entre castas, entre grupos religiosos e entre países é imoral e deve ser fortemente combatida. O ponto mais polêmico dentre os apresentados é o que tange a questão tecnológica e a questão agrária, uma vez que Gandhi, apesar de utilizar-se de muitas tecnologias modernas, pregava a austeridade e um utópico retorno a uma economia pastoral, ao contrário de Nehru, incentivador convicto da industrialização, nos moldes ocidentais.

Esta fase idealista, porém, teve seu fim logo após a derrota indiana para as forças chinesas em 1962. Neste ano a China travou uma guerra com a Índia por disputas territoriais, em função da aproximação das fronteiras com a anexação do Tibet. Esta rivalidade, além de haver reorientado a Índia para uma atuação mais conflitiva em sua política externa, fez com que a China apoiasse o Paquistão desde 1960 para que ele acompanhasse a Índia em seu desenvolvimento nuclear como uma estratégia de distração (BUZAN; WAEVER, 2003). A Índia tornou-se um poder nuclear, para Ahari (2004), pelas seguintes razões: primeiramente porque a China o havia feito em 1964, apenas dois anos depois de humilhar a Índia em uma guerra de fronteira, em segundo lugar porque o programa nuclear do vizinho Paquistão

obrigava o país a se manter em pé de igualdade e em terceiro, pura e simplesmente por questões de prestígio internacional.

É diante deste contexto que a Índia passa a desenvolver relações com os países africanos em compasso com os processos de independência. Na medida em que os fatos relatados acima se desdobravam, estes matizavam os discursos indianos utilizados nos principais canais de articulação com a África durante a Guerra Fria, sendo estes privilegiadamente os espaços multilaterais que iam desde o MNA à Assembléia Geral da ONU. Sem que estivessem desenvolvidas as bases institucionais dos países que recém abandonavam a condição colonial, invariavelmente ainda economicamente atrelados ao ex-colonizador, o aspecto comercial não era preponderante nas relações da Índia com os países africanos durante a Guerra Fria (Figura 2 e Figura 3), sobressaindo-se em seu lugar interações que correspondiam ao idealismo Nehruniano e Gandhiano, com ênfase na solidariedade Afroasiática, na cooperação e na defesa da autonomia nacional.

### **1.3 Índia e África (1948-1990)**

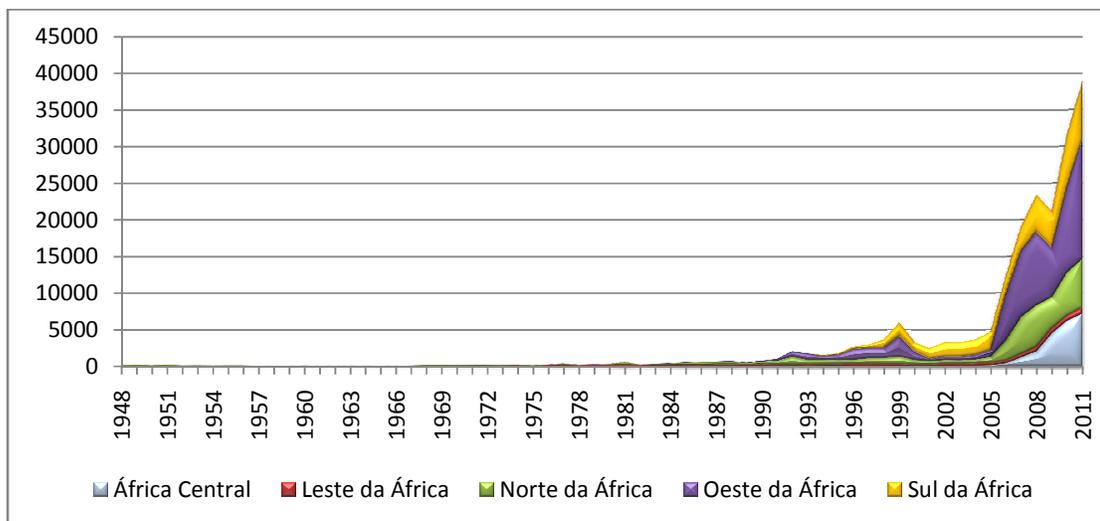
A partir de sua independência em 1947, a Índia passou a desempenhar no panorama internacional uma diplomacia assertiva de oposição à colonização, ao racismo e ao *apartheid*, estendendo a todos os movimentos de liberação africanos seu suporte moral e material para que travassem sua luta na busca de seus direitos humanos e políticos. Representava, ainda, para muitos países africanos, um exemplo a ser seguido no que tange ao seu desenvolvimento tecnológico, tanto que era constantemente solicitada a autorizar o recrutamento de seus profissionais por governos africanos carentes de quadros técnicos qualificados para determinadas áreas diante do êxodo do colonizador.

Assim, nesta fase da inserção indiana na África, foram construídos os seus elos mais permanentes, a solidariedade afroasiática, o MNA e o apoio constante que evocava a descolonização do continente, angariando a admiração por Nehru por parte dos líderes do nacionalismo africano. Os treinamentos oferecidos a oficiais das forças armadas africanas, os milhares de professores enviados ao continente, o auxílio ao estabelecimento de academias militares, fatos que começaram a ocorrer logo após a independência dos países africanos, poderiam até mesmo ser configurados como a gênese da prática da cooperação Sul-Sul. Este tipo de relação, entretanto, foi por certo tempo limitado aos países africanos anglófonos, pois

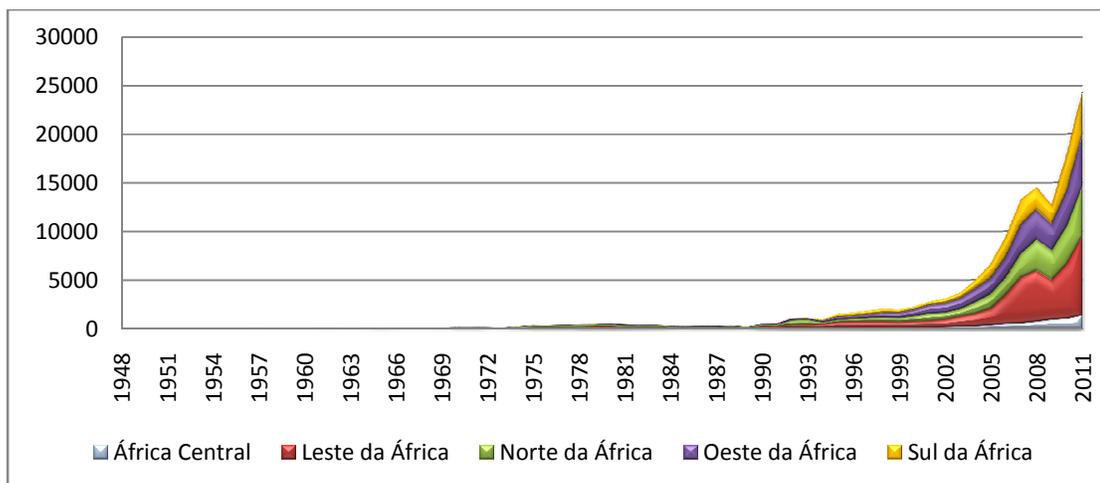
os países francófonos permaneceram fortemente ligados à França após a descolonização (VITTORINI; HARRIS, 2011).

Como um primeiro ponto a ser discutido, deve ser salientado que nesta época as interações econômicas não eram a pauta principal das relações entre as duas regiões. Dizer que não havia interesse no aumento do fluxo de comércio entre as duas regiões também não seria a expressão exata da realidade. A maior parte dos acordos internacionais da Índia nas décadas de 1950 e 1960 eram “*trade agreements*”, porém os parceiros eram majoritariamente os países do então primeiro mundo que ainda dispunham de boa parte da riqueza do sistema internacional. Na década de 1970 esta tendência se acentuou, pois a Índia passou a firmar acordos apenas com países ricos, sendo que a grande maioria deles se tratava de papéis financeiros, acordos com entidades bancárias destes países e com instituições multilaterais para fins de empréstimo. Boa parte dos valores obtidos destinou-se à promoção da “revolução verde”, havendo boa parte das divisas retornado aos países credores na compra de máquinas e insumos agrícolas.

Desta forma, como pode ser percebido na Figura 2 e na Figura 3, as relações econômicas da Índia com os países africanos eram aparentemente insignificantes diante da pujança alcançada após o término da Guerra Fria e o processo de liberalização generalizado pelo qual passaram praticamente todos os países do antigo Terceiro Mundo. Estas figuras servem ao propósito de evidenciar que a ênfase a ser tomada no estudo das relações aqui tratadas no período que compreende 1948-1990 não privilegiará a área comercial. Caberia, porém uma ressalva, pois os números em seus termos absolutos também podem levar a constatações enganosas. O aumento descomunal da corrente de comércio da Índia com a África não é fenômeno exclusivo destas duas regiões sendo comum ao conjunto do comércio mundial que teve seu volume aumentado em pelo menos cinco vezes entre 1990 e 2010.

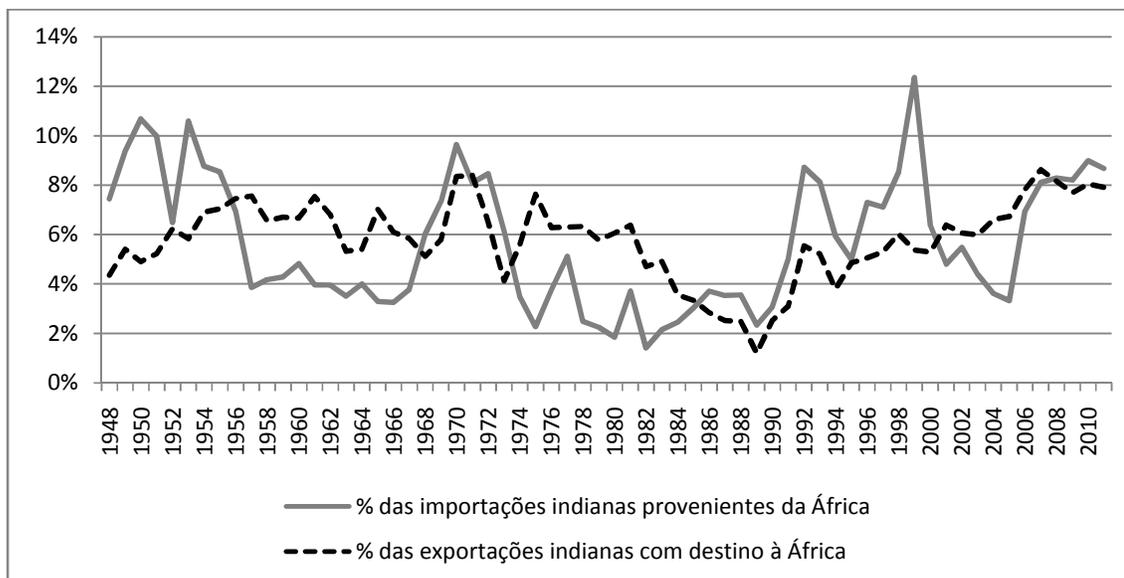


**Figura 2: Importações Indianas das regiões africanas – US\$ Milhões – 1948-2011.**  
**Fonte: World Trade Map (ITC). Elaboração própria.**



**Figura 3: Exportações Indianas das regiões africanas – US\$ Milhões – 1948-2011.**  
**Fonte: World Trade Map (ITC). Elaboração própria.**

Ainda, cabe lembrar que, em termos proporcionais, a Figura 4 demonstra que o comércio entre a Índia e a África sempre representou para ambas as regiões uma pequena parcela de suas exportações e importações, sendo este um desafio a ser superado na medida em que consolidarem-se os laços desenvolvidos pelo capital indiano que ingressou no continente africano na última década.



**Figura 4: Participação da África nas importações e exportações indianas 1948-2010**  
 Fonte: World Trade Map (ITC). Elaboração própria.

Uma vez que aumentar a corrente de comércio com os países africanos não era a prioridade da Índia à época, e tampouco haveria condições para tanto, uma vez que os países contrapartes envolvidos ainda estavam em processo de descolonização, as relações entre as duas regiões se davam com mais intensidade no ambiente multilateral. A Índia sempre manteve uma posição dual em relação à sua admiração pelo ocidente e por suas organizações e à crítica à supremacia opressora dos países colonizadores. Deste modo, logo após a sua independência ingressou na ONU, acreditando ser este o lócus apropriado para resolução dos problemas do processo de descolonização e o fórum legítimo para convergência das posições políticas indo-africanas.

Em todos os temas relativos à autodeterminação dos povos, o grupo de países afroasiáticos, como assim se denominava este conjunto de participantes da Assembléia geral da ONU, concertava resoluções a respeito do apartheid na África do Sul, da ocupação da Namíbia por este país, da descolonização da Argélia e das colônias portuguesas. Já na década de 1980, a Índia em conjunto com os países africanos, altamente endividados fazia coro em protesto às condições impostas pelos credores. A resposta dos países industrializados, porém nunca foi satisfatória e esta negligência tampouco passou despercebida, como pode ser notado no comentário contido no relatório anual do Ministério de Assuntos Estrangeiros da Índia de 1986:

The problems of developing countries particularly the heavily indebted countries and countries of sub-Saharan Africa received a little more understanding and consideration. Discussions during the year under review were, however, largely focussed on issues concerning the major industrialised countries themselves. Problems of developing countries have been treated more or less as side issues. There is an increasing tendency among major industrialised countries to reach agreements and arrangements on matters of global interest among themselves. Even in the traditional development fora, the developed countries are more actively pursuing issues of interest to them (MEA, 1986).

Nesta época aprofundou-se a desilusão indiana em relação aos resultados obtidos por sua postura idealista, de uma forma geral, o que contribuiu para tornar possível a introdução das reformas dos anos 1990 que serão tratadas adiante. Também contribuiu para esta desilusão a percepção de que, apesar de aprovadas pela Assembléia Geral da ONU, grande parte das resoluções que deveriam prover justiça às diversas populações afetadas pela colonização não se transformavam em ações concretas. Em um ponto, porém, a Índia nunca se furtou a participar assertivamente, ainda que não estivesse de acordo com a condução dos termos de negociação dos países do primeiro mundo em muitos assuntos, sendo este a promoção da paz no continente africano por meio do envio de numerosos contingentes às missões de paz da ONU.

A Índia, de fato, é o país que mais contribuiu com as missões de paz, já tendo enviado no total mais de 160.000 soldados desde 1950. Das 64 missões já entabuladas pela ONU, a Índia participou de 43 delas, sendo que esteve presente com grandes contingentes em absolutamente todas as missões de paz realizadas no continente africano. Conforme registros da ONU, a participação indiana em missões de paz no continente africano está detalhada na Tabela 1.

<b>País Africano/ Período/Missão</b>	<b>Status</b>	<b>Detalhamento da participação</b>
Egito/Oriente médio (1956-67) (UNEF)	Concluída	“United Nations Emergency Force. India’s contribution was an infantry battalion and other support elements. Over a period of 11 years, 393 officers, 409 JCOs and 12383 other ranks took part in the operations”.
Congo (1960-64)(ONUC)	Concluída	“Two infantry Brigades comprising of 467 officers, 401 JCOs and 11354 participated and conducted operations. A flight of six Canberra bomber aircraft of the IAF also participated in ops. 39 personnel of the Indian contingent laid down their lives”.
Moçambique (1992-94) (ONUMOZ)	Concluída	“ Two Engineer companies HQ company, logistics company, staff officers and military observers were provided. In all 1083 all ranks participated”.
Somália (1993-94) (UNITAF&UNOSO M II)	Concluída	“The Indian Navy and Indian Army took active part in UN Operations. Indian Army deployed a Brigade Group comprising of 5000 all ranks and the navy deployed four battleships”.
Ruanda (1994-96) (UNAMIR)	Concluída	“An Infantry Battalion group, a signal company, and engineer company, staff officers and Military Observers were provided. Total of 956 all ranks took part”.

Angola(1989-1999) (UNAVEM)	Concluída	“Besides providing a Deputy Force Commander, an Infantry Battalion group and an engineer company comprising a total of 1014 all ranks. India contributed 10 MILOBS for UNAVEM-I, 25 for UNAVEM-II And 20 MILOBS, 37 SOs, and 30 Senior NCOs for UNAVEM-III”.
Serra Leoa(1999-2001) (UNAMSIL)	Concluída	“Two Infantry Battalion groups, two engineer companies, Quick reaction company, Attack helicopter unit, medical unit and Logistic support in addition to sector MQ and Force Headquarters staff”.
Etiópia-Eritrea (2006-08) (UNMEE)	Concluída	“Indian contribution comprised one infantry battalion group, one construction engineer company and one force reserve company, apart from staffing at various HQs and MILOBS”.
Congo(MONUC/MO NUSCO) (Desde Janeiro de 2005)	Em andamento	“Augmented Infantry Brigade Group with level III Hospital. IAF Contingent with attack helicopters and utility helicopters. (Now being de-inducted): A large number of MILOBS & SOs have also been contributed. In addition a Formed Police Unit (FPU) ex BSF has also been deployed since 2009. Lt Gen Chander Prakash is presently the Force Commander in MONUSCO”.
Sudão (UNMIS/UNMISS) (Desde Abril de 2005)	Em andamento	“Two Infantry Battalion groups, sector HQ, Construction Engineer company, transport company (now being repatriated), signal company, Level-II Hospital and large number of MILOBS and SOs”.
Costa do Marfim (UNOCI) (Desde Abril de 2004)	Em andamento	“The mission is supported by Indian SOs and MILOBS since inception”.
Libéria (UNMIL) (Desde Abril de 2007)	Em andamento	“India has been contributing both male and female FPUs ex CRPF /RAF in Liberia. The Female FPU has especially become a inspiration for the women of the host nation and have become trendsetters for other such female FPUs across the Globe. Mr. Gautam Sawang is currently the Police Commissioner in Liberia”.

**Tabela 1: Participação indiana nas missões de paz da ONU no continente africano.**  
**Fonte: UNITED NATIONS, 2012.**

Para além destas atividades securitárias no continente africano, promovidas pela Índia junto às missões de paz da ONU, algumas outras contribuições foram realizadas entre 1948 e a década de 1990. Em 1956 a Índia enviou para a Etiópia um grupo de militares seniores para a organização de uma academia militar. Durante vários anos militares da Etiópia foram à Índia para receber treinamento (entre 1957 e 1963) e militares de outros países também foram recebidos para treinamento em 1967 (Somália, Sudão, Uganda e Gana) e 1971 (Zâmbia, Tanzânia e Gana). Os portos da Etiópia e de Madagascar também costumavam receber frotas militares indianas em visitas de cortesia durante a década de 1950. Além disto, a Índia provia assistência material a movimentos de libertação da África austral como a Frente Patriótica do Zimbábue, o SWAPO da Namíbia e o ANC da África do Sul.

Outro aspecto interessante da solidariedade Afroasiática desenvolvida em tempos de Guerra Fria diz respeito às doações realizadas pela Índia para diversos países africanos e vice-versa. Nos registros diplomáticos constam mais de 170 menções a doações enviadas em momentos de crise de itens que vão desde alimentos, medicamentos, roupas e cobertores, tendas, equipamentos hospitalares, veículos, valores em espécie, hospitais e maternidades

completos (construídos com financiamento indiano, sendo as obras organizadas pelas diásporas locais) e até mesmo um bebê elefante para uma princesa Marroquina em comemoração ao seu nascimento. O auxílio indiano também era prontamente prestado aos países africanos (principalmente os da costa leste) em caso de desastres naturais.

O Africa Fund (*Action For Resisting Invasion, Colonialism and Apartheid*) foi também uma iniciativa indiana, em conjunto com outros nove países africanos, entabulada no ano de 1986 durante a 8ª Cúpula dos chefes de estado do MNA em Harare, sendo seu mandato renovado na cúpula de 1989. O fundo foi criado com o objetivo de assistir os estados vizinhos à África do Sul e aos movimentos de libertação que lutavam contra o regime de apartheid. O fundo que tinha a Índia como presidente e principal promotor, foi uma iniciativa amplamente celebrada em diversas instâncias da ONU tendo angariado até o ano de 1988 mais de 750 milhões de dólares doados por 52 países. Além de patrocinar projetos para o desenvolvimento em países do entorno da África do Sul, o fundo destinou valores diretamente à SWAPO, ao *African National Congress* (ANC), ao *Pan Africanist Congress of Azania* (PAC) e à UNICEF. Interessante em relação ao fundo é o fato de que seus principais contribuintes eram os países europeus e o Japão.

O *Asian African Legal Consultative Committee* (hoje em dia chamada de AALCO - *Asian African Legal Consultative Organization*) foi, ainda, outra instituição surgida em pleno período de descolonização, em 1957, e que apresentava como principal propósito a discussão de aspectos legais de governança internacional relacionados a comércio, tratados e convenções mundiais, regramento diplomático, leis relativas aos oceanos, direitos humanos e a questão dos refugiados, meio ambiente, dentre outros. Apesar de ser um fórum que se reúne com regularidade e de ser resultado direto da Conferência de Bandung os debates ali realizados atualmente não recebem visibilidade.

Pode-se dizer que os programas mais efetivos promovidos pela Índia direcionados à África e a outros países em desenvolvimento surgidos à época foram, definitivamente, o ITEC (*Indian Technical and Economic Cooperation*) e o SCAAP (*Special Commonwealth African Assistance Programme*). Estes programas funcionam atualmente com base no princípio de que a tecnologia desenvolvida pela Índia deveria ser mais adequada às necessidades dos países em desenvolvimento e que o modelo indiano deveria ser difundido pelo Terceiro Mundo. O ITEC foi criado em 1964 e divide suas atividades em cinco âmbitos: treinamento (civil e militar), assistência a projetos locais, envio de *experts* indianos, bolsas de estudos e ajuda emergencial para desastres.

É interessante notar que o discurso (contemporaneamente utilizado) de que a tecnologia indiana é mais adequada aos países africanos do que as desenvolvidas pelos países industrializados, já era encontrado em um relatório de 1976 de todos os embaixadores indianos na África que registrava a seguinte posição:

It discussed in depth India's policy and diplomatic objectives and problems and perspectives relating to economic and technical cooperation. It was felt that India had a vast reservoir of experience in the field of development and this could be shared with African countries. India had made great progress in industry, science, technology and agriculture and its methods and innovations were more suited to African needs and circumstances than those of the richer countries. This basic complementarity between India and African countries could be translated into reality through greater technical cooperation (MEA, 1976).

Para que o atendimento das demandas por cooperação privilegiasse o continente africano, foi criado outro programa em 1968, o SCAAP, para que fossem aumentados os recursos destinados à África. As atividades destes programas são extremamente extensas, não havendo possibilidade de detalhá-las no escopo deste trabalho. Caberia registrar, porém, que o espírito de cooperação Sul-Sul está presente nos programas indianos desde logo após a independência do país, pois, mesmo anteriormente aos dois programas, a Índia possuía desde 1949 um esquema de bolsas para estudantes da África e da Ásia para fomentar as relações culturais com os países destinatários.

As atividades de cooperação da Índia para com os países africanos em termos de treinamento e doação de equipamentos por meio do ITEC/SCAAP se configuram em um tema patente de investigação futura. Dado que os recrutamentos de *experts* e as bolsas de estudos eram ofertadas às centenas, preliminarmente não foi possível sistematizar esta cooperação e tampouco o governo na Índia disponibiliza os dados agregados. Porém, a extensão dessa migração era significativa, pois dentre recrutados e “bolsistas” do ITEC - que se deslocaram para a África após independência - a soma em alguns países ultrapassava alguns milhares de pessoas (como na Zâmbia, Tanzânia, Etiópia, Ilhas Maurício, Moçambique, Somália, Gana, dentre outros).

Para além das interfaces apresentadas, algumas conjunturas políticas locais foram também dragadas para as relações entre Índia e África durante o período da Guerra Fria. Uma delas foi a onda de “africanização” promovida por muitos países africanos, que afetou majoritariamente as pessoas de origem indiana que não haviam aderido à cidadania de seus países hospedeiros. A posição do governo indiano em relação a estes eventos era bastante peculiar. Por um lado apreciava o desejo e as aspirações dos governos africanos de colocar o comércio de seus respectivos países nas mãos de seus próprios nacionais e pleiteava que estas

medidas fossem aplicadas de forma que nenhuma dificuldade indevida fosse causada às pessoas que já viviam nestes países africanos por longos períodos de tempo. Por outro lado, alegava que as pessoas de origem indiana que, de fato, estavam sendo afetadas pelas medidas de africanização do continente eram em sua grande maioria portadores de passaportes britânicos, sendo do governo britânico a total responsabilidade por sua segurança. O que o governo indiano se dispôs a fazer à época, foi simplesmente flexibilizar restrições de controle de importações para que aqueles indianos que viviam no Quênia, Uganda, Tanzânia e Zâmbia pudessem retornar para a Índia em definitivo.

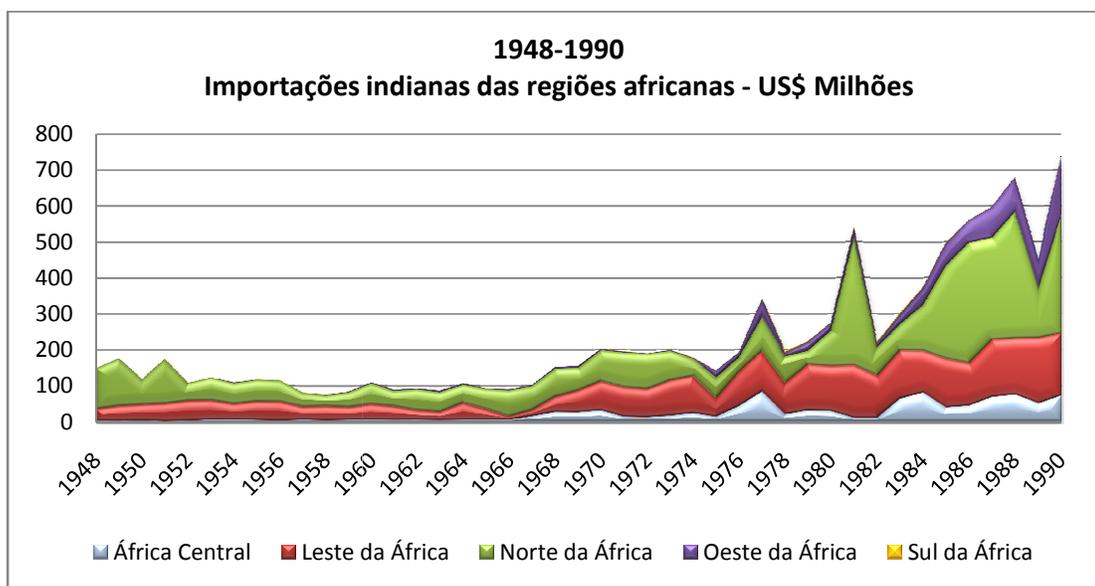
Também fizeram parte da pauta de relações da Índia com a África, os seus problemas regionais. No caso da independência de Bangladesh, a Índia enviou a 14 países no ano de 1971 emissários especiais que buscavam angariar apoio político e material ao problema dos três milhões de refugiados que se instalaram na Índia por conta da guerra civil local. Todos os países africanos visitados no périplo dos ministros emissários enviaram doações para que a Índia pudesse arcar com o problema. Durante a disputa territorial com a China em 1962, alguns países africanos - Tunísia, Egito e Líbia - fizeram questão de apoiar politicamente a Índia no conflito.

### **1.3.1 A África no contexto das relações bilaterais**

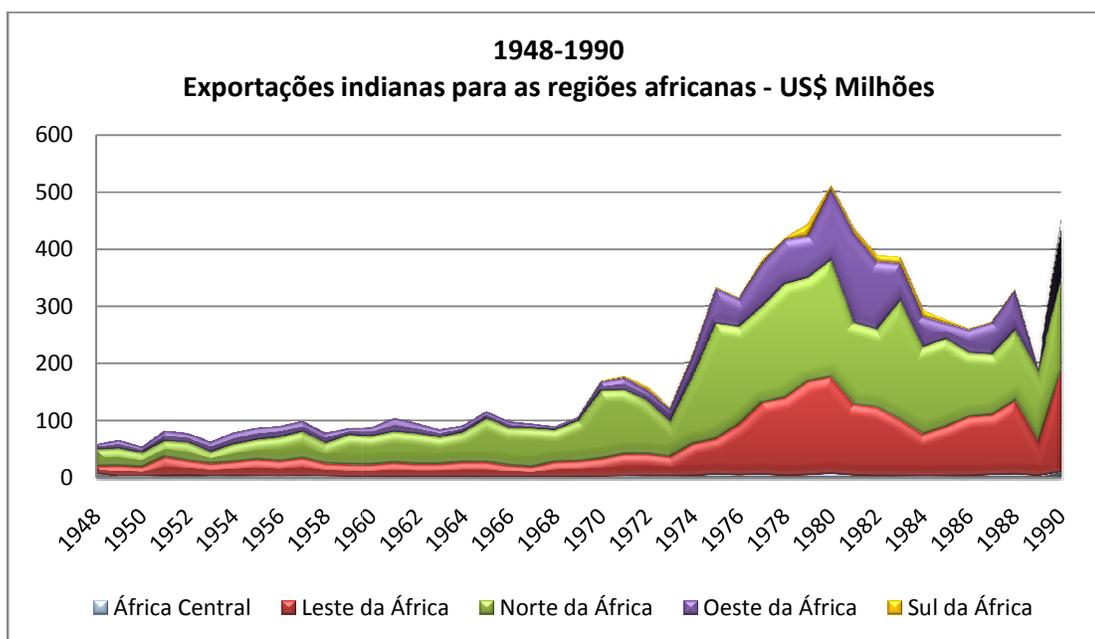
Serão brevemente descritos, a seguir, os principais eventos que perpassaram as relações bilaterais da Índia com os países africanos, separados por região. A classificação regional a ser utilizada é a aquela convencionada pela ONU<sup>2</sup>. A fonte de todas as informações aqui apresentadas são os relatórios do Ministério de Relações Exteriores da Índia que compreendem o período entre 1948 e 2010. Para que se possa ter idéia dos volumes transacionados com estas regiões no período em discussão, são apresentadas em seguida a Figura 5 e a Figura 6.

---

<sup>2</sup> Conforme a *United Nations Statistics Division*, o continente africano é dividido em cinco regiões compostas pelos países listados a seguir: ÁFRICA CENTRAL (Angola, Camarões, República Centro-Africana, Chade, Congo, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial, Gabão, São Tomé e Príncipe), LESTE DA ÁFRICA (Burundi, Comores, Djibuti Eritreia, Etiópia, Quênia, Madagascar, Malawi, Ilhas Maurício, Moçambique, Ilha Reunião, Ruanda, Ilhas Seychelles, Somália, Uganda, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue), NORTE DA ÁFRICA (Argélia, Egito, Líbia, Marrocos, Sudão, Sudão do Sul, Tunísia), OESTE DA ÁFRICA (Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Santa Helena, Senegal, Serra Leoa, Togo), SUL DA ÁFRICA (África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia, Suazilândia).



**Figura 5: Importações indianas das regiões africanas 1948-1990.**  
Fonte: World Trade Map (ITC). Elaboração própria.



**Figura 6: Exportações indianas para as regiões africanas 1948-1990.**  
Fonte: World Trade Map (ITC). Elaboração própria.

O objetivo central desta exposição dividida por regiões é ilustrar panoramicamente as relações bilaterais da Índia para que esta conjuntura possa ser contrastada à atuação contemporânea, sendo este o fenômeno principal a ser tratado por este trabalho. Porém, não se pode afirmar que a partir da década de 1990 o engajamento indiano com o continente africano tenha sido alterado radicalmente sem que se tenha também uma breve síntese das esparsas

relações constituídas diplomaticamente em âmbito bilateral que não podem ser equiparadas àquilo que foi até aqui tratado, por serem as ações já relatadas pensadas para o continente em termos coletivos. Ou seja, até 1990 a Índia relacionava-se primordialmente com o continente africano como um todo (à exceção de sua participação junto aos movimentos de libertação) com base em princípios ideológicos e com total ausência do pragmatismo que viria a ser desenvolvido posteriormente.

Ainda que os pontos fundamentais das relações da Índia com o continente africano já tenham sido abordados anteriormente, existem alguns padrões tênues nas relações bilaterais que poderão ser identificados em seguida. Por exemplo, os prejuízos causados aos indianos na onda de africanização da década de 1970. É bastante comum serem lembrados os casos de Uganda, Quênia e África do Sul, porém as comunidades indianas também sofreram algum tipo de perseguição no Malawi, em Madagascar, em Moçambique, na Tanzânia (em relação à expropriação dos negócios financeiros de propriedade da diáspora), no Zimbábue (antiga Rodésia do Sul) e em Gana (em oposição ao fomento dos negócios de propriedade dos habitantes originais).

Todos estes episódios fazem parte daquilo que analistas chamam de “história negativa” da Índia na África, sendo que o atual discurso diplomático vem sendo criticado por ignorar por completo estes contratempos pelos quais passou a diáspora indiana no continente. Ocorre que também é ignorado pelos críticos do “esquecimento” dos diplomatas que vigorou até meados da década de 1980 a doutrina, de inspiração Nehruniana, que incitava os indianos emigrantes a assumir por completo as identidades dos seus países hospedeiros, sendo fiéis a eles em caso de conflitos. O entendimento à época indicava que a diáspora deveria ser modelo de comportamento patriótico em direção aos seus países de destino de forma a difundir uma imagem de cordialidade e de competência (uma vez que os indianos da diáspora ocupavam posições de valor social) que por sua vez naturalmente seria transferida à nação indiana como um todo.

Os críticos do “esquecimento” da história negativa também incorrem no mesmo gesto, porém em relação à história positiva da Índia no continente. Ainda que seu engajamento em termos bilaterais tenha sido relevante apenas com alguns países da *commonwealth* e naqueles países nos quais a presença da diáspora era significativa, a burocracia indiana foi, por exemplo, responsável por, praticamente, toda a condução das ações que aprimoraram a administração das Ilhas Maurício rumo ao seu desenvolvimento enquanto nação.

Por fim, outra ação que o governo indiano desempenhou em nível bilateral com diversos países africanos a partir da década de 1980, foi a criação de *Joint Comissions* que

respondiam à ânsia por abertura econômica que surgia na Índia à época, um pouco antes da adoção do novo paradigma assertivo de inserção internacional, mas que ao mesmo tempo serviram como base para as interlocuções da década de 1990 que não passaram de tentativas de aproximação, porém, criaram as bases para o aprofundamento da integração econômica da última década. As *Joint Comissions* formaram os pilares institucionais que respaldaram os negócios efetivamente realizados a partir de meados dos anos 2000 por conta da alteração da configuração sistêmica e dos fluxos financeiros globais que possibilitaram a “ressurgência” da Índia na África.

### **1.3.1.1 A Índia e o Norte da África**

Comércio pode não ser um indicativo absoluto de aproximação Estatal, mas indica, na maioria dos casos, o grau de integração econômica encontrado entre duas regiões. Neste sentido, a Figura 5 e a Figura 6 apontam o Norte da África como sendo a região na qual se encontravam os parceiros comerciais mais importantes da Índia no continente logo após sua independência.

É fato histórico que a Índia e o Egito comungaram certos valores durante seu protagonismo no MNA, mas, além disto, enquanto reino, o Egito também constava de modo privilegiado no radar diplomático indiano. Tanto é que o Egito esteve dentre as primeiras 18 representações diplomáticas indianas, sendo a oitava aquisição de sede estrangeira do país, ainda em 1948. Além deste gesto digno de nota, um acordo de transporte aéreo foi travado entre os dois países em 1952.

Foi somente em 1955 quando, retornando de uma reunião de uma conferência anual da *Commonwealth*, Nehru encontrou Nasser por dois dias e ambos perceberam a existência de uma identidade comum nos assuntos internacionais de maior importância. Foi emitido um comunicado conjunto que expressava estas convergências, que a guerra significava completa ruína para a humanidade, que as controvérsias internacionais deveriam ser resolvidas pacificamente por meio de negociação, que as alianças militares de poderes diversos apenas aumentavam a tensão e a rivalidade bélica. Além disto, era imperativo controlar as armas de destruição em massa e utilizar a energia atômica para fins pacíficos, mais especialmente para o progresso das áreas subdesenvolvidas e os dois primeiros-ministros expressaram plena simpatia com as aspirações e esforços para a liberdade dos povos das áreas que estão sob o domínio colonial.

Estavam lançadas as bases ideológicas anticolonialistas que dariam forma ao MNA anos mais tarde. Em abril de 1955 a Índia assinou com o Egito um tratado de amizade que estabelecia cooperação em diversas áreas, tais como incremento das relações comercial e industrial, tratamento de temas relativos à alfândega, navegação, aviação civil, assuntos culturais, extradição, e outros assuntos de interesse de ambos os países, além de se comprometerem a fortalecer e desenvolver seus laços culturais e apoiar-se mutuamente em prol do desenvolvimento industrial e agrícola de ambos os países.

Em termos de relações diplomáticas, outros quatro acordos foram assinados, alguns com a República Árabe Unida que incluía a Síria, nos anos seguintes nas áreas de comércio, cultura e educação. A estes movimentos seguiram-se diversas visitas de ministros de ambos os países, delegações empresariais, além das visitas de Nehru ao Egito em 1956 e 1959. Também é digna de nota a participação da Índia na UNEF (*United Nations Emergency Force*) estabelecida no Egito entre 1956 e 1967 com um total de 13.195 militares.

As relações diplomáticas com a Líbia foram estabelecidas apenas um ano após sua independência e, ainda assim, o embaixador acreditado era sediado no Egito. Apenas após a queda da monarquia em 1969 a Índia instalou missão permanente no país. Em 1974 os dois países assinaram um protocolo na área de petróleo e gás que, no ano seguinte transformou-se em um acordo. Também foi assinado em 1975 um memorando de entendimento para cooperação na construção de ferrovias. Em 1978 foi assinado um acordo de cooperação nuclear e em 1982, outro instrumento para prevenção de evasão fiscal e dupla taxação. Um acordo cultural, assinado em 1986, encerra o rol de documentos diplomáticos. Em 1984 Indira Gandhi visita o país em uma tentativa de aproximação com o mundo árabe.

Mas não se encerra aí o entrosamento existente entre os dois países entre a década de 1950 e o final da Guerra Fria. Durante todo o período a Líbia recrutou profissionais indianos para as mais diversas funções no país, desde professores, economistas para altos cargos de planejamento no governo, médicos e enfermeiras, engenheiros e toda a sorte de profissionais. Muitos destes profissionais indianos (somavam 1400 em 1975) curiosamente ocupavam vários cargos importantes nos ministérios do Petróleo, Telecomunicações e Agricultura, além de comandarem Centros de pesquisa industrial, fábricas de cimento e departamentos de administração pública de recursos hídricos.

A extrema confiança que o governo Líbio depositava na qualidade dos recursos humanos indianos e as posições de confiança que estes possuíam em setores chave do governo fizeram com que a Índia obtivesse uma série de contratos para a realização de grandes empreendimentos no país. Empresas indianas foram responsáveis pela construção de

rodovias, um aeroporto, estações de geração de energia elétrica, 1300 casas, um hospital, dentre outros. Toda esta interação fez com que em 1981 mais de 50.000 indianos trabalhassem na Líbia. O lado negativo desta história refletiu-se na dificuldade que o governo da Líbia encontrou para pagar todos os serviços requisitados à Índia, problema este que foi resolvido somente em 1989 com o pagamento realizado na forma de petróleo.

A Índia celebrou, no escopo de toda a sua atividade multilateral na luta anticolonialista, a independência do Marrocos e da Tunísia ocorridas em 1956, porém abriu sua embaixada no Marrocos apenas em 1959. Em 1960 assinou acordos de comércio com Marrocos e com Tunísia e em 1961 a Índia apoiou na ONU a retirada base francesa de Bizerta na Tunísia, recebendo em agradecimento total apoio da Tunísia quando da guerra com a China em 1962.

Em 1969 enquanto a Índia assinava um acordo cultural com a Tunísia, também cortava relações com o Marrocos por conta da polêmica gerada por não haver se filiado à OIC (*Organisation of The Islamic Conference*) criada naquele ano no Marrocos ainda que tivesse um grande contingente populacional islâmico em seu território. Em 1970, porém, as relações já estavam normalizadas voltando a estremecer em 1985.

Com o Marrocos assinou um acordo cultural em 1980 e um de cooperação técnica e econômica em 1981. Considerando a tentativa de construir uma aproximação com o mundo árabe da região refletida no périplo da Primeira Ministra indiana e por conta do costumeiro apoio aos movimentos de libertação africanos, a Índia reconheceu a República Árabe Saaraui Democrática fazendo com que o Marrocos cortasse relações com a Índia em 1985 que somente foram restabelecidas em 1988.

Ao contrário do Marrocos, as relações da Tunísia com a Índia sempre foram muito cordiais, sendo que além da Líbia, Indira Gandhi também visitara o país em 1984. Várias missões em nível ministerial dos dois países foram realizadas nas décadas de 1970 e 1980, sendo que a Tunísia abriu sua embaixada na Índia neste ínterim, em 1980.

Em relação à Argélia, a Índia enviou um embaixador permanente ao país ainda no ano de sua independência, em 1962. Antes disto, apesar da aproximação natural com as colônias da *Commonwealth*, a Índia apoiava todas as resoluções da ONU que urgiam a descolonização da Argélia. Apesar de distantes em termos de suas relações bilaterais, os dois países assinaram um acordo cultural em 1976, um acordo de cooperação técnica e econômica e no setor de ferrovias em 1981 e um acordo para regulamentação do comércio de trigo em 1986. O mais importante deles, porém, foi certamente o “Acordo entre o Governo da República da Índia e o Governo da República Democrática e Popular da Argélia para a Cooperação na utilização de

energia atômica para fins pacíficos” de 1980 que, apesar de não haver resultado em ações efetivas, revelava o grau de confiança mútua entre os países.

Em relação ao Sudão, a Índia foi um dos primeiros países a reconhecer sua soberania em 1956 e foi um dos países que solicitou sua admissão na ONU no mesmo ano. Assim como a Líbia, o Sudão recrutou inúmeros profissionais indianos para as mais diversas funções no país e assinou acordos comerciais (1971) e culturais (1975) com a Índia. A relação envolveu visitas de alto nível, havendo o presidente do Sudão visitado a Índia em 1967 e 1974 e o presidente da Índia visitado o Sudão em 1975. Embora a Índia não tenha executado projetos no Sudão instalou empresas que por sua vez foram nacionalizadas pelo governo sudanês em 1970, sendo que o episódio não trouxe prejuízo à relação entre os dois países.

### **1.3.1.2 A Índia e a África Central**

De um modo geral a Índia condenou o repressivo governo português colonial durante o período, dando apoio político e material aos movimentos de libertação de todas as suas colônias. Em relação a Angola, dada sua independência em 1975, apenas em 1980 os dois países estabeleceram relações diplomáticas. Em 1986, o relacionamento foi intensificado a partir da abertura de uma embaixada em Luanda e da assinatura de acordos nas áreas de comércio e economia, cooperação técnica, científica e cultural. Além disso, neste mesmo ano o Primeiro Ministro indiano, Rajiv Gandhi, visitou Angola e uma delegação angolana, liderada pelo ministro do comércio angolano foi à Índia. O presidente angolano visitou a Índia em 1988, quando vários acordos de cooperação nas áreas de agricultura, defesa, comunicação e comércio foram assinados. Deve ser também notado o apoio indiano à resolução da ONU em relação aos conflitos civis em Angola e Moçambique em 1990. Na esteira deste processo, São Tomé e Príncipe teve seu movimento de libertação defendido pela Índia até 1975, ao obter sua independência, sem, no entanto, receber maior atenção da diplomacia indiana após tal feito.

Com relação à República Democrática do Congo, destacou-se a intenção de abrir um consulado indiano no país em 1951 em razão da grande quantidade de imigrantes na região que depois se tornaria o referido país. Em 1960, a Índia enviou um exército de especialistas e médicos para assistir a ONU na normalização da situação no país, ocorrida em 1961, diante das comoções ocorridas por conta da disputa entre Kasavubu e Lumumba. Neste mesmo ano, o governo indiano abriu uma embaixada em Leopoldville com posto de conselheiro. Em

1964, a Índia retirou suas tropas do país, mantendo seu apoio à comissão da OUA (Organização da Unidade Africana) no país. A RDC abriu uma embaixada em Déli em 1967.

A relação com o Gabão foi fortalecida em 1974, quando o primeiro ministro do país visitou a Índia. Durante a visita foram assinados acordos de cooperação econômica e técnica. A Índia prometeu ao Gabão serviços médicos, professores e engenheiros, em termos de contrato direto. Foram discutidos o estabelecimento de *joint ventures* e outras colaborações empresariais nas áreas de extração mineral, petróleo e gás natural, além da prestação de serviço de consultoria por parte da Índia para estas atividades. De maneira a fortalecer esta relação, em 1975 o ministro de planejamento indiano visitou o país.

Com alguns países da região, a Índia teve baixo envolvimento diplomático. O Camarões atingiu independência em 1º de janeiro de 1960, sendo que no mesmo dia o embaixador indiano no Marrocos, Shri Goburdhan, representou a Índia nas celebrações. Contudo, apesar da visita camaronesa à Índia, em 1962, e consequente discussão sobre estabelecer uma missão diplomática oficial, isto não aconteceu.

A República Centro-Africana e do Chade só obtiveram independência da França em 1960. Em ambos a relação com a Índia não foi muito intensa. Dentro deste contexto destaca-se a visita a nível ministerial em 1975. Também em Congo-Brazzaville as relações foram de baixa intensidade no período. A Índia abriu uma missão diplomática não residente no país, em 1967, chefiado pelo embaixador indiano da República Democrática do Congo. Dentro deste contexto, ainda que em 1968 a Guiné Equatorial tenha tornado-se independente, as relações entre os dois países não se desenvolveram de modo bilateral.

### **1.3.1.3 A Índia e o Leste da África**

O Burundi torna-se independente em 1962, intensificando a disputa pelo poder entre tutsis e hutus. Neste contexto de guerra civil, a relação com a Índia ocorre apenas em 1971, quando o Ministro da Justiça indiano visita o país. Ainda, em 1982, o Ministro do comércio e indústria do Burundi visitou a Índia. Apesar da independência do Djibouti ter ocorrido somente em 1977, a relação entre os dois países iniciou-se antes, devido à considerável comunidade indiana no país africano. O segundo secretário indiano visitou o Djibouti em dezembro de 1956 para discutir o assunto dos indianos residentes no país, bem como a sua nomeação como cônsul na, então, Somália Francesa. Em 1989 o ministro das relações exteriores do país africano visitou a Índia, ocasião na qual foram assinados acordos sobre cooperação técnica, científica e cultural.

A relação com a Eritréia também refletiu a presença de uma comunidade indiana no país. Em 1951, os indianos residentes neste país africano pediram a abertura de missão diplomática no país, contudo, a relação entre eles permaneceu sob custódia do comissário em Aden, no Iêmen, e somente sobre questões comerciais. Já a relação entre Índia e Etiópia pode ser percebida como estratégica pelo grande número de visitas de alto nível. Em nível ministerial, ministros etíopes foram à Índia em 1949, 1956, 1964, 1984, 1987 e 1988, sendo que ministros indianos foram à Etiópia em 1952, 1955, 1956, 1957, 1962, 1971 e 1989. Dentre as visitas de Chefes de Estado e de governo, o Imperador da Etiópia esteve na Índia em 1956 e 1959 e o Presidente da Índia na Etiópia em 1965 e 1972.

Uma missão de boa vontade indiana foi iniciada em 1948, se seguindo o estabelecimento das relações diplomáticas entre Índia e Etiópia em 1950, as quais foram elevadas em 1953, com a instalação de embaixadas em Addis Ababa e Nova Déli. Os dois países assinaram diversos acordos de cooperação em diversas áreas, como comércio e planejamento, transporte, agricultura, defesa e segurança, bem como a Declaração de princípios “Panch Sheel”, onde reafirmaram o repúdio ao racismo e colonialismo e a amizade entre os dois países. Devido às diversas visitas de alto nível e trocas técnicas, não somente acordos importantes foram firmados entre os governos, mas também a criação de empreendimentos, como uma indústria têxtil na Etiópia (49% das quotas eram indianas). Ainda, vários treinamentos militares conjuntos foram desenvolvidos no período, além da contratação de indianos para cargos técnicos no governo da Etiópia durante o período.

A atuação da comunidade indiana na Etiópia ajudou no estreitamento das relações entre os países. Neste contexto, em 1951, foi construída uma maternidade com fundos reunidos pela comunidade indiana residente no país, e em 1955, devido a celebração do jubileu de prata em Addis Ababa, a comunidade indiana presenteou o país com um hospital totalmente equipado. Em 1953, o governo etíope disponibilizou 96 acres de terras para famílias indianas de agricultores. A proximidade entre os países também se refletiu na declaração de estado de luto na Etiópia, quando da morte de Jawaharlal Nehru, em 1964. Deve ser destacado o conflito entre Etiópia e Somália na década de 1970, onde o imperador etíope foi deposto, causando um esfriamento das relações entre os países. Durante este período, a Índia demonstrou apoio à resolução pacífica deste conflito e apoiou a defesa da integridade do povo etíope.

Quanto ao Quênia, que obteve sua independência em 1963, este foi um dos países nos quais a diáspora indiana era mais representativa à época. Nehru apoiou o nacionalismo no Quênia, enviando um emissário ao país, Apa Pant, em 1950 e instruindo a população de origem indiana que lá residia a serem leais a sua terra africana, colocando o nacionalismo

africano acima da etnicidade indiana. Quando da declaração de estado de emergência no país africano em 1952, que foi seguida dos ataques de violência da etnia Kikuyu, o governo indiano expressou a necessidade de resolução do conflito de maneira pacífica e condenou a dominação racial de qualquer tipo. Além disso, o governo indiano aconselhou a comunidade indiana a se identificar com o país em que habitassem não tentando angariar privilégios em razão de sua etnia. A Índia condenava publicamente a ação de colonos europeus que instigavam desconfiança acerca dos interesses indianos no continente, classificando-os como imperialistas.

Foi inaugurado, em 1954, com assistência indiana, o Royal Technical College, em Nairóbi, aberto a todas as raças e credos. É importante ressaltar o apoio queniano a causa indiana contra a agressão chinesa de 1962. Devido a conflitos internos e às posições que os indianos ocupavam na sociedade do Quênia que ainda representavam resquícios da colonização britânica, em 1966 alguns indianos foram deportados do país. O Alto Comissário indiano para o Quênia interveio, e as deportações cessaram. O governo africano declarou que o ocorrido não fazia parte de uma política anti-indiana. Contudo, a política de “africanização” continuou a afetar as relações entre os dois países, culminando com o Ato de Imigração que restringia severamente a obtenção de empregos para os não cidadãos quenianos, e a consequente imigração massiva em dezembro de 1967. Na década de 1970 as relações foram impulsionadas novamente através dos acordos assinados em razão de visitas ministeriais. Nesta época o Quênia ingressou no ITEC, sendo que médicos indianos passaram a servir em instituições de saúde do Quênia e quenianos passaram a ser recebidos em escolas técnicas indianas.

No contexto das relações diplomáticas, as visitas ministeriais de ministros indianos ao Quênia foram realizadas nos anos de 1961, 1963, 1970, 1971, 1977, 1978, 1979, 1984 e 1990, enquanto que a de ministros quenianos à Índia, nos anos de 1971, 1978 e 1980. A relação entre os dois países recebeu um impulso forte com visita do presidente Daniel T. Arap Moi à Índia, em 1981, quando três acordos nas áreas de economia, cultura e cooperação técnica foram assinados. Estes acordos serviram de base para cooperação entre outras áreas, como educação, esportes, entre outras, além de aumentar o número de empresas indianas no Quênia, a exemplo da Pan African Mill Ltd., uma *joint venture* binacional administrada por uma empresa indiana.

Quanto à relação com Madagascar, o secretário do Alto Comissário indiano na África do Sul foi ao país em 1949 para investigar sobre a necessidade da abertura de um consulado indiano na ilha. O consulado foi aberto apenas em 1952, apesar da insistência do Comissário,

em muito devido às dificuldades vividas pelos indianos residentes na Ilha (cerca de 10.000 pessoas). Em 1956, o governo africano permitiu a entrada das esposas e filhos dos indianos residentes na ilha, demonstrando a melhora nas relações. Em 1960, Madagascar obteve independência da França sendo que a relação entre os dois países seguiu cordial, recebendo novo impulso com a visita do presidente malgaxe à Índia, em 1981. Em 1990, Madagascar tornou-se novo foco de atenção para o desenvolvimento de relações bilaterais quando o Ministro das relações exteriores indiano visitou o país com uma comitiva empresarial que promoveu uma rodada de negócios que abriu novas oportunidades para exportadores indianos.

A relação com a República do Malawi inicia de forma oficial em 1950, quando o comissário indiano da África Oriental Britânica recebe o Malawi, Zâmbia e Zimbábue como sua jurisdição, devido aos 14.000 indianos residentes nestes territórios. Em 1964, o Ministro da Justiça indiano representou o país nas celebrações de independência. Neste mesmo ano, uma delegação de industriais indianos visitou o país. Conforme ocorria em outros territórios, os indianos sofreram com a africanização da década de 1970, recorrendo aos ingleses para assistência daqueles que possuíam passaporte britânico. Aos indianos malawianos foram permitidas concessões especiais para assentamento permanente na Índia.

As Ilhas Maurício são de grande importância para a Índia. As migrações foram tão significativas que, atualmente, cerca de 70% da população é de origem indiana. As representações diplomáticas começaram em 1948, mesmo ano em que os indianos garantiram 11 assentos (de 17 no total) no Conselho Legislativo do país. O país atingiu sua independência em 1968, contudo, manteve a monarca do Reino Unido como chefe de Estado, tornando-se uma república apenas em 1992. Nas ocasiões em que foram necessárias mediações entre o governo mauriciano e o Reino Unido, a Índia foi frequentemente chamada à mediação por conta de sua extensa diáspora.

Em 1965 e 1968, o Primeiro Ministro mauriciano foi à Índia. Durante o segundo encontro, já como país independente, o *premier* encontrou-se com organizações privadas a fim de fomentar as relações econômicas com a Índia. Em 1969, o primeiro ministro mauriciano, Rambgoolam, visitou a Índia, sendo que neste mesmo ano, os Ministros da saúde, agricultura, finanças e relações exteriores também visitaram o país. Um ano depois, a Primeira Ministra indiana visitou as Ilhas Maurício, sendo esta uma visita histórica durante a qual selou-se o compromisso de que oficiais indianos fossem disponibilizados para os campos da aviação civil, construção de aeroportos, planejamento, transmissão elétrica, fiação, tecelagem e desenvolvimento do Instituto Memorial Gandhi em Port Luis. Ainda, em 1971 a Índia anunciou assistência para a finalização de projetos do Plano de Desenvolvimento

Mauriciano. Em 1973 o Primeiro Ministro mauriciano visitou a Índia, o que se repetiu em 1974, desta feita acompanhado de uma delegação de ministros (planejamento, esportes, trabalho, comércio e indústria, entre outros). Neste encontro, a Índia aumentou a linha de crédito para o país, bem como suas doações para o Instituto Memorial Gandhi, além de assinar um acordo para o estabelecimento de uma linha de cabotagem e a criação de organizações paraestatais para a navegação, cultivo de chá e agricultura diversa e criação de animais. Em 1975, o crédito foi expandido outra vez.

Em 1975, a Primeira Ministra indiana e o Ministro da saúde visitaram as Ilhas Maurício. No ano seguinte, o *premier* indiano voltou ao país para a inauguração do Instituto Gandhi, seguido por uma delegação de ministros. Nos anos seguintes foram firmados acordos nas áreas de crédito e cultura, além da criação da Comissão Econômica Conjunta. Em 1978 e 1979 também foram anos de intensas visitas de ministros indianos ao país africano. Em 1982, os primeiro ministros de ambos os países visitaram um ao outro, tendo a Índia concedido mais crédito ao país africano, além de ajuda técnica para discutir a questão da dupla tarifação. Em 1983, o *premier* mauriciano foi à Índia e, novamente, em 1984 para o funeral de Indira Gandhi. Também em 1984, o presidente indiano visitou as Ilhas Maurício para a comemoração dos 50 anos de emigração indiana para o país; houve a segunda reunião da Comissão Conjunta, com a participação de vários ministros, o que se repetiu em 1985, quando foi garantida a concessão de crédito para o projeto do hospital Jawaharlal Nehru, entre outros projetos constantes do Plano de Desenvolvimento do país e o aumento de mais 100 bolsas estudantis.

Houve ainda, visitas de ministros indianos às Ilhas Maurício em 1975, 1976, 1978, 1979, 1982, 1985-1986, 1987, 1988, 1989 e 1990 e de Ministros mauricianos à Índia em 1978, 1979, 1982, 1983, 1986, 1987, 1988, 1989 e 1990. Em 1988, o vice-presidente indiano, e mais uma delegação de ministros, visitou as Ilhas por ocasião do aniversário de sua independência e inaugurou a indústria de máquinas de chá, financiada e assistida tecnicamente pela Índia. Em 1989 ocorreu a Primeira Reunião do Conselho Empresarial Conjunto, e consolidação do projeto para um Centro de Estudos Indianos. Neste mesmo ano, dada a visita de uma delegação de ministros mauricianos ao país asiático, foram assinados acordos com relação ao narcotráfico e cooperação nas áreas de ciência e tecnologia, bem como protocolos para cooperação em oceanografia, em esportes e assuntos de juventude.

Em relação à Moçambique, a Índia defendia a independência das colônias portuguesas dando apoio político e material aos movimentos de libertação destes países tanto diretamente, quanto por meio do Fundo Especial da OUA. Condenava, ainda, o apoio norte-americano e

européu que seguiam investindo nestes países possibilitando sua subsistência econômica. O país asiático foi um dos primeiros a reconhecer a independência das ex-colônias portuguesas, sendo a de Moçambique atingida em 1975. As relações diplomáticas começaram imediatamente. Em 1974, a questão da expropriação de propriedades de indianos expulsos de Moçambique já havia começado a ser tratada pelos governos indiano e portugueses.

Em 1976 foram assinados acordos de cooperação técnica, econômica e científica e liberação de linhas de crédito, sendo que um protocolo de cooperação econômica e cultural foi assinado em 1982, em razão da visita da Primeira Ministra indiana. Das visitas de alto nível destacam-se: de ministros indianos em 1976, 1979 e 1982; de ministros moçambicanos em 1980, 1984 e 1988; do presidente de Moçambique em 1982, 1983, 1984 e 1988.

Quanto a Ruanda, em 1975 a Índia começou a realizar pesquisa por meio da *Mineral Exploration Corporation of India*. Em 1990, foram assinados acordos de comércio e cooperação técnica, bem como o estabeleceu-se o plano de ação do Programa de Intercambio Cultural de 1990-92, em razão da visita do ministro das relações exteriores e cooperação internacional ruandês. Com a ascensão do conflito civil, a Índia, conjuntamente com a Bélgica e França, evacuou a comunidade indiana de Kigali. Ainda, de 1994 a 1996, a Índia participou na missão das Nações Unidas de manutenção da paz no país, a UNAMIR.

As Ilhas Seychelles tornaram-se um território independente em 1976 e já neste ano as relações diplomáticas entre os dois países começaram. Com relação às visitas, ministros seichelenses visitaram a Índia em 1976 e 1978; ministros indianos em 1976 e 1981; o presidente seichelense visitou a Índia em 1979, 1986 e 1990; o presidente indiano foi à Seychelles em 1989. Em 1985 três navios indianos participaram no Dia Nacional de Seychelles, como ato de boa vontade e cordialidade entre ambos os países.

O ministro do turismo e aviação civil liderou a delegação indiana de 1976, a qual resultou no envio de especialistas em agricultura, entre outros dentro do escopo da ITEC, além de assistência material para o Centro de Treinamento de Comércio e Indústria em Piton. Foram assinados acordos nas áreas de serviços aéreos e cooperação técnica e econômica (1978), cultura (1987) e intercâmbio (1989), além de haver ocorrido a instalação de uma missão diplomática através de um Alto Comissário Indiano (1980) e de uma Comissão Conjunta (1989).

Quanto à Somália, a Índia assistiu ao país em grande parte através do recrutamento de pessoas. Em 1964 foi aberta a missão diplomática indiana no país africano. Dentre os projetos conjuntos, destaca-se o financiamento indiano de uma siderúrgica e de uma fábrica de papel (1975). Quanto às visitas realizadas: de ministros indianos à Somália em 1960 e de ministros

somalianos à Índia, em 1963. Em 1991, a embaixada Indiana foi fechada por conta dos conflitos na cidade de Mogadishu ocorridos entre o MPS (Movimento Patriótico Somali) e o MNS (Movimento Nacional Somali). Quase todos os cidadãos indianos tiveram de deixar o país, sendo que, além desta disputa interna, a Somália sofreu com o conflito com a Etiópia, dentro de um contexto de crise econômica e energética, além de instabilidade monetária. A Índia apoiou nos fóruns multilaterais a resolução pacífica do conflito, bem como as ações da OUA.

A relação diplomática com Uganda iniciou em 1948, quando o comissariado da África Oriental Britânica passou a administrar o país. Em 1955 houve discussões sobre quotas para representantes indianos na administração do país africano. Em 1962, Uganda torna-se um país independente, com ministros indianos participando nas celebrações sendo a missão diplomática elevada para Alto Comissariado. Com a morte de Nehru, em 1964, Uganda declarou estado de luto. Destaca-se, novamente, que, com o início da política de africanização, os indianos passaram a ser hostilizados e expulsos de alguns países, entre eles, Uganda. Seguindo sua política de não discriminação, o governo indiano aconselhou a comunidade de Uganda a aderir às visões e interesses de seu país de adoção, mas a comunidade indiana em Uganda não estava disposta a seguir a política de Nehru e se nacionalizar conforme o país de adoção, para que não perdessem seu passaporte britânico. Esta situação foi agravada pela africanização, dado que, apesar de possuírem o passaporte europeu, eles não eram aceitos na Inglaterra devido às quotas anuais de apenas 1.500 famílias imigrantes.

O governo indiano defendia que pessoas com o passaporte britânico eram de responsabilidade do Reino Unido, contudo, nada foi feito pela Inglaterra e, em 1972, os indianos não nacionalizados foram obrigados a deixar o país. Em 1973, o governo indiano tomou a expulsão em massa como prioridade de sua diplomacia, mas sem que seus apelos tivessem resultados junto ao governo ugandês. Em 1976, finalmente um acordo de compensação foi assinado. Em 1985, com o golpe de estado que retirou o presidente Milton Obote do poder, cerca de 300 indianos foram evacuados para o Quênia, entre outros que voltaram à Índia. Em 1990, uma delegação indiana foi discutir a renegociação de fundos indianos bloqueados em Uganda.

Foram, ainda, assinados durante o período diversos acordos entre os dois países. O primeiro, em 1964, sobre a construção de quatro novos engenhos de açúcar, com assistência técnica indiana e equidade de participação. Também foram firmados o acordo de cooperação científica, econômica e técnica (1966), o estabelecimento de uma *joint venture* – Kinyala

Sugar Project (1971), o aumento da concessão de crédito indiano (1980), novos acordos de cooperação técnica, científica e econômica, além de um acordo cultural e de uma memorando de entendimento sobre agricultura (1981). Quanto às visitas intercambiadas: ministros ugandeses foram à Índia em 1956, 1964, 1965, 1974, 1976, 1987, 1988, 1989 e 1990 e ministros indianos, à Uganda em 1961, 1962, 1976 e 1990.

Conforme ocorreu em Uganda e no Quênia, a Tanzânia – então Tanganyka e Zanzibar – a cobertura diplomática era realizada pelo comissariado da África Oriental Britânica. Em 1955 houve mudança no Conselho Legislativo, passando a existir 30 membros não oficiais, dez de cada raça que representariam as oito províncias e Dar-es-Salaam (10 africanos, 10 asiáticos e 10 europeus). Em 1957, em Tanganyka, 11 dos 71 assentos do Conselho de Ministros foram reservados para asiáticos. Em 1961, o governo indiano estabelece um Comissariado Indiano em Dar-es-Salaam; mesmo ano que o país torna-se independente. Conforme ocorreu em Uganda, a africanização também afetou a vida das comunidades indianas em Tanganyka e Zanzibar – tendo este processo iniciado em 1964, com violenta revolução. Em 1966, o governo da Tanzânia ordenou a expulsão de indianos, reconsiderando o caso posteriormente, além de nacionalizar os bancos de propriedade indiana.

Alguns acordos foram firmados, a saber: empréstimo para compra de maquinário e equipamento indiano para a Tanzânia (1965); acordo sobre assistência comercial e técnica (1966); acordo cultural e de ajuda nos campos de aviação e férreo (1974); criação da Comissão Conjunta (1975); a ONGC indiana visitou a Tanzânia e finalizou acordo de exploração do campo de gás Songo Songo (1975), projetos de pequenas indústrias (1976) e de serviços aéreos (1982), novo acordo cultural (1986) e de comércio (1988). Quanto às visitas, os ministros indianos foram à região em 1961 (Tanganyka e Zanzibar), em 1962 (Tanganyka), em 1966, 1975, 1976 e 1987. Já os ministros tanzanianos foram à Índia em 1974, 1975, 1976, 1978 e 1989. O presidente tanzaniano visitou a Índia em 1971, 1976 e 1989 e o indiano foi à Tanzânia em 1989.

A relação indiana com a Zâmbia (antiga Rodésia do Norte) e o Zimbábue (Rodésia do Sul) se entrelaça devido ao apoio da Índia aos movimentos de libertação do continente, em especial em oposição ao *apartheid* sul africano. A relação diplomática entre eles começa em 1950, quando o comissário da África Oriental Britânica passa a administrar estes territórios, com cerca de 14.000 indianos. Neste mesmo ano o monarca da Barotsilândia (oeste da Zâmbia) e o presidente do Congresso Africano deste país, foram à Índia, em viagem financiada pela comunidade indiana do país. Em 1953, os três territórios foram unidos dentro da Federação da Rodésia e Niassalândia. O sistema federativo preocupou-se em razão da

discriminação que a comunidade indiana já vinha sofrendo, especialmente na Rodésia do Sul, e pela falta de aprovação do sistema político por 98% dos africanos. É interessante ressaltar que em 1963, uma delegação indiana visitou a Rodésia do Norte e o país demonstrou apoio à causa indiana contra a agressão chinesa na disputa fronteiriça de 1962.

Em 1965, a Rodésia do Sul declarou-se independente pela minoria branca, marginalizando a maioria africana oficialmente em 1969 com uma nova constituição racista. Neste mesmo ano, aconteceu a Conferência dos países da *Commonwealth*, onde a Índia declarou que o Reino Unido teria a responsabilidade de acabar com a rebelião na Rodésia, dado que as sanções econômicas parciais não surtiram o efeito esperado seria necessário embargo total ao país. O embargo afetou negativamente a Zâmbia, e se provou ineficaz contra a Rodésia. Como resposta, a Índia propôs ao Comitê de Sanções da *Commonwealth*, um pacote de ajuda ao país. Além disso, a Índia forneceu ajuda unilateral de toda a sorte ao país, durante todo o conflito.

Após o fim dos conflitos internos na Zâmbia, o presidente do país foi à Índia em 1974 com uma delegação de ministros. Demonstrando a cordialidade do país asiático para com a Zâmbia, o presidente Kauna foi convidado de honra das celebrações do Dia da República, além de receber o prêmio Nehru por seu trabalho diplomático. Vários acordos foram assinados durante a visita, além de troca de opiniões sobre assuntos internacionais como a oposição à expansão naval na base Diego Garcia, a necessidade de manter o Oceano Índico como zona de paz e da não proliferação de armas nucleares, a oposição ao colonialismo e ao racismo.

Quanto aos acordos entre Índia e Zâmbia, estes foram firmados nas áreas de cooperação técnica, científica e econômica, cultural somando-se a um protocolo de cooperação bilateral, além de treinamentos na área de defesa em 1974. Seguiram-se a eles a convenção sobre dupla tarifação de 1984, a concessão de linhas de crédito em 1979, o protocolo de cooperação na área férrea e comercial de 1981 e um aumento das linhas de crédito para produtos indianos em 1986. É interessante destacar a reunião da Comissão Conjunta, em 1990. Em termos de visitas de alto nível, ministros indianos foram à Zâmbia em 1963 (no caso, à Rodésia do Norte) e em 1974. O presidente indiano visitou o país em 1981 e 1989. Pelo lado da Zâmbia, seus ministros visitaram a Índia em 1971, 1974, 1975 e 1979 e seu presidente em 1967 e 1974.

Em relação ao Zimbábue, após a retirada do governo racista de Smith em 1979, foi iniciada a relação entre os dois países e vários acordos foram assinados, a saber: cooperação técnica econômica, cultural, comercial e de crédito para compra de produtos indianos (1981), novo acordo econômico e técnico (1984); restabelecimento das reuniões da Comissão

Conjunta com a Zâmbia e Zimbábue (1990). O presidente zimbabuano, Robert Mugabe, recebeu o prêmio Nehru no ano de 1989. Ministros zimbabuanos foram à Índia em 1981 e 1990 e o presidente indiano visitou o Zimbábue em 1989, fortalecendo a relação entre os dois países. Neste período, a Índia teve pouco envolvimento com alguns países da região, a saber: Ilha Reunião e Comores, para a qual enviou ajuda humanitária em 1983.

#### **1.3.1.4 A Índia e o Oeste da África**

Neste primeiro período abordado, o relacionamento da Índia com Gana foi mais intenso, principalmente em razão recrutamento de especialistas indianos. Ainda, em 1959, o governo indiano foi solicitado a representar os interesses de Gana no Egito, Síria e Arábia Saudita, através de seus diplomatas lotados nestes países. Em 1962, foi nomeado um novo Alto Comissário indiano para Gana. Frente à disputa territorial com a China de 1963, Gana e alguns outros membros do MNA, formularam as propostas de Colombo com vistas ao fim à guerra. Os indianos sofreram com a africanização também em Gana, a exemplo das medidas de fomento de empreendimentos ganeses, em 1968. Em 1972 houve um golpe de estado no país. Foram assinados acordos sobre agricultura (1971), serviços de aviação pela Air India (1976) e de cooperação jurídica (1976). Quanto às visitas, ministros ganeses foram à Índia em 1957 e 1958 (primeiro ministro), 1959, 1976 e 1989 e ministros indianos foram à Gana em 1963 e 1971.

Sobre a Guiné (antiga colônia francesa), o país atingiu sua independência em 1958, enquanto único país a negar a proposta do general de Gaulle para tornar-se membro da Comunidade Francesa. Imediatamente a isto, foi proclamada a República da Guiné, com reconhecimento da Índia. Em 1960, o alto comissário de Gana tornou-se embaixador em Guiné e, seis anos depois, foi aberta uma missão diplomática no país. Com a visita do presidente da Guiné à Índia, em 1981, foram pedidos especialistas para cooperação técnica nas áreas de agricultura e pequenas indústrias. Ainda, um memorando de entendimento foi assinado. Em 1990, foram discutidas questões acerca de cooperação no campo dos transportes, comércio e economia. Quanto às visitas de alto nível, o presidente da Guiné foi à Índia em 1960 e 1981, sendo que ministros indianos foram ao país africano em 1990. Antes disto, apenas uma delegação de parlamentares indianos havia visitado Gana, Senegal e Guiné, em 1970.

A relação diplomática com a Libéria teve início no ano de 1960, quando o alto comissário da Índia em Gana, assumiu o posto de embaixador com função concomitante. Em

1990, com a guerra civil no país africano, houve êxodo dos cerca de 10.000 indianos, sendo que cerca de 600 ficaram presos entre as forças em guerra. Os navios da *Shipping Corporation of India* foram desviados para Monróvia e uma equipe consular especial, em conjunto com os Estados Unidos, evacuaram os indianos presos no país. Entre 14 e 29 de agosto de 1990, 449 PIOs (*People of Indian Origin*) foram retirados do país por helicóptero e levados à Serra Leoa. No final do ano, quando a trégua parecia possível, apenas 50 indianos haviam permanecido no país.

Já com a Mauritânia as relações diplomáticas iniciaram-se em 1965. Em 1975, o Ministro da indústria indiano visitou o país e o presidente Moktar Dadah, visitou a Índia para discutir o início de uma cooperação bilateral e internacional. Já a relação com a Nigéria inicia em 1952, quando o comissário indiano da África Oriental Britânica visitou o país e propôs a criação de uma missão diplomática em Acra, com jurisdição sobre a Nigéria. Quando o país africano obteve a independência em 1960, um Alto Comissário foi designado para o país.

Durante a visita de uma delegação nigeriana em 1972, foi discutida a possibilidade de acordos no campo petrolífero. Esta intenção foi consolidada, quando a *Nigerian Oil Corporation* solicitou treinamento ao país asiático. Em 1982, foram assinados acordos de cooperação entre a *Nigeriam Buildings e Road Research Institute* e o CSIR (*Council of Scientific and Industrial Research*). Instrumentos de ratificação do acordo sobre cultura também foram assinados. Além disso, foi organizada uma Comissão Conjunta. Durante sua segunda reunião, em 1989, foi decidido o estabelecimento de Comitês Conjuntos para cooperação nas áreas de desenvolvimento industrial e ciência e tecnologia. As visitas de alto nível se deram em 1952, 1959, 1972, 1984 e 1989 (ministros nigerianos), sendo que 1962 o Primeiro Ministro indiano foi à Nigéria em 1962 e o presidente da Nigéria foi à Índia em 1983.

Tanto o Mali, quanto o Senegal foram de imediato reconhecidos pelo governo indiano quando da obtenção de suas independências em 1960, sendo que a Índia abriu uma embaixada no Senegal em 1961. Destaca-se o fechamento da missão diplomática senegalesa em Déli, em caráter provisório, devido à situação econômica do país, em 1980. O presidente senegalês visitou a Índia em 1974 e em 1989, o ministro da indústria e desenvolvimento senegalês visitou a Índia. O resultado destas visitas foi a assinatura de alguns acordos: cooperação cultural, econômica, técnica e científica (1974); assinatura de um memorando de entendimento para recrutamento de especialistas, além de novos acordos na área de ciência e tecnologia em 1980.

Entre 1948 e 1990, a Índia não manteve relações intensas com os seguintes países do oeste africano, ficando os contatos restritos a alguns acordos: Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Gâmbia, Mali, Níger, Santa Helena, Serra Leoa e Togo. Com o Benin, foi assinado um acordo de cooperação cultural, na visita do Ministro das Relações Exteriores do Benin à Índia em 1986. Com Burkina Faso (antiga Upper Volta) foi assinado um memorando de entendimento econômico, técnico e cultural em 1976, sendo novo acordo cultural assinado em 1988. Com a Gâmbia o contato registrado pela diplomacia indiana em seus relatórios restringiu-se à felicitação pela independência, em 1965.

Quanto à Guiné-Bissau e Cabo Verde, destaca-se o apoio indiano aos movimentos de libertação do país e a visita do ministro das relações exteriores da Guiné-Bissau à Índia em 1983. A relação com Mali começou com o reconhecimento de sua independência em 1960, e com a nomeação de um embaixador, em 1962. Em 1967, uma missão diplomática foi aberta no país. Não há registro com relação a Santa Helena. Em Serra Leoa o governo indiano acreditou o alto comissário de Gana para atender o país em 1961. O Togo obteve a independência em 1960 e em 1962 foi acreditado um alto comissário para o país.

#### **1.3.1.5 A Índia e o Sul da África**

As relações da Índia com o Sul da África neste primeiro período abordado variou em extremos de intensidade. Com alguns países como Lesoto e Suazilândia o nível de envolvimento foi baixo. Em 1976 o ministro das relações exteriores do Lesoto visitou a Índia para assinatura de um acordo de cooperação técnica e econômica. No mesmo ano, um acordo cultural foi assinado entre os dois países quando da visita do Vice-ministro das relações exteriores indiano ao Lesoto. Já a relação com a Suazilândia foi ainda menos ativa, sendo que somente em 1971, o alto comissário no Malawi passou a atender diplomaticamente a Suazilândia, em conjunto com o Lesoto, anos após as independências dos países. Em relação à Botsuana, em 1976, o Presidente do país e o Ministro das relações exteriores viajaram à Índia, sendo que em 1981, a Índia novamente recebeu o presidente da Botsuana. Durante sua visita um acordo sobre recrutamento de pessoal e um memorando de entendimento para cooperação na área de pequenas indústrias foi assinado.

Já a relação com a Namíbia foi marcada pelo apoio aos movimentos de libertação em todos os níveis. Em 1950, a Índia foi um dos poucos países a propor a discussão sobre o futuro do país. Em 1983, o presidente do ANC (*African National Congress*), Oliver Tambo, e o presidente da SWAPO, Sam Nujoma, visitaram a Índia (sendo que Nujoma o fazia pela

terceira vez). Em 1985, no encontro do MNA em Nova Déli, Rajiv Gandhi anunciou o estabelecimento de status diplomático total à representação da SWAPO na Índia. Ainda, o governo indiano reiterou que o regime de Pretória estabelecido na Namíbia era ilegal e que a SWAPO era o único representante legal possível. Durante 1988, a Índia continuou a apoiar a independência da Namíbia no âmbito do Protocolo de Brazzaville que supunha o cumprimento da Resolução 435 de 1978 do Conselho de Segurança das Nações Unidas para independência da Namíbia. Neste mesmo ano, o presidente da SWAPO visitou o país para discutir o auxílio indiano na transição política do país. A Índia contribuiu com pessoal para o Grupo de Assistência para Transição das Nações Unidas que foi liderada por um indiano, o General Prem Chand. Em 1990 o Primeiro Ministro indiano visitou a Namíbia para celebrar a independência do país anunciando durante a visita um pacote de assistência que incluía concessão de crédito pelo governo indiano e pelo Africa Fund, além da prestação de assistência técnica sob a égide da ITEC e programas similares. Ainda, em 1990 a Namíbia fechou o escritório da SWAPO em Nova Déli, com a promessa de abertura de um Alto Comissariado em 1991.

A relação com a África do Sul foi altamente conflituosa durante todo o período devido à condenação indiana ao regime do *apartheid*. Em 1948 foi nomeando para a África do Sul um alto comissário devido à situação problemática da comunidade indiana no país, que vinha se deteriorando desde antes da Guerra dos Bôeres. Os indianos começaram a chegar à África do Sul em 1653, quando comerciantes holandeses os vendiam como escravos para a colônia do Cabo, retirados, principalmente, das regiões agrícolas de Bihar, Leste de Uttar Pradesh, Tamil Nadu, e Andhra Pradesh. A administração colonial permitia medidas e leis discriminatórias, humilhando e atrasando o progresso dos indianos, os quais atuavam como competidores aos colonos brancos mais pobres que trabalhavam no comércio. A luta por igualdade iniciou em 1893, com a chegada de Mohandas Karamchand Gandhi, um advogado que estava a negócios no país e resolveu permanecer na África do Sul, onde não apenas enriqueceu enquanto o único advogado indiano, como também organizou o primeiro movimento de resistência pacífica, base para a determinação dos rumos da descolonização indiana quando de seu retorno ao país.

A situação era pior no Transvaal, onde os indianos não podiam ser proprietários de terras, e em Natal, área de maior concentração da comunidade, onde uma taxa de licença deveria ser paga por aqueles que permanecessem após o fim do contrato que os tinha levado à África do Sul. Em 1949 indianos e africanos se colocaram em lados opostos em um levante de cunho racial, em Durban. Em decorrência do levante vários indianos perderam suas terras, o

que gerou uma conferência tripartite entre África do Sul, Índia e Paquistão, sob a égide da ONU, em fevereiro de 1950. Com o *Group Areas Act*, que estabelecia segregação geográfica residencial, a situação da comunidade indiana no país africano se deteriorou. Em 1952, a ONU interveio novamente, estabelecendo um *United Nations Good Office Commission*, como mediador. Contudo, nos anos seguintes a situação piorou, com a introdução de outros atos de segregação como a proibição à imigração de familiares de sul-africanos indianos, o fechamento da missão diplomática indiana no país em 1954 e o impedimento ao ingresso de indianos em universidades.

A partir de uma resolução da ONU, em 1963, a Índia iniciou uma série de sanções contra a África do Sul. Em 1967, o *African National Congress* (ANC), partido de oposição ao regime de *apartheid*, abriu um escritório em Nova Déli, o primeiro na Ásia. Em 1975, a Índia co-patrocinou seis das sete novas resoluções condenando o país africano, e acrescentou o “Apartheid nos esportes” que baniu as equipes sul-africanas das competições internacionais. Com a libertação de Mandela, a Índia convidou o líder a visitar o país, montando uma comissão de 175 indianos proeminentes entre empresários e ministros para recebê-lo. A visita aconteceu em 15 de outubro de 1990, quando recebeu o prêmio Bharat Ratna, o título de Doutor da *Banaras Hindu University* e cinco milhões de dólares em contribuição para a ANC.

## 2 AS RELAÇÕES ÍNDIA-ÁFRICA 1991-2011: HISTÓRICO E DETERMINANTES NACIONAIS

Dentre a vasta bibliografia atualmente produzida em referência à atuação da Índia na África, os aspectos recorrentemente mencionados, que justificam esta presença, estão relacionados com as necessidades energéticas, a dimensão sócioeconômica e a inserção da Índia como um *global trader* no comércio mundial, dentre outras e não necessariamente nesta ordem em termos de importância. Considerando-se o complexo ambiente indiano, abordado superficialmente até aqui, não é tarefa fácil desvendar as razões e as extensões dos atos governamentais e privados em relação ao continente.

Para que se tenha em perspectiva a conjuntura nacional indiana que, em última instância define os interesses do país nas relações indo-africanas, a presente seção terá início com a abordagem dos fatos relevantes ocorridos no país no período em análise. Posteriormente serão desdobradas as linhas gerais da atuação indiana em seu engajamento com os países africanos, sem que estas relações sejam analisadas em termos bilaterais devido à alteração significativa na escala na qual elas passam a ocorrer a partir da década de 1990. Deste modo, um dos propósitos na análise deste segundo período de interações da Índia com o continente africano, bilateral ou multilateralmente, é a avaliação das interpretações vigentes sobre o “new scramble”, como vem chamando os especialistas à intensificação da presença dos países emergentes nesta região do mundo na última década.

Analisadas as razões pelas quais a Índia promoveu uma aproximação com a África com base em seus determinantes nacionais, sendo estas os diversos “mantras” que guiam esta atuação, estarão estabelecidas as razões internas, mas ainda será necessário que se constitua um retrato da conjuntura que possibilitou o atendimento das prerrogativas internas detectadas nesta seção. Constrangimentos ao desenvolvimento são elementos desenvolvidos a partir de relações de poder assimétricas intencionalmente construídas pelos poderes tradicionais. O argumento que aqui se procura defender é o de que, apesar das prerrogativas internas indianas, não basta que se detectem as razões, por mais relevantes que estas o sejam, para que a Índia aumente sua presença na África, pois, a remoção dos impedimentos a que estas necessidades fossem supridas, a disponibilidade de divisas, é o fator chave da conjuntura africana no que tange às suas relações com a Ásia no século XXI.

## 2.1 A conjuntura indiana (1991-2011)

É notório o reposicionamento da Índia no cenário internacional a partir dos anos 1990 e as novas características de sua projeção internacional logo se refletiriam nas suas relações com os países africanos. O ponto de corte do novo paradigma foi antecedido por uma pequena instabilidade política dada pela derrota de Rajiv Gandhi em 1989 e pelos governos do BJP que suscitaram um período turbulento que por sua vez estimulou insurgências separatistas no Punjab, Issam e na Caxemira<sup>3</sup>.

O radicalismo hinduísta de certas alas do BJP também contribuiu para o encurtamento de sua gestão e em 1991 Narasimha Rao assume o cargo de primeiro-ministro recuperando a administração central para o mesmo Partido do Congresso, mas dando início a uma página completamente nova da história indiana. A importância deste político dá-se tanto pela conjuntura na qual estava inserido seu governo que, iniciado em 1991, deveria lidar com as profundas mudanças ocorridas ao final da Guerra Fria, quanto em razão de suas políticas macroeconômicas que inseriram a Índia em um novo patamar no sistema mundial.

O período iniciado em 1991 é taxado por economistas indianos como “ponto de virada” (SRINIVASAN; TENDULKAR, 2003) tendo sido ocasionado por uma grave crise macroeconômica causada por uma série de fatores como o expansionismo fiscal da década de 1980 (acompanhado de um déficit fiscal altíssimo como consequência), a instabilidade política acentuada pela ascensão do BJP em 1989, o desmantelamento da URSS (e juntamente com ela o fim dos acordos de permuta que a Índia possuía com este e com outros países do Leste Europeu), a alta de preços do petróleo devida à Guerra do Golfo de 1990, fatores que culminaram em um balanço de pagamentos deteriorado.

Inflação galopante e um saldo de reservas internacionais insuficientes para sequer duas semanas de importações completavam o panorama da crise de 1991, que levou à menor taxa de crescimento do PIB indiano no período: 1,3%. A partir de então a Índia adotou uma roupagem que mesclava a identidade Hindu com inclinações pró-ocidentais. Os indianos entenderam ser impossível manter, ao mesmo tempo, taxas elevadas de crescimento

---

<sup>3</sup> Os dados da subseção 2.1 estão baseados em: WOLPERT, Stanley (org.). *Encyclopedia of India*. Farmington Hills: Gale, 2006, 4 Vol.; LEVINSON, David (org.). *Encyclopedia of Modern Asia*. New York: Thomson Gale, 2002, 6 Vol.; LUCE, Edward. *In Spite of the Gods: The Strange Rise of Modern India*. New York: Doubleday, 2007. VIEIRA, Maíra. *Relações Brasil-Índia*. Porto Alegre: UFRGS, 2009. PAL, Parthapratim; GHOSH, Jayati. *Inequality in India: A survey of recent trends*. DESA Working Papers, 2007 ([www.un.org/esa/desa/papers](http://www.un.org/esa/desa/papers)). World Health Organization ([www.who.int](http://www.who.int)); International Monetary Fund ([www.imf.org](http://www.imf.org)); Millenium Stats ([www.mdgs.un.org](http://www.mdgs.un.org)). Portais do Governo Indiano ([www.rbi.org.in](http://www.rbi.org.in), [www.india.gov.in](http://www.india.gov.in), [www.censusindia.gov.in](http://www.censusindia.gov.in)).

econômico e uma economia fechada de planificação estatal. A crise de 1991 brindou os governantes de ímpeto, criando oportunidade para as reformas, sendo que a desregulação gradativa da década de 1980 fez com que mais mudanças fossem politicamente aceitáveis.

Durante a década de 1990, a Índia abandonou seus controles quantitativos e adotou uma ótica de mercado que visava a sua integração com a economia global, chegando a crescer 7% por três anos consecutivos, as maiores cifras desde sua independência. As reformas cobriram as áreas de comércio exterior e investimentos, políticas cambiais e industriais. As restrições aos investimentos estrangeiros caíram em grande parte e as empresas indianas passaram a poder captar capital no mercado internacional. As tarifas de importação caíram durante a primeira fase de reformas – iniciada em 1991 e finalizada em 2001 – de uma média de 128% para 51%, sendo, ainda, as mais altas da Ásia.

Dentre outras mudanças, destacam-se a queda dos subsídios para exportações, a troca de esfera de poder no que concerne às decisões de comércio exterior (conferindo a estas, maior flexibilidade), a abolição de taxas de exportação para produtos minerais e agrícolas e a extinção das listas de produtos proibidos para importação. Também a queda da participação indiana nas exportações mundiais de 2,2% em 1948 para 0,5% em 1983 era motivo de ressentimento entre a elite política. Durante processo de reformas econômicas esta participação subiu para 0,7% em 2000, chegando a registrar um percentual de 0,91 em 2005, com destaque para as exportações de software, que cresceram de 126 milhões de dólares em 1991 para 6,3 bilhões em 2001 e para mais de 50 bilhões em 2010.

O governo do Partido do Congresso, representado pelo primeiro-ministro Narasimha Rao acabou sendo interrompido em meio ao processo de abertura econômica por diversas razões. Episódios de corrupção revelados em relação a governos anteriores do Partido do Congresso, a desaceleração do crescimento econômico no meio da década de 1990 e uma crise “moral” que expunha a dificuldade em se dividir os tão alardeados ganhos econômicos com a população mais pobre fizeram com que em 1996 o BJP ganhasse a eleição obtendo a maioria dos assentos do Congresso Indiano.

Após duas novas eleições, o primeiro-ministro Atal Bihari Vajpayee assume para um mandato completo de cinco anos em 1998, suportado por uma coalizão do BJP. O governo de Vajpayee suscitou muitas expectativas em relação ao recrudescimento da violência comunal por suas ligações estreitas com o RSS e o VHP, apesar de sua retórica clamar por um governo “genuinamente secular” e em benefício de todas as minorias. Entretanto, a realização dos testes nucleares em 1998 ocasionou um escalonamento na rivalidade com o Paquistão e consolidou no imaginário hindu a existência de um inimigo em seu território, o muçulmano

“outsider”. No plano econômico, como visto anteriormente, o governo do BJP seguiu a linha reformista da década de 1990 sem, entretanto, conseguir completar o processo de liberalização do país.

Ainda que no pico do crescimento econômico indiano, em 2004 o BJP não foi capaz de repetir o sucesso eleitoral anterior. Mesmo havendo logrado escapar do estigma fundamentalista hindu, episódios como os embates contra muçulmanos no Gujarat em 2002 (com um saldo de aproximadamente 1.000 mortos e 150.000 muçulmanos deslocados) macularam a imagem de uma influência construtiva em termos de redução da violência comunal. A percepção de que os benefícios do crescimento econômico não haviam chegado aos numerosos camponeses do país também contribuiu para a retomada do poder pelo Partido do Congresso.

Em 2004 o sikh Manmohan Singh, Ex-ministro da Fazenda de Rao e “pai” das primeiras reformas econômicas, assume novamente o cargo de Primeiro Ministro. O cenário encontrado por Singh, entretanto, era bastante distinto daquele do início da década de 1990. As insurgências promovidas pelos nacionalistas hindus, amparados por um processo revisionista, culminaram por fazer aflorar uma espécie de *jihad* defensiva no território indiano, que já perpetuou incontáveis episódios de terrorismo. Ainda que o governo de Singh tenha conseguido obter sucesso na manutenção de elevadas taxas de crescimento no país em seu primeiro mandato, a questão da pobreza e da desigualdade ainda hoje persiste enquanto um grande desafio. Além disto, para além das reformas econômicas, a burocracia indiana segue operando com grande ineficiência e métodos arcaicos para a maioria de suas funções, sem contar o alto nível de corrupção dentre seus funcionários.

Em 2009, 417 milhões de eleitores de um total de 800 milhões de pessoas passíveis de exercer o voto facultativo, afiançaram novamente a maioria do Lok Sabha (câmara baixa) ao Partido do Congresso. O segundo mandato de Singh foi assegurado por algumas políticas de redistribuição do crescimento econômico, como aumento de salário dos servidores públicos, o perdão das dívidas dos pequenos agricultores e esquemas de garantia de empregos para o campesinato. Esta vitória, em muito semelhante a um cheque em branco para que o Partido do Congresso consiga levar a cabo a transição econômica indiana, também vem acompanhada de altíssimas expectativas por parte daqueles que até o presente momento não foram incluídos na modernidade alcançada por muitos no país.

Contemporaneamente, a Índia é o sexto maior consumidor de energia no mundo, sendo que 50% do consumo provem do carvão, 45% de gás e petróleo, 2% de energia hidroelétrica e 1,5% de energia nuclear. A estrutura atual do setor energético indiano, porém, configura-se

atualmente como um obstáculo para o crescimento do país: os cortes de luz oscilam entre 11% e 18% do fornecimento nos horários de pico e cerca de 20% do território nacional não possui abastecimento de eletricidade. Em relação ao petróleo, seu principal déficit energético, 70% do consumo indiano é de produto importado e estima-se que, mantido o nível de crescimento atual da economia, em 2025 a Índia terá que importar 90% de seu consumo.

Em relação aos seus constrangimentos estruturais, curiosamente a Índia espelha muitas das dificuldades dos países africanos o que deixa margens para interpretações que questionam os porquês da Índia investir em outro continente, recursos dos quais tanto necessita. Em termos de infraestrutura, por exemplo, a Índia não carece apenas de energia. Ferrovias, estradas, água e telecomunicações, bem como suporte aos sistemas de transporte marítimo e aéreo são insuficientes para atender à crescente demanda dada pelo crescimento acelerado do país.

O número de linhas telefônicas fixas oscila em torno de 40 milhões (número 10 vezes maior para linhas de telefones celulares, providas por companhias privadas), o que faz do país o sétimo no ranking mundial em números absolutos. Entretanto, além destas linhas atenderem somente às populações urbanas (14% das aldeias indianas não possuem nenhuma conexão) e representarem apenas três linhas para cada 100 pessoas, os serviços estatais, ainda majoritários para as linhas fixas, são por vezes prejudicados por esquemas de corrupção.

No que tange ao abastecimento de eletricidade, apesar dos constantes esforços do governo para a atração de investimentos privados, o consumo per capita é um dos mais baixos do mundo (metade da média chinesa), sendo provido em 40% por hidroelétricas que dependem das instáveis monções. Nas áreas rurais, por exemplo, camponeses mais abastados são atendidos no suprimento de eletricidade, mas apenas em torno de três a quatro horas por dia. A situação geral tampouco melhora em termos de logística. Apesar de possuir a 4ª maior malha ferroviária do mundo e ser o 3º país no ranking de extensão de rodovias, a situação é bastante desalentadora. Apenas 46% das rodovias indianas são pavimentadas e destas, apenas 20% encontram-se em condições adequadas de uso, ainda que sejam surpreendentemente responsáveis por 85% do transporte de passageiros e por 70% do transporte de carga no país.

Em relação aos 63.000 km de ferrovias administrados unicamente por uma agência estatal, a Indian Railways com mais de 150 anos de existência, a situação se repete. Investimentos decrescentes em manutenção e tarifas onerosas para cargas e subsidiadas para passageiros, reduziram a preferência pelo modal de transporte. Ainda que as ferrovias indianas transportem mais de 20 milhões de pessoas ao dia, 50% destas encontram-se apenas na área urbana de Mumbai. As iniciativas para a obtenção de investimentos privados ainda

são bastante modestas, concentrando-se apenas na possibilidade de construção e exploração comercial de estações de paragem.

As ligações logísticas indianas com os mercados globais também apresentam sérias dificuldades. Apenas 13% dos 181 portos indianos (dos quais apenas 139 encontram-se em uso) estão capacitados a operar containers, além de apresentarem ineficiências extremas em termos de manuseio de carga, disponibilidade de equipamentos e práticas laborais. As iniciativas governamentais encontram-se na tentativa de angariar investimentos privados. As conexões aéreas são providas por 400 aeroportos, estando apenas 62 em uso, sendo que mais de 40% do tráfico aéreo do país está concentrado em Delhi e Mumbai. Apesar das tarifas aeroportuárias estarem bem acima da média mundial, os aeroportos indianos oferecem muito pouco – ou quase nada – aos passageiros e operam as cargas com a mesma ineficiência encontrada nos portos. Recentemente o governo indiano iniciou tratativas para a privatização parcial (74%) de algumas instalações.

Água é outro dos grandes problemas de infraestrutura na Índia, tanto em termos de irrigação, quanto em termos de abastecimento geral. Os grandes investimentos em irrigação foram em grande parte realizados durante a ocupação britânica e complementados pela Revolução verde da década de 1970. Além disto, devido ao acentuado crescimento populacional, a disponibilidade de água per capita decresce a cada ano e ainda que o suprimento se dê na ordem de 96% para as zonas urbanas e de 82% para as rurais, em nenhuma das cidades indianas o mesmo é ininterrupto, durando em média três horas por dia.

Outro aspecto crítico é o de que apenas 30% da água utilizada na Índia é tratada, fato que somado ao hábito milenar de utilização das ruas como latrinas, ocasiona em torno de 700.000 mortes por ano, causadas por infecções que levam à desidratação. A dificuldade em melhorar a situação também se encontra nas tarifas subsidiadas (que sequer cobrem 10% do custo de distribuição). Os subsídios, que visam garantir o abastecimento das populações mais pobres, acabam se tornando inúteis, já que nas grandes cidades a água simplesmente não é distribuída em grande parte das favelas.

A desigualdade é outra característica marcante da Índia. O fato de que nas últimas décadas a Índia logrou inserir-se no mapa dos investimentos internacionais também agrava as disparidades regionais. Durante a década de 1990 – até 2003 – os dez principais estados da Índia em termos de atração de investimentos externos estrangeiros contaram com 63% de seu total, enquanto que os dez últimos obtiveram menos de 1% do montante do capital. A desigualdade é visivelmente presente na sociedade indiana também nos substratos da população, sendo os grupos mais extremos representados pelas 300 milhões de pessoas abaixo

da linha de pobreza (dois dólares por dia) e o 1% da população que concentra 12% do PIB do país. O índice Gini da Índia (no qual 100 representa o máximo de desigualdade possível) divulgado em 2011 (PNUD, 2011) foi de 36,8, o que ainda assim faz da Índia um país mais igualitário que o Brasil para o qual o índice é de 53,9.

Apenas de oito a dez por cento dos trabalhadores indianos encontram-se alocados no setor formal da economia, o que sequer basta para que nele se incluam as 300 milhões de pessoas da tão propagada “nova classe média”. Para a maioria dos demais, resta a condição de extrema pobreza e exclusão, já que a renda per capita indiana é de apenas 3.500 dólares anuais (enquanto que a brasileira está em torno de 11.600 dólares para 2010). Para exemplificar o quanto a condição de extrema pobreza tende a se agravar, a ingestão per capita de cereais na Índia caiu de 476 gramas em 1990 para 418 gramas em 2001. Já o aporte calórico total, caiu de 2.200 calorias para 2.150 no mesmo período.

De cada mil crianças nascidas na Índia, 66 morrem antes de completar os cinco anos de vida, sendo que se estima em 43,5% o índice de crianças desta mesma faixa etária acometidas por desnutrição infantil (PNUD, 2011). Estas crianças, antes mesmo de nascer já se encontram prejudicadas: 88% das mulheres grávidas na Índia sofrem de anemia por privação de ferro. Apenas 61% da população adulta é alfabetizada, em termos nacionais, e somente 7% da população possui meios de acesso à internet. A impressionante cifra de 59% da população utiliza combustíveis sólidos para cozimento (mais comumente o carvão ou o esterco de vaca) e apenas 28% dos indianos possuem toaletes.

Além das mulheres, dentre os posicionados nos níveis mais baixos da hierarquia sócioeconômica indiana estão outros dois grupos, muitas vezes em sobreposição. O dos agricultores enquanto o menos privilegiado em termos econômicos e os dalits, enquanto os menos valorizados pelo sistema de castas. Os últimos tratam-se das castas e tribos notadas na constituição como *schedule* ou *backward castes* que adotaram o nome de dalit (“oprimido” em Marathi) e que hoje perfazem 22% da população, para a qual estão reservadas 27% das vagas da administração central do país. A segunda categoria é tanto mais expressiva quanto difusa. Trata-se dos 71% da população ligada quase que unicamente à economia agrícola de subsistência, uma vez que 90% deles possuem propriedades de apenas um ou dois hectares, sem qualquer mecanização ou tecnologia de irrigação. Estes 800 milhões de agricultores vivem geralmente nas aldeias indianas, acessando apenas investimentos estatais irrelevantes e em uma situação de quase absoluta desmonetização.

A integração destas populações menos favorecidas ao processo de modernização, para além do desafio econômico, também é dificultada pelo imaginário hindu reencarnacionista, na

pressuposição de que estão (estamos) todos cumprindo seu (nosso) destino. Tanto é que no plano metafórico, os termos oficiais para programas sociais se referem ao “alívio” da pobreza, em uma aceitação tácita da impossibilidade de sua redução ou de um efetivo combate. O uso da pobreza para a construção política foi ainda bastante valorizado ao longo da trajetória do país: na impossibilidade de realizar investimentos, entre as décadas de 1960 e 1990, o “alívio da pobreza” foi a tônica da *Planning Commission*, que realiza os planos quinquenais indianos.

Os desafios conjunturais e estruturais da atualidade indiana relatados acima são, em grande parte, o que motiva em termos de arranjo nacional o estabelecimento de um novo patamar de interação com a África, região que, por sua vez, poderia auxiliar a sanar algumas deficiências do desenvolvimento indiano, como aquelas dadas pelo problema energético, pela insegurança alimentar, pelos desafios à continuidade do processo de expansão de sua tão importante diáspora, pela necessidade de criação de novos mercados que possibilitem a manutenção das taxas de crescimento dos setores industriais e de serviços da Índia, dentre outras razões.

Diante deste quadro, considerando-se que a Índia tem índices de desenvolvimento humano piores que os de alguns países africanos<sup>4</sup>, a interpretação que se depreende seria a de que a Índia é um país fracionado onde coexistem dois níveis de território e população, havendo um Estado para cada qual. Por um lado, um Estado protecionista e paternalista que busca constantemente e a duras penas evitar tragédias humanitárias ocasionadas, por exemplo, pela fome. Por outro lado, o Estado indiano é vigoroso em promover o desenvolvimento para uma parcela selecionada da população e de seu território, e vem obtendo sucesso na modernização do país e em sua inserção internacional.

A Índia que se relaciona com os países africanos, de modo bilateral, é a de segunda ordem, o que também origina críticas a respeito de que as relações indo-africanas no plano econômico beneficiam exclusivamente as elites de ambas as regiões. A Índia que se relaciona com a África nas ações de cooperação para o desenvolvimento, investimentos produtivos e extrativistas, linhas de crédito para fomento de suas exportações, cooperação securitária, e até mesmo no MNA, a partir da última década é a *Shining India*, um slogan propagandístico que tornou-se, do mesmo modo como ocorreu com os BRICs, uma profecia autorrealizável.

Detalhar a Índia que se apresenta aos olhos da África se faz necessário. Grande parte de seu crescimento nos últimos anos é devido ao sucesso alcançado pela área de tecnologia no

---

<sup>4</sup> Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) estão à frente da Índia: Seychelles, Líbia, Maurício, Tunísia (com desenvolvimento humano elevado), Argélia, Gabão, Egito, Botsuana, Namíbia, África do Sul, Marrocos e Cabo Verde (com desenvolvimento humano médio) (PNUD, 2011).

país (responsável por aproximadamente 25% das exportações indianas). Neste caso a planificação, anterior à década de 1990, operou a favor do país: desde a década de 1950 o governo indiano privilegiou o ensino tecnológico obtendo como resultado, em meados da década de 1980, que seus engenheiros iniciassem migrações massivas para atuar no pujante setor de tecnologia da informação (TI) dos Estados Unidos (em torno de dois terços dos graduados eram contratados por empresas americanas). Posteriormente, o “vale do silício indiano”, Bangalore, passou a concentrar as indústrias do setor que passaram a prestar serviços de programação para os Estados Unidos. Hoje em dia a Índia gradua anualmente 400.000 engenheiros por ano, além de formar 6.000 doutores, muitos deles recrutados fora do país.

A década passada também presenciou mudanças significativas na estratégia governamental indiana em relação aos seus expatriados localizados nos países desenvolvidos. Anteriormente à abertura econômica os NRI (*non resident indians*) eram comumente chamados ironicamente pelo jargão de “*non required indians*”, sendo que atualmente são apelidados de “*now required indians*”. O paradigma em relação aos profissionais imigrantes que deixaram a Índia passou do “*brain-drain*” nos anos 1960 e 1970 ao “*brain bank*” nos anos 1980 e 1990, para finalmente se estabelecer como “*brain gain*” no século XXI. Estes últimos, cabe esclarecer, não são os imigrantes recrutados para trabalhar no continente africano, mas sim aqueles que puderam acumular uma quantia de riquezas razoavelmente considerável no exterior e que atualmente são chamados a investir na Índia. As políticas de reaproximação com a diáspora iniciaram ao final da década de 1990, com a eleição do BJP, para atrair seu capital de modo a financiar o nacionalismo hindu, revertendo, assim, os princípios nehrunianos (McCANN, 2011).

Várias indústrias também floresceram da Índia para o mundo nos últimos vinte anos na área da biotecnologia (os laboratórios indianos possuem o maior número de aprovações do FDA – *Food and Drug Administration* – fora dos Estados Unidos). Em termos internos, os setores mais pujantes são o financeiro, TI, construção civil, engenharia, equipamentos de geração de eletricidade, máquinas industriais, transportes, indústria química, setor farmacêutico, produção e comércio de bens de consumo duráveis, turismo e hotelaria, entretenimento (*bollywood*) e serviços de telecomunicações. A liberalização econômica fez ainda muitos milionários, e consolidou no mercado empresas como Infosys, Wipro, Reliance, Tata, Cipla, Dr. Reddy’s Laboratories, Arcelor-Mittal, Vedanta e Ranbaxy, dentre outras. A maior parte destes nomes será novamente mencionada nas seções subsequentes por terem estas empresas atuação no continente africano.

Como parte do *boom* econômico advindo da liberalização dos anos 1990, as reservas indianas aumentaram de um bilhão de dólares em 1991 para mais de 300 bilhões em 2010 e o investimento direto estrangeiro aumentou de parcos 74 milhões em 1991 para 197 bilhões acumulados entre 1991 e 2010, colocando o país na 15<sup>a</sup> posição mundial como destino de investimentos em 2009. Em termos demográficos, a projeção é de que a Índia suplante a China em torno de 2025.

Segundo o NCAER (*National Council for Applied Economic Research*), atualmente a Índia possui uma classe média composta por cerca de 300 milhões de pessoas, sendo que outras 400 milhões já são consideradas “aspirantes”. O crescimento econômico projetado, necessário para que esta promessa se realize é de em média 8% ao ano, o que deverá dobrar a renda per capita do país a cada 10 anos. A sustentabilidade destas expectativas de crescimento está baseada no aumento da produtividade da mão de obra agrícola e em um contínuo processo de urbanização que deverá retirar do campo 140 milhões de pessoas até 2020 e 700 milhões de pessoas até 2050.

A democracia, ainda que exercida em termos logisticamente precários, garante que o governo central esteja constantemente atento aos impactos que a política externa pode trazer às condições de vida da população marginalizada. Este é um dos fatores que apresenta grande impacto nas decisões tomadas pela Índia, por exemplo, no plano multilateral. Este é outro elemento de convergência com a África, um “terceiro-mundismo” cuidadosamente preservado para que sejam consideradas as duras condições de subsistência a que está submetida a maioria da população, fazendo com que o país seja eventualmente acusado de que de que suas posições no ambiente multilateral estão perpassadas por valores simplesmente “moralistas”.

Outro fator que deve ser considerado nas relações indianas com o continente africano é o desenho de suas prioridades estratégicas das últimas décadas. A característica principal desta postura está marcada pelo pragmatismo refletido na normalização das relações com os países vizinhos e um maior comprometimento, dentro do que lhe é possível diante dos constrangimentos internos, com instituições multilaterais. Este posicionamento resultou, ainda, em melhores relações com a China e com os EUA, o lançamento da *Look East Policy* (de 1992), o estabelecimento de relações com Israel para as questões de defesa ao mesmo tempo em que foram reforçadas as relações com os países árabes e com o Irã por conta das questões energéticas.

A tônica da atuação indiana em termos de sua projeção global reside hoje em três pólos específicos de concertação internacional: nas suas relações com EUA e China, nas posições que o país engenhosamente sustenta em organismos multilaterais e na capacidade indiana de

se articular em novas redes de poder emergente, temas sobre os quais será discorrido adiante. O que deve ser salientado, em antecipação à abordagem destes fatores, é que o núcleo da Política Externa indiana foi mantido ao longo de sua história, sendo que o princípio fundamental era justamente aquele vinculado a uma forte noção de autonomia e expresso no não alinhamento da década de 1950. A capacidade de transitar livremente entre os diversos pólos de poder e entre os temas relevantes para a governança global é atualmente o grande prodígio indiano.

Em relação aos cenários que se descortinam em termos de hegemonia sistêmica, em se considerando a transição em curso do poder econômico norte-americano para a China, a Índia sabiamente estabeleceu relações estratégicas com os dois países ao longo das últimas duas décadas. Na impossibilidade de que se vislumbre atualmente o destino final desses movimentos sistêmicos, a Índia optou “não-alinhadamente” por aliar-se a ambos os candidatos exercendo, ainda, um de seus principais talentos no tabuleiro internacional, a articulação de parcerias bilaterais efetivas. Na mesma lógica de não comprometimento com uma posição definitiva, a Índia opera para a consecução de seus planos de potência global, incluindo-se nisto a condição de potência nuclear, ao mesmo tempo em que defende veementemente o banimento da tecnologia atômica de uso bélico. Relacionado a isto, outro exemplo da capacidade de sustentar posições ambíguas é o fato de que a Índia sempre votou com os EUA contra o programa nuclear iraniano ao mesmo tempo em que mantém relações amigáveis com o país e defende o seu próprio programa.

Um dos “mantras” que serão posteriormente discutidos alega que uma das principais razões da Índia haver aumentado sua presença na África diz respeito às atividades chinesas no continente a fim de não perder espaços para aquele que seria, então, um estado classificado como competidor. Porém, as relações com a China, apesar das discussões relativas às questões de fronteira e do limitado apoio deste país ao Paquistão, são estáveis desde os anos 1980. Em 2003, as relações com a China deram um salto quando o primeiro ministro Vajpayee visitou Beijing. Em abril de 2005, os dois países lançaram uma parceria estratégica que visava à criação de ações securitárias conjuntas e de elos econômicos.

As relações sino-indianas possuem, ainda, um componente especial dado pela sutil contravenção estabelecida no ato de aliança entre poderes emergentes (algo que os BRICSA expressam com louvor). A sobrevivência da dominação do ocidente no sistema internacional é possível somente mediante a desarticulação de quaisquer novos pólos de poder que possam surgir, dando-se especial destaque à aliança entre estes dois países por esta representar um terço da humanidade. Além disso, a China acredita que a Índia pode ser um parceiro confiável

para a determinação de questões nas quais não possui credibilidade, como, por exemplo, os direitos humanos (RAMAN, 2011).

## 2.2 O contexto da Índia no coletivo dos países emergentes na África

A partir dos anos 1990, em decorrência das alterações na conjuntura interna indiana, descritas anteriormente, do relaxamento proporcionado ao mundo ora “unificado” rumo a um processo generalizado de liberalização dado pelo fim da Guerra Fria e derrota do modelo alternativo e de alterações no continente africano, estando dentre as principais o fim da política de *apartheid* da África do Sul, a Índia passou a atuar no continente vizinho de forma bastante distinta da anterior. Apesar de ainda manter um discurso terceiro-mundista de solidariedade, a abordagem aos países africanos na década de 1990 esteve espelhada na Índia “*global trader*” que a partir de então tentaria fazer valer, em termos de mercado, seu quinhão no mundo proporcional a sua população e importância civilizacional.

Esta era uma postura ainda generalizada, que a Índia adotava com a grande maioria dos países com os quais passaria a realizar esforços para o estabelecimento de relações econômicas, mas também distinta daquela que a Índia assumiria a partir do início dos anos 2000. Na década de 1990, conciliando seus comprometimentos ideológicos com seus interesses econômicos, em uma mistura sofisticada de geopolítica e geoeconomia, a Índia passou a utilizar suas plataformas históricas para consolidar relações com a África e outras regiões do Sul Global (NAIDU, 2011).

A grande diferença entre uma década e outra se daria no sentido da artilharia econômica indiana haver sido reforçada pelo influxo de capitais para o Sul Global ocorrido desde o início da década de 1990 e com mais intensidade a partir da primeira década do presente século. Este fenômeno, que alguns autores chamam de “anomalia histórica” (TOLLOU, 2007) e assemelham a sua probabilidade de ocorrência à mesma de que uma cachoeira corra para o alto, foi o principal indutor de uma maior presença econômica, militar e diplomática da Índia na África e será tratado na seção três.

Entretanto, a partir das capacidades advindas da possibilidade de usufruir da liquidez disponível no sistema internacional, a Índia executou uma série de projetos e entabulou uma série de parcerias com países africanos de acordo com os objetivos determinantes de sua conjuntura nacional. Mas a Índia não esteve sozinha neste processo. Várias razões poderiam

ser elencadas para justificar a ação internacional dos países emergentes – no caso em questão, colocado a título de exemplo – no continente africano: os investimentos diretos proporcionam acesso a commodities energéticas, provimento de segurança alimentar nos países investidores e o exercício de poder coercitivo que poderá mais tarde ser capitalizado até mesmo em termos multilaterais (e aí deve ser considerado o agrupado numérico de nações do continente).

Para além destas motivações, a exportação de capitais por países emergentes promove redução da pressão exercida pelos investimentos recebidos sobre suas moedas e minimiza a perda de competitividade gerada pela valorização cambial, também propiciando acesso a mercados para seus produtos manufaturados de baixa intensidade tecnológica e projeção internacional por meio de suas empresas transnacionais, forjadas a duras penas em processos internos de acumulação com pleno suporte estatal. Pode ainda ser mencionado que a aquisição de ativos transnacionais, que podem adquirir valor estratégico no futuro, possibilita a alocação de capitais em uma região na qual a taxa de formação bruta de capital fixo é bastante superior às demais regiões mundiais, dentre muitas outras.

Na qualidade de periferia do sistema, o continente africano apresenta grandes perspectivas para os investimentos dos países emergentes, também em razão do papel que pode ser desempenhado por países como os semi-periféricos do grupo BRICs nestas economias. Para Arrighi (2002) a principal diferença entre as economias africanas e as economias asiáticas e latino-americanas reside no processo de formação de uma liderança capitalista nacional, capaz de organizar o excedente de mão de obra. A “crise africana”, iniciada em meados da década de 1970 com o advento das mudanças sistêmicas introduzidas pelos Estados Unidos, em resposta à crise de superprodução capitalista dada pela intensificação da competição frente a recursos – naturais e humanos – escassos, é assim explicada pelo autor. Enquanto a Ásia foi capaz de contar com a abertura do mercado americano para seus produtos intensivos em mão de obra, a África não dispôs de uma organização capitalista endógena, capaz de se beneficiar deste momento, permitindo que aumentassem sua capacidade importadora, mediante altos déficits comerciais.

O curioso é que, ainda que uma série de países emergentes estejam presentes no cenário africano atualmente, a presença da China é definitivamente a mais polêmica – também em razão de sua escala – que a de qualquer outra economia. O acompanhamento das ações de outros países como Emirados árabes, Malásia, Irã, Rússia e Japão é negligente, face à atenção dada a cada passo dado pela China (MAWDSLEY; MCCANN, 2011). A OECD chegou ao ponto de criticar a inserção da Índia e da China na África alegando que as mesmas provocariam a doença holandesa no longo prazo (CHERU; OBI, 2011). Para Naidu (2011),

porém, a presença da Índia no continente africano - à qual a autora chama de “ressurgência” - é intencionalmente muda para que não provoque críticas, como ocorre no caso chinês, sendo que para McCann (2011) esta atuação, que se encontra “abaixo do radar”, deveria ser tão escrutinada quanto a chinesa vem sendo nos últimos anos.

Como será discutido adiante, é muito comum a comparação da presença indiana com a chinesa e, quando muito, com a atuação de outros poderes emergentes. O que não se discute, em absoluto, é a diferença em termos de método e políticas de inserção dos países emergentes em comparação com as antigas potências, que por séculos saquearam recursos africanos. Após a independência dos países do continente e o “advento” de suas dívidas externas, os programas de auxílio financeiro das instituições dominadas pela lógica dos países ocidentais jogaram uma pá de cal nas estruturas dos Estados africanos, por meio de condicionamentos impostos à sua “ajuda” ao continente via organismos multilaterais<sup>5</sup>.

Ironicamente, considerando que é a visão generalizada de atores destas mesmas potências coloniais, que se faz hostil ao “*african scramble*” praticado pelos países asiáticos, cabe lembrar que foram as próprias políticas liberalizantes – ligadas à atuação dos organismos multilaterais que prestaram auxílio financeiro aos países do Terceiro Mundo diante do problema das dívidas que escalonaram para todos nos anos 1980 – patrocinadas pelo ocidente que abriram as portas das economias do continente aos investimentos asiáticos. A diferença entre o primeiro e o segundo “*scramble for Africa*” é a diferença entre colonialismo e globalização (CARMODY, 2011).

Ao contrário das relações assimétricas estabelecidas com os tradicionais parceiros e instituições financeiras, os países emergentes oferecem à África algumas oportunidades como produtos mais baratos, investimentos e tecnologia de baixo custo, além de haverem contribuído para a diversificação de destino e para o incremento das exportações africanas (CHERU; OBI, 2011). Além disto, outro ponto interessante é que os novos entrantes asiáticos apresentam disposição para se conformarem aos padrões anteriormente estabelecidos de engajamento dos países africanos em relação às antigas potências ao invés de tentar transformá-los (McCANN, 2011), o que permite que os países emergentes negociem seus investimentos caso a caso com os países destinatários com base nos termos locais, sem julgá-los positiva ou negativamente.

---

<sup>5</sup> Os programas de ajuste estrutural, o receituário “medieval” do FMI, que ainda vigora, aplicado indiscriminadamente em todo o terceiro mundo a partir de meados da década de 1980 são responsabilizados pelo desmonte das parcas estruturas estatais de atendimento social que os países africanos recém-independentes haviam erigido.

A atuação da Índia e de outros países emergentes neste “*new scramble*” apresenta também certos riscos aos países africanos, como o aumento da securitização das relações internacionais africanas, o enfraquecimento das instituições de governança, a corrupção e o desvio dos recursos advindos da alta dos preços dos recursos naturais exportados, a piora das já ruins condições locais de trabalho e a flexibilização de suas regulamentações e daquelas relativas à proteção do meio ambiente, a destruição de economias locais que são incapazes de competir com as ultra-competitivas indústrias da China e da Índia e, dentre muitos outros, o suporte político a regimes africanos que não estão abertos à governança democrática (CHERU; OBI, 2011).

### **2.2.1 Especificidades da atuação indiana na África no pós Guerra Fria**

Em termos de representação, a Índia possui dez embaixadas no continente africano<sup>6</sup> e onze alto-comissariados<sup>7</sup>. Existem missões indianas em todos os países do oceano Índico (com exceção de Comoros) e uma extensa rede de cônsules honorários, incluindo um em Comoros (VINES, 2011). Apesar de haver intensificado suas atividades diplomáticas no continente nos últimos 20 anos, o número de representações oficiais da Índia deixa muito a desejar se comparadas, por exemplo, com as 47 embaixadas chinesas ou com as 35 embaixadas brasileiras. Fora os dois mencionados países emergentes, apenas os Estados Unidos (com 51 embaixadas) e a França (com centenas de representações, se contadas suas sucursais culturais) os suplanta em termos de representação diplomática no continente africano.

Especificamente em relação à nova postura da atuação indiana nestas últimas décadas, o que Cheru e Obi (2011) chamaram de “*Indo-Africa renaissance*”, a orientação da Índia para a África ao final da Guerra Fria reinventou e rejuvenesceu as prévias relações com base na premissa de que estas estavam situadas em um patamar moral superior. O comprometimento da Índia na renovação de seu engajamento pressupunha, então, o empenho para com a paz, a estabilidade, a justiça, o desenvolvimento mútuo e a visão de um sistema multilateral mais justo (NAIDU, 2011). Para Bhattacharya (2010) as relações entre a Índia e a África evoluíram do “comércio de idéias e serviços” proposto por Gandhi em 1900 para uma interação mais

---

<sup>6</sup> Argélia, Angola, Egito, Etiópia, Costa do Marfim, Líbia, Madagascar, Marrocos, Sudão e Tunísia.

<sup>7</sup> Gana, Quênia, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Seychelles, África do Sul, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue.

pragmática que envolve os interesses políticos, econômicos e securitários indianos em convergência e em resposta às necessidades de desenvolvimento africanas.

A Índia pode oferecer uma série de vantagens para a África, como a política indiana de comércio, treinamento e tecnologia, que oferece vantagens comparativas em relação a outros atores atuantes no continente africano que permite com que os africanos acessem tecnologias de baixo custo, medicamentos genéricos a um preço acessível, além de tecnologias relativas à produção sustentável de energia, tecnologias sociais de suporte a micro-empresendimentos e micro-crédito, projetos de desenvolvimento para o meio rural, cooperação científica nas áreas de pós-graduação, treinamento para africanos nas áreas de lapidação de diamantes, *call centers* e desenvolvimento rural (NAIDU, 2011).

Ainda, sendo a arena externa uma vitrine adequada para a superação da imagem negativa advinda de inúmeros problemas conjunturais, a posição estratégica da África no pós Guerra Fria, ressaltada pela corte chinesa, recessão nos mercados centrais e instabilidade no Oriente Médio, fez desse continente um destino natural para a atenção indiana. Porém, não somente a necessidade de protagonismo internacional e expansão capitalista direcionaram a atenção dos governantes indianos para a África. Fatores como o controle do *Indian Ocean Rim*, diversificação da dependência energética e interesses econômicos decorrentes da postura de global player assumida a partir da década de 1990 são parte importante em termos dos resultados esperados destas relações.

As áreas nas quais os africanos teriam maior interesse em adquirir da Índia tecnologia intermediária seriam as de TI, agricultura, saúde e produtos farmacêuticos, uma vez que apenas meio milhão de africanos tem acesso à internet, que a revolução verde indiana é considerada um sucesso em termos de garantia de segurança alimentar e que a Índia produz medicamentos a um preço muito razoável, além de oferecer serviços médicos em nível de primeiro mundo (CHERU; OBI, 2011). Com estas considerações concorda também McCann (2011) que defende que a parte positiva dessa agenda, deve considerar as ações potencialmente benéficas das quais o governo indiano é realmente capaz de transferir boas experiências.

Além dos aspectos relativos à cooperação que estão sendo desenvolvidos entre as duas regiões e que serão posteriormente abordados, existe também um aspecto relativo ao discurso diplomático indiano para com os países africanos. O padrão recente da presença indiana na África em termos de comércio, investimentos e diplomacia, é visto como sendo o mais novo “avatar” de uma história linear de amizade entre as duas regiões, agora sob a roupagem da

cooperação Sul-Sul. Este discurso frequentemente retoma os princípios do terceiro-mundismo e da solidariedade indo-africana (McCANN, 2011).

A Índia adota em suas relações com a África uma retórica de que é um país verdadeiramente amigo do continente africano, de que é um parceiro que atua em termos igualitários e que está focada em promover o desenvolvimento do continente com base no espírito de solidariedade e nos benefícios mútuos advindos das relações. O país também relembra frequentemente sua solidariedade com a África nas lutas pela independência e no desafio do desenvolvimento (CHERU; OBI, 2011). “Os diplomatas indianos são rápidos em enfatizar que, para além de ser um país amigo, a Índia oferece um modelo único de engajamento com o continente, baseado em igualdade, respeito e benefícios mútuos” (CHERU; OBI, 2011:23). Na prática, porém, alguns analistas testam que as cúpulas propostas pela Índia buscaram a promoção dos negócios indianos no continente africano e seus interesses energéticos (CHERU; OBI, 2011).

De fato, vários autores (CHERU; OBI, 2011; McCANN, 2011; MAWDSLEY, 2011) acusam este discurso de hipócrita, por ignorar boa parte da história negativa dos indianos no continente, pois estas noções baseadas na cooperação Sul-Sul vêm sendo acompanhadas de críticas dadas pelo aparente comportamento oportunista do governo indiano. Deve-se considerar que é justamente o discurso de ganha-ganha e de longos laços históricos mantidos entre o governo indiano e as elites africanas, que vem embasando as aquisições de petróleo em Angola, das minas de cobre na Zâmbia e dos mercados na Etiópia (McCANN, 2011).

McCann (2011), mesmo sendo um dos mais críticos, não pode deixar de considerar que a lenda da longa amizade indo-africana é bastante genuína e perpassa a progressão do cosmopolitismo comercial do Oceano Índico, a luta de Gandhi contra a opressão do regime na África do Sul, o lobby Nehruniano pela libertação da África, fatores estes que podem desembocar na atual parceria por benefícios mútuos. Porém, para o autor, tensões novas e antigas nem sempre são reconhecidas por conta deste discurso idealizado com base em relações históricas entre as duas regiões que servem para legitimar o lugar das comunidades sul-asiáticas nas políticas africanas, além de que a atenção à Índia, como já foi dito, se dissipa frente ao acompanhamento próximo dado às ações da China pela comunidade internacional.

Também a presença indiana na África tem implicações para o relacionamento do país com a China e os Estados Unidos. Sumariamente pode-se dizer que está presente uma forte competição entre Índia e China pelos recursos naturais africanos (ainda que este não seja o único foco da atuação indiana) e que em relação aos Estados Unidos pode-se esperar uma aceitação velada uma vez que o apoio indiano poderia auxiliar os EUA na resolução de

diversas questões securitárias nas quais o país norte-americano está envolvido no continente africano (PHAM, 2007), mas também deve ser considerado que “*a coordenação indo-africana seria um espinho para Washington em temas como políticas comerciais ou alterações climáticas*” (INDIA, 2008).

Para Naidu (2011), a análise da presença indiana na África em termos de que esta seja um *scrambler* ou uma contribuição efetiva para o desenvolvimento do continente deve passar por algumas questões como: seu impacto na determinação dos papéis de classe, mais precisamente na formação das elites e na acumulação capitalista nas sociedades africanas e no impacto que a presença indiana irá gerar nos meios de subsistência das populações, na oferta de empregos para mão de obra especializada no longo prazo, nos direitos sobre a terra e na justiça ambiental. Grande parte dos autores remete à própria governança africana a definição do papel indiano no continente. Se a Índia vai se tornar um *scrambler* ou não, isto dependerá dos governos locais e de como eles se relacionarão com o país sul-asiático (GADZALA, 2011; NAIDU, 2011; CHERU; OBI, 2011).

### **2.2.2 Mantras contemporâneos das relações indo-africanas: as recorrentes explicações**

Ao contrário da primeira sessão deste trabalho, a análise da atuação indiana no continente africano a partir de 1991 será tratada de modo temático. O detalhamento, por vezes até bilateral, dado às relações da Índia com os países africanos no período anterior (1948-1990) deveu-se à necessidade de que os contrastes entre as distintas fases estivessem claros. O resgate de certos detalhes históricos em tempos de Guerra Fria também serão úteis para a defesa dos argumentos explicativos que enquadrarão posteriormente o fenômeno em questão, o acirramento da presença indiana na África na última década, em uma concepção sistêmica.

Para que se traçasse a estrutura de análise dos pontos mais relevantes, aquilo que estimula a ação estatal e privada indiana no continente africano nas últimas décadas recorreu-se a considerações de fontes secundárias, que serão expostas em seguida. Entretanto, a diplomacia indiana também reúne em seus relatórios da primeira década do século XXI (MEA, 2000-2011) as prioridades oficiais dadas a estas relações em um discurso que revela coerência entre ação e intenção. A tônica do discurso diplomático indiano em relação ao continente africano direciona seus interesses para a paz, o desenvolvimento e a estabilidade econômica e social da região. Aclara que as relações indo-africanas devem ser reforçadas por meio de elos econômicos e comerciais, explicitando, deste modo, a abordagem centrada na atividade privada que a política indiana para a África visa estimular.

Em relação aos seus programas de cooperação, ao mencionar o TEAM-9 (*Techno-Economic Approach for Africa-India Movement*) por meio do qual são desenvolvidas atividades de cooperação com oito países do Oeste da África, o governo indiano explicita haver engendrado um mecanismo institucionalizado de cooperação técnica com os países ricos em petróleo e minerais da região. Os relatórios também celebram o interesse do setor privado indiano em participar de projetos de infraestrutura financiados multilateralmente no continente. Também elogiam as comunidades indianas presentes nos diversos países africanos como pontes importantes para estas relações.

Em resumo, para o governo indiano, os países africanos reconhecem que a Índia tornou-se uma grande potência, que a maior parte dos governos africanos apóia sua candidatura para um assento permanente no CSNU, além de suportarem constantemente as candidaturas indianas em outros fóruns multilaterais, que existe um reconhecimento crescente na região de que a Índia é o parceiro ideal para o desenvolvimento econômico, sendo ainda uma fonte confiável de produtos acessíveis e serviços e tecnologias que vão desde a agricultura e a pequena indústria até as tecnologias de informação e espacial. Conforme a abertura do relatório de 2011 está bastante claro para a Índia quais serão as ferramentas a serem priorizadas em suas relações com os países africanos:

“Our historical relationship with Africa has been revitalized keeping in view the functional cooperation needed in the 21st century. Our political support for Africa has been augmented by closer economic cooperation, including economic assistance, functional cooperation, soft loans and private sector investment” (MEA, 2011).

A razão de estarem aqui expostos estes apontamentos oficiais deve-se a que, ao contrário do que muitos observadores alegam, o discurso diplomático não encobre o fato de que a inserção indiana no continente africano nas últimas duas décadas possui um viés econômico, sendo o principal veículo de aproximação a atuação de seu setor privado. Ou seja, não existe uma agenda econômica paralela, nem objetivos velados. A lógica centrada no comércio e no setor privado é decorrência coerente dos laços construídos até o início da década de 1990. Conforme afirmou o Primeiro Ministro Vajpayee no encontro de cúpula do MNA de 2003, “*South-South cooperation has to move from the political lectern to the economic marketplace*”.

Abordada a versão oficial, há um pouco mais a ser considerado enquanto motor do histórico da Índia na África nos últimos 20 anos. É fato que, em relação à autonomia e ao desenvolvimento, os atuais cenários políticos e econômicos dos países africanos apresentam complementaridade com vários aspectos deficitários do contexto indiano e vice-versa. Dentre a literatura atualmente produzida os principais determinantes que justificam o aumento da

intensidade destas relações seriam, então, em relação ao desenvolvimento, a superação de carências energéticas para a sustentação do crescimento acelerado do país (especialmente quanto ao suprimento de hidrocarbonetos) a contenção das mazelas sócioeconômicas indianas, estando este aspecto relacionado à expansão da diáspora e ao abastecimento interno e o novo posicionamento da Índia como global trader, fruto da alteração paradigmática do início da década de 1990 que compeliu o país, em razão de profunda crise econômica, a abandonar o isolacionismo e a ampliar o escopo de suas transações comerciais.

Também são frequentemente apontadas pela literatura razões securitárias, como em relação à presença chinesa na costa africana do oceano Índico, que passou a receber atenção da Índia em consonância com a Doutrina Marítima Indiana de 2004, uma vez que “*a China está ampliando seu acesso a portos globais e aeroportos e desenvolvendo relações diplomáticas especiais desde o Mar da China Meridional até o Golfo Pérsico*” (VINES; ORUITEMEKAI, 2007). Outros elementos são abordados por Ruchita Beri (2003:219), para quem a política externa indiana para a África no Pós-Guerra Fria está composta por cinco mantras: “*promover cooperação econômica, engajar a diáspora, prevenir e combater o terrorismo, preservar a paz e assistir às forças de defesa africanas*”.

O que aqui, posto já está, será reiterado por Mawdsley e McCann (2011): comércio, investimentos, finanças, relações diplomáticas, incremento de capacidades militares e cooperação para o desenvolvimento levam a Índia à África. Naidu (2011) também corrobora: o safári indiano na África é movido pelas necessidades de recursos naturais do país, pelos princípios da cooperação Sul-Sul e pelo acesso a mercados. Os autores pesquisados também não se furtam em afirmar que a Índia compete com a China para assegurar recursos energéticos, matérias primas diversas e mercados.

Para Cheru e Obi (2011), a principal razão para a presença indiana na África seria a segurança energética, uma vez que o continente é a “última fronteira do petróleo”. Este objetivo torna-se cada vez mais urgente, devido ao aumento da competição pelos recursos africanos da última década. O continente é, ainda, um importante mercado para os produtos e serviços indianos e na medida em que a Índia cresce, o país tenta projetar seu poderio militar na região do Oceano Índico, que sempre considerou estar sob sua esfera de influência. Para além das ameaças dadas pelo tráfico de drogas, armas e pessoas comandado pelo crime organizado, a região, que também é constantemente atacada por piratas, é a rota de todos os navios que transportam petróleo para a Índia.

Para Vines (2010), a presença da Índia no oceano Índico não se dá apenas por interesses comerciais, mas está também influenciada por sua doutrina marítima, bem como serve como

uma resposta à crescente rivalidade sino-indiana. Foi justamente a preocupação com o expansionismo chinês que fez com que a Índia aprofundasse seu engajamento securitário e comercial com as Ilhas Seychelles, Madagascar, Ilhas Maurício e Moçambique, apesar de que, mesmo sendo cuidadosamente considerada nos cálculos indianos, a China é uma ameaça bem menor do que a expansão da atuação da pirataria da Somália. Em relação à relação especial que o país tem com Maurício, esta se deve tanto ao tamanho da população de origem indiana que habita o país, quanto ao fato de que Maurício é o maior investidor *offshore* da Índia (VINES, 2010).

O objetivo de reproduzir este redundante *potpourri* foi evidenciar que independentemente da ênfase dada pelos diversos autores pesquisados, certos temas são absolutamente recorrentes na abordagem das relações indo-africanas. Tal como “mantras” os mesmos motivos se repetem a cada análise avaliada, sendo esta a razão pela escolha de uma divisão temática para o período abarcado nesta sessão (1991-2011). Caberia ainda a ressalva de que, diante do aumento da interdependência mundial dado pelo aprofundamento do processo globalizatório seria impraticável analisar as relações bilaterais da Índia com cada um dos 54 países incluídos na presente pesquisa por conta da multiplicidade de eventos das duas últimas décadas. Os sete mantras recorrentes serão, assim, analisados individualmente em sequência.

### **2.2.2.1 Atuação multilateral indiana: interações com os países africanos**

Em relação à atuação indiana nos fóruns multilaterais, em alguns casos é determinante a posição dos países africanos para que a Índia atinja seus objetivos, como na OMC e do CSNU. Para além das estruturas clássicas constituídas no ambiente multilateral, a Índia tem demonstrado grande competência em participar de outros grupos, denotando, inclusive, uma certa preferência por coalizões menores e plurilaterais, como será posteriormente tratado em relação ao IBAS na qual o país está reunido com a África do Sul.

No que tange às negociações comerciais multilaterais em curso desde o final da Segunda Guerra mundial, a Índia, a exemplo de sua atuação no MNA, sempre manteve a tradição de defender os interesses dos países em desenvolvimento, o que fazia sempre *pari passu* com os países africanos. Há, ainda, uma série de “G’s” na OMC nos quais a Índia está reunida com países africanos<sup>8</sup>. Na contemporaneidade O G20<sup>9</sup> é a maior contribuição da Índia

---

<sup>8</sup> G33 (que reúne 44 países em desenvolvimento, liderado pela Indonésia, focado em propostas para tratamento especial e diferenciado), no G77 (atua em todo o sistema ONU reunindo países em desenvolvimento desde a

para a atual rodada, sendo que o Brasil, a China e a África do Sul são também considerados líderes do grupo que representa 60% da população mundial, 70% da população rural mundial e 26% das exportações agrícolas mundiais.

Com a criação do G20, marco do realinhamento de forças na OMC, Brasil e Índia se tornaram líderes dos países em desenvolvimento. O grupo também tornou evidente que o foco da Rodada de Doha seriam as negociações agrícolas, que girariam em torno dos ressentimentos da Rodada Uruguai, que por sua vez derivam da percepção de que os países desenvolvidos se beneficiaram com a redução das tarifas industriais ocorridas em países em desenvolvimento, mas mantiveram suas altas barreiras contra produtos agrícolas provenientes de países em desenvolvimento. Como grande feito do grupo, registra-se o impasse na rodada que esteve suspensa até 2008 quando novas tentativas de negociação foram entabuladas. Desta feita, foram novamente suspensas por conta da negativa indiana de aceitar um acordo no qual não houvesse a possibilidade da manutenção de salvaguardas na importação de alimentos por razões humanitárias.

Apesar de que a Índia tenha o papel de porta-voz dos países menos desenvolvidos na OMC, alguns de seus interesses devem ser cuidadosamente considerados por conta das consequências que determinadas escolhas trariam para suas relações com os países africanos. Por exemplo, está em pauta um acordo com a União Européia que demandaria com que a Índia aceitasse certas determinações relativas à propriedade intelectual que, por sua vez, afetariam o acesso que a África hoje dispõe aos medicamentos genéricos produzidos na Índia. A proposta incluiria a possibilidade de que medicamentos genéricos - exportados para países em desenvolvimento - que passassem pelo território europeu pudessem ser confiscados e, ainda, que as informações relativas aos testes clínicos dos medicamentos sejam consideradas exclusivas, fazendo com que os medicamentos genéricos tivessem que ser novamente testados (o que os encareceria enormemente) antes de poderem ser comercializados. A União Européia requer, ainda, que a partir deste acordo, um período maior de validade de suas patentes seja aceito pela Índia (NAIDU, 2011). Essa é uma das contradições impostas para que a Índia resolva, pois ao mesmo tempo em que o país costura um acordo deste tipo, advoga, no

---

conferência da UNCTAD em 1964. Hoje em dia é composto por 132 membros), G110 (grupo resultante da união do G20, G33, ACP (*African, Caribbean and Pacific*) e LDCs (*Least Developed Countries*), que assinou uma Declaração conjunta durante a reunião ministerial de Hong Kong em 2005) e NAMA11 (grupo de negociação de países em desenvolvimento em relação ao “*Non-Agricultural Market Access*”).

<sup>9</sup> Atualmente são 21 os membros do G20: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, China, Cuba, Egito, Filipinas, Guatemala, Índia, Indonésia, México, Nigéria, Paquistão, Paraguai, África do Sul, Tailândia, Tanzânia, Uruguai, Venezuela e Zimbábue.

ambiente multilateral, por uma ordem mundial mais justa e pelo aprofundamento da cooperação Sul-Sul.

Outro palco multilateral no qual a atuação indiana é bastante relevante é o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) no qual o país pleiteia um assento permanente desde o início dos anos 1990. Estas pretensões, no entanto, foram retardadas pelos testes nucleares realizados pela Índia em 1998. As explosões em Pokhran fizeram com que a pretensão indiana em ser eleita para o CSNU enquanto membro permanente sofresse um sério revés, em função da percepção internacional de que a Índia estaria contribuindo para maior instabilidade no sudeste asiático. A Índia, no entanto, entendia que:

[...] sua candidatura ao CSNU é natural e legítima, tendo em vista a extensão de seu território, sua grande população, sua participação em iniciativas das Nações Unidas e o papel de liderança que exerce entre os países em desenvolvimento e que com a realização dos testes nucleares, o governo indiano, segundo se depreende de declarações de altos funcionários, acredita que a Índia foi alçada ao mesmo patamar em que estão os cinco membros do CSNU com poder de veto - todos eles potências nucleares -, o que, portanto, credenciaria o país de forma ainda mais inequívoca a ocupar assento permanente no conselho (BRASEMB, 1998b).

Enquanto destacada articulação, em 2004 foi criado o G4 (Brasil, Índia, Alemanha e Japão), que passou a atuar assertivamente em prol da reforma do Conselho de Segurança através de declarações conjuntas na Assembléia Geral das Nações Unidas, além da tentativa de aprovação de um Projeto de Resolução. Esta coligação ainda carece do número suficiente de co-patrocinadores (2/3 dos países) e enfrenta fortes oposições, além da concorrência de outros projetos como o da União Africana (que propõe a inclusão de 26 novos membros, sendo seis permanentes), do S5 (grupo formado por Suíça, Cingapura, Costa Rica, Jordânia e Liechtenstein), do Coffee Club, formado por nações como Argentina, Colômbia e México (que desaprova a entrada do Brasil), da Coreia do Sul, do Paquistão (que desaprova a entrada da Índia) e da Argélia.

Além da dificuldade em se obter o número suficiente de votos para a aprovação de sua proposta, o G4 tem que cooptar a aprovação de cinco países específicos, aqueles que têm direito a veto. A aprovação do Reino Unido e da França já está garantida, a Rússia tem uma posição dúbia, os Estados Unidos apóiam somente o Japão e a Índia (“e mais um ou dois”) e a China veta energeticamente o Japão (em função de uma rixa antiga relacionada com a ocupação nipônica da Manchúria antes da 2ª Guerra Mundial). Em seu último encontro em 2010, os ministros dos quatro países do G4 reafirmaram a importância do apoio da África para a reforma do CSNU.

Algumas medidas já estão sendo tomadas pela Índia neste sentido, pois ao final do encontro de 2008, o *India-Africa Forum Summit*, todos os 14 chefes de estado africanos que foram à New Delhi assinaram seu apoio à candidatura da Índia para um assento no conselho de segurança (VITTORINI; HARRIS, 2011). No encontro de 2011 foi novamente mencionado no comunicado de imprensa o apoio dos líderes africanos presentes à candidatura da Índia. Em resumo, em termos multilaterais, enquanto que para a Índia, o “*big prize*” é o apoio dos países africanos à sua candidatura a um assento permanente no Conselho de Segurança, para a China o objetivo é a obtenção do apoio dos africanos para o “*one China policy*” em relação à Taiwan (CHERU; OBI, 2011).

Além das esferas mencionadas, o IBAS (Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul) também deve ser considerado enquanto importante elo de ligação entre Índia e África. O surgimento do IBAS é o desencadeamento de um processo iniciado na metade da década de 1990, pois desde 1996 o governo da Índia conjecturava sobre a conveniência de uma maior interação com a África do Sul, como ponto intermediário de ligação com o Brasil. Para Carmody (2011) o IBAS é apenas mais uma das várias estratégias indianas para competir com a China: “uma aliança com outros poderes medianos para balancear o poderio chinês”. Esta pode ser considerada como apenas uma ínfima parte, se é que a afirmação procede, do escopo do IBAS.

A primeira reunião do IBAS, que ocorreu em junho de 2003 reuniu os chanceleres do Brasil (Celso Amorim), da África do Sul (Nkosazana Dlamini-Zuma) e da Índia (Yashwant Sinha), já foi capaz de refletir a amplitude da proposta com uma agenda delineada em torno de algumas matérias: a análise dos desdobramentos recentes da conjuntura internacional e o papel das Nações Unidas nesse contexto; temas sociais (combate à fome e cooperação Sul-Sul); negociações econômicas e comerciais, inclusive entre países em desenvolvimento; e coordenação em organismos multilaterais. Como resultado principal, a “Declaração de Brasília”, documento originado do encontro, apontava a criação de uma Comissão Mista para uma discussão mais aprofundada destes tópicos e ainda recomendava uma reunião de cúpula envolvendo os chefes de governo dos países envolvidos, que veio a ocorrer, pela primeira vez, em 2006.

Se, por um lado, a formação de um grupo como o IBAS intriga em muitos aspectos, considerando-se as distâncias geográficas, culturais, históricas e políticas existentes entre os três países, por outro, faz pleno sentido em uma abordagem que considere as possibilidades de redistribuição de poder no plano internacional. Em grandes linhas, para vários autores, a cooperação entre os três países se dá no sentido da construção de novos espaços para os países

em desenvolvimento na busca de uma ordem internacional/multilateral mais justa, uma vez que compartilham interesses e capacidades semelhantes e são, ainda, os principais poderes em suas regiões de origem (LAI, 2006; GRATIUS, 2008; LYAL, 2006; NAYAR, 2008; MILLER, 2004). Dadas as “distâncias” entre seus três integrantes, o IBAS foi capaz de alcançar alguns resultados consideráveis desde sua criação. O Fundo IBAS para o Alívio da Fome e da Pobreza, estabelecido em 28 de maio de 2004, recebeu das Nações Unidas em 2006 o Prêmio Parceria Sul-Sul (*South-South Partnership Awards*), na categoria Aliança Sul-Sul (*South-South Alliance*).

A cooperação para o desenvolvimento é, assim, o braço do IBAS com as melhores perspectivas. Os objetivos comuns de alívio à pobreza e desenvolvimento econômico e social seriam os fatores que mantêm a coalizão, sendo que a estratégia de institucionalização burocrática tem sido bem sucedida em impedir que a iniciativa não se perca dentre as prioridades da política externa e doméstica dos três governos. Considerados os limites da coalizão em termos políticos, econômicos e securitários, a institucionalização do organismo pode ser a chave para sua perpetuação. O aprofundamento destas redes burocráticas, engendradas como teias artificiais, permitirá que a Trilateral explore o seu verdadeiro *asset*: a possibilidade de ser invocada de acordo com interesses *ad hoc*.

A Índia também possui interfaces com organismos de integração regional africanos, dando suporte a instituições como AU (*African Union*), ECOWAS (*Economic Community Of West African States*), SADC (*Southern African Development Community*) e programas como o NEPAD (*New Partnership for Africa's Development*). O governo indiano formalizou o SADC-Indian Forum em 2003 e a FICCI (*Federation of Indian Chambers of Commerce and Industry*) assinou um memorando de entendimento com a ECOWAS em 2010. Com a AU, por sua vez, a Índia finalizou recentemente o “*Plan of action of the Framework for Cooperation on the Indian Forum Summit*”, documento no qual estão apontadas as instituições que deverão cooperar na promoção das relações Indo-Africanas como o “*India Africa Institute for foreign trade*”, “*India Africa Diamond Institute*”, “*India Africa Institute of Information Technology*” e o “*Pan African Stock Exchange*” (CHERU; OBI, 2011).

Digna de nota, neste contexto multilateral, é também a IOR-ARC (*Indian Ocean Rim Association for Regional Cooperation*) criada em 1995, por iniciativa das Ilhas Maurício e que conta atualmente com 19 membros e cinco parceiros de diálogo, conforme a Figura 7. O objetivo formal da organização é a formulação e implementação de projetos relativos à promoção comercial, facilitação e liberalização do comércio intra-grupo, promoção do

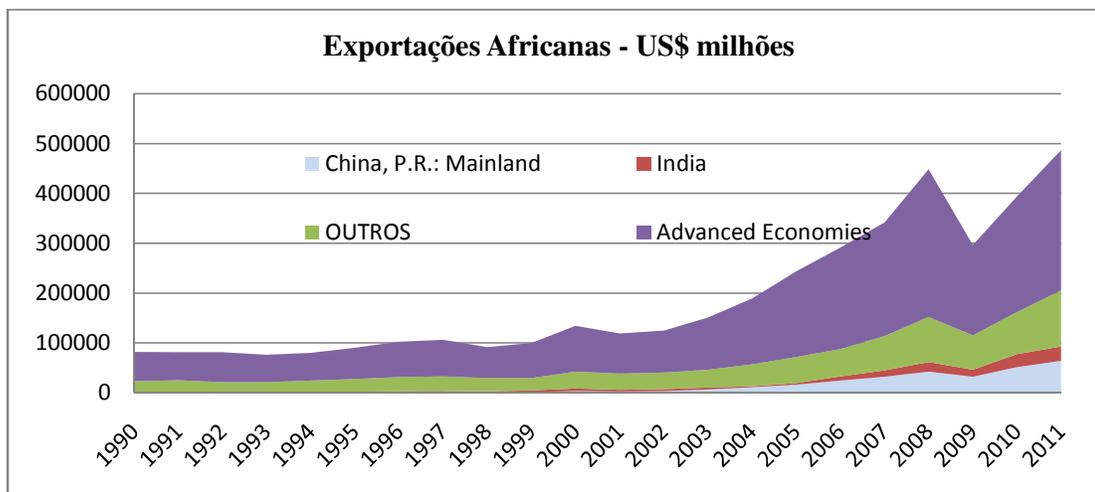


Dentre as exportações africanas para a Índia, antes da entrada da Nigéria no cenário comercial, 68% eram realizadas pela África do Sul, sendo que esta estimativa poderia ainda conter distorções, uma vez que o governo sul-africano não notifica os volumes referentes a ouro e diamantes (a Índia é o maior comprador global de ouro em estado bruto) (BROADMAN, 2007). Na intersecção dos aspectos comerciais com a diáspora indiana, cabe lembrar que os descendentes indianos que vivem na África do Sul são responsáveis por uma extensa rede de varejo de diamantes que interliga o país com Índia (Surat, no Gujarat), Amsterdã e Nova Iorque (ROY, 2007).

Na corrente contrária, as exportações asiáticas para a África têm crescido em uma média de 18% por ano. Em relação aos investimentos diretos, apesar da África receber apenas 1,8% dos investimentos mundiais, a presença de indianos e chineses tem crescido tanto nos setores extrativistas (petróleo e minério), quanto nas áreas de vestuário, processamento de alimentos, empresas de varejo, pesca e cultivo de frutos do mar, setor imobiliário e de construção, transportes, turismo, usinas de energia e telecomunicações, entre outros (BROADMAN, 2007).

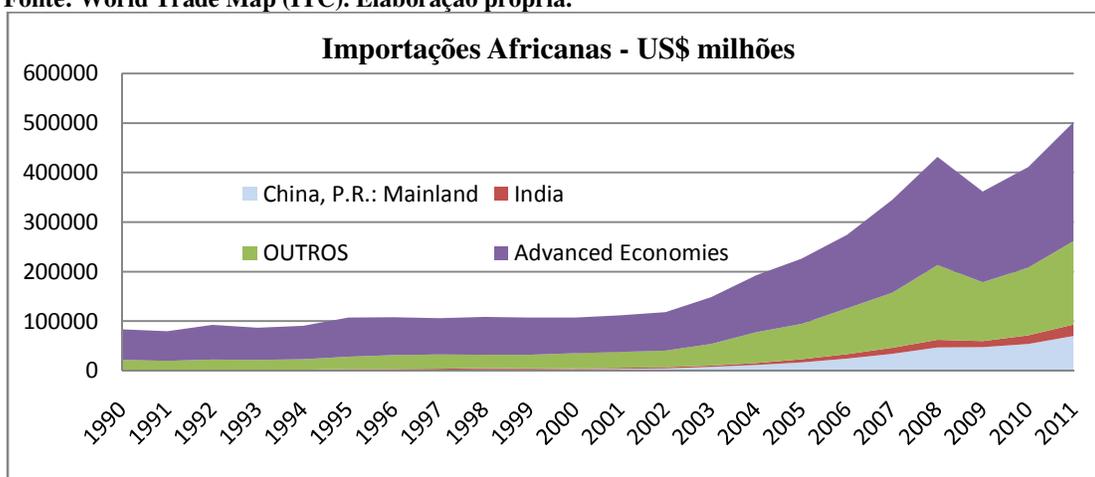
Em relação ao fluxo de comércio cabe lembrar que os montantes transacionados pela Índia são ainda residuais, comparados ao total do comércio africano e indiano. Recentemente o petróleo africano obteve papel importante, representando em 2010, 20% do petróleo importado pela Índia. No ano de 2010 a Índia importou 31,4 bilhões de dólares da África (9% do total de suas importações que totalizaram 350 bilhões) e exportou para o continente africano 17,8 bilhões, (8% do total de suas exportações que totalizaram 220 bilhões). O *Eximbank of India* tem um papel fundamental no fomento das importações da África, uma vez que boa parte delas é financiada por meio de suas linhas de crédito.

Essencialmente, a cooperação econômica entre a Índia e o continente africano pode ser tomada como parte da tendência mundial à ampliação das relações comerciais Sul-Sul que representavam, em 2004, 11% do comércio global, sendo que 43% do comércio dos países do Sul eram destinados a outros países em desenvolvimento. Os detalhamentos das atividades de comércio e investimentos serão dispostos em seguida, mas, para que a discussão esteja devidamente parametrizada, deve ser ressaltado que o papel tanto da Índia quanto da China no cenário comercial africano ainda está bastante ofuscado pelas bastante sedimentadas relações com os países do Norte Global, como pode ser percebido na Figura 8 e na Figura 9.



**Figura 8: Exportações africanas para regiões selecionadas 1990-2011.**

Fonte: World Trade Map (ITC). Elaboração própria.

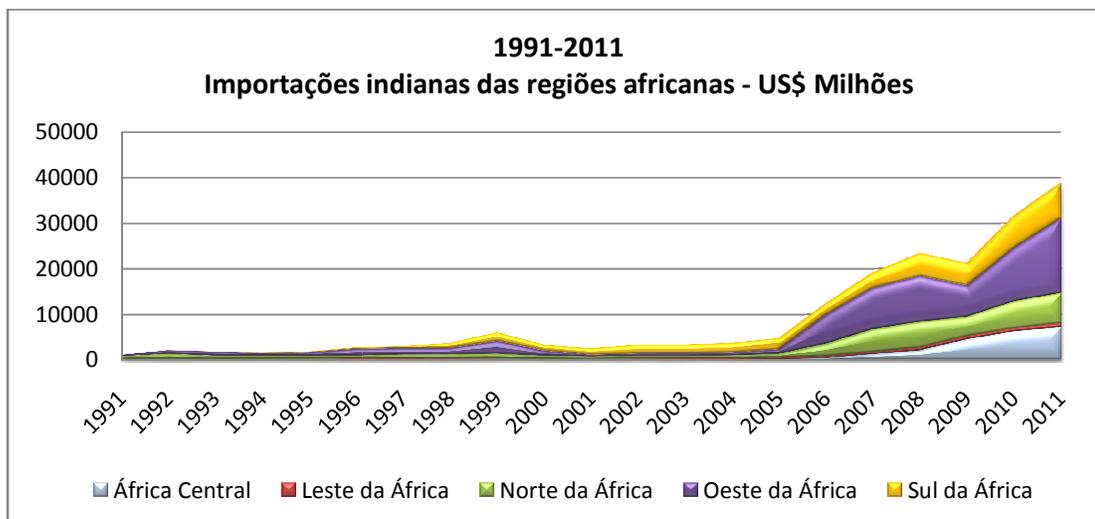


**Figura 9: Importações africanas para regiões selecionadas 1990-2011.**

Fonte: World Trade Map (ITC). Elaboração própria.

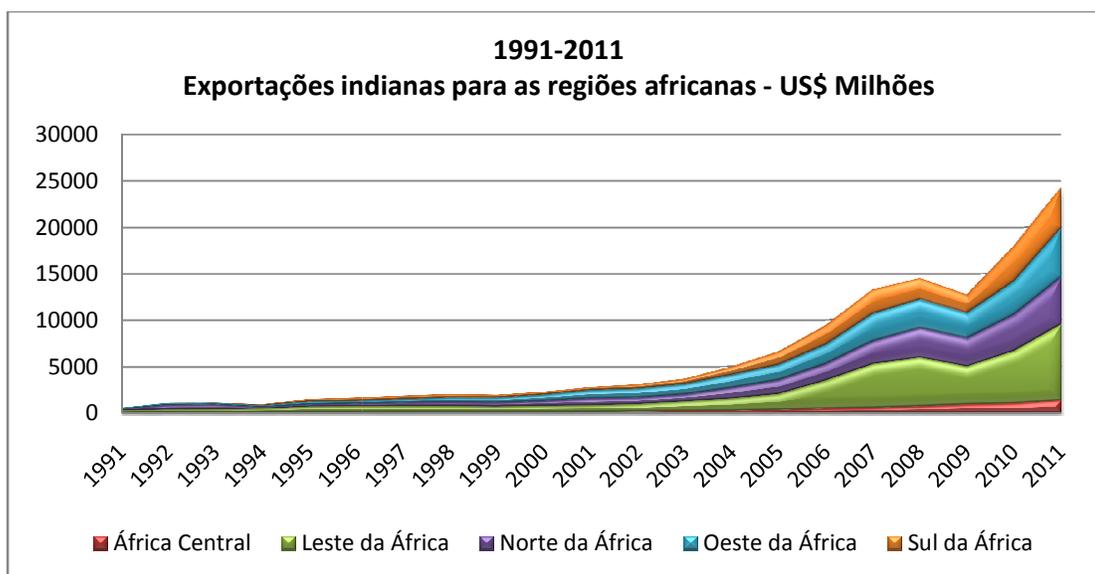
#### 2.2.2.2.1 Comércio Índia-África

Em relação ao comércio entre a Índia e o continente africano, as empresas indianas são atraídas pelo oeste africano de onde provêm 33% das importações indianas do continente, representadas pelo petróleo e produtos derivados provenientes da Nigéria conforme a Figura 10.



**Figura 10: Importações indianas das regiões africanas 1991-2011.**  
**Fonte: World Trade Map (ITC). Elaboração própria.**

Já em relação às exportações, o leste da África ganha certo destaque (Figura 11) em razão da diáspora ali localizada e da tradicional atividade comercial dos *dukawallas*.



**Figura 11: Exportações indianas das regiões africanas 1991-2011.**  
**Fonte: World Trade Map (ITC). Elaboração própria.**

Especificando-se tanto em termos de pauta, quanto de destino, temos que as exportações da Índia para o continente são mais diversificadas que suas importações tanto em termos de países, quanto em termos de produtos. Em termos de importação, os principais produtos são petróleo e derivados (representando 20% do total importado pela Índia do mundo), metais e pedras preciosas (38% do que importa) e em relação aos minérios importados pela Índia, o

mercado africano fornece em torno de 43% do que o país importa, considerando-se o produto *in natura* e acabado. A relação dos produtos importados pela Índia do continente africano no ano de 2010 pode ser encontrada no Apêndice A. Já as exportações indianas são mais diversificadas incluindo produtos farmacêuticos (25% do que o país exporta para o mundo), veículos e máquinas de transporte (20% do total exportado), máquinas e equipamentos elétricos (14% e 12% respectivamente). O detalhamento também se encontra no Apêndice A. Os países de origem e destino do comércio indiano no continente africano e seus respectivos volumes podem ser vistos na Tabela 2 e na Tabela 3.

País de destino das exportações indianas	US\$ milhões					% das exportações Indianas destinadas à África (2010)
	2001	2007	2008	2009	2010	
África do Sul	356.772	2.129.593	2.480.948	1.959.653	3.650.058	20%
Quênia	157.685	1.305.394	1.634.414	1.358.247	1.995.745	11%
Egito	467.788	1.192.242	1.762.406	1.374.131	1.929.806	11%
Nigéria	569.294	992.814	1.369.418	1.543.343	1.917.926	11%
Tanzânia	91.750	457.343	1.063.917	887.112	1.121.883	6%
Argélia	29.747	340.138	554.945	689.483	771.023	4%
Maurício	164.646	1.044.311	1.176.321	394.999	680.357	4%
Angola	25.289	233.825	330.033	586.221	597.009	3%
Gana	69.146	767.890	551.297	383.164	511.062	3%
Djibouti	16.395	404.999	394.046	249.252	298.132	2%
Marrocos	56.154	187.542	234.603	246.604	292.786	2%
Etiópia	91.804	163.427	216.571	283.258	261.601	1%
Tunísia	46.873	114.816	164.918	248.193	256.458	1%
Uganda	56.181	133.767	183.522	226.873	247.839	1%
Líbia	9.446	123.455	102.842	215.449	163.436	1%
Moçambique	31.198	393.177	423.227	366.043	49.545	0%
Sudão	123.517	355.731	466.620	462.381	48.783	0%
OUTROS	547.971	2.101.299	2.273.262	1.836.586	3.093.886	17%
TOTAL ÁFRICA	2.911.656	12.441.763	15.383.310	13.310.992	17.887.335	100%

**Tabela 2: Exportações indianas para países africanos selecionados (USD milhões).**  
**Fonte: World Trade Map (ITC).**

País de Origem das importações indianas	US\$ milhões					% das importações Indianas da África (2010)
	2001	2007	2008	2009	2010	
Nigéria	88.035	7.017.395	10.124.669	5.645.077	10.257.572	33%
África do Sul	1.456.086	3.181.703	5.551.207	5.035.363	6.912.186	22%
Angola	11	920.236	1.289.285	3.394.217	4.838.457	15%
Argélia	1.426	1.098.236	1.284.679	620.390	1.891.961	6%
Egito	100.995	1.877.257	2.081.429	1.716.912	1.410.247	4%
Marrocos	269.194	503.894	1.010.919	726.629	866.619	3%
Líbia	9.636	1.059.974	756.888	534.089	780.703	2%
Congo	1.815	84.921	500.106	449.990	645.236	2%
Sudão	13.558	242.505	545.759	376.634	641.263	2%
Gabão	10.359	84.030	206.257	168.300	320.171	1%
Tunísia	105.257	165.681	625.096	236.149	302.935	1%
Tanzânia	76.896	113.603	196.917	240.558	283.101	1%
Costa do Marfim	77.155	183.424	294.755	307.327	261.878	1%
Senegal	135.007	135.405	207.400	228.080	183.610	1%
Guiné Equatorial	-	72.733	83.308	141.392	126.079	0%
Zâmbia	13.632	71.833	139.315	154.766	48.427	0%
RD Congo	121	17.122	114.316	137.747	11.910	0%
OUTROS	275.399	1.480.857	1.640.964	1.002.831	1.658.247	5%
TOTAL ÁFRICA	2.634.582	18.310.809	26.653.269	21.116.451	31.440.602	100%

**Tabela 3: Importações indianas de países africanos selecionados (USD milhões).**

**Fonte: World Trade Map (ITC).**

As importações indianas do continente africano estão baseadas em suas necessidades estratégicas anteriormente abordadas. Figuras em primeiro lugar as matérias primas que darão sustento ao crescimento da Índia na economia mundial. Neste fluxo de comércio manifesta-se fenômeno o da concentração, tanto em termos de produtos, quanto em termos de países. Analisando-se os quatro primeiros países, da Nigéria 99% das importações indianas são de petróleo ou derivados. Da África do Sul predominam o ouro e as pedras preciosas perfazendo 63% do valor total importado do país. De Angola, novamente, 99% das exportações para a Índia se referem a petróleo, fenômeno que se repete no caso da Argélia.

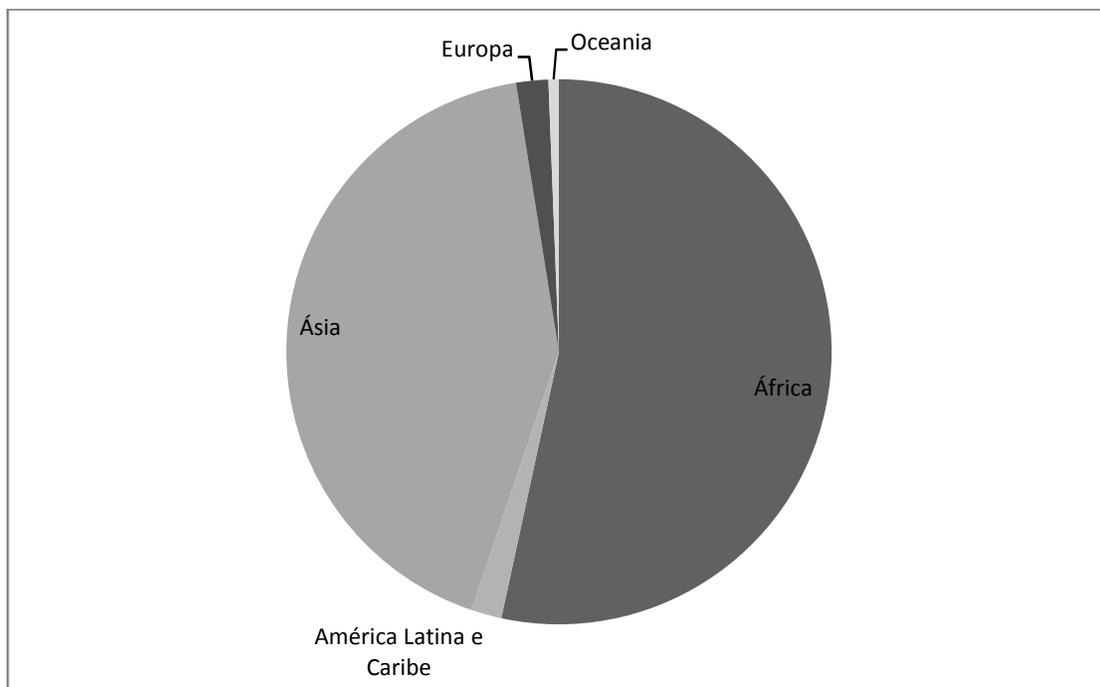
Os principais produtos exportados pela Índia para a África são tecidos, produtos manufaturados, máquinas, alimentos e bebidas industrializadas, sendo que ainda apresentam grande potencial de crescimento os produtos farmacêuticos e do setor de saúde, tecnologia de informação, tecnologias para administração de recursos hídricos e educação (VITTORINI;

HARRIS, 2011). Em termos de exportações para a África, a Índia está em uma situação de vantagem em termos do valor agregado dos produtos comercializados e em termos da diversificação dos parceiros comerciais. Este não é um fenômeno fortuito, porém, e deriva diretamente da ação estatal de fomento ao setor privado indiano por meio de suas câmaras industriais, como a FICCI (*Federation of Indian Chambers of Commerce and Industry*) e a CII (*Confederation of Indian Industry*), que promovem os negócios com o continente africano. Cabe lembrar que o TEAM-9 citado anteriormente, apesar de ser enquadrado oficialmente como cooperação Sul-Sul, ou mecanismo de ajuda, possui um forte viés focado na promoção de negócios com oito países do oeste africano.

Estes organismos empresariais indianos, com forte suporte governamental são responsáveis pela construção dos elos entre o empresariado africano e indiano. A CII em conjunto com o Eximbank realiza desde 2005 o India-Africa Conclave Meeting. Em sua 8ª edição, em março de 2012, o encontro contou com a presença de 41 países africanos, em sua maioria representados em nível ministerial, que tiveram a oportunidade de propor negócios às mais de quinhentas empresas indianas presentes. Algumas organizações africanas já estão replicando este tipo de iniciativa por apostarem no sucesso do modelo, como foi visto no *India-Central Africa Commercial Forum* promovido por dois bancos de desenvolvimento africanos locais em Brazzaville em 2009.

A FICCI, de modo complementar à atuação da CII disponibiliza um *African Desk Department* que se encontra em permanente contato com as câmaras de comércio africanas além de dispor de especialistas para auxiliarem os empresários indianos em suas dúvidas sobre os mercados africanos. A CII, por sua vez, organizou o encontro “*Developing Synergies: creating a vision*”, no qual estiveram presentes mais de 380 participantes provenientes de 34 países africanos e que foi considerado precursor para a realização do Segundo *India-Africa Forum Summit* (NAIDU, 2011).

Em fevereiro de 2011, a Presidente indiana Pratibha Patil anunciou a realização do segundo *India-Africa Summit* na Etiópia, escolhida em razão de sediar a União Africana, organização composta de 53 países. A ação foi promovida na esteira do primeiro encontro ocorrido em 2008, onde estiveram presentes 14 chefes de estado, além de líderes provenientes de oito países africanos. No primeiro *Summit* de 2008 a Índia se comprometeu a aplicar 500 milhões de dólares em projetos para o desenvolvimento africano, além de dobrar suas linhas de crédito para o continente para 5,4 bilhões de dólares o que de fato foi cumprido na totalidade como pode ser comprovado no Anexo A.



**Figura 12: Linhas de crédito em operação no Eximbank da Índia em julho de 2012.**  
**Fonte: Eximbank of India. Elaboração Própria (Detalhamentos no Anexo A).**

O acordo marco de cooperação do primeiro *India-Africa Summit* também incluiu áreas como educação, ciência e tecnologia, produtividade agrícola, segurança alimentar, crescimento industrial, infraestrutura e desenvolvimento na área de saúde. No segundo encontro, os líderes das duas regiões pactuaram as áreas nas quais dariam seguimento às atividades de cooperação e estabeleceram os recursos e ferramentas que utilizariam para tal feito, sendo grande parte delas as linhas de crédito, o programa ITEC e os canais diplomáticos comumente utilizados.

Outra ação de fundamental importância neste sentido é a atuação do Eximbank da Índia na abertura de linhas de crédito para os países africanos, como pode ser visto na Figura 12. Esta, talvez, pudesse ser considerada a grande estratégia comercial indiana para o continente, sendo derivada diretamente da liquidez de divisas estrangeiras, das quais dispõe a Índia atualmente, sendo este fenômeno tratado na terceira sessão deste trabalho. Além das linhas de crédito, o Ministério do Comércio da Índia lançou o *Focus Africa* como parte de sua estratégia 2002-2007 para reforço das ações de crédito do Eximbank e apoio aos exportadores indianos.

O Eximbank atua também oferecendo linhas de crédito diretamente a atores locais regionais como o *Eastern and Southern Africa Trade and Development Bank*, o *West African Development Bank* e o *East African Development Bank*. O Eximbank indiano comprou



linhas de crédito apontadas na Figura 13 auxilia bastante. A distribuição acima esclarece que as linhas de crédito indianas não têm uma relação direta com o tamanho dos mercados aos quais se destinam, indicando que atuam também no sentido de aumentar a capacidade indiana de obter outros recursos, como nos casos do petróleo do Sudão e das terras aráveis da Etiópia. Também pode ser percebido que em termos de concessão de financiamentos, quando possível, existe preferência pelo uso das instituições locais, como o *ECOWAS Bank for Investment and Development*, em detrimento do reforço das ligações bilaterais, como é o caso no Oeste Africano.

Em relação aos dois países melhor contemplados pelas linhas de crédito indianas, o Sudão e a Etiópia, existem sérias polêmicas a respeito dos outros negócios da Índia ali localizados. O caso sudanês será tratado em seguida, mas quanto às fazendas etíopianas, as acusações se dão em relação ao deslocamento forçado da população campesina e às vantagens concedidas a empresas indianas. As fazendas da Karuturi na Etiópia, que hoje se dedicam à produção de rosas para comercialização na Europa, além de haver recebido diversos benefícios fiscais oferecidas pelo governo local e de terem ganho as melhores terras aráveis (as mais próximas às fontes de água), ainda obtêm vantagens logísticas em termos do mercado europeu com isenção de tarifas de importação por conta da condição de *least developed country* da Etiópia. Além dos investimentos das empresas indianas, as compras de terras da China e da Arábia Saudita têm crescido enormemente no país, o que tem gerado preocupações em relação ao intenso desmatamento que vem sendo realizado no preparo para o plantio, para além daquelas relativas aos direitos humanos que vem sendo violados pelo governo etíopiano.

Conduzindo-se esta análise comercial para os micro-ambientes locais, alguns autores que realizaram trabalhos de campo, neste caso, no Quênia, apontaram outras desvantagens para os africanos no comércio com a Índia. O pano de fundo desta relação analisada de modo mais detido é a indústria têxtil no Quênia, que se originou a partir de um processo de substituição de importações na década de 1970, realizou uma das maiores contribuições para a redução da pobreza no país com a criação de empregos diretos e indiretos, tendo tido efeitos positivos em termos de distribuição de renda, especialmente em relação às mulheres. Esta indústria tem atuação nos mercados globais desde duas décadas atrás, sendo que sua inserção nos mercados africanos data de período anterior à independência do país (KAMAU; McCORMICK, 2011).

Com o advento dos programas de ajuste estrutural, que abriram os mercados quenianos à competição internacional, a referida indústria sofreu um baque, havendo se recuperado apenas após a assinatura do AGOA (*African Growth and Opportunity Act*) que permitiu

exportações sem limite de quotas e sem taxaço aos EUA. Boa parte da matéria prima desta indústria é importada da Índia, que vem a ser o segundo maior fabricante do segmento, atrás apenas da China, além de exportar 25% do algodão comercializado mundialmente. Os EUA recebem 90% das exportações de vestuário do Quênia, sendo que neste mercado a concorrência com os produtos indianos acirrou-se a partir da crise de 2008.

O que os autores concluem ao final de seu estudo é que, especificamente no comércio de vestuário entre Índia e Quênia, estas relações podem colocar em xeque a sustentabilidade de tão importante indústria para o país. Isto se daria porque hoje em dia o Quênia consegue ter acesso a matérias primas para a indústria do vestuário provenientes da Índia, mas este abastecimento pode ficar comprometido em um futuro próximo por conta do aumento da própria demanda interna no mercado indiano, também em crescimento, pois, como visto, ainda tem 800 milhões de pessoas para incluir em padrões mínimos de consumo. A situação até poderia se reverter em favor do Quênia, que poderia exportar para a Índia, mas devido ao perfil protecionista do país asiático, as altas tarifas indianas e os preços pouco competitivos do produto queniano impossibilitariam este processo (KAMAU; McCORMICK, 2011).

Para concluir o panorama das relações comerciais da Índia com o continente africano, é necessário abordar também um importante eixo do comércio de serviços praticado entre as duas regiões, o turismo hospitalar. As viagens de pacientes africanos para tratamento na Índia estão cada vez mais frequentes e são resultado do fato de que a Índia está se tornando um provedor mundial de saúde, em grande parte por conta de sua diáspora que hoje soma 20 milhões de pessoas ao redor do globo, mas também em razão de ser capaz de prover serviços de primeira classe à preços de país em desenvolvimento. Esta expansão do ramo inclui também o continente africano com especial vantagem por conta das facilidades para obtenção de visto para a Índia.

Em um estudo que envolveu pacientes provenientes de Quênia, Tanzânia, Gana, Burundi e República Democrática do Congo, Renu Modi (2011) detectou que os serviços de saúde indianos são constantemente procurados pelos africanos em razão de não haverem conseguido obter em seus países um diagnóstico acurado de suas doenças por conta da inabilidade dos médicos locais ou instalações com a tecnologia necessária para a realização do tratamento que necessitam (MODI, 2011).

Em um quadro no qual os serviços públicos de saúde locais são limitados por condições de infraestrutura, epidemias como a do HIV/AIDS sendo, ainda, agravado pelo êxodo dos médicos africanos para países mais ricos, o turismo médico apresenta-se como uma possibilidade positiva na relação dos países da África com a Índia. Os problemas do

continente africano em relação à saúde são também prejudicados pelos baixos orçamentos destinados ao setor, desvio de verbas públicas, alta dependência de medicamentos e equipamentos importados, estando estes fatores ligados ao legado deixado pelos programas de ajustes estruturais da década de 1980 (MODI, 2011).

Os serviços indianos, que já atenderam mais de 1000 pacientes da Tanzânia, apresentam aspectos controversos no sentido de que são acessíveis apenas às elites africanas, além de serem comercialmente promovidos pelos hospitais da Índia por meio de estratégias que incluem visitas esporádicas de médicos indianos à África e captação de pacientes via médicos africanos comissionados que são cooptados geralmente em congressos de medicina ao redor do mundo. Alguns hospitais indianos oferecem consultas prévias à viagem por meio de videoconferência<sup>10</sup>, além de possuírem divisões de marketing especificamente responsáveis por serviços como traslados de aeroporto e acomodação para os parentes. Além de já haver recebido pacientes provenientes de Burundi, Costa do Marfim, RDC, Etiópia, Quênia, Moçambique, Nigéria, Ruanda, África do Sul, Tanzânia e Zâmbia, a Índia também recebe atualmente muitos membros de sua diáspora residentes no continente africano (MODI, 2011).

Apesar de dado o panorama geral do comércio entre Índia e África, faz-se uma ressalva de que este não é um indicador de presença ou de relevância absoluto. Questões diplomáticas como acordos de comércio e investimentos<sup>11</sup> são relevantes por projetarem em quais países o governo apresenta interesse no estreitamento de laços comerciais. Este fato poderia não ser considerado como de interesse, não fosse a Índia um país onde o setor privado está ainda acostumado à planificação estatal, herdada do período anterior à década de 1990.

#### **2.2.2.2 Investimentos indianos no continente africano: serviços, infraestrutura e indústrias não extrativistas**

Os estoques de investimentos diretos indianos na África, conforme o *World Investment Report* da UNCTAD de 2010, perfazem 9% do total dos estoques da Índia no exterior<sup>12</sup>,

<sup>10</sup> O que levanta a suspeita de que a extensa rede de telemedicina instalada pela Índia sob o programa Pan-African e-Network possa ser também utilizada no futuro para promoção de hospitais indianos.

<sup>11</sup> Os países com os quais a Índia possui acordos bilaterais são: Djibouti, Gana, Ilhas Maurício, Sudão e Zimbábue. Já os acordos para se evitar a bi-tributação são mais numerosos: Gana, Ilhas Maurício, Quênia, Senegal, Serra Leoa, África do Sul, Tanzania, Uganda e Zimbábue. Fora este, estão em negociação um acordo de cooperação econômica com as Ilhas Maurício e uma área de livre comércio com a África do Sul.

<sup>12</sup> A apuração de dados precisos quanto a estes volumes, entretanto, tem se revelado tarefa ingrata frente à indisponibilidade de informações precisas por parte do governo indiano. A própria UNCTAD em relatório dedicado aos investimentos asiáticos na África em 2007 não foi capaz de consolidar informações atualizadas a respeito da atuação indiana. O FMI lançou uma metodologia para acompanhamento dos investimentos diretos em 2009 e os dados apurados para 2010 serão utilizados em seguida, quando do aprofundamento do tema.

sendo que a maior parte destes capitais flui em primeira instância para as Ilhas Maurício em razão de incentivos fiscais. A predominância de indianos nas Ilhas Maurício também fez com que este fosse o caminho natural para a entrada de quase todo o investimento privado indiano na África. Apesar dos estudos que comprovam haver um alto custo de transação neste procedimento, indianos ainda preferem destinar seus investimentos para este local, redirecionando-os a partir dali para o interior do continente (BHUJUN, 2006). Este fator deve ser levado em consideração, pois causa distorções na análise do panorama de investimentos de empresas da Índia na África. Assim como causa distorção, além de dúvidas em relação à propriedade do capital, o fato de que empresas das Ilhas Maurício já haviam investido (até 2010) mais de 40 bilhões na Índia, estando dentre elas os maiores investidores individuais do país (CARMODY, 2011).

Algumas ações pontuais em termos de investimentos diretos serão relatadas por serem dignas de nota. Excluindo-se os investimentos privados e estatais indianos extrativistas ou com vistas ao acesso aos recursos naturais africanos como petróleo, minérios e até mesmo comida, várias aquisições das empresas indianas ganharam destaque na imprensa nos últimos anos, sendo que, na ausência de haver alguma fonte que disponibilize estes dados de forma agregada, serão dispostos os fatos coletados com uso de fontes secundárias.

Conforme o relatório da Unctad de 2007, a Índia realizou maior número de IDE (investimento direto estrangeiro) do que a China entre 2002 e 2005. O país tem projetos para instalação de usinas de energia solar no Gabão, na Etiópia, na Namíbia e na Nigéria (NAIDU, 2011). O programa de expansão da Tata na África tem na Zâmbia o maior destino de investimentos (nos setores agrícola e hidrelétrico), sendo que seus ônibus já são montados no Senegal. O grupo também abriu uma montadora de ônibus e caminhões no país e promoveu uma reforma milionária em um tradicional hotel de Lusaka (o *Taj Pamodji*, ao custo de oito milhões de dólares) (CARMODY, 2011).

Em 2008, a Fouress International adquiriu uma *Power plant* em Uganda, a KEC International foi contratada para um projeto de 40 milhões de dólares na Etiópia para a construção de uma planta de transmissão elétrica, a Mashuli Gashmani Ltd passou a operar uma fábrica de camarão avaliada em 18 milhões de dólares em Uganda e a Kamai Engeneering Corporation iniciou a construção de uma linha de transmissão elétrica entre a Zâmbia e a Namíbia (GADZALA, 2011). No Quênia, foi inaugurada recentemente uma

fábrica de carbonato de sódio da Tata, uma fábrica de cimento da Sanghi e diversas plantações de flores da Karuturi Networks<sup>13</sup> (McCANN, 2011).

Os investimentos oficiais da Índia na África foram em 2008 em torno de dois bilhões de dólares. As empresas com maior atividade no setor privado são: Tata Group, Ranbaxy Laboratories e Kirloskar Brothers. Essas empresas focaram nos mercados da África do Sul, Nigéria, Egito e Quênia. Em 2010, a Bharti Airtel Telecommunications comprou o braço africano da gigante de telecomunicações do Kuwait, a Zain. A compra foi realizada por 10 bilhões de dólares, sendo que por meio da aquisição da Zain, a Índia terá acesso às contas de 42 milhões de usuários de telefonia móvel localizados em 15 diferentes nações africanas. Nas ilhas Maurício, a Índia consolidou *hubs* de investimentos, sendo que a África do Sul é também um importante *gateway* para o capital indiano na África (NAIDU, 2011).

Na área de serviços também se destacaram a *joint venture* da Nextcell indiana e da AquaSan de Maurício que criou a Nextcell Mauritius para competir no mercado africano de telefonia móvel em 2010 e o investimento do Essar Group na área de telefonia móvel no Quênia em 2009 (CARMODY, 2011). Para além do setor privado, empresas públicas indianas participam ativamente nos mercados africanos como a Indian Telecom Industries, a RITES (*Rail India Technical and Economic Services*), a Konkan Railways, a ONGC, a IRCON, a Kalapaaru Power Transmission Ltd, dentre outras. As atividades variam desde *leasing* de locomotivas no Sudão, Tanzânia, Quênia e Moçambique, à construção de estações de transmissão de energia elétrica (CHERU; OBI, 2011).

Na Libéria, depois dos chineses, a Arcelor Mittal da Índia é o principal investidor, com contratos para a reconstrução de 270 km de uma rodovia até o porto de Buchanan, totalizando um investimento de aproximadamente 1,5 bilhões de dólares, com a projeção de criação de 3.500 empregos diretos e 20.000 indiretos. Os aspectos controversos destes investimentos serão tratados posteriormente. Já o engajamento da Índia com Gana é diferente daquele desempenhado com a Libéria, por ser este um país mais estável, com um maior número de investidores e por ser mais assediado desde a descoberta de reservas de petróleo em 2010.

Em Gana, a empresa Mahindra & Mahindra possui uma *joint venture* em uma planta de tratores, a Telecommunications Consultants India possui um escritório no país, assim como empresas como o Banco de Baroda, Tata, Ashok Leyland, Larson and Toubro, NIIT Technologies e diversas companhias farmacêuticas possuem atividades econômicas. Os

---

<sup>13</sup> No site da empresa consta que *KGL's floriculture business aims at growing roses at competitive costs in African countries and meeting the global demand at value prices*, o que explica a preferência por investimento tão longínquo. O fato preocupante é que o campesinato indiano, que trabalha a um custo quase inexistente já se tornou caro demais para o capital do próprio país.

indianos são os maiores investidores do país em termos de número de empreendimentos, 11% do total entre 1994 e 2007 (VITTORINI; HARRIS, 2011). Índia também participa de um projeto para construção de redes elétricas com financiamento próprio, mas a crítica de Vittorini e Harris (2011) aponta que seria muito complicado entender quais são as atividades de cooperação promovidas pela Índia no país e até que ponto elas estão condicionadas a outros projetos e concessões que o país pleiteia, sendo que o pior efeito da nebulosidade destas fronteiras é o aprofundamento de relações clientelistas com as elites locais. Carmody (2011) também critica que o modelo de desenvolvimento evidenciado nas relações da Índia com a África é o mesmo que impera no país: ligado aos interesses do setor privado, não planejado, polarizado e caótico.

Em relação ao panorama geral do IDE indiano no continente africano, ao que alguns autores chamaram de “safáris indianos” ou de “Tataficação da África” (McCANN, 2011; NAIDU, 2011), uma vez que a Unctad não disponibiliza em sua ferramenta de pesquisa a possibilidade de que sejam realizados cruzamentos entre país investidor e país receptor do investimento, para que se tenha uma visão geral da situação no continente, tentou-se utilizar uma ferramenta nova, recém disponibilizada pelo FMI. A *Coordinated Direct Investment Survey* (CDIS) é uma plataforma mundial lançada pelo FMI para melhorar a qualidade das informações prestadas pelas economias em relação aos investimentos diretos estrangeiros. A pesquisa é conduzida anualmente, de forma voluntária havendo iniciado em 2009 e já conta com a participação de 97 países. Por estar em uma fase bastante incipiente, a referida pesquisa não será mostrada no corpo do trabalho, mas a tabela completa pode ser encontrada no Apêndice B<sup>14</sup>.

Diante da indisponibilidade de bases de dados com as informações cruzadas (país destinatário/país investidor) optou-se por utilizar-se um relatório do BIS (*Bank for International Settlements*) (KHAN, 2012) sobre o IDE indiano que, conforme comentado, por circular por centros financeiros *offshore* (como poderiam ser classificadas as Ilhas Maurício) antes de chegar ao seu destino final, é bastante complicado de rastrear (Tabela 4).

---

<sup>14</sup> Com base nesta base de dados foram selecionados todos os países africanos e as respectivas posições de entrada de capital estrangeiro para investimento direto no ano de 2010. As posições de saída de capital estrangeiro (dos mesmos pares que investiram) foram ignoradas, pois o objetivo era tão somente conseguir delinear, mesmo que tenuemente, os países nos quais os investidores apresentaram maior interesse. Os dados do FMI supostamente medem o estoque dos capitais investidos.

US\$ bilhões	2008-09	2009-10	2010-11	2011-12	Total
Singapura	4,06	4,2	3,99	1,86	14,11
Ilhas Maurício	2,08	2,15	5,08	2,27	11,58
Holanda	2,79	1,53	1,52	0,7	6,54
USA	1,02	0,87	1,21	0,87	3,97
Emirados Árabes	0,63	0,64	0,86	0,38	2,51
Ilhas Virgens Britânicas	0	0,75	0,28	0,52	1,55
UK	0,35	0,34	0,4	0,44	1,53
Ilhas Cayman	0	0,04	0,44	0,14	0,62
Hong Kong	0	0	0,16	0,31	0,47
Suíça	0	0	0,25	0,16	0,41
Outros Países	7,65	3,19	2,65	1,23	14,72
<b>Total</b>	<b>18,58</b>	<b>13,71</b>	<b>16,84</b>	<b>8,88</b>	

Tabela 4: Dez destinos principais do IDE indiano nos últimos anos

Fonte: (KHAN, 2012). Elaboração própria.

As relações econômicas da Índia com a África, então, podem ser entendidas como entabuladas com apoio direto estatal (por meio de linhas de crédito, por exemplo), mas conduzidas por empresas privadas em sua maioria. O processo de aproximação da Índia com os países fricanos e da adoção de uma postura comercial agressiva teve início na década de 1990, mas somente obteve resultado quando foi possibilitada ao país a liquidez em reservas estrangeiras para financiamento dos clientes africanos. A política de investimentos diretos requer maior investigação e se depara, principalmente, com o problema da indisponibilidade de fontes adequadas. Espera-se que a pesquisa anual recém iniciada pelo FMI seja capaz de solucionar o problema da identificação da propriedade dos capitais investidos na África e em outros países emergentes. A política econômica indiana para o continente africano sustenta-se, ainda, em outras ações, que são consideradas como auxílio, ajuda, cooperação, Sul-Sul, etc, e que serão tratadas em seguida.

### 2.2.2.3 Cooperação Sul-Sul

É compreensível que as ações de cooperação exercidas pela Índia no continente africano confundam certos observadores. O país sofre das mesmas mazelas dos parceiros do continente ao lado, muitas vezes em uma escala muito superior, e ainda assim destina parte de seus recursos para ajudá-lo. Esta ajuda não se dá na forma tradicional (doações em dinheiro) muito utilizada pelos ex-colonizadores, mas tampouco se configura como somente doações em espécie (alimentos, medicamentos, abrigos, etc.), aparecendo também na forma de envio de profissionais, patrocínio de bolsas de estudos e compra de equipamentos. A ajuda indiana tampouco se utiliza do discurso caritativo cristão, estando mais ligada a um princípio de

relações ganha-ganha, na crença de que esperar algo em troca não afeta a qualidade da abnegação do ato de solidariedade.

A pobreza na Índia<sup>15</sup> é maior do que na África (a média da renda per capita africana é superior à indiana em U\$200) sendo que, em números absolutos, há mais crianças desnutridas na Índia do que em todo o continente africano. Estas são, fundamentalmente, as razões pelas quais analistas (CARMODY, 2011) acreditam que as motivações da ajuda indiana para a África são políticas e econômicas ao invés de humanitárias. Além disto, em 2003 a Índia declarou que não mais aceitaria ajuda humanitária bilateral de 22 países doadores em um gesto simbólico que tentava evidenciar que o país se encontrava rumo ao status de potência. A ideia de promover a ajuda, no entanto, vem ao encontro desta autoimagem que o país busca construir, com base no histórico que foi brevemente abordado de um país que representa o legado de uma civilização que foi por apenas um par de séculos detida em seu progresso pelas forças coloniais.

A fim de unificar suas ações de cooperação no mundo em desenvolvimento, a Índia planejou constituir em 2007 a IIDCA (*International Development Cooperation Agency of India*), projeto do qual desistiu em 2010. As razões pelas quais a agência não foi criada estão diretamente ligadas ao modelo de ajuda prestado pela Índia que divide entre vários organismos governamentais as responsabilidades por programas que são absolutamente distintos (estando incluídas até mesmo as linhas de crédito para projetos de desenvolvimento de infraestrutura e capacitação institucional). Para Cheru e Obi (2011), o engajamento indiano pró-desenvolvimento se dá, basicamente, de três formas: assistência para o desenvolvimento, comércio e IDE e diplomacia.

Em termos de assistência direta para o desenvolvimento, a Índia também considera suas linhas de crédito, oferecidas por meio do *Eximbank of India*, na “conta” da ajuda (mesmo que estas possam ser consideradas apenas como um esquema de subsídios para fomento de suas próprias exportações). Porém, pelos padrões da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), apenas poderiam se configurar como ODA (*Official development assistance*) os tradicionais programas de assistência técnica indianos promovidos por seu *Ministry of External Affairs* (MEA) (CARMODY, 2011)<sup>16</sup>. Estes programas de cooperação técnica se dão na forma de treinamento, capacitação técnica, serviços de

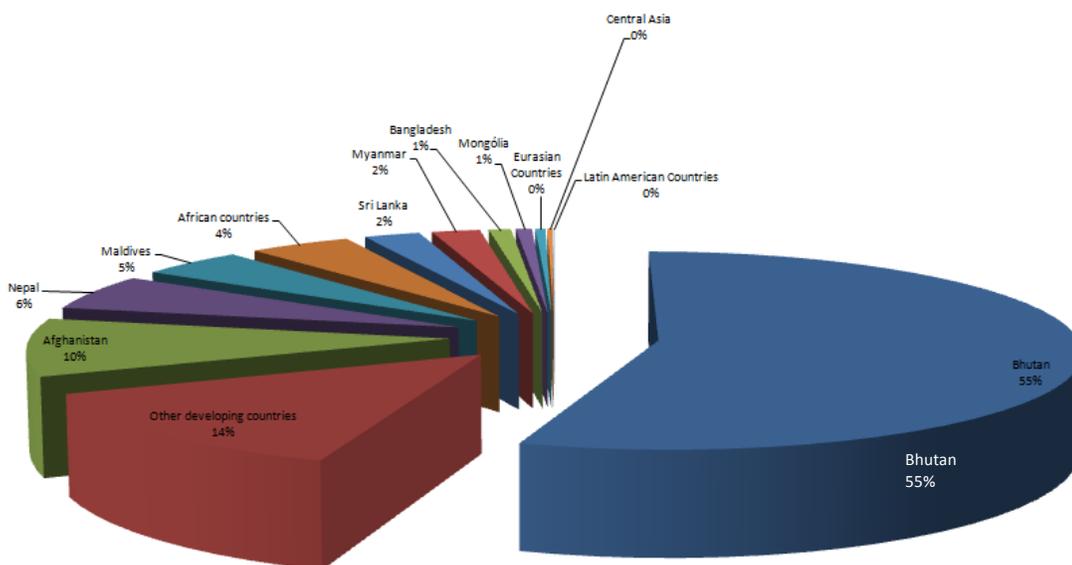
---

<sup>15</sup> A parcela de 41,6% da população indiana se encontra abaixo da linha de pobreza de US\$1,25 por dia (PNUD, 2011).

<sup>16</sup> Esta também é uma discussão bastante controversa, pois, as definições do FMI a respeito da ODA foram criadas para as situações específicas dos países desenvolvidos e, de fato, não estão embuídas da lógica da ajuda dos países asiáticos.

consultoria para projetos específicos, alocação de especialistas, bolsas de estudos e outros “*soft investments*” como a compra de equipamentos básicos para a implementação dos projetos.

Em relação à ajuda oferecida pelo MEA, seus montantes não são expressivos, sendo que grande parte de seu destino nunca foi o continente africano (ao contrário das linhas de crédito do *Eximbank*). Como pode ser visto na Figura 14 e na Tabela 5, a região dispõe de apenas 4% do orçamento do período 2003-2011. A Índia engaja-se também para com o desenvolvimento africano por meio de doações diversas na forma como foi colocado anteriormente, sendo que este hábito é corriqueiro desde a sua descolonização em 1948. Este é um ponto importante da atuação indiana na África, pois em todas as circunstâncias nas quais foi requerido seu auxílio, a Índia realizou doações a países africanos que passavam por situações de excepcionalidade. Além disto, em 2005, a Índia foi o primeiro país asiático a se constituir como membro pleno do ACBF<sup>17</sup> (*African Capacity Building Foundation*) (NAIDU, 2011) e, ainda, cancelou as dívidas de países como Moçambique e Tanzânia (CARMODY, 2011).



**Figura 14: Percentual dos principais destinos dos programas de ajuda indianos (ou cooperação técnica).**  
**Fonte: MEA 2003-2011. Elaboração própria.**

<sup>17</sup> Os outros membros, porém, são os tradicionais “doadores” do continente: Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Holanda, Noruega, Suécia, Reino Unido e Estados Unidos.

País/Ano - US\$ Milhoes	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Bhutan	126,5	139,8	205,7	98,5	132,9	219,3	236,7	313,3	369,1	1.841,7
Other developing countries	27,5	64,9	91,6	81,0	-	39,2	37,4	64,8	49,2	455,5
Afghanistan	-	-	-	-	78,9	76,1	52,2	56,4	52,7	316,3
Nepal	10,6	12,0	12,0	38,2	18,2	20,5	27,3	27,3	27,3	193,4
Add to Maldives	0,7	0,6	2,4	1,1	3,5	91,8	0,6	2,0	49,6	152,3
African countries	14,5	19,4	11,1	3,6	9,1	17,3	22,7	27,3	22,5	147,6
Sri Lanka	2,5	2,8	4,5	5,1	5,1	5,5	14,5	16,4	24,2	80,6
Myanmar	0,4	1,1	4,0	7,3	3,6	6,4	10,0	16,4	20,3	69,5
Bangladesh	3,6	0,6	9,5	3,6	10,9	1,1	0,7	0,5	1,5	32,0
Mongólia	-	-	-	-	-	-	22,7	-	0,4	23,1
Eurasian Countries	-	-	-	-	-	-	3,6	5,5	5,5	14,5
Central Asia	-	-	-	-	3,6	3,4	-	-	-	7,1
Latin American Countries	-	-	-	-	0,3	0,4	0,4	0,7	0,1	1,8
<b>TOTAL</b>	<b>186,4</b>	<b>241,2</b>	<b>340,8</b>	<b>238,4</b>	<b>266,1</b>	<b>480,9</b>	<b>428,9</b>	<b>530,4</b>	<b>622,3</b>	<b>3.335,3</b>

**Tabela 5: Principais destinos dos programas de ajuda indianos (ou cooperação técnica).**

Fonte: MEA 2003-2011. Elaboração própria.

A ajuda oficial do MEA<sup>18</sup> disposta acima, conta com apoio de outros ministérios e também de outras fontes de financiamento, e se desdobra em alguns programas específicos em relação à África como o ITEC, o SCAAP, o TEAM-9 e a Pan-African e-Network. O ITEC, projeto anteriormente mencionado, foi criado em 1964 pelo governo indiano para fomentar o desenvolvimento de outros países em desenvolvimento. Sua ideia principal é a de exportar o modelo indiano para o resto do mundo, por ser esta uma alternativa mais factível para os países do programa do que aquela indicada pelos países desenvolvidos. O ITEC atende atualmente 156 países de quatro continentes: África, Ásia, América Latina e Europa Oriental. Para melhor contemplar os países africanos, foi criada a SCAAP (*Special Commonwealth African Assistance Programme*), com o objetivo de aumentar os recursos destinados à África.

O TEAM-9, essencialmente, é uma forma encontrada pelo governo indiano de aumentar seu engajamento com a África, não somente em seu tradicional quintal, o Oceano Índico, como também no oeste do continente (VITTORINI; HARRIS, 2011). A iniciativa TEAM-9 foi lançada em março de 2004 já tendo promovido mais de 300 milhões de dólares em linhas de crédito para o desenvolvimento de projetos como: construção da sede do correio central em Burkina Faso, provimento de eletricidade para o meio rural em Gana, construção de uma fábrica de bicicletas no Chade, de uma fábrica de tratores em Mali, e um projeto para disponibilização de água potável na Guiné Equatorial (NAIDU, 2011). Já são oito<sup>19</sup> os países beneficiados, sendo que este número em breve subirá para 14 (VITTORINI; HARRIS, 2011).

<sup>18</sup> É interessante notar que até o ano de 2009 os valores apresentados na figura e na tabela acima eram apontados nos relatórios do ministério como sendo “*Principal Destinations of India’s Aid & Loan Programmes*” e a partir de 2010 em diante, este item passou a se chamar “*Principal Destinations of India’s Technical Cooperation Programmes*” em uma indicação clara de que a Índia procura se afastar cada vez mais da imagem de doador, buscando a postura de um parceiro.

<sup>19</sup> Burkina Faso, Chade, Costa do Marfim, Guiné Equatorial, Gana, Guiné Bissau, Mali e Senegal.

Outro projeto indiano com foco no desenvolvimento africano é o Pan-African e-Network, com fins de apoio técnico especializado via internet, principalmente no setor de saúde. O projeto piloto para a Pan-African e-Network foi desenvolvido na Etiópia em 2006, por meio do qual 26 estudantes da Universidade de Addis Ababa foram à Índia para cursar um MBA. Com base no sucesso deste projeto piloto, um Memorando de Entendimento foi assinado com uma série de outros países, como Benin, Botsuana, Malawi, Níger, Ruanda, Somália, Etiópia, Egito, Maurício e Senegal (NAIDU, 2011). Hoje em dia, a Pan-African e-Network oferece aos 53 países membros da União Africana a possibilidade de proverem, para suas instalações hospitalares, uma hora por dia de tele-medicina em 18 diferentes especialidades médicas como cardiologia, neurologia, urologia, ginecologia, oftalmologia, pediatria, dentre outras. Também é oferecida pelo programa a possibilidade de consultas para cinco pacientes ao dia para hospitais selecionados (MODI, 2011).

Existem, porém, importantes prerrogativas tecnológicas para que um projeto deste porte seja viável. Atualmente a empresa estatal indiana *Telecommunications India Limited* administra as redes de conexão, que serão transferidas pela Índia dentro de cinco anos do início do projeto à administração da AU (*African Union*) que posteriormente se encarregará de manter o sistema (NAIDU, 2011). As tele-conferências da rede são possíveis porque a Índia está ligada digitalmente à costa oriental da África por meio do EASSY (*East African Submarine Cable*) e também está ligada às Ilhas Maurício, à África do Sul e a alguns países do Oeste da África através do SAT3/WASC (*South Atlantic 3/West Africa Submarine Fibre Optic Cable*).

Toda esta tecnologia colocada à disposição da Pan-African e-Network pode vir a facilitar as *joint ventures* das empresas indianas com as africanas, conforme Carmody (2011). Além disto, os mesmos satélites e fibras ópticas que promovem os programas de tele-medicina e tele-educação poderão vir a facilitar a comunicação dos políticos indianos: Carmody (2011) alerta que a e-Network é também declarada oficialmente como sendo uma rede VVIP (*very, very important people network*) o que também permitiria videoconferências de ótima qualidade com 53 Chefes de Estado africanos.

Em termos da análise dos objetivos predominantes ou “secundários” da “ajuda” dispensada à África, uma abordagem comparativa comum é aquela que analisa o auxílio prestado tanto pela Índia quanto por outros países emergentes (mais comumente a China), considerando o engajamento dos países asiáticos como sendo menos “abnegado” do que aquele promovido pelos países do Norte Global. Mawdsley (2011) desenvolveu importantes

esclarecimentos a este respeito com base na Teoria da doação<sup>20</sup>, considerando que, em termos generalizantes, existem diferenças cruciais entre os princípios que regem a lógica da cooperação prestada por países ocidentais daquela concedida por países do Sul Global.

Para os países ocidentais a lógica dominante da ajuda externa está baseada na caridade, enquanto que a ajuda oferecida por parte da Índia e outros parceiros para o desenvolvimento do Sul Global está baseada no princípio da solidariedade e do benefício mútuo. Ao observar a questão da cooperação prestada pela Índia ao continente africano, Mawdsley (2011) percebeu que existe uma postura por parte do país asiático que, a exemplo de outros, rejeita e resiste a uma ideia de hierarquização destas relações insistindo no princípio da “horizontalidade entre parceiros”. A autora defende que pode haver três formas de realocação de recursos, sendo a função social o que as diferencia. Os dois primeiros tipos, as trocas econômicas e a redistribuição institucional de recursos, são diferentes da doação e justamente o que distancia a doação das demais categorias de realocação de recursos seriam os laços sociais que a mesma proporciona entre o doador e o receptor.

Estes laços possuem três componentes: o doar (que inicia o elo social), o receber (porque renunciar à doação seria o mesmo que renunciar ao elo social) e o retribuir (que seria a ação de simplesmente ser beneficiado de fato por aquela doação). Ou seja, mesmo em seu princípio, todo ato de doação, por mais livre e desinteressado que pareça, impõe uma lógica de retribuição e uma ligação entre os envolvidos na ação. Esse envolvimento social, nessa concepção do ato de doar, pode implicar em uma eventual retribuição em algum momento futuro (MAWDSLEY, 2011).

Nesta linha de pensamento, o ato de doar, em última instância, implica em um gesto de reciprocidade. Quando os termos de reciprocidade estão indefinidamente suspensos, como nos casos da ajuda do Norte global, é criada uma relação de superioridade/inferioridade. Por estas razões, a ajuda prestada pelas nações ocidentais promoveria uma simbólica superioridade para o doador e uma simbólica inferioridade para o receptor. Esta lógica pela qual opera a ajuda ocidental, de caridade aos menos afortunados, serviria também para obscurecer as mais diversas maneiras pelas quais o doador recebe, ao fim e ao cabo, a sua retribuição, que pode se dar por meio do aceite de condicionalidades, suporte político ou concessões diversas.

Esta abordagem da teoria da doação é bastante útil para a compreensão da noção adotada na cooperação Sul-Sul praticada pela Índia em benefício do continente africano, pois engloba a noção de reciprocidade por meio da qual seria natural ao beneficiado pela

---

<sup>20</sup> Originalmente proposta pelo antropologista francês Marcel Mauss em 1924.

cooperação a tentativa de retribuição por conta dos laços sociais criados no gesto de quem o beneficiou. O resultado disto - o retorno oferecido pelos governantes africanos na forma de acesso a recursos naturais, oportunidades de mercados e investimentos e suporte diplomático - seriam praxes de um regime simbólico, propagado em documentos e discursos, no qual estão explicitamente inseridas estas relações. A habilidade de retribuir por parte do beneficiário é, para além do elo social estabelecido, uma garantia de que existe uma equidade a ser honrada entre ambos, ao invés de uma noção de inferioridade que é criada por conta dos intermináveis ciclos de ajuda oferecidos tradicionalmente pelo ocidente, sem que haja uma retribuição evidente, “apesar de que em todos os casos esta ajuda esteja muito distante da gratuidade” (MAWDSLEY, 2011:177).

Os insights proporcionados pela teoria da doação permitem que se interprete o discurso ganha-ganha dos parceiros do Sul Global não como sendo derivados de uma falha moral, mas sim, enquanto um reconhecimento da necessidade da reciprocidade, que é considerada como algo virtuoso por esta teoria, por manter relações sociais de honra, dignidade e status. A ação dos doadores não ocidentais seria, então, um desafio para o paradigma de ajuda dominante por transgredir as categorias culturais e as hierarquias sociais cuidadosamente estabelecidas para que esteja bem diferenciado o status de quem doa e quem recebe. A autora também acusa a academia de negligenciar o estudo dos países engajados em doações para o desenvolvimento que não fazem parte do grupo DAC (*Development Assistance Committee*) da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que possui 24 membros e acumula em torno de 85% das doações anuais para projetos de desenvolvimento em nível mundial (MAWDSLEY, 2011).

A lógica para os países asiáticos também estaria ligada à tentativa de construção de uma imagem de virilidade, sendo que para Mawdsley (2011) a Índia acabou com os fluxos de ajuda do norte para o país em 2003 para reforçar a recém adquirida autoimagem de força e independência. O mais interessante da abordagem de Mawdsley (2011) é que a partir dos elementos aqui brevemente desenhados foi possível detectar determinadas características comuns de um regime de cooperação para o desenvolvimento Sul-Sul, ainda que ele se dê nas mais variadas formas, por meio das mais variadas instituições, sendo que também variam enormemente o tamanho das contribuições e as posições políticas de seus praticantes.

Mawdsley (2011) atribuiu, então, os seguintes princípios aos países do sul nas suas ações de cooperação para o desenvolvimento: (i) identificação entre semelhantes no que tange à exploração sofrida no período colonial, desvantagens causadas pela desigualdade pós-colonial, vulnerabilidade perante a globalização neoliberal assimétrica e uma noção de

identidade baseada no terceiro-mundismo; (ii) o entendimento de que, com base nestas experiências comuns, as *expertises* específicas em relação às abordagens desenvolvimentistas e tecnologias são mais apropriadas para difusão dentre países semelhantes; (iii) rejeição explícita ao estabelecimento de relações hierárquicas entre Estados e forte articulação dos princípios de respeito, soberania e não-interferência; (iv) insistência na obtenção de resultados benéficos para ambos os lados e oportunidades mútuas nas ações de cooperação para o desenvolvimento Sul-Sul. Com base nesses preceitos, Mawdsley (2011) elaborou o seguinte quadro comparativo (Tabela 6):

<b>Apelos simbólicos de atores ocidentais versus Sul-Sul/em desenvolvimento</b>	
<b>Doadores ocidentais</b>	<b>Parceiros da cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento</b>
Caridade	Oportunidade
Obrigação moral para com os desafortunados	Solidariedade com os outros países do Terceiro Mundo
<i>Expertise</i> baseada em conhecimentos, instituições, ciência e tecnologia superiores	<i>Expertise</i> baseada em uma experiência direta de tentativa de promoção do desenvolvimento no contexto de um país pobre
Simpatia em relação ao diferente e noção distante do “outro”	Empatia baseada em identidades e experiências comuns
Suspensão da virtude da obrigação de haver reciprocidade por parte de quem recebe	Abarca a virtude da promoção do benefício mútuo e do reconhecimento da reciprocidade por parte de quem recebe

**Tabela 6: Apelos simbólicos de atores ocidentais versus Sul-Sul/em desenvolvimento.**

**Fonte: Reproduzido de (MAWDSLEY, 2011:176). Tradução própria.**

Neste sentido, o resgate histórico constantemente lembrado nas ações de cooperação para o desenvolvimento da Índia em relação à África se reporta a bases bem definidas. Mawdsley (2011) também aponta para as diversas fontes das quais são evocados os princípios da cooperação como o MNA, que incorpora ainda hoje em seu discurso a solidariedade do Terceiro Mundo, as ligações milenares entre os dois continentes, a opressão colonial comum, o ativismo de Gandhi na África do Sul e o comprometimento de Nehru em relação à autonomia e à independência da África. Também é parte integrante do discurso oficial indiano a alta capacidade de adaptação das tecnologias transferidas por haverem estas sido desenvolvidas em adequação aos seus desafios domésticos, bastante similares aos dos países africanos (MAWDSLEY, 2011).

Entretanto, para Mawdsley (2011), apesar da lógica diferenciada da cooperação Sul-Sul proposta por países asiáticos em relação à tradicional ajuda ocidental, alguns pontos permanecem obscuros no processo. O primeiro deles se dá em que, uma vez que o interesse próprio é motor da atividade de cooperação, ele interfere fortemente na escolha dos países recipientes, na natureza e na condução da cooperação prestada. Essa lógica de benefícios

mútuos ignora, ainda, o impacto das ações em determinados grupos internos dos países receptores, geralmente os estratos mais pobres, fazendo com que o debate acerca dos modelos de desenvolvimento seja deixado de lado, predominando a lógica do capitalismo neoliberal que estaria, em última instância, em oposição justamente aos valores sustentados no gesto que, por sua vez, se opõe veementemente à desigualdade e à injustiça. Uma vez que o modelo de desenvolvimento tampouco é contestado pelos parceiros, muitas das ações de cooperação acabam por beneficiar a elite dos países receptores, ocasionando custos sociais e ambientais.

Em segundo lugar, a autora aponta que o uso de um discurso uniformizador em termos de uma experiência pós-colonial comum age no sentido de diminuir indevidamente as profundas diferenças existentes entre os países do Sul Global. Os poderes emergentes possuem complexas relações com os países mais pobres do G77, sendo que sua ascensão, além de provocar a alta no preço das commodities, os colocou em lados opostos em debates acerca das mudanças climáticas, por exemplo. De fato, apesar do regime simbólico de identidades e interesses compartilhados, existem profundas diferenças nas identidades dos países do Sul, bem como interesses muitas vezes contraditórios. No caso indiano, o discurso oficial ignora a história negativa da Índia no continente.

Em terceiro lugar, Mawdsley (2011) condena os países em desenvolvimento por não estarem imunes à “aura de superioridade nacional” conferida aos Estados doadores. Assim como os países ocidentais, os novos doadores também procuram ampliar a ideia de virilidade nacional, sendo que, no caso indiano, isto está também indicado no gesto de 2003 de dispensar a ajuda internacional até então recebida (MAWDSLEY, 2011). Da mesma forma que a autora sistematizou os simbolismos evocados pelos dois grupos (Tabela 6), ela procurou reunir os pontos que ficam obscurecidos nas relações de cooperação entabuladas tanto pelos países do Norte, quanto pelos países do Sul Global (Tabela 7):

<b>Pontos obscuros nos regimes simbólicos do ocidente e dos parceiros Sul-Sul</b>	
<b>Doadores ocidentais</b>	<b>Parceiros da cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento</b>
Interesses comerciais e geopolíticos próprios	Interesses comerciais e geopolíticos próprios
Manutenção da hegemonia	Desafio à hegemonia
Superioridade nacional	Superioridade nacional
Respostas inadequadas às causas estruturais do crescimento da desigualdade	Diferenças crescentes entre os interesses dos países do “Terceiro Mundo”
A ajuda estrangeira continua a incorporar perspectivas e relacionamentos neo-imperialistas	A cooperação para o desenvolvimento é de base classista servindo principalmente aos interesses das elites tanto nos países doadores quanto nos receptores

**Tabela 7: Pontos obscuros nos regimes simbólicos do ocidente e dos parceiros Sul-Sul.**

**Fonte: Reproduzido de (MAWDSLEY, 2011: 182). Tradução própria.**

Em relação às influências que os novos *donors* podem ter sobre as sociedades africanas, Clapham (apud VITTORINI; HARRIS, 2011) afirma que a “extroversão” dos líderes africanos e o uso de potências estrangeiras para solucionar seus problemas locais, e de alguma forma exercer controle sobre suas sociedades, são outros impeditivos ao desenvolvimento africano. O patrimonialismo generalizado nas sociedades africanas nunca foi fundamentalmente transformado quer seja pela Guerra Fria, quer seja pela unipolaridade acompanhada dos programas de ajuste estrutural de matriz neoliberal. Neste sentido, a China não possui em absoluto um “projeto de transformação” para o continente africano em suas ações de cooperação, ao contrário da Índia que aborda os países africanos na tentativa de representar um modelo por ser uma ex-colônia, um país em desenvolvimento, que se tornou uma sociedade plural e democrática, além de ser uma potência emergente (VITTORINI; HARRIS, 2011).

Independentemente de haver intenções de incidência sobre os regimes dos países africanos por parte da Índia, é esperado que a ascensão de um país como a China, certamente provocará alterações no sistema mundial, sendo que ainda não se pode determinar como agirão os países do sul em termos de distribuição dos ganhos da divisão internacional do trabalho. Tanto no caso da influência chinesa no continente africano, como no caso da indiana, deve ser considerado que as bases civilizacionais destes países que ora ascendem são tão diversas das potências ocidentais que um novo modelo de hierarquização e organização destas relações certamente deverá ser esperado.

Ao que tudo indica, sem que estejam velados os objetivos da cooperação prestada pelos países emergentes ao continente africano, a transparência destas relações deverá ser benéfica para a legitimação das preferências dadas aos novos *donors* em certas concessões, o que anteriormente era tema exclusivamente tratado pelas elites locais, geralmente em benefício próprio. Outro ponto que deve ser considerado é que não deve ser subestimado o passado colonial comum vivenciado pela Índia e pelos países africanos como sendo um motivo genuíno de solidariedade, mais ainda em um meio internacional que tem vivenciado certa reversão nas regras do jogo do poder mundial.

#### 2.2.2.4 Segurança

Em termos securitários, os interesses da Índia no continente africano se dão em diversas esferas. Em suas relações bilaterais com os países da África, deve ser considerada a cooperação militar que ocorre tanto por meio do ITEC, quanto aquela oferecida por meio do treinamento das forças armadas africanas pelo exército indiano. Além dos militares africanos, a Índia também treina *peacekeepers*, sendo, ainda, o maior contribuinte nas missões de manutenção da paz da ONU tanto na África, quando de um modo geral – cumulativamente desde 1950 – em termos de número de soldados. A Tabela 1 (Participação indiana nas missões de paz da ONU no continente africano) apresentada anteriormente abordou a relevância dada pela Índia às operações de paz africanas, sendo que o país está presente atualmente em quatro missões com um contingente de 8.145 soldados, ocupando a terceira posição geral, atrás somente do Paquistão e de Bangladesh. No continente africano, em 30 de julho de 2012, a Índia dispunha conforme relatório da ONU de 3.707 soldados na MONUSCO (Congo), 2.221 soldados na UNMISS (Sudão), 244 soldados na UNMIL (Libéria) e oito especialistas na UNOCI (Costa do Marfim), configurando 75% da mobilização indiana para operações de paz localizada na África.

A África é, para a Índia, de grande importância geoestratégica. Sua grande preocupação é o litoral leste africano devido ao Oceano Índico, alvo de grande ansiedade indiana pela proximidade com o subcontinente. Dessa forma, esses países têm um peso maior para a política indiana, firmando mais acordos com a Índia do que os demais, citando-se como exemplo os acordos de defesa estabelecidos com Madagascar, Ilhas Seychelles e Moçambique. A Índia possui quatro adidos de defesa no continente Africano: no Quênia, na Nigéria, no Egito e na África do Sul. O adido do Quênia, por sua vez é o que tem um maior número de funções atribuídas, pois é responsável também pela Tanzânia, Ilhas Seychelles, Somália e Eritreia. Estes adidos também assistem em bases *ad hoc* Moçambique, Comoros, Madagascar e a República Democrática do Congo (VINES, 2011).

Entretanto, o que mais interessa à Índia, em termos securitários, em relação à África é o IOR (*Indian Ocean Rim*), uma vez que 90% do comércio da Índia em termos de volume e quase três quartos do comércio, em termos de valor, se dão por via marítima (CARMODY, 2011). Evitar distúrbios nas linhas de comunicação do oceano Índico é vital para a economia indiana, pois, além disto, aproximadamente 89% do petróleo importado pelo país viaja por este modal logístico. O Ministério dos Transportes da Índia estima que 50 bilhões de dólares em importações e 60 bilhões em exportações do país passam anualmente pelo o golfo de

Aden. Por conta disto, a Índia está aumentando sua frota, sendo que esta já é uma das maiores do mundo com 155 navios de guerra, e espera adicionar três submarinos nucleares e três porta-aviões até 2015 (VINES, 2011).

A relevância da costa africana do Oceano Índico para este trabalho leva a discussão para a Doutrina marítima indiana de 2004, que afirma que todas as potências deste século desejarão ter alguma presença no Oceano Índico, em algum momento, e que a Índia deverá manter uma presença naval constante desde o Estreito de Hormuz até o Estreito de Malaca (VINES, 2011). Esta doutrina considera a presença americana e francesa como complementar, enquanto que a presença chinesa, ao contrário, é observada de perto pelos indianos, principalmente no que tange aos acessos a portos e espaço aéreo que o país vem obtendo. A estatal chinesa *Harbour Engeneering Company* financiou no Paquistão a construção de um porto de alto mar a apenas 70 km da fronteira do Irã, ganhando acesso estratégico ao Estreito de Hormuz. Também causou espanto a construção de um Porto para reabastecimento das frotas chinesas no Sri Lanka ao custo de mais de um bilhão de dólares (VINES, 2011).

Além disto, do ponto de vista diplomático, as visitas chinesas à África que terminam no oceano Índico, em países como Ilhas Maurício, vêm perturbando o governo indiano. Em 2009, por exemplo, o chefe de estado chinês anunciou durante sua passagem nas Ilhas Maurício investimentos da ordem de 260 milhões de dólares em aeroportos e 730 milhões em Zonas Econômicas Especiais (VINES, 2011). A China tem, ainda, procurado estabelecer ligações navais com Maldivas, Seychelles, Ilhas Maurício e Madagascar, além de haver aumentado o suprimento de armamentos para países do oceano Índico, o que faz com que a Índia receie que a China deseje controlar as linhas vitais de comunicação entre a Índia e o Oceano Pacífico por meio de uma “estratégia de colar de pérolas” (VINES, 2011).

A resposta indiana a estas manifestações chinesas incluiu a instalação do primeiro posto de observação militar equipado com radares em território estrangeiro no norte de Madagascar em 2007 e o aluguel de um local para a construção de um moderno posto militar equipado com sistemas de comunicação digital para monitoramento de navios nas Ilhas Maurício. Também deve ser levado em conta o arrendamento em fase de negociação das Ilhas Agalega que pertencem às Ilhas Maurício e que serviriam oficialmente para construção de um resort turístico, mas que abrigariam uma pequena, mas significativa, base de operações no caminho dos navios que partem do canal de Moçambique (VINES, 2011).

A Índia tem acordos de defesa com as Ilhas Maurício e Seychelles para patrulhamento das águas territoriais destes países e já presenteou ao governo de Seychelles um barco patrulha e três helicópteros. Desde o início dos anos 2000 os dois países mantêm exercícios

militares conjuntos. Em relação às Ilhas Maurício, a cooperação em termos de segurança data de um acordo de 1974, quando a Índia doou ao país um navio para patrulhamento da costa e cedeu militares para a atividade. A Índia é, ainda, o maior fornecedor de armas do país e desde 2003 patrulha com regularidade a costa das Ilhas Maurício para combate de piratas somalianos (VINES, 2011).

Além da cooperação securitária tradicional com Maurício e Seychelles, a Índia vem fortalecendo seus elos com outros países africanos. Em 2004 realizou um exercício de defesa aérea combinado com a África do Sul, sendo este o primeiro deste tipo no continente africano. Com a África do Sul realizou, ainda, treinos navais em 2005, 2008 e 2010. Com a Tanzânia assinou em 2004 um acordo militar que previa o aumento do treinamento oferecido aos militares do país e uma maior frequência nas visitas dos navios de guerra indianos aos seus portos. Com Moçambique a Índia desenvolveu patrulhamento conjunto da costa em 2003 durante a Cúpula da União Africana e novamente em 2001, durante o encontro do Fórum Econômico Mundial. Em 2006 a Índia assinou com Moçambique um acordo de defesa para organizar o patrulhamento da costa moçambicana, bem como para suprir os armamentos necessários à empreitada. Além disto, quatro navios indianos realizaram exercícios navais em 2010 com as guardas costeiras e com os exércitos da Tanzânia, África do Sul, Seychelles, Maurício, Reunião e Moçambique (VINES, 2011).

A idéia central é angariar a confiança dos países africanos no sentido de que a marinha indiana irá socorrê-los sempre que houver necessidade. Também são importantes para a estratégia de segurança indiana para o Oceano Índico operações como a Island Watch que atuou em 2010 no combate à pirataria e ao terrorismo. Somente em 2011, 67 navios foram sequestrados nas costas da Somália, sendo mantidos como reféns mais de 700 marinheiros. A marinha indiana já solicitou autorização em nível de seu Ministério de Defesa para patrulhar águas somalianas (mas ainda não a obteve), pois a Índia figura na lista de países que estão autorizados pelo governo da Somália a navegar em suas costas (VINES, 2011). Dentre as preocupações da marinha indiana encontra-se a remota, porém existente, possibilidade de evacuação emergencial de NRI's que habitam os países do leste da África como quase aconteceu no Quênia por conta das eleições de 2008. Um dos temores da marinha é falhar no resgate de NRI's repetindo o mau desempenho de 1968 e 1971 no Quênia e de 1972 em Uganda (VINES, 2011).

Apesar de considerar o oceano Índico seu jardim, a Índia coopera com a maioria dos países destas costas por meio de iniciativas como o MNA e a IOR-ARC (*Indian Ocean Rim Association for Regional Cooperation*). A origem da IOR-ARC remonta à Assembléia Geral

das Nações Unidas de 1971 que aprovou uma resolução de que a região do oceano Índico era uma zona de paz com base no encontro de cúpula do MNA de 1970. Passados quase trinta anos, em 1997, os países da região concluíram que o comitê *ad hoc* oriundo da resolução de 1971, mais aumentava os problemas da região do que de fato contribuía para resolvê-los. Foi assim que, a partir de uma iniciativa das Ilhas Maurício em 1995, em 1997 a IOR-ARC nascia oficialmente. A IOR-ARC não é um organismo com foco em cooperação securitária em termos formais, mas é uma plataforma por meio da qual a Índia também opera neste sentido (VINES, 2011).

Entretanto, o fato de que os assuntos marítimos não eram devidamente cobertos nem pela “*South Ásia Regional Port Security Cooperative*” nem pelo IOR-ARC, fizeram com que a Índia organizasse um simpósio em 2008 para o qual chamou a marinha de 33 países na tentativa de promover maior cooperação na orla do oceano Índico (VINES, 2011). A título de nota, os EUA e a China não foram convidados. Apesar dos movimentos da Índia, em termos de defesa marítima, serem sobreobservados como sendo respostas às posições chinesas, o que deve prevalecer neste sentido é a noção de que a segurança do Oceano Índico, vital para o abastecimento de recursos energéticos para a Índia e para o fluxo de seu comércio, encontra-se, atualmente, muito mais ameaçado pelos piratas somalianos do que por uma eventual rivalidade com a China.

#### **2.2.2.5 Recursos Naturais**

O papel estratégico do continente africano para a Índia em termos energéticos também deve ser ressaltado. A importação de petróleo é um dos elementos principais da política indiana para a África, uma vez que esse continente se apresenta como uma fonte alternativa ao Oriente Médio. O petróleo africano tem inúmeras vantagens químicas (facilidade de refiná-lo) geográficas e geopolíticas (boa parte das reservas está fora das áreas de conflitos). Contudo, algumas barreiras ao comércio permanecem, principalmente, o entrave do idioma, os conflitos remanescentes no continente, a falta de infraestrutura e a competição internacional.

Entretanto, não somente a Índia, como também a China, a Rússia, os Estados Unidos e outros países emergentes têm tentado expandir seu acesso aos recursos naturais africanos que não se limitam ao petróleo e ao gás natural, como devem ainda ser consideradas as enormes jazidas de cobre, urânio, cobalto, coltan, ouro, platina, diamantes além de muitos outros minerais estratégicos (VOLMAN, 2009). Um ponto interessante da estratégia indiana para

com o setor extrativista africano, não somente o petrolífero, está na ênfase dada à capacidade técnica e tecnológica da Índia, o que sugere uma bifurcação nos interesses estando de um lado a segurança energética e do outro a possibilidade de que parte de seus 350.000 engenheiros formados anualmente possam ser transportados para o mercado africano, escasso em mão de obra qualificada.

Em termos de petróleo, atualmente, em torno de 25% das importações indianas do produto *in natura* da Índia provém da África (CHERU; OBI, 2011). Como consequência disto, a Índia intensificou sua ofensiva diplomática no Golfo da Guiné, no Oeste da África, de onde é extraído 70% do petróleo africano. Empresas indianas como a OVL (*ONGC Videsh Limited*)<sup>21</sup> investiram na aquisição de ativos de empresas extratoras de petróleo no Sudão, Líbia, Egito, Nigéria, Gabão e Angola. A OVL também realizou um projeto de ligação de dutos de petróleo entre Khartoum e Port Sudan no Mar Vermelho.

Como visto na descrição da conjuntura indiana na atualidade, na abordagem das condições energéticas do país, a “barganha econômica” com os países africanos se daria clara e explicitamente no seguinte sentido, conforme o *Center for Strategic and International Studies* (ÍNDIA, 2008:1) localizado em Washington: “em troca do acesso a recursos energéticos, a Índia está preparada para oferecer ajuda econômica, assistência na busca de soluções de baixo custo para redução da pobreza e relações comerciais de alto nível”.

Considerando-se esta lógica de barganha, além das diversas iniciativas de aproximação econômica e diplomáticas já relatadas, o Ministério do Petróleo e Gás Natural da Índia, em parceria com a FICCI, tem promovido encontros chamados *India Africa Hydrocarbons Conference*. Em dezembro de 2011, foi realizada a terceira conferência (havendo as demais ocorrido em 2007 e 2009) com o objetivo de fomentar as relações comerciais bilaterais no setor, esclarecer os aspectos normativos das duas regiões e expor as possibilidades reais de investimento.

As informações a respeito dos investimentos indianos no setor petrolífero africano, entretanto, são bastante esparsas. Sabe-se que o Essar Group adquiriu 50% da *Kenya Petroleum Refineries* em 2009 e que a OVL tem investimentos na Nigéria e Costa do Marfim (VITTORINI; HARRIS, 2011; CARMODY, 2011). O caso mais controverso, porém, e que merece uma análise mais detida, é o da compra efetuada pela OVL em 2003 de 25% das ações da *Greater Nile Petroleum Operating Corporation* no Sudão, em razão da saída de uma empresa canadense que foi obrigada a abandonar o empreendimento por conta das sanções

---

<sup>21</sup> Estatal indiana, braço internacional da *Oil and Natural Gas Corporation Limited*.

econômicas aplicadas. Este episódio, bastante polêmico, deve ser mais bem detalhado para que se esclareça o ambiente de negócios encontrado neste setor no continente africano e as intersecções do capital indiano com o chinês.

A respeito do controverso investimento indiano no Sudão, este não foi apenas um resultado natural do êxodo das companhias ocidentais em 2003 por conta dos conflitos, mas sim um complexo processo no que tange à tomada de decisão por parte do governo da Índia. A saída da petrolífera do Canadá, *Talisman Energy*, se deu em razão de pressões por parte de grupos de defesa de direitos humanos situados na América do Norte, além do real perigo oferecido pelas milícias que declararam as instalações petrolíferas como alvo durante os conflitos do final da década de 1990 e início da de 2000. A empresa canadense começou a buscar compradores para os seus lucrativos 25% da *Greater Nile Petroleum Operating Company* (GNPOC) a partir de 2002, o que suscitou em uma intensa competição entre China, Malásia e Índia (PATEY, 2011).

Em termos internos, a polêmica em torno do investimento no Sudão se deu na Índia, não em razão da causa dos direitos humanos, mas sim em relação à segurança financeira do investimento. Outro motivo de preocupação era o fato deste investimento estar sendo dirigido para um país governado por um governo islâmico que abrigava terroristas internacionais e o governo indiano, por conta de seus problemas domésticos ligados à questão, não queria ser associado à promoção do terrorismo internacional. Os setores domésticos indianos alegavam que os negócios da ONGC na Índia seriam comprometidos caso seu braço internacional, a OVL, adquirisse a companhia no Sudão (PATEY, 2011).

Em termos lógicos, a China deveria ter sido favorecida pelo governo sudanês por conta de seu apoio, enquanto membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, para impossibilitar sanções ao Sudão por conta do conflito de Darfur. Diante deste cenário, a Índia precisou agir com presteza para se promover frente ao governo de Cartum e obteve inesperados resultados positivos por conta de uma política de diversificação do Sudão que implicava em não “colocar todos os seus ovos na mesma cesta chinesa” (PATEY, 2011:159). Em 2003 a OVL indiana obteve as ações da GNPOC, sendo que a companhia comprou, ainda, concessões vendidas pela Suécia e pela Áustria no sul do Sudão no mesmo ano.

Apesar de haver combalido a oposição interna para realizar esta aquisição, a OVL conseguiu colocar as mãos de fato no petróleo sudanês em quantidades razoáveis somente a partir de 2007, tendo corrido o risco de perder as instalações compradas, que foram apreendidas por milícias em 2010, além de haver sofrido duras críticas da mídia indiana. Por conta deste episódio, aliás, os governos da China e da Índia chegaram a um acordo em 2006

para não mais concorrer um com o outro em licitações africanas para prospecção de petróleo a fim de conter a espiral de preços no setor (CARMODY, 2011).

Enquanto alguns dos negócios mais vistosos da Índia no continente africano, a Tata comprou em 2007 por 13,6 bilhões (a maior aquisição indiana na África até hoje) as operações da empresa anglo-holandesa Corus, produtora de aço (McCANN, 2011). A Vedanta Resources tem uma mina de cobre de U\$ 750 milhões na Zâmbia (responsável por 65% da produção do país) e a ArcelorMittal tem um projeto no valor de 900 milhões para a extração de minério de ferro na Libéria e comprou 80% da Delta Steel Company para extração de aço na Nigéria. (NAIDU, 2011; CARMODY, 2011). A Índia vem, ainda, investindo na prospecção de urânio no continente africano, sendo esta necessidade atribuída ao Acordo nuclear civil entre Índia e EUA que permite que o governo indiano adquira matéria prima para seu programa nuclear, ainda que não seja signatária do TNP (NAIDU, 2011).

Outro negócio polêmico, a exemplo do sudanês, foi a negociação da Arcelor Mittal, o maior produtor de aço da África do Sul, em termos bastante desfavoráveis de uma licença para a extração de minério de ferro com o governo da Libéria. A parte controversa da presença da Mittal na Libéria diz respeito aos termos do contrato original para exploração do minério de ferro, que teve que ser renegociado em 2005, pois não respeitava a legislação de direitos humanos ou ambientais e liberava a empresa do pagamento de qualquer imposto por cinco anos. Além disto, em 2008 a empresa envolveu-se em um escândalo por doar 100 veículos para membros do legislativo da Libéria que eram oficialmente destinados para atividades na área agrícola. Também estão presentes na Libéria mais de 50 pequenos comerciantes e três concessionários indianos para extração de madeira (VITTORINI; HARRIS, 2011).

Para apimentar mais ainda o debate sobre os investimentos extrativistas em países africanos, agricultores indianos investiram mais de três bilhões de dólares na Namíbia, Nigéria e República Democrática do Congo entre 2007 e 2010. Somente na Etiópia, foram quatro bilhões de dólares investidos em terras aráveis em 2008 (financiados em grande parte pelo Eximbank da Índia). No discurso, os governantes indianos pregam que estas aquisições são necessárias para uma efetiva transferência de tecnologias e *expertise* no setor, porém, é evidente que se trata de uma manobra para garantir segurança alimentar na Índia. Isto também gera preocupação em relação à segurança alimentar africana e à garantia dos direitos dos agricultores de subsistência do continente às suas terras. O fenômeno vem sendo frequentemente chamado de “*21st century land grab*” (NAIDU, 2011).

Em um exemplo claro de como tudo o que foi retratado até aqui converge coerentemente, em se tratando da lógica pela qual a Índia se insere hoje na África, a partir das relações estabelecidas com o Sudão por conta das aquisições realizadas pela OVL em 2003, a Índia recebeu apoio do país para seu pleito por um assento permanente no CSNU. O Sudão, por sua vez, recebeu apoio indiano para ingresso na OMC (PATEY, 2011). O Sudão também passou a receber apoio da Índia por meio de seu programa ITEC além de receber mais de 3.000 soldados indianos para a operação em paz em curso da ONU em 2005. O governo indiano também ofereceu seis linhas de crédito que perfazem o valor de US\$ 566 milhões (Anexo A), além de contribuir com uma doação de US\$ 10 milhões para a reconstrução do Sudão.

#### **2.2.2.6 O fator China**

Apesar de a Índia ser frequentemente acusada de manter suas ações no continente africano “abaixo do radar” e considerando que a atenção dada em excesso à China é por vezes interpretada como uma “análise acompanhada de neuroses amplificadas por imagens e discursos distorcidos” (MAWDSLEY; MCCANN, 2011), a comparação entre os dois *drivers* asiáticos no continente é recorrente em todas as análises que tangenciam a renascença africana da última década. Geralmente a intensificação da presença indiana, principalmente nos últimos dez anos é diretamente associada à competição com a China que passou a atuar mais assertivamente no continente africano à mesma época. Em termos de escala, a incidência da Índia e da China nas economias africanas são incomparáveis, como pode ser visto no Apêndice B, pois ainda que se considere a precariedade da incipiente pesquisa do FMI, existem registros de investimentos chineses em praticamente todos os países da África<sup>22</sup>.

Em termos de comércio, por sua vez, considerando-se o impacto nos balanços de pagamentos dos dois países, apenas 4% das exportações e 5% das importações chinesas foram destinadas ou provenientes da África no ano de 2010, enquanto que no caso da Índia o percentual sobre para 9% das importações e 8% das exportações em termos gerais. Quanto ao petróleo, conforme o UN Comtrade, os dois gigantes asiáticos estão equiparando sua dependência das importações africanas, tendo a Índia adquirido 20% do produto importado em 2010 e a China 22%. Conforme a dependência de ambos das fontes africanas para garantia

---

<sup>22</sup> Não obstante, deve ser considerado que, mesmo não constando da incipiente *Coordinated Direct Investment Survey* do FMI, investimentos chineses nos países onde não há nada registrado, como a RDC, são de conhecimento público.

de segurança energética e conforme tudo o que já foi relatado, ao que tudo indica, existe de fato um comportamento competitivo por parte da Índia em relação às ações chinesas na África.

Esta competição, aliás, tampouco é recente, pois mesmo quando as relações da Índia e da China possuíam menor ingerência no plano econômico dos países africanos, no período anterior a 1990, os dois países veladamente competiam por representar um modelo de desenvolvimento para a África, sendo que a China operava no sentido da imposição de um modelo comunista, enquanto que a Índia se esforçava na tentativa de passar uma imagem de país autônomo, desenvolvido tecnologicamente e capaz de incidir nas questões mundiais da época. Este retrato pode ser confirmado no seguinte comentário do *Ministry of Foreign Affairs* da Índia em 1965 em menção à disputa territorial com a China de 1962:

The India-China border question was not merely a territorial issue but an instrument forged by China to bring about a political confrontation between the two countries and to apply protracted military pressure on India. It was clear that conflict with India was an integral part of China's foreign policy and its revolutionary objectives in Asia and Africa. [...]. The Chinese press and radio tried to present a lurid picture of conditions in India describing the Indian economy as a semi-colonial economy dependent on foreign aid and the Indian experiment in economic development a failure and "a negative example for the advancing people in Asia, Africa and Latin America". The Chinese aim was to hold up to Asia and Africa the Chinese example as the only model worthy of imitation, ignoring the fact that what the Afro-Asian countries want is not to copy the example of 'the big brother' but to develop their economies and political systems in the light of their own particular conditions, set of values and national requirements (MEA, 1965).

Os eventos do longo passado da Índia e da China na África não podem ser ignorados nas análises contemporâneas. Um exemplo disto é o caso do Quênia, onde atualmente as boas relações do governo de Kibaki, apoiado pelo capital Kikuyu, com a China, com o Irã e com a Líbia estão marcadas pelo contexto histórico do país em sua relação com a diáspora indiana e por conflitos anteriores. O contexto africano destas relações importa para a análise da receptividade aos novos investidores emergentes, sendo que o perigo destas novas ligações e configurações é justamente a ressurgência de antigos conflitos sócio-políticos de base étnica, relacionados aos asiáticos nos países africanos (McCANN, 2011).

Especificamente em relação ao Quênia, alguns outros pontos negativos desta história podem ser apontados como, por exemplo, o apoio dado pela KANU (Kenya African National Unity) ao governo chinês quando da deflagração de guerra com a Índia em 1962 com a alegação de que a Índia interferia nos assuntos domésticos do país (McCANN, 2011). Kenyatta tentou proteger o capital nacional, em sua maior parte da origem étnica Kikuyu, do país oprimindo os investimentos asiáticos. Nas décadas de 1980 e 1990 ainda havia no país

uma impressão generalizada de que os indianos eram responsáveis por impedir o desenvolvimento dos empreendimentos Kikuyu, legado que perdura até hoje. O apoio de alguns indianos proeminentes do Quênia à plutocracia imposta por Daniel Arap Moi na década de 1990 formou no grupo liderado por Mwai Kibaki, no poder desde 2002, a impressão de que a “ganância asiática” promoveu a corrupção no país, sendo que este grupo é, geralmente, culpado exclusivamente pela prática de suborno (McCANN, 2011).

Em alguns outros casos, a entrada da China ameaça no presente as atividades tradicionalmente praticadas pela diáspora indiana. No caso das comunidades indianas estabelecidas no leste africano, a prática da medicina, corriqueira entre os membros da diáspora, vem sendo prejudicada por conta da chegada das massas migratórias chinesas, que acompanham as oportunidades abertas pela atuação estatal mais coordenada. Cada vez mais, a medicina chinesa passou a ter relevância na paisagem africana, pois as clínicas chinesas oferecem, em comparação às indianas, um menor tempo de espera, um custo muito mais acessível e remédios com explicações dadas na língua local (GADZALA, 2011).

Os tradicionais restaurantes indianos também passaram a perder sua clientela para os novos restaurantes chineses na região, bem como o vestuário oferecido pelos comerciantes chineses passou a ser preferido pelos africanos em detrimento do indiano, com custo mais alto. O problema é que esta concorrência vem afetando também os setores econômicos nos quais atuam as empresas africanas, sendo especialmente problemática na área dos têxteis e do vestuário, por estes setores representarem 30% dos empregos (formais e informais) do Quênia e 79% da Zâmbia, por exemplo (GADZALA, 2011). Entretanto, em relação ao Oeste africano, por conta da ausência de uma diáspora significativa, o engajamento indiano é positivo em termos de geração de empregos para os locais (VITTORINI; HARRIS, 2011). Além disto, a Índia não opera com a mesma lógica de imigração em massa da China que hoje já possui em torno de 750.000 imigrantes na África.

Em relação às bases sociais que sustentam os fluxos migratórios chineses e indianos para o continente africano, o “guanxi chinês” é apontado como mais eficiente e coeso do que a “fraternidade étnica indiana”. Destes dois elementos dependem o acesso dos imigrantes a recursos como matérias primas, crédito e até mesmo uma rede de compradores garantidos nos países africanos e, neste sentido, a China apresenta vantagens em relação à Índia em detrimento do tamanho de sua diáspora local (GADZALA, 2011).

Alguns elementos apontados como fraquezas indianas em relação aos chineses, porém, devem ser revistos. Carmody (2011) alega que para a Índia é mais difícil do que para a China arquitetar sua inserção na África, pois existe uma clara separação entre o Estado e os

interesses corporativos, ainda que também existam empresas estatais indianas atuando na África. Neste sentido, Cheru e Obi (2011) consideram a democracia multipartidária indiana, que por um lado legitima suas ações na África, um impeditivo a uma ação mais coordenada como a chinesa porque as decisões políticas estão submetidas a gargalos burocráticos e lentidão administrativa. Para os autores, outros elementos como a liberdade de imprensa na Índia, promovem um desafio ao governo do país, pois implica em que os contratos assumidos no continente africano sejam transparentes.

De fato, a inserção chinesa na África é mais intensa, alastrada e coordenada do que a indiana, que passou a se intensificar de fato apenas na última década, apesar das diversas tentativas de incremento das correntes comerciais entre as duas regiões realizadas nos anos 1990. É considerado positivo o fato de que, ao contrário do caráter estatal das empresas chinesas que se instalam na África, as empresas indianas que ali investem são em sua maioria entidades privadas que, por conta do *boom* econômico, partiram para uma postura globalizada em termos da procura de matérias primas e de mercados. Nos mercados africanos as empresas indianas conseguem competir em termos de preço e se adaptam bem às condições locais de negócios, o que dispensaria uma ação estatal intensiva sobre estes negócios que seriam vantajosos simplesmente pela conjuntura dos mercados (CHERU; OBI, 2011).

Nos últimos anos a estratégia indiana para a África tem se tornado cada vez mais focada, sendo que está melhorando em termos de coerência entre as atividades levadas a cabo pelos mais diferentes agentes econômicos indianos e pelo Estado indiano nos últimos três anos. Por conta da diáspora que a Índia possui no continente, pelo fato da principal língua de trabalho do setor privado indiano ser o inglês e em razão da proximidade geográfica, alguns autores (CHERU; OBI, 2011) acreditam que no médio-longo prazo a Índia poderá alcançar a inserção da China no continente africano. Também conta a seu favor o uso dos elos históricos de solidariedade, seu sistema de educação de primeira-classe e sua tradição democrática.

A competição entre a China e a Índia no continente africano é sobrevalorizada, o que é evidenciado pelo relatório da UNCTAD (2007), dedicado ao fenômeno, que se chama “Rumo a uma nova era de cooperação entre países em desenvolvimento”. O que mostra o documento é que não somente os investimentos da Índia e da China, mas sim o volume de investimentos diretos do conjunto dos países emergentes no continente africano é o fator que apropria relevância ao fenômeno. Destacam-se, neste sentido, os investimentos asiáticos, uma vez que também Malásia, Taiwan e Singapura já dispunham, em 2007, de estoques de capital acima de um bilhão (cada) no continente (UNCTAD, 2007).

O que deve ser evidenciado é que este processo segue a mesma esteira apontada por diversos estudos direcionados à internacionalização da produção (VERNON, 1979; DUNNING, 2000; DUNNING, 1997; HYMER, 1960; CHESNAIS, 2005; STRANGE, 1998; GILPIN, 2002; GONÇALVES, 2002; BAUMANN, 2004; ACIOLY, 2009; HARVEY, 1989)<sup>23</sup>, no que tange às estratégias de dominação capitalista dos países desenvolvidos ou, aqui, centrais. O que fazem hoje os países emergentes é replicar estratégias classicamente utilizadas por países desenvolvidos na internacionalização de seu capital, sendo que as relações Sul-Sul expressas no incremento da presença indiana na África poderiam também ser entendidas como uma manifesta tentativa de aumentar o “portfólio” de atividades centrais sob controle da semi-periferia.

Neste caso, não caberia a consideração de que a competição entre a Índia e a China na África não seja benéfica. Ambos os países necessitam que os mercados se desenvolvam, que as instituições se estabilizem e que as populações angariem níveis mínimos de educação para que seus investimentos prosperem no continente. Em uma lógica de clusterização faz sentido que a concentração de investimentos em determinadas economias propicie benefícios para ambos os países investidores. Em um processo espelhado na noção clássica de desenvolvimento industrial, torna-se chave tanto para a Índia quanto para a China a expansão de seu capital para além de suas fronteiras.

A África é um destino que apresenta alta probabilidade de consecução em razão de certas características como complementaridade produtiva, em termos de fatores, e uma maior tolerância por parte dos investidores em questões desabonadoras relacionadas à governança e a déficits de infraestrutura para além da disposição dos dois países de sanar estas desvantagens históricas. Além disto, China e Índia necessitam transformar em ativos as reservas que dispõe (tema que será tratado na Seção 3) como consequência do processo inflacionário provocado no sistema monetário internacional pelos Estados Unidos na tentativa de financiar seus imensos déficits.

---

<sup>23</sup> A maior parte destes estudos analisa a expansão do capital dos países desenvolvidos oriundos de diferentes países ao longo do tempo, sendo que os Estados Unidos capitanearam o fenômeno da industrialização da produção (em termos muito mais significativos do que os esporádicos processos anteriores) no pós II Guerra, sendo seguidos pelos países europeus que levaram o processo à periferia, seguidos pelos japoneses que internacionalizaram seu capital rumo ao centro. Nas últimas décadas, os países emergentes muniram-se das mesmas condições para tal feito e passaram a competir com indústrias selecionadas nos mesmos termos. Também destaca-se o papel da acumulação flexível descrita por Harvey (1989) na expressão e escala da mobilidade destes fluxos.

### 2.2.2.7 Engajamento da Diáspora e segurança alimentar

Elencar o engajamento da diáspora enquanto um dos objetivos estratégicos do governo indiano na África faz sentido tendo em vista a política geral do país para com seus quase dois milhões de expatriados, incluindo-se os NRI (*non resident indians*) que somam mais de 10 milhões e os PIOs (*people of indian origin*) que perfazem quase doze milhões de pessoas no total, conforme foi anteriormente colocado na abordagem da conjuntura indiana no pós Guerra Fria. Dentre as ações concretas, estão incluídas a concessão da dupla cidadania a PIO's africanos a partir de 2003, a criação do *Ministry for Overseas Indians Affairs* em 2004 e a introdução do OCI (*overseas citizenship of india*) como um esquema para conceder dupla cidadania a indianos NRIs e PIOs, de modo geral, sendo este o primeiro esquema estruturado burocraticamente desde a independência.

A diáspora indiana na África consiste contemporaneamente de 2.711.314 pessoas conforme relatório do *Ministry for Overseas Indians Affairs* de maio de 2012, dentre NRIs e PIOs. A distribuição desta diáspora pode ser visualizada na Tabela 8:

País	NRIs e PIOs	País	NRIs e PIOs
South Africa	1.218.000	Sierra Leone	710
Mauritius	882.220	Swaziland	700
France (Reunion Island)	275.200	Guinea (Republic of)	550
Kenya	75.000	Togo	510
Tanzania	54.700	Eritrea	500
Nigeria	30.000	Ivory Coast	500
Madagascar	23.000	Cote d'Ivoire	470
Mozambique	21.500	Algeria	450
Zambia	20.500	Senegal	440
Uganda	20.000	Djibouti	350
Libya	15.000	Gambia	333
Botswana	11.000	Comoros	300
Zimbabwe	10.500	Morocco	300
Ghana	10.000	Burundi	250
Seychelles	8.500	Mali	201
Malawi	7.000	Tunisia	199
Angola	6.000	Namibia	160
Congo (Dem. Rep. of)	4.000	Burkina Faso	100
Egypt	3.600	Equatorial Guinea	100
Sudan	3.599	Niger	60
Liberia	1.501	Guinea Bissau	31
Lesotho (Kingdom of)	1.200	Mauritania	30
Rwanda	1.040	Cape Verde Islands	12
Ethiopia	994	Sao Tome and Principe	4
<b>TOTAL</b>			<b>2.711.314</b>

Tabela 8: Distribuição da diáspora indiana em países africanos em maio de 2012

Fonte: *Ministry for Overseas Indians Affairs* ([http://moia.gov.in/writereaddata/pdf/NRISPIOS-Data\(15-06-12\)new.pdf](http://moia.gov.in/writereaddata/pdf/NRISPIOS-Data(15-06-12)new.pdf)). Elaboração própria.

A distribuição aqui apresentada está composta de mais de uma onda de imigração, conforme foi apresentado na Seção 1 deste trabalho. Deve ser considerado que, hoje em dia, a divisão mais importante se dá entre a diáspora tradicional e a diáspora emergente. Em relação à Uganda, por exemplo, dentre as 20.000 pessoas de origem indiana que lá habitam hoje em dia, apenas 10% são as mesmas que foram expulsas em 1972 e posteriormente retornaram ao país. Todas as demais são novos imigrantes. A diáspora tradicional indiana do leste africano é aquela constituída majoritariamente por profissionais liberais, pequenos industriais e comerciantes e não deve ser confundida com a nova massa migratória fomentada pela “ressurgência” indiana na África na última década que é, por sua vez, constituída de profissionais especializados – ou não – trazidos da Índia para implantação de fábricas e para o cumprimento de contratos na área de infraestrutura, ainda que este recurso, a importação de mão de obra, seja utilizado em menor monta pelos indianos em comparação aos chineses (GADZALA, 2011).

Em termos da força da afirmação de que engajar a diáspora africana é estratégico para a Índia, para alguns autores a diáspora indiana localizada no continente africano - principalmente na região leste - está sendo eclipsada por conta da estratégia de engajamento com os países produtores de petróleo do oeste da África, sendo que até mesmo a África central deverá receber maior atenção do governo indiano no futuro por conta de sua riqueza em termos de recursos minerais (CARMODY, 2011). Outra questão peculiar é que são raríssimos os casos nos quais os grandes investidores indianos, que ora desembocam no continente africano para investimentos produtivos, se valem da diáspora local, nem em termos de preferência de contratação ou para uso do conhecimento acumulado de seus membros em relação ao país no qual estão investindo (GADZALA, 2011).

Pior ainda, apesar do discurso oficial, que aborda constantemente as ligações humanas do passado, a diáspora indiana sente que em diversos casos (como nas tensões étnicas ocorridas em Uganda) o governo negligenciou estas comunidades. Além disto, Nova Delhi não percebe que a diáspora indiana da África do Sul, por exemplo, não se configura em um bloco homogêneo como julgam os governantes indianos. No caso sul-africano, grande parte da comunidade indiana reconhece e valoriza suas origens, mas não expressa afinidades econômicas e políticas com a Índia. Apenas as elites destas comunidades é que gozam de uma relação próspera com a Índia, sendo que para a maioria da diáspora indiana na África do Sul é a pobreza e a desigualdade social que fazem parte de seu dia-a-dia (NAIDU, 2011).

Adicionalmente, ao contrário do que se imagina, as grandes aquisições do capital indiano no continente africano não tem se valido das redes estabelecidas pelos PIO's para

“lubrificar” seus desígnios: “de fato, as networks pré-existentes no leste da África poderiam representar obstáculos à parceria indo-africana por conta do contexto da etnização histórica da política econômica no Quênia e as relações ambivalentes da diáspora com a Índia pós colonial” (McCANN, 2011: 109). No Quênia, como visto, as várias questões étnicas do passado ainda hoje prejudicam os negócios indianos, o que explica o desengajamento dos novos investimentos com a diáspora habitante do país, para que não sofram oposição dos capitalistas nativos do país de origem Kikuyu, contra a Índia como um todo (McCANN, 2011). O capital indiano que ingressou no país na última década não tem absolutamente nenhuma relação com a diáspora de origem Gujarati ou Punjabi residente no Quênia.

Ainda que o discurso oficial privilegie os elos Indo-africanos por conta da existência da enorme diáspora, não deve ser desconsiderado que a imagem destas populações é bastante controversa dentre os nativos do continente, havendo inclusive registros do século XVI, nos quais estes os comerciantes que chegavam o leste da África eram frequentemente condenados por sua ganância e falta de escrúpulos (GADZALA, 2011). As raízes das tensões que hoje duelam entre os sentimentos de amizade e exploração são tão profundas quanto as raízes da amizade frequentemente resgatadas. Parte da desconfiança expressa na década de 1970 originou-se, principalmente, por conta do papel dos indianos na estrutura da economia colonial, na qual desempenhavam as funções privilegiadas do comércio e na supervisão dos negócios britânicos (McCANN, 2011).

Porém, a crítica bastante comum de que a diplomacia indiana ignora o passado negativo em seus discursos na “ressurgência” é simplista e completamente incompatível com todo o histórico de genuína solidariedade relatado na Seção 1 deste trabalho. O objetivo de resgatar os detalhes da cooperação afroasiática capitaneada pela Índia durante a Guerra Fria prestou-se principalmente para que os episódios negativos ocorridos no Quênia e em Uganda não se sobrepusessem à grande contribuição dada pela Índia, na medida de suas possibilidades, na formação dos quadros técnicos e burocráticos africanos, tanto na forma de cedência de profissionais, quanto por meio de treinamentos oferecidos incessantemente desde o remoto ano de 1949 para os países do continente.

Também deve ser salientado que o papel da diáspora não é tão desbotado como afirmam muitos analistas. A diáspora indiana na atualidade, aquela descendente dos *Dukawallas* gujaratis que se estabeleceram majoritariamente no Quênia, em Uganda e na Tanzânia, são dominantes na atividade de restaurantes, na indústria médica e em outras áreas autônomas, como a de advocacia (GADZALA, 2011). Esta presença no leste da África foi base para, por exemplo, o pujante comércio de medicamentos que atualmente vigora entre as duas regiões.

A África do Sul é o outro cenário, onde os descendentes indianos já estão na quinta geração, o que representa um profundo enraizamento. Um reflexo disto dá-se nas organizações privadas de capital indiano, nas quais 48% dos empresários de etnia indiana que possuem empresas constituídas em países africanos são também cidadãos dos países hospedeiros. Em oposição, de cada 100 empresários chineses com atividades na África, apenas quatro possuem nacionalidade do país onde suas empresas estão localizadas (BROADMAN, 2007).

Poderia ser dito que dentre os *policy maker* das nações africanas, os indianos podem se valer de uma reputação positiva. Neste sentido, como visto, além das formações populacionais de etnia indiana presentes no continente africano, o apoio da Índia aos movimentos anticolonialismo e antirracismo na África foi fundamental. Além disto, cabe lembrar que o MNA também serviu como importante base de concertação para países africanos. Como resultado deste conjunto de circunstâncias, os africanos possuem uma percepção diferente dos indianos daquela dos chineses que atuam no continente, sendo mais frequentemente atribuída ao último grupo uma postura predadora, interessada tão somente na extração de matérias-primas (PHAM, 2007).

Ainda que muitos empresários não tenham se valido da diáspora para instalar seus negócios no continente, do ponto de vista estatal a retomada de laços com os NRI's e PIO's africanos tem status prioritário, pois está vinculada à manutenção do crescimento econômico que a Índia tem apresentado na última década (Dubey, 2009). Neste sentido a estratégia indiana para com a diáspora africana aponta para seu incremento, estando as ações divididas em duas frentes. Por um lado, busca-se o engajamento dos PIOs e de suas riquezas nos fluxos econômicos indianos e até mesmo o aumento do número de profissionais especializados expatriados no continente africano. Por outro lado, a possibilidade de que as terras africanas possam servir de extensão à produção agrícola indiana, uma vez que as condições e disponibilidade dos fatores de produção – o custo baixo de terras e mão de obra no continente – são semelhantes às condições encontradas na Índia.

Conforme colocado anteriormente, a Índia sofre de problemas sócioeconômicos extremos. Ainda que, até o presente momento, prevaleça uma estratégia de desenvolvimento segmentado dada pela possibilidade de expansão de uma classe média que hoje é estimada em torno de 200/300 milhões de pessoas, ao mesmo tempo em que seus 800 milhões de agricultores são mantidos em padrões de vida arcaicos instrumentalizados por uma agricultura de subsistência, e que esta possa ser considerada viável, o futuro é uma grande incógnita. Movimentos insurgentes, como a guerrilha naxalita maoísta (braço armado do Partido

Comunista da Índia-Maoísta) controlam em torno de 30% do território indiano, além do que, passados quase 20 anos da abertura econômica, a grande maioria dos indianos ainda não conseguiu perceber os benefícios reais do crescimento econômico.

Neste sentido, também deve ser considerada a possibilidade da expansão da diáspora em um nível distinto de qualificação. Já se percebe uma mudança significativa na estratégia governamental indiana em relação aos seus expatriados. Associando-se esta questão com a crescente procura de terras por indianos na África, muitas vezes com subsídio estatal, é possível que, dentro de algum tempo, na medida em que a mecanização do setor agrícola não mais puder ser contida na Índia, parte da mão de obra rural sem qualificação seja trasladada para o continente africano. Algumas ações já foram ensaiadas neste sentido quando o estado de Andhra Pradesh assinou uma carta de intenções com o Quênia e com Uganda para envio de quinhentos agricultores indianos para que estes cultivassem as terras destes países (CARMODY, 2011). Ao final, o plano não foi posto em prática, mas pode ser um indicador de tendências oficiais.

Em relação ao papel da África para a segurança alimentar da Índia, o governo do país financiou mais de 80 empresas para que investissem um bilhão e meio de libras esterlinas na compra de centenas de milhares de hectares de terras na Etiópia, Quênia, Madagascar, Senegal e Moçambique, onde cultivam arroz, cana de açúcar, milho e lentilhas para o mercado doméstico indiano (NELSON, 2009). A maior destas plantações está localizada na Etiópia, onde a empresa Karuturi Global possui uma fazenda de 350.000 hectares que hoje produz rosas, mas que em breve também produzirá alimentos para o mercado indiano. O governo indiano também oferece empréstimos aos produtores de alimentos africanos que comprometem suas exportações para a Índia.

Apesar de essas ações estarem sendo criticadas pela mídia internacional como “pirataria alimentar” e “grilagem de terras” (NELSON, 2009), diante das raízes indianas no continente africano – e aí fica patente o papel da diáspora no estabelecimento dos padrões de cooperação – os prognósticos são de que o governo indiano promova continuamente o fomento das exportações de produtos alimentares para a Índia, utilizando-se, ou não, de mão de obra local nos cultivos. Também deve ser reforçada a atenção nos pontos subjacentes dos discursos dos atores dos países do norte em relação à presença indiana na África. O que hoje é considerado inapropriado e imoral já foi um dia uma atitude qualificada como cooperativa.

Em 1953 o governo da Etiópia, justamente o país no qual os investimentos indianos se concentram na compra de terras hoje em dia, requisitou ao governo indiano o assentamento permanente de famílias camponesas para as quais seriam oferecidos lotes de 96 acres (quase

39 hectares) de terra por família, além de equipamentos básicos para o cultivo agrícola. Desta feita, oito famílias indianas embarcaram para o país sendo muito recebidas por conta da potencial contribuição que dariam para a segurança alimentar da Etiópia. Ainda é cedo para saber, porém, se nos casos contemporâneos os benefícios serão mútuos. De acordo com o que foi posto até aqui, a probabilidade de que novas migrações indianas para a África com vistas à produção agrícola possam aumentar a produtividade dos países de destino, contribuindo para a redução do problema da fome, endêmico nas duas regiões.

### **2.3 Determinantes nacionais *versus* condicionantes sistêmicos**

Diante dos fatos até aqui relatados, estão claros os condicionantes domésticos em razão dos quais a Índia incrementou sensivelmente seu engajamento com o continente africano na última década: a importância do numeroso apoio africano em fóruns multilaterais; o crescimento dos mercados no continente e as possibilidades de investimento com ganhos somente possíveis em economias em rápido crescimento; a promoção da cooperação Sul-Sul na esteira de uma solidariedade demonstrada desde as independências, porém, atualmente mediadas pelo contexto das novas relações; os aspectos securitários relativos à paz no continente africano, coibição do terrorismo internacional e garantia de segurança naval no entorno oceânico; o acesso a recursos necessários à manutenção da trajetória de crescimento da Índia das últimas décadas; a competição com a China que, em última instância, beneficia a ambos os atores por estarem dinamizando o mesmo campo econômico de atuação e de alocação de recursos; o engajamento e possível incremento da atual diáspora indiana na África e a garantia de segurança alimentar para o país.

O esclarecimento das razões, porém, não considerou nesta análise como se configuraram as condições para tal feito. Ou seja, a determinação dos fins da nova política indiana para o continente africano não se deteve na explicação dos meios dos quais a mesma se valeu para sua consecução. Os meios utilizados e as condições dadas pela conjuntura internacional é que apontam para o condicionante sistêmico da atuação indiana na África. O que a terceira seção deste trabalho pretende destacar é a excepcional capacidade conferida à Índia pela conjuntura atual do Sistema-Mundo enquanto motor dos determinantes nacionais mapeados até aqui.

O mote para a construção de tal argumento foi dado por Ian Taylor em seu capítulo dedicado ao engajamento indiano na África em seu livro “*The international relations of sub-saharan Africa*” de 2010. Após discorrer detalhadamente sobre os mesmos fatores até então elencados neste trabalho, que não são desconhecidos a ninguém que se dedique minimamente a observar o fenômeno, Ian Taylor guarda para o último parágrafo quase que como uma revelação a seguinte observação:

Entretanto, o que a maioria dos analistas não percebeu antes da crise de crédito global foi que as aquisições indianas na África e em todo o resto do mundo foram possíveis, não porque as empresas indianas são particularmente abastadas ou dominantes em suas respectivas indústrias, mas sim porque era muito fácil conseguir empréstimos. (TAYLOR, 2010: 97)

Ainda, o autor (TAYLOR, 2010) chama a atenção para o fato de que as empresas indianas estavam sendo privilegiadas pela mesma liquidez global que estava permitindo as fusões e aquisições multibilionárias que impressionaram o mundo na última década. Estas constatações vêm ao encontro da hipótese deste trabalho, a de que somente foi possível à Índia aumentar o seu engajamento no continente africano porque as condições monetárias da Economia mundo estavam ao seu favor. Estas condições, porém, não se tratam de manifestações levemente conjunturais, mas sim importantes câmbios na estrutura do sistema que ora já se refletem nas crises vivenciadas nos países do Norte e na pujança da maior parte das economias do Sul Global. A terceira sessão deste trabalho tratará deste aspecto para que ao final se estabeleça a dualidade presente no fenômeno estudado de modo a contemplar tanto os determinantes nacionais quanto os condicionantes sistêmicos enquanto motores para a intensificação da presença indiana na África nos últimos dez anos, mais especificamente.

### 3 CONDICIONANTES SISTÊMICOS DA ATUAÇÃO INDIANA NA ÁFRICA

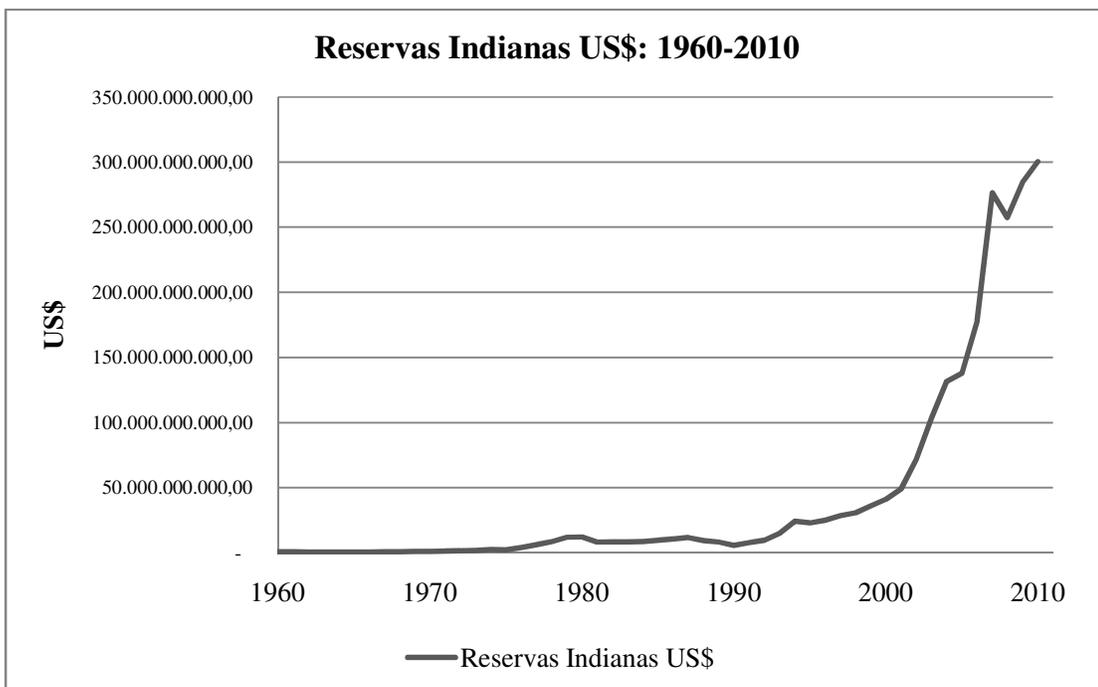
É patente, na atualidade, a prosperidade que usufruem as economias emergentes em detrimento dos processos recessivos em andamento nas economias avançadas. Em grande parte, a boa maré pode ser atribuída aos grandes influxos de investimento que estas economias vêm recebendo desde meados da década de 1990. A capacidade de acúmulo de divisas estrangeiras vem possibilitando que os países incluídos no processo possam, inclusive, se valer de *hard politics*, tal qual tradicionais colonizadores, utilizando seus novos e abundantes capitais para exercer certa dose de poder real junto a economias menos desenvolvidas, como as africanas.

#### 3.1 A Índia e a liquidez internacional: o seletto clube dos emergentes

Enquanto que, para os investidores fixados nos países desenvolvidos apenas um seletto grupo de economias emergentes é digno de sua atenção (personificados em carteiras de investimentos que seguem corolários como os “BRICs”) para os capitais dos países emergentes o potencial apresentado pelas economias africanas para que nelas sejam induzidos processos de desenvolvimento econômico semelhantes aos que foram vivenciados por eles, justifica o risco atrelado à escolha. O que têm em comum os países que hoje protagonizam a dinamização das economias africanas? A resposta a esta pergunta é um tanto simplória, mas digna de nota: dinheiro, o que pode ser claramente percebível na Figura 15 que mostra o acúmulo de reservas na Índia. Este fenômeno ocorreu também em outros emergentes, como pode ser visto na Figura 16.

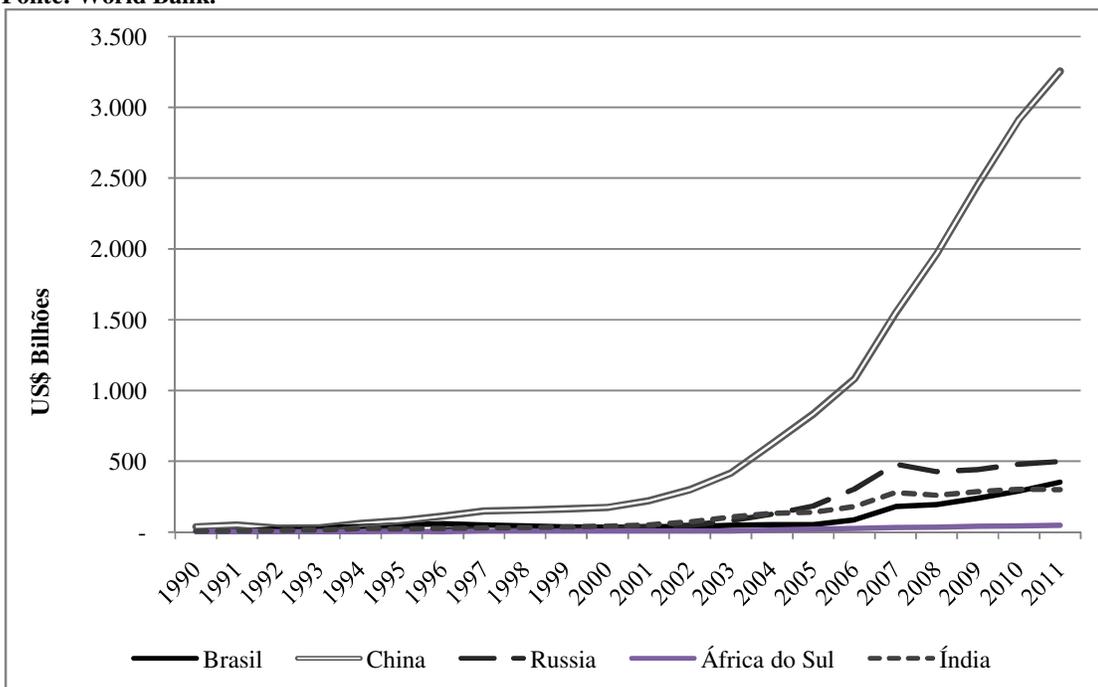
Os BRICs, que melhor representa o seletto grupo dos ditos emergentes, originou-se como uma sigla na promoção de fundos de investimento em um estudo da Goldman Sachs em 2003 (PURUSHOTHAMAN; WILSON, 2003). Os BRIC's originais (Brasil, Rússia, Índia e China) antes da entrada da África do Sul e de sua atual constituição de coalizão de alto nível, seriam economias que mantêm políticas e desenvolvem instituições em prol do desenvolvimento e que, segundo suas projeções – baseadas em modelos de crescimento

demográfico, acumulação de capital e aumento de produtividade – seriam juntas, até 2050 mais ricas que o grupo de países chamado de G6 na referida pesquisa (Estados Unidos, Japão, Reino Unido, Alemanha, França e Itália), eleitos por terem estas economias um PIB corrente maior que um trilhão de dólares.



**Figura 15: Evolução das reservas indianas 1960-2010 (US\$)**

Fonte: World Bank.



**Figura 16: Evolução das reservas dos BRICSA (1990-2011).**

Fonte: World Bank.

Após se configurar em uma profecia autorrealizável, tornando-se o destino preferido dos investimentos de nove entre dez viúvas ricas de Nova Iorque<sup>24</sup>, o grupo passou a realizar cúpulas políticas, sendo que em seu quarto encontro presidencial, realizado na Índia em 2012, subiu o tom na declaração conjunta expressando sua intenção de aumentar sua influência nas organizações multilaterais, sua insatisfação com as intervenções humanitárias iminentes, que iriam de encontro à soberania dos países (no caso, Síria e Irã) e, ainda, articularam para consolidar o uso de suas próprias moedas no comércio intra-grupo.

O último item relatado, especialmente, tem a ver com o fenômeno aqui estudado, pois a crise internacional, que teve seu estopim em 2008, colocou em xeque a capacidade do dólar de manter-se como meio de troca internacional. É tão importante para a Índia, quanto para a China (que dispõe de mais de três trilhões de dólares em reservas, dez vezes mais que a Índia) transformar estes papéis fiduciários em ativos reais, altamente disponíveis para negociação no continente africano.

A República da Índia contemporânea, por sua vez, representa um belo “*portfólio*” em termos de país captador de liquidez internacional. É a maior democracia do mundo, o segundo país mais populoso, com um total estimado em mais de 1.200 milhões de pessoas, possui o terceiro maior contingente militar global, e é a quarta maior economia do planeta, com um PIB em paridade de poder de compra estimado para 2011 de quatro trilhões e meio de dólares (PPP). Além disto, apresenta relativa autonomia em relação às marés internacionais em razão de ter uma economia determinada pela demanda doméstica e por conta de seu sistema bancário bastante protegido. Afora estas características intrínsecas à sua economia, a Índia pôde aproveitar-se de certas tendências da economia mundial:

i) a queda das taxas de juros internacionais (também viabilizada pela pressão baixista sobre os preços dos produtos industrializados) e, em particular, o barateamento dos empréstimos de longo prazo – tudo isto sujeito, evidentemente, às inflexões da conjuntura; e ii) a redução da vulnerabilidade de um grande número de economias emergentes (entre elas o Brasil) às mudanças na percepção de risco por parte dos investidores internacionais, com o que fica também reduzido o risco de interrupções do crescimento relacionadas a turbulências no mercado financeiro internacional (CASTRO, 2011:117).

Além disto, desde a crise asiática, no final do século XX, os países emergentes passaram, em sua maioria, a acumular sucessivos superávits em transações correntes nos balanços de pagamentos (em contrapartida, as economias centrais incorreram em déficits,

---

<sup>24</sup> Desde então houve aumento no volume investido por fundos *hedge*, fundos de pensão, fundos soberanos (*Sovereign Wealth Funds*), etc. Em 2007, o valor dos fundos soberanos era estimado em algo entre 2 e 3 trilhões de dólares, quase o dobro do valor dos ativos dos fundos *hedge* (CASTRO, 2011). Entre 1990 e 2008, aumentou de 610, para mais de 7.000 a quantidade de fundos *hedge* existente no mundo (FERGUSON, 2008).

apenas os EUA, foram responsáveis por metade do déficit mundial). Estes superávits acrescidos pelos fluxos de investimento possibilitados pela expansão da dívida norte-americana contribuíram enormemente para a liquidez internacional e a constituição de reservas. Entre 2002 e 2006, as reservas das economias em desenvolvimento aumentaram 185% (CASTRO, 2011).

Com base nestes preceitos, as empresas indianas foram capazes de angariar os fundos necessários para se tornarem os *big players* que o governo da Índia projetou como futuro de seus atores econômicos quando das reformas do início da década de 1990. A atuação internacional das empresas indianas teve tanto sucesso ao ponto de que, desde 2004, os investimentos diretos estrangeiros provenientes da Índia em direção ao Reino Unido excederam os fluxos na direção contrária, sendo que a maior parte destas divisas que ingressam ou saem da Índia são encaminhadas via Ilhas Maurício, um paraíso fiscal, por conta de benefícios fiscais advindos de acordos entre os dois países (BIS, 2009).

Como prova da abundância monetária da qual a dispôs a Índia para o sucesso do “safári africano”, os mercados de ações das economias emergentes tiveram um rápido crescimento a partir de 2004, tendo a capitalização destes mercados superado o PIB em vários países, inclusive a Índia. A capitalização do mercado de ações, que correspondia em 2001 a 43% do PIB indiano, passou para 317% em 2007. Também ocorreu neste período, o aumento da atividade nos mercados de derivativos. O volume diário de negócios partiu do patamar de US\$2 bilhões em 2001, passando para US\$4 bilhões em 2004, chegando a US\$ 27 bilhões em 2007, dos quais US\$ 24 bilhões eram ligados a transações com divisas e US\$ 3 bilhões a taxas de juros (BIS, 2009).

### **3.1.1 O influxo de capitais no Sul Global: a cascata que correu rio acima**

Apesar dos resultados geralmente positivos para as economias destinatárias, deve ser discutido que o sucesso anteriormente descrito da Índia na captação da liquidez global não pode ser unicamente atribuído ao reforço de suas capacidades, sendo, em grande medida, tributário de mudanças ocorridas no mecanismo do sistema monetário internacional a partir da década de 1970. O entendimento deste processo enquanto uma consequência do processo de financeirização da economia mundial ou da globalização financeira iniciado há quarenta anos permite com que se tracem tendências em relação à capacidade da Índia de manter o fôlego para dar seguimento à sua penetração nas economias africanas.

Entende-se que o potencial apropriado por países emergentes como a Índia para o exercício efetivo de influência política, econômica e militar em Estado africanos pode, então, ser atribuído a mudanças no mecanismo do sistema monetário internacional que pareceram bastante vantajosas aos países desenvolvidos na década de 1970, em termos de resolução de seus conflitos internos, mas que acabaram por gerar mudanças estruturais que os desfavoreceram.

Algumas questões devem ser colocadas a fim de que possamos entender este fenômeno que reflete, em alguma medida, uma das derradeiras possibilidades de expansão territorial do sistema capitalista – a inclusão da África no capitalismo moderno, ou vice-versa. A primeira delas seria em relação à compreensão do processo que alterou as dinâmicas do sistema monetário internacional e as razões de sua ocorrência e a segunda, os impactos resultantes da nova configuração no panorama econômico dos países emergentes e a reação dos mesmos frente às novas possibilidades dadas pelo fim de suas restrições financeiras, atávicas até então.

Em relação à primeira das questões apontadas, reza a lenda que a construção do sistema monetário internacional esteve constantemente ligada aos objetivos da política macroeconômica dos Estados Unidos, legitimados por seu poderio econômico-militar. O “tiro que saiu pela culatra” é apontado por Franklin Serrano (2004) como sendo a “ofensiva conservadora interna com priorização do controle da inflação e resolução do conflito distributivo interno a favor das classes proprietárias”. As políticas de controle inflacionário impostas por Reagan no início da década de 1980, mas que já vinham sendo implementadas desde o final da década de 1970, representadas no aumento descomunal dos juros, causaram a preferência pelo investimento financeiro em detrimento ao industrial, o que contribuiu para volatilizar o capital que em um primeiro momento permaneceu nos EUA, mas na medida em que os juros baixavam, acabou se deslocando para a periferia.

Até então, os Estados Unidos operavam em termos da manutenção de altas taxas de crescimento e baixo desemprego, sendo que entre 1947 e 1968<sup>25</sup> o compromisso se dava por conta da ameaça soviética, o que justificava, no plano externo, suporte incondicional aos países aliados e, no plano interno, a busca por apoio amplo da população por meio de aumentos salariais reais. Após 1968 – até 1979 – persistiu a tentativa de manutenção de altos níveis de emprego interno, ainda que à custa do abandono do Sistema de Bretton Woods e com grande prejuízo do ganho financeiro nos EUA, pois as baixas taxas de juros não

---

<sup>25</sup> Período descrito por Hobsbawm (2002), como “a era de ouro”.

permitiam elevados rendimentos, o que também consolidou a formação do mercado de eurodólares com a migração destes capitais.

Em resposta à “restauração da hierarquia” (SERRANO, 2004) imposta por Reagan em 1981, a elevação da taxa de juros (iniciada ainda no governo Carter) provocou grande atração de capitais e a valorização do dólar. Mas a ocorrência de uma recessão mundial, já que os demais países industrializados acompanharam a alta das taxas de juros americana<sup>26</sup> (conforme a Figura 17) para evitar fuga massiva de capitais, fez com que os preços nominais em dólares caíssem, algo que auxiliou na desaceleração da inflação nos EUA, ainda que o país tenha ingressado na sua pior recessão do pós-guerra, antes de 2008, com níveis recorde de desemprego. Na Europa, a alternativa à “euroesclerose” (desemprego elevado e crescente) seria motor do aprofundamento do processo de integração, que necessitava, neste ponto, de uma moeda única para que fossem vencidas as oposições protecionistas remanescentes à liberalização comercial (EICHENGREEN, 2003). Solucionado o problema da perigosa ascensão da classe proletária, outro efeito colateral, importante para os argumentos aqui colocados, surge destas medidas: o estímulo à transferência das locações industriais para países em desenvolvimento.

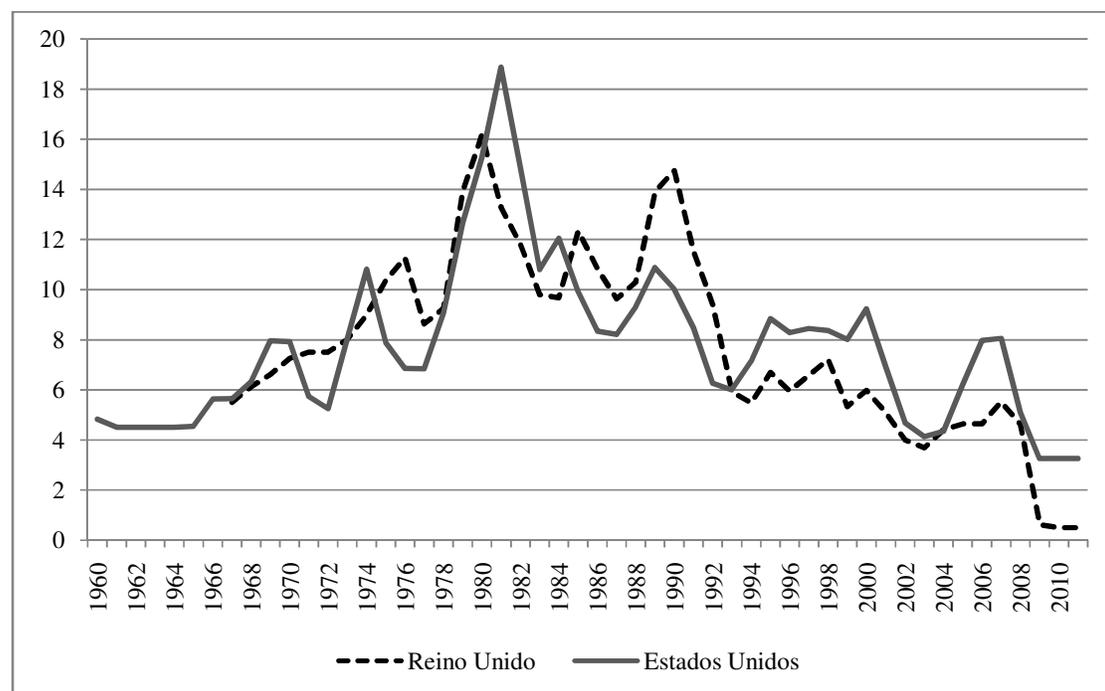


Figura 17: Taxas de juros de empréstimos (%) -1960-2010.

Fonte: WORLD BANK

<sup>26</sup> Esta elevação das taxas de juros afetou profundamente as economias emergentes.

Associadas a estes eventos, Susan Strange (1998) aponta algumas novidades surgidas em meados da década de 1980 que também levaram à desestruturação do sistema monetário internacional, a saber: a grande mudança nos padrões tecnológicos que propiciou maior sofisticação à maneira pela qual operam os mercados financeiros; o próprio tamanho destes mercados em termos dos volumes transacionados, dos novos centros financeiros e seu enorme contingente laboral; o “fim da atividade bancária” em termos das operações clássicas de intermediação, uma vez que os bancos de investimentos apostam seu próprio dinheiro no “cassino” financeiro, abstendo-se da reservada e protegida atuação de outrora; a emergência da Ásia; e, por fim, as alterações no padrão de coordenação dos mercados, antes exercida pelos bancos centrais e, posteriormente, deixada à mercê da autorregulação.

Estas inovações acabaram por contribuir para o aprofundamento daquilo que é hoje amplamente debatido como globalização financeira. O descolamento do investimento financeiro de suas bases nacionais, ou até mesmo o descolamento destes investimentos das bases produtivas de modo diretamente vinculado e proprietário, por sua vez, propiciaram o surgimento de algumas figuras inusitadas no cenário financeiro internacional, como por exemplo, o *alliance capitalism*, como chamado por Dunning (1997) ao processo que altera a natureza da atividade econômica que se tornou especializada, complexa e porosa, tendo sua dimensão espacial passado de nacional, para regional, para internacional e por fim, para global.

Esta difusão em termos de propriedade também se evidenciou nos processos de inserção individual dos principais atores econômicos, as empresas transnacionais, que aprofundaram a concentração capitalista nos rumos da financeirização acentuada na década de 1990 após a massificação das medidas neoliberais e promoveram grandes fusões e aquisições que possibilitaram a criação de conglomerados empresariais para onde migram as nuvens de capitais descoladas das formas tradicionais de rendimento sem que pudessem ser detectadas, pelo observador comum, sua propriedade, procedência, permanência ou destino. Ao fim e ao cabo, a erosão dos controles sobre os movimentos internacionais de capitais alterou a composição dos mesmos, que passaram a ser majoritariamente investimento direto e de portfólio em substituição aos tradicionais empréstimos (ACIOLY, 2009).

A globalização financeira, ou “mundialização” financeira na concepção de Chesnais (2005), com gênese nos processos acima descritos, fundamentou-se em um *continuum* de desregulamentação e liberalização que desmontou as barreiras à atividade financeira nos países industrializados, o que levou as empresas transnacionais a optarem pela centralização dos ganhos não reinvestidos na produção, optando pela atuação financeira internacional em

detrimento da produtiva. Nesta corrida pelo lucro, alguns países selecionados, como os BRICs, obtiveram a chancela dos mercados financeiros para se tornarem destino dos capitais acumulados tanto por indústrias, quanto por suas *holdings*, sendo que, para estes atores transnacionais, os percursos geográficos de seus investimentos eram ideologicamente indiferentes, desde que suficientemente seguros.

Entretanto, na própria expressão de Chesnais, “a mundialização do capital não apaga a existência dos Estados Nacionais, nem as relações de dominação e dependência políticas entre eles. Ao contrário, ela acentua os fatores de hierarquização entre os países” (CHESNAIS, 2005:20). Este processo, em oposição ao que deveriam ser as intenções dos países desenvolvidos ao alterar suas políticas macroeconômicas quando da “revolução conservadora” de Thatcher e Reagan, acabou por gerar um imenso fluxo de investimentos em direção às economias em desenvolvimento, provocando em consequência, uma escalada dos países emergentes rumo ao centro da política mundial. As medidas de desregulamentação do sistema financeiro iniciadas por Reagan, acompanhadas por Thatcher, e que tiveram continuidade com seus sucessores, permitiram uma exposição muito maior ao risco, levando ao aumento da alavancagem e ao surgimento de aplicações financeiras exóticas. Nos Estados Unidos, por exemplo, foi dada a permissão para que as empresas de *Savings & Loans*<sup>27</sup> pudessem investir em qualquer coisa (propriedades comerciais, ações e *junk bonds*), bem como surgiram operações de securitização, com o advento dos primeiros *collateralized mortgage obligations*, em 1983 (FERGUSON, 2008).

Para uma dimensão do que representa a mundialização financeira, remonta-se ao seguinte excerto do texto de Norman Gall, que representa o preocupante quadro de alavancagem da atualidade:

O estoque financeiro mundial – o total de depósitos bancários, títulos de dívida privada, dívidas governamentais e participações acionárias— passou de US\$10 trilhões em 1980, próximo do valor do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, para US\$167 trilhões em 2006, quase quatro vezes o PIB mundial. Apenas em 2006, os ativos financeiros globais tiveram um aumento de US\$25 trilhões, ou quase 18%, um crescimento três vezes maior que o PIB, liderados por aumentos nos ativos dos Estados Unidos (US\$5,7 trilhões) e China (US\$2,8 trilhões). Enquanto isso, as reservas de divisas dos governos passaram de US\$910 bilhões em 1990 para US\$5 trilhões em 2006, tendo dobrado desde 2000. Este aumento grande e acelerado faz parte da globalização financeira. Os ativos internacionais dos bancos subiram de US\$6 trilhões em 1990 para US\$37 trilhões em 2007, o equivalente a mais de 70% do PIB mundial, com operações com mercados emergentes ultrapassando os US\$4 trilhões. O volume diário dos negócios nos mercados internacionais de divisas cresceu de \$200 bilhões na década de 1980 para \$3,9 trilhões hoje (GALL, 2008).

<sup>27</sup> Associações de poupança e empréstimo, que financiavam aquisições de moradias, e, até então, possuíam restrições para captar e emprestar recursos.

Em linhas similares, a evidência da transferência de capitais para as economias emergentes pode ser apreciada em virtude da demonstração simples dos montantes envolvidos no processo: o fluxo líquido de capitais privados direcionados às economias emergentes aumentou de 90 bilhões de dólares em 2002 para 709 bilhões de dólares em 2007 (havendo decaído nos anos seguintes para novamente aumentarem em 2010 atingindo quase 500 bilhões), conforme o *World Economic Outlook* do FMI (IMF, 2010 *apud* CGFS, 2011). Estes fluxos também resultaram na acumulação de grandes reservas de divisas estrangeiras por parte das economias emergentes, que por sua vez passaram a reorganizar sua inserção financeira internacional por meio de mecanismos como fundos soberanos ou, como ponto privilegiado da presente discussão, por meio da aquisição de ativos em países periféricos (especificamente o caso africano aqui ressaltado).

Não faz parte da normalidade, da lógica capitalista, o acesso a grandes fluxos financeiros por parte das economias emergentes que tradicionalmente importavam, com alto custo, capitais das economias superavitárias a fim de financiar seus persistentes déficits em conta corrente. A escassez de capital, acentuava a subutilização da mão de obra, desperdiçando, assim, potencial para crescimento via constituição de mercados internos e atendimento a um *standard* de consumo considerado básico para economias avançadas. A disponibilidade financeira propiciou intenso crescimento em um seletivo grupo de países emergentes, com significativas melhoras no padrão de vida dessas populações e aumento de sua renda *per capita*.

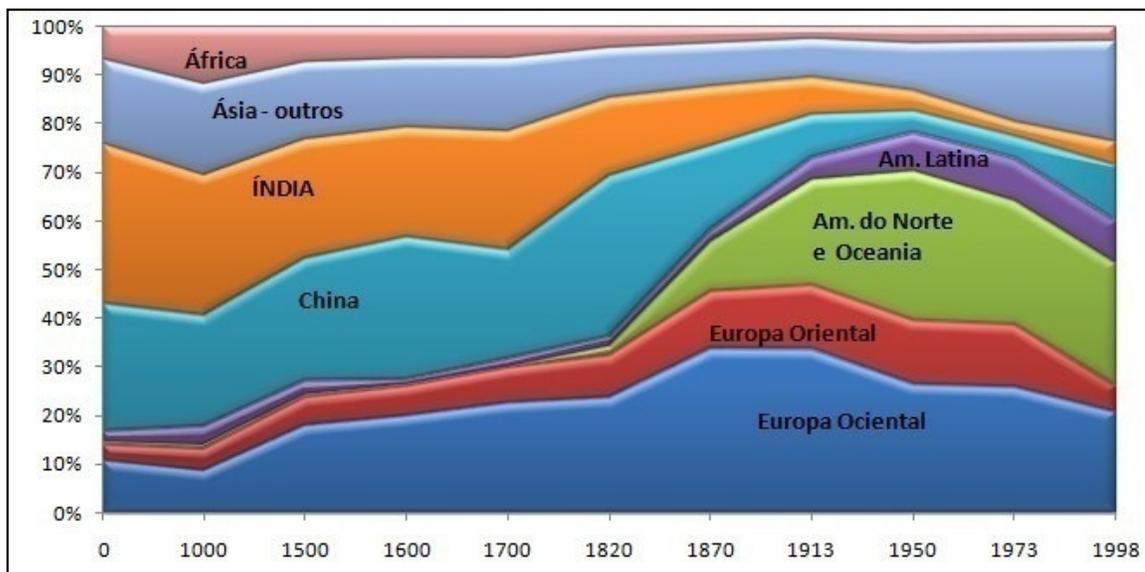
Os países destinatários destes fluxos puderam, ainda, promover em terceiros países réplicas de iniciativas dos quais foram atores passivos por grande parte de sua história. Neste ponto é que retorna a segunda questão abordada, em relação às políticas de inserção internacional ocasionadas pela inusitada liquidez. Sendo este o contexto conjuntural sistêmico da Índia na África no novo milênio. Tendo o “jogo virado” e sendo possibilitado a países como a Índia uma atuação semelhante àquela dos países do Norte ou centrais, a expansão do capital indiano para além das fronteiras do país foi quase que uma consequência natural do processo aqui relatado.

### 3.2 Conjuntura ou estrutura? Quão profundas são as mudanças?

Estando delineados os fenômenos sistêmicos, que estiveram diretamente ligados às ações indianas no continente africano relatadas na Seção 2 deste trabalho, resta ainda responder a um questionamento bastante relevante para a análise das tendências em termos da manutenção destas relações no patamar em que se encontram, do seu incremento ou do seu retrocesso. Resta saber, então, como a turbulência pela qual passou o sistema monetário internacional nos últimos anos impactou as estruturas da divisão de poder no Sistema-Mundo, representada, em última instância, pela divisão do trabalho, ou melhor, da apropriação dos lucros das cadeias centrais da economia mundo.

O que está evidente para toda a comunidade acadêmica que se dedica a análise das questões internacionais é que o grupo de países que atendem pela alcunha de BRICSA irão inexoravelmente desempenhar papéis importantes no desenrolar do presente século. Apesar de sua liderança econômica atual (o grupo concentra 18% do comércio global e atrai 53% dos capitais internacionais na atualidade), caberá ao conjunto de países rever a questão relacionada à desproporção de sua ingerência nos assuntos globais em razão de sua representatividade populacional, territorial e civilizacional. Afora o descompasso existente entre o poder potencial do grupo e o de fato exercido nas mais diversas arenas – o que deve, ainda, considerar a necessidade de que suas posições sejam afinadas – os valores comuns expressos pelos cinco países, que comportam uma maior relevância a questões de solidariedade, justiça e não-intervenção, podem alterar em definitivo o modo pelo qual a política internacional vem sendo despoticamente gerenciada pelos poderes tradicionais.

Na tentativa de se compreender o impacto das mudanças em curso, pode-se recorrer a argumentos baseados em estatísticas que incluem períodos bem mais longos do que os séculos eurocêntricos que determinam a paisagem do mundo no qual vivemos contemporaneamente. A título de exemplo, até meados do século XVIII Índia e China contabilizavam mais de 50% do PIB mundial, percebendo-se na Figura 18 qual foi o destino geográfico de suas riquezas. Em consideração ao nível de desenvolvimento das economias asiáticas, e de sua já complexa organização social em períodos anteriores às conquistas européias, é que se entende a retomada de fôlego da China e da Índia mais como uma reemergência destas antigas potências do que como um fenômeno novo.



**Figura 18: Participação (%) do PIB mundial total de países e regiões selecionadas entre o ano 0 e 1998.**  
**Fonte: Maddison, Angus. The world economy: A millennial perspective. OECD, 2001. Pg. 261. Elaboração própria.**

A atuação dos BRICs na África é um efeito deste contexto de reemergência asiática, sendo que os padrões de inserção estabelecidos pelos *Asian Drivers* analisados nesta investigação, poderão ser determinantes para uma inclusão mais igualitária do continente africano na economia mundial. Entretanto, para que as expectativas possam ser reguladas a respeito do futuro das relações da Índia e dos outros países emergentes com os países africanos é possível se valer de metodologias que avaliem a posição destes países na estrutura do Sistema-Mundo. O que se propõe, então, é que sejam utilizadas ferramentas de análise desenvolvidas à época do início dos eventos que causaram a transformação que hoje vivenciamos. A replicação de um estudo da década de 1980 neste trabalho, para uma radiografia da conjuntura atual, tem como objetivo determinar se o aprofundamento da inserção indiana na África - possibilitado por determinadas condições sistêmicas - deve ser compreendido enquanto uma situação conjuntural, que poderá ser revertida, ou enquanto uma alteração permanente no conjunto das relações internacionais dos Estados para tempos vindouros.

Assim sendo, na análise dos condicionantes do incremento da intensidade da presença dos indianos no continente africano a partir da primeira década deste século, é impossível ignorar o fato de que este movimento está inserido em um contexto maior, no qual é possível detectar um “efeito manada” encabeçado, evidentemente, pela China. Não somente estes dois países, como também Malásia, Turquia, Rússia e o próprio Brasil, ampliaram sua presença econômica (UNCTAD, 2007), política ou militar na África ao longo da última década. Este

contexto leva a que, inevitavelmente, procure-se compreender o fenômeno em um escopo mais amplo, sendo que para tal fim a metodologia de análise do Sistema-Mundo instituída por Immanuel Wallerstein na década de 1970 apresenta os adequados enquadramentos.

O que leva a este raciocínio é a constatação, um tanto intuitiva, de que todos os países listados neste grupo compartilham certas alcinhas que os caracterizam – a maior parte deles – como poderes de nível médio, potências regionais, mercados emergentes, países do “sul” global, BRICSA, dentre outras. Em termos de categorias analíticas, o conceito de semi-periferia, essencial na metodologia proposta por Wallerstein, reuniria, assim, a densidade e a flexibilidade necessárias para devidamente enquadrar, no nível de análise sistêmico, os novos entrantes do continente africano. Esta abordagem teórica também pretende contribuir para avaliação do caráter das mudanças até aqui descritas, se se referem à reestruturação do sistema ou se podem ser consideradas como tão somente conjunturais.

Não se pretende focar a Teoria de análise do Sistema-Mundo de modo anacrônico ou fora de contexto, mas diante dos eventos da década passada, na qual instaurou-se uma crise passível, inclusive, de causar descontinuidade nos meandros da evolução capitalista, é coerente buscar determinadas explicações em construções que tiveram sua gênese à mesma época das mudanças sistêmicas que levaram o mundo ao seu status atual.

### **3.2.1.1 A semi-periferia na análise do Sistema-Mundo de Wallerstein**

A análise do Sistema-Mundo de Wallerstein busca encontrar desde a década de 1970 os mecanismos que perduraram século a século na divisão internacional do trabalho tentando, ainda, reunir em uma mesma perspectiva, elementos das ciências sociais que se dissociaram em quatro áreas específicas do saber, história, economia, sociologia e ciência política, privilegiando o “sistema” enquanto unidade de análise e insistindo na *longue durée* de inspiração braudeliana enquanto recorte temporal por refletir a continuidade das realidades estruturais (WALLERSTEIN, 2005a).

A concepção de Wallerstein buscava ainda, em sua gênese, confrontar a, então preponderante, teoria da modernização que propunha estender os estudos desenvolvidos na Europa e Estados Unidos para o resto do mundo, “universalizando o universalismo”, nas palavras do autor (WALLERSTEIN, 2003:232). Para este, os principais problemas da teoria da modernização se referiam à assunção de que todos os Estados operavam de modo autônomo e não eram afetados de modo impactante por fatores externos às suas fronteiras, além do fato de que assumia como possibilidade plausível o desenvolvimento de todos os

países que se encontravam em etapas anteriores à modernização: “A teoria da modernização argumentava muito simplesmente o seguinte: todas as sociedades passam por um conjunto definido de etapas num processo que culmina na modernidade” (WALLERSTEIN, 2003:232).

A análise de Sistemas Mundo viria, então, contrapor a ideia de uma modernização induzida por países-modelo (muito conveniente em tempos de Guerra Fria nos quais a bipolaridade dava contornos bem distintos a dois projetos possíveis de desenvolvimento) por meio de dois desdobramentos que impactariam de modo definitivo o estudo das Relações Internacionais. O primeiro deles seria a globalidade, substituindo a unidade de análise tradicional (sociedade/Estado) pelo Sistema-Mundo, pois assumia como impossível a análise de países de modo isolado uma vez que todos se encontravam em um sistema intensamente interligado. A segunda contribuição epistemológica foi a noção de historicidade, decorrente do primeiro ponto: “Se os processos eram sistêmicos, então a história – toda a história – do sistema (em oposição à história das subunidades, tomadas separada e comparativamente) era o elemento crucial para compreender o estado presente do sistema” (WALLERSTEIN, 2003:234).

Na esteira de estudos globalizatórios que identificam impérios-mundo desde os mais remotos registros da humanidade, embora o atual sistema que teve início no século XVI seja reconhecido como apenas um dentre outros tantos (OSTERHAMMEL; PETERSON, 2005), a abordagem Wallersteiniana se distingue dos demais por compreender uma economia-mundo capitalista que pela primeira vez na história foi capaz de “incluir todo o globo em sua geografia” (WALLERSTEIN, 2003:92). O presente sistema capitalista tem como característica a acumulação incessante de capital com a realização do lucro máximo, que se dá por meio de cadeias transnacionais de mercadorias que determinam as fronteiras da divisão do trabalho da economia mundial dentre múltiplas culturas e sistemas políticos.

Um aspecto importante da teoria em questão, no que concerne a esta análise, seria o tratamento dado à estrutura do Sistema-Mundo, estando este dividido em atividades centro e atividades periferia, sendo que as primeiras seriam aquelas beneficiadas pela mais-valia obtida nas trocas desiguais propiciadas pelo comércio internacional. Nem sempre, porém, os dois tipos de atividades se fazem exclusivos nas fronteiras de um Estado, podendo atividades “periféricas” serem realizadas em países do centro (e vice-versa), embora predomine o contrário (WALLERSTEIN; HOPKINS, 1982).

Ainda que as atividades de um ou outro tipo não fossem plenamente coincidentes com as fronteiras de um ou outro estado, Wallerstein percebeu um padrão no qual as atividades centrais ou periféricas do sistema eram distribuídas de modo desigual dentre os diversos

segmentos do Sistema-Mundo, estando estes divididos, em realidade, em três diferentes categorias. A terceira categoria seria, então, composta pelos Estados semi-periféricos que exportariam produtos periféricos para países centrais e produtos centrais para áreas periféricas do sistema (WALLERSTEIN; HOPKINS, 1982).

Em termos da estabilidade do Sistema-Mundo, o efeito da semi-periferia é dual. A semi-periferia tem uma função de tampão (WALLERSTEIN, 1974a), a fim de evitar os possíveis conflitos que decorreriam da má distribuição das recompensas em uma estrutura mundial extremamente polarizada, pois a concentração do poder bélico nas mãos das forças dominantes e a difusão do compromisso ideológico para com o sistema não seriam suficientes para evitar insurgências contra o centro do sistema (WALLERSTEIN, 1974a): *“The semiperiphery is not an artifice of statistical cutting points, nor is it a residual category. The semiperiphery is a necessary structural element in a world-economy”* (WALLERSTEIN, 1974b: 350).

Ao mesmo tempo em que funciona como um amortecedor de conflitos por manter distantes umas das outras as relações de exploração que permitem a divisão desigual dos benefícios, a semi-periferia é um local de instabilidade política (WALLERSTEIN; BALIBAR, 1988). Os mecanismos de expropriação existentes nos mais distintos níveis de violência e modernidade e que não se chocam justamente em razão da existência da semi-periferia, coexistem dentro dela, dividindo um mesmo espaço e gerando conflitos sociais com mais frequência porque no interior de cada uma de suas unidades estão reunidas tanto atividades centrais quanto periféricas (WALLERSTEIN, 2005a).

Os estados da semi-periferia cumprem um papel facilitador para as relações opressoras do centro com a periferia, sendo, inclusive, agentes econômicos e políticos de determinadas potências em momentos de expansão da economia mundial. Apesar disto, são também explorados pelo centro, pois deste geralmente dependem para a obtenção das fontes usuais de crescimento, capital e tecnologia (WALLERSTEIN, 1984). Essencialmente, estes fatores fazem a presença da semi-periferia essencial para a sobrevivência do sistema, pois de modo contrário, os países do centro seriam constantemente desafiados por posições unificadas da periferia (WALLERSTEIN, 1974a).

O efeito dual que a semi-periferia incide na estabilidade do Sistema-Mundo reside em que a existência desta terceira categoria não é garantia de pacificação do sistema, pois justamente pelo fato de ocuparem uma posição intermediária, mais próxima de uma posição central do que os países que concentram atividades periféricas, os Estados da semi-periferia lutam constantemente para obter reforço do aparato Estatal de modo a utilizá-lo em

intervenções econômicas que possam alterar sua posição no sistema. Essas tentativas, por outro lado, tendem a reforçar a resistência dos estados do centro de modo a que estes constantemente busquem reforçar, por sua vez, seu aparato militar (WALLERSTEIN, 1984). A rivalidade estatal surgida a partir destes movimentos geralmente toma a forma de um equilíbrio de poder, incentivando ainda a tentativa dos Estados mais fortes em se converter em poderes dominantes por meio da obtenção de hegemonia no sistema (WALLERSTEIN, 2005a).

Ainda no sentido do papel da semi-periferia no Sistema-Mundo, uma série de outros papéis foram atribuídos a este estrato na evolução da atual economia mundial. Chase-Dunn e Thomas D. Hall (2000) sustentam que a semi-periferia, por ser o elemento de ligação entre núcleo e periferia é responsável por difundir as inovações institucionais, sociais, técnicas e organizacionais. A própria ascensão do “Oeste” na formação do sistema capitalista é entendida pelos autores como uma instância de desenvolvimento da semi-periferia:

In this scheme semiperipheral marcher states and semiperipheral capitalist city states were the most important transformational actors in the rise of larger and larger empires, the increasing scale of markets and the eventual emergence of predominant capitalism” (CHASE-DUNN; HALL, 2000:100).

Um outro elemento característico da estratificação da Economia Mundo é o fato de que a proporção de suas três categorias de inserção econômica é constante, havendo baixa mobilidade dos países entre estes estratos (em termos ideais, apenas, como será visto posteriormente) e há muito pouco que o aparato estatal de um Estado semi-periférico possa fazer para alterar os mecanismos de trocas desiguais existentes no sistema capitalista:

The key thing to notice about the game of musical chairs, as played at the top or in the middle, is that even though who plays what role may change, the distribution of the roles (how many in each role: i.e., core, semiperiphery, periphery) has remained remarkably constant, proportionally, over the history of the world-economy (WALLERSTEIN, 1984:2).

Apesar de ser possível extrair alguns elementos normativos, Wallerstein, parece nunca haver se preocupado em definir espacialmente o local geográfico da semi-periferia. Isto por, justamente, conceber a estrutura trimodal do Sistema-Mundo enquanto algo metafórico e representativo de determinados elementos político-econômicos existentes em um sistema de trocas desiguais. A concentração geográfica dos processos econômicos periféricos ou centrais decorre, obviamente, do surgimento do Estado, o que para Wallerstein, em seu paradigma braudeliano da *longue durée*, acabava por tomar como mais um dos elementos surgidos no curso da complexificação da economia mundo capitalista:

The whole tone of these remarks ignores the fact that capital has never allowed its aspirations to be determined by national boundaries in a capitalist world-economy, and that the creation of 'national' barriers generically, mercantilism - has historically been a defensive mechanism of capitalists located in states which are one level below the high point of strength in the system (WALLERSTEIN, 1974a:402).

### **3.2.1.2 A incógnita geográfica e a abordagem de Arrighi e Drangel**

As implicações políticas da semi-periferia foram extensamente descritas por Wallerstein. No entanto, a ausência de uma caracterização geográfica desta zona intermediária do sistema em sua obra foi apontada por Arrighi e Drangel (1986) quando de sua tentativa de instrumentalizar o conceito de semi-periferia. Wallerstein utilizou o conceito em discussão enquanto um instrumento taxonômico em análises de determinadas conjunturas, como por exemplo, quando reflete sobre países “semi-periféricos clássicos” como a Rússia e alguns europeus que declinaram do centro da economia do Sistema-Mundo, como Portugal e Espanha. Mas sua abordagem não foi muito além do que foi até agora reunido neste texto, sendo que a bússola desejada por Arrighi e Drangel não foi inventada pelo criador do conceito.

Em razão desta carência, em um clássico estudo realizado em parceria com Jessica Drangel, Giovanni Arrighi lançou-se à complexa tarefa de identificar quais países fariam parte da semi-periferia em diferentes momentos da história, não sem protestar contra o pouco auxílio oferecido na empreitada pelo próprio autor do conceito que se contentara em proclamar que um estado semi-periférico seria aquele que atendesse a dois critérios, (i) o de se encontrar em uma posição intermediária no sistema de trocas desiguais em termos de suas exportações, dos níveis salariais e das margens de lucro praticadas em seu interior, bem como (ii) a existência de um interesse do Estado em questão em cumprir um papel altamente intervencionista em seus mercados internos e externos (ARRIGHI; DRANGEL, 1986). Uma vez que o referido artigo de Arrighi e Drangel (1986) propiciou uma melhor operacionalização do conceito do que as próprias explicitações de Wallerstein, logo outros teóricos uniram-se a ele em protesto à suposta ausência de desenvolvimento ferramental da misteriosa semi-periferia.

Aqueles que pressupunham que a análise econômica permitisse definir os estados componentes da semi-periferia lastimavam que esta “não forneça indícios para o relacionamento entre a posição econômica na economia mundial, a posição geopolítica e o surgimento das políticas semi-periféricas” (GRIFFITHS, 2004). Outros como Worsley (1979), alegavam enfaticamente que grande parte do imbróglio conceitual dava-se pela

tentativa forçada de se colocar três categorias onde deveriam estar quatro em tempos de bipolaridade (capitalista-industrial, capitalista-subdesenvolvida/agrária, comunista-industrial e comunista-agrária). Brenner (1976, apud ARRIGHI, 1998), por sua vez, criticou a impossibilidade de que estruturas sócioeconômicas pudessem ser superficialmente generalizadas para cada um dos três estratos propostos.

Boaventura de Souza Santos, ainda que tenha utilizado a noção de semi-periferia para nortear sua concepção a respeito da conjuntura de Portugal no final dos anos 1980, condenou Wallerstein por haver criado um conceito descritivo, vago e negativo:

Descritivo, porque o seu conteúdo teórico é bastante reduzido e pouco mais que analógico. [...] Além de teoricamente pouco consistente, o conceito de semiperiferia é vago na medida em que são múltiplos e dificilmente quantificáveis os critérios de que decorre a atribuição da posição semiperiférica. [...] Por último, o conceito de semiperiferia é um conceito negativo na medida em que as características atribuíveis aos Estados ou sociedades semiperiféricas não assentam numa materialidade própria nem dispõem de uma lógica evolutiva específica, e são antes uma mistura das características atribuíveis aos Estados ou sociedades centrais e periféricas. (SANTOS, 1985: 870).

Por conta da relevância teórica da semi-periferia, Arrighi e Drangel realizaram em 1986, algum esforço metodológico para que fossem encontrados parâmetros objetivos para a classificação dos países neste estrato da economia mundo. Na tentativa de demonstrar empiricamente a existência de uma divisão trimodal na economia capitalista, os autores instrumentalizaram o conceito por meio da análise do Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita* de 96 países. A escolha do indicador deu-se em razão de que países do centro realizam um maior volume de atividades “centrais” do que os das demais categorias. Ainda que nenhum país execute apenas atividades “centrais” ou apenas atividades “periféricas”, as primeiras estão marcadas pela peculiaridade de concentrar o lucro do sistema. Estados centrais, então, seriam aqueles que controlam o acesso às cadeias de produtos mais lucrativas de diversos Estados, aqueles que proporcionam infraestrutura e serviços requeridos por atividades do centro e que são capazes de criar um clima favorável aos empreendimentos capitalistas.

Sendo as atividades centrais mais lucrativas, na divisão do trabalho mundial, e estando estas essencialmente ligadas ao processo de inovação e destruição criativa com vistas à prorrogação da possibilidade de monopólio descrita por Schumpeter (1975), para Arrighi e Drangel (1986:31) “a diferença no comando de todos os benefícios advindos da divisão do trabalho mundial precisa estar refletida em diferenças comensuráveis no PNB dos Estados em questão”. A partir da representação gráfica da distribuição de frequência da população mundial (em termos percentuais) de acordo com o país de origem, em relação ao logaritmo do

PNB (em intervalos de 0,1), o autor confirmou a presença constante de três intervalos de distribuição em nove momentos históricos diferentes, entre 1938 e 1983. Para além dos três intervalos, havia em alguns momentos instâncias intermediárias entre esses intervalos que os autores chamaram de perímetro da semi-periferia e perímetro do núcleo orgânico.

Não se sabe se pela inércia causada pela ausência de formulação que a contrapusesse ou se pela precisão de seus parâmetros metodológicos, Arrighi seguiu considerando a pesquisa realizada com Drangel como algo muito relevante, tanto é, que a menciona em diversos de seus textos até meados de 1990. Porém, a partir de então, quando menciona o estudo no livro “O longo século XX” não mais menciona haver encontrado os três estratos sobre os quais se assenta o capitalismo, mas sim, refere-se a eles como sendo “países” de renda baixa, média ou alta (ARRIGHI, 1994:348). Arrighi assume, inclusive, no prefácio da mencionada edição que ausência de sua preocupação anterior em relação aos estratos do Sistema-Mundo:

A luta de classes e a polarização da economia mundial em centros e periferias - ambas as quais desempenharam um papel destacado em minha concepção original do longo século XX - desapareceram de cena quase por completo. Muitos leitores ficarão intrigados ou até chocados com essas e outras omissões (ARRIGHI, 1994:XII).

Para entornar de vez o bebê com o que restava da água, em 2003 Arrighi publica um artigo com uma preocupação bastante similar ao estudo seminal que será aqui reproduzido, buscando comparar a convergência no nível de industrialização dos países com a média do PNB dos países do primeiro mundo a fim de perceber o quanto os incrementos nas taxas de industrialização acompanhavam o incremento da renda que cada cidadão alcançava obter em comparação aos cidadãos das economias avançadas. Assim, a preocupação com a divisão dos ganhos da economia-mundo apareceu novamente no radar de Arrighi, porém, o autor não assume estar reeditando a pesquisa anterior, bem como reincide em negar a paternidade de seus achados ao se referir a ela de modo enviesado:

It is such a stable hierarchy of wealth that Giovanni Arrighi and Jessica Drangel (1986) found for the 1938-1983 period. Based on the world distribution of GNP per capita, they identified three distinct clusters of countries (high, middle-, and low-income countries). Moreover, they found that long-term upward/downward mobility of countries from one cluster to another was exceedingly rare (ARRIGHI, 2003:6).

O curioso é que apesar de Arrighi não haver associado o estudo de 2003 com a pesquisa de 1986 na qual tentava instrumentalizar o conceito de semi-periferia, o próprio Wallerstein revela que esta era de fato sua intenção em um artigo de 2005:

And, although our statistical data is at most of even minimal quality only for the last 75-100 years, such comparative studies as we have do show a constant trimodal distribution of wealth in the world-system, with a few countries moving from one category to another. [...] The classic article is that by Giovanni Arrighi & Jessica Drangel, “The Stratification of the World-Economy: An Exploration of the Semiperipheral Zone”. Arrighi is currently updating this argument in a forthcoming article (WALLERSTEIN, 2005:1267).

Além disso, em um estudo anterior sobre o continente africano de 2002, Arrighi reedita a preocupação com a apropriação da mais valia do sistema capitalista (ARRIGHI, 2002). Neste estudo o autor analisa o conjunto do PNB per capita da África Subsaariana em relação ao conjunto do PNB per capita mundial. Em ambos os estudos, o de 2002 e o de 2003, Arrighi preocupou-se em avaliar o crescimento da apropriação da renda por parte de determinados grupos de países de modo binário, satisfazendo-se em perceber se estes acompanhavam ou não o crescimento dos dois grupos de referência utilizados (os países do “primeiro mundo” em um dos artigos e o total da população mundial em outro).

O aparente empobrecimento metodológico, uma vez que Arrighi não mais associava as desigualdades encontradas ao problema da divisão internacional do trabalho desigual na estratificação da economia mundo é compreensível, pois o abandono dos debates da década de 1970, nos marcos do Sistema-Mundo de Wallerstein pode ter sido um sacrifício necessário em prol do combate à proliferação cada vez mais acentuada da atual idéia unívoca de desenvolvimento econômico associado ou à industrialização ou a uma concepção idealizada de “boa governança”, no caso da África. Com estas duas pesquisas, Arrighi estabelece parâmetros importantes para que não predominem sem contestação determinados padrões generalizantes e reprodutores das estruturas de exploração necessárias à economia mundo, porém, ao dar esta guinada rumo a outras frentes de debate, abandonou sua metodologia anterior um tanto precipitadamente como será sustentado a seguir.

### **3.2.1.3 Algumas considerações metodológicas**

Retornando ao tema central aqui tratado, a intensificação da presença da Índia no continente africano na última década, movimento este que coincidiu com o de vários outros países, procedeu-se à tentativa de se buscar uma categoria analítica que permitisse a reunião de países tão díspares como aqueles citados no início da seção. Para que pudesse verificar se

os mesmos pertenciam de fato à semi-periferia, recorreu-se ao único estudo que permitia o recorte das fronteiras geográficas do conceito, o artigo de 1986, de Arrighi e Drangel anteriormente enquadrado nos debates aos quais pertence. Confirmou-se, assim, que todos os países listados como sendo alguns dos maiores investidores na África na última década de fato faziam parte da semi-periferia, de acordo com a metodologia de Arrighi e Drangel (1986) no ano de 2010<sup>28</sup>.

Replicar a estratificação de Arrighi e Drangel, porém, foi uma tentativa que se deparou com uma série de dificuldades operacionais e metodológicas. De início, havia o fato, impossível de ser ignorado de que a progressão logarítmica do PNB não reflete analiticamente nenhuma das características essenciais do conceito de semi-periferia descritas anteriormente a partir da obra de Wallerstein. Os atributos qualitativos genéricos de difícil verificação realmente não podem ser apropriados por meio de um estudo estatístico, porém, frente aos resultados obtidos, foi assumido o risco da própria lógica do método proposto pelos dois autores, que está centrada no fato de que o núcleo orgânico do Sistema-Mundo concentra os ganhos das cadeias produtivas mais lucrativas, independentemente de onde a produção esteja localizada, e isto deve estar representado no PNB por ser este um indicador que inclui, em adição ao PIB (Produto Interno Bruto), a renda líquida recebida do exterior (RLRE)<sup>29</sup>. Assim, enquanto o PIB reflete aquilo que é produzido internamente nas fronteiras de um Estado, PNB demonstra também as transações ocorridas em território internacional, de propriedade dos cidadãos deste Estado.

O segundo desafio na replicação do estudo, que era necessário que se verificasse, ao menos em termos parciais, se deu em relação ao conjunto de indicadores utilizados por Arrighi e Drangel, uma vez que para as nove distribuições do PNB calculadas pelos autores, três fontes de dados distintas foram utilizadas de modo não especificado. Outro problema

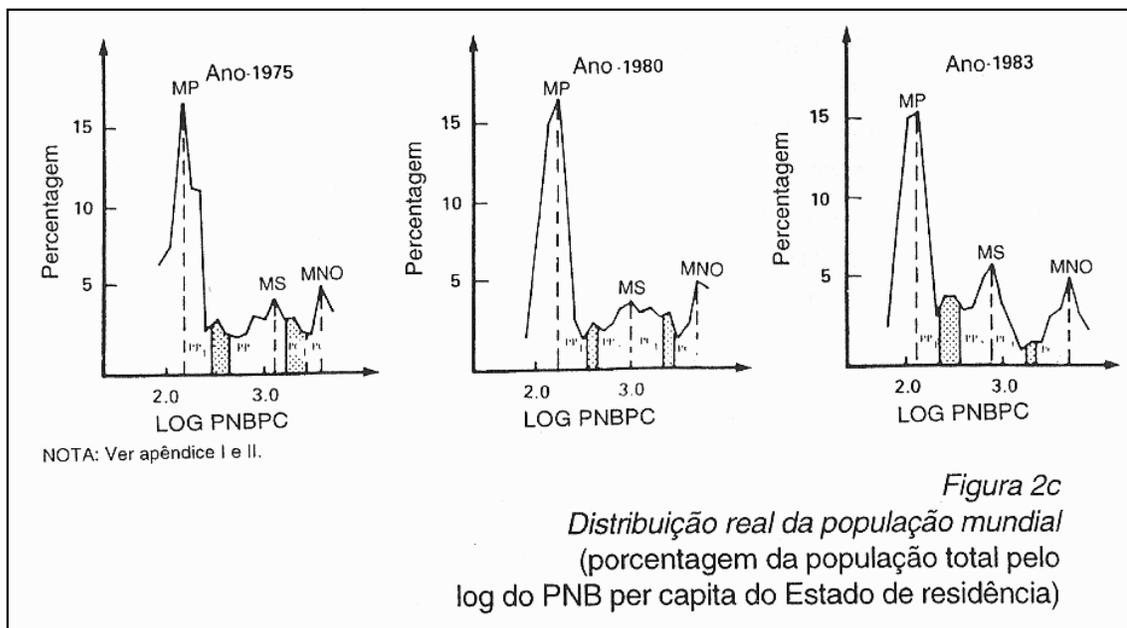
---

<sup>28</sup> Em 2010 faziam parte da semi-periferia os seguintes países, em ordem crescente de PNB per capita: Congo, Rep., Moldova, Iraq, Guyana, Micronesia, Kiribati, Índia, Timor-Leste, Mongólia, Honduras, Cabo Verde, Filipinas, Indonésia, Samoa, Vanuatu, Fiji, Tonga, Marrocos, Bolívia, Guatemala, Suazilândia, Butão, Geórgia, Sri Lanka, Paraguai, República Árabe Síria, Angola, Armênia, Jordânia, Egito, República Árabe do Egito, Belize, Namíbia, El Salvador, Ucrânia, Jamaica, Turcomenistão, China, Equador, Maldivas, Argélia, Tailândia, Albânia, Bósnia e Herzegovina, Peru, República Dominicana, Colômbia, Tunísia, Azerbaijão, Granada, África do Sul, Santa Lúcia, Cazaquistão, Santa Helena e as Ilhas GRENADINES, Macedônia, Brasil, Palau, Sérvia, Costa Rica, Dominica, Venezuela, Panamá, Montenegro, Gabão, Bulgária, Bielorrússia, Botswana, Maurício, Uruguai, Romênia, Líbano, Malásia, México, Chile, Turquia, Argentina, Santa Kitts e Nevis, Letônia, Lituânia, Croácia, Hungria, Polónia, Federação Russa, Estónia.

<sup>29</sup> Na contabilidade nacional, a Renda Líquida Recebida do Exterior (RLRE) inclui as seguintes contas do Balanço de Pagamentos: A) Balanço de rendas: salários e ordenados, renda de investimento direto (inclui lucros e dividendos e juros de empréstimos intercompanhias), renda de investimento em carteira (inclui lucros e dividendos e juros de títulos de dívidas), renda de outros investimentos. B) Transferências unilaterais correntes. FONTE: CARVALHO, Maria Auxiliadora; SILVA, César Roberto Leite. *Economia Internacional*. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

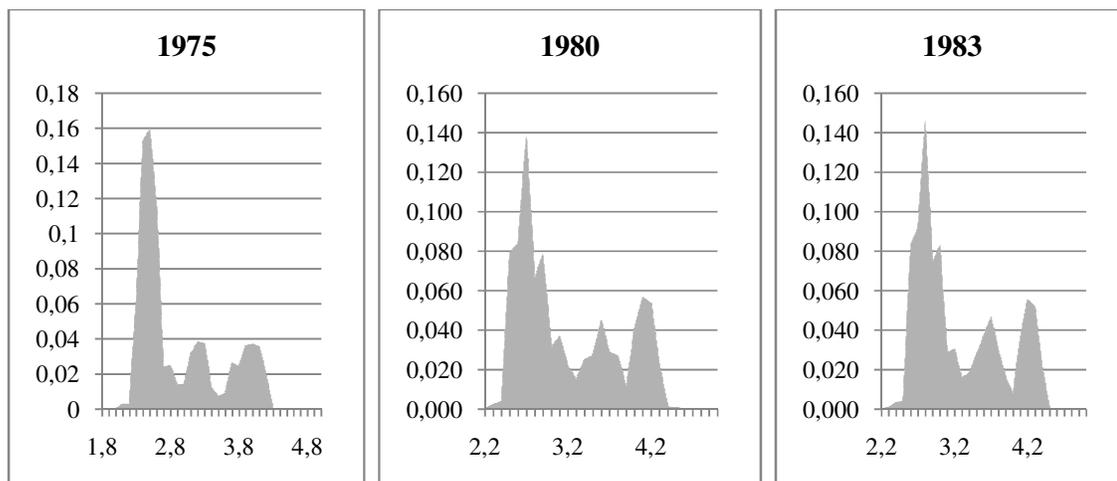
central era o fato de que nem todos os países foram utilizados em cada uma das distribuições encontradas pelos autores, sendo utilizadas três diferentes “cestas” de países para os cálculos. Ademais, no estudo referência, o PNB per capita de todos dos cidadãos do planeta havia sido convertido em dólares constantes de 1970, utilizando-se o deflator do PNB norte-americano.

Uma vez que os dados disponíveis para a realização do estudo eram as bases de dados do Banco Mundial e que o PNB per capita estava informado em paridade de poder de compra, optou-se por replicar os testes de Arrighi para as três distribuições para as quais havia dados disponíveis, os anos de 1975, 1980 e 1983. Na Figura 20 pode ser percebido que, apesar de não serem idênticos, os desenhos refletem uma distribuição bastante similar ao estudo original (Figura 19), fato este que comprovou a possibilidade de que a pesquisa fosse replicada com base no procedimento descrito em seguida. Cabe lembrar que as pequenas distinções encontradas entre os gráficos originais e os presentes se devem a diferenças de menor relevância entre as bases de dados utilizadas, que podem ter sido causadas pela ausência de alguns poucos países em uma ou outra edição do estudo.



**Figura 19:** Reprodução de figura (ARRIGHI; DRANGEL, 1997:165).

**Fonte:** Página 165 de ARRIGHI, Giovanni; DRANGEL, Jessica. A estratificação da economia mundial: considerações sobre a zona semiperiférica. In: ARRIGHI, Giovanni. A ilusão do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1997.



**Figura 20:** Distribuição do percentual da população mundial pelo logaritmo do PNB per capita anual para 1975, 1980 e 1983.

**Fonte:** Banco Mundial. Elaboração própria.

Para cálculo das distribuições exibidas na Figura 20, foram utilizados os dados disponíveis nas bases de dados online do banco mundial (WORLD BANK, 2012) à exceção da Rússia para o período anterior a 1989, que teve valores do PNB estimados com base em dados obtidos em outra fonte (OFER, 1988). O PNB per capita foi convertido para uma escala logarítmica e a população registrada para cada país, convertida para um percentual. As frequências do logaritmo do PNB encontradas foram distribuídas em intervalos decimais e

cada uma delas foi relacionada com o percentual da população mundial que correspondia em termos de renda a cada um destes intervalos. De acordo com a proposta de Arrighi e Drangel (1986), as distribuições de frequência foram atenuadas por uma média móvel de três intervalos. O resultado destes cálculos são os apresentados na Figura 20 acima.

Antes que sejam expostos os resultados para os períodos subsequentes, outras considerações metodológicas se fazem necessárias. Garantiu-se confiabilidade no uso do método diante da impossibilidade de que os mesmos países estivessem incluídos na réplica do estudo de Arrighi e Drangel, pelo fato de que a cobertura dos cálculos demonstrados acima foi bastante superior ao do estudo original, o que comprova que os indicadores propostos pelos autores são capazes de representar graficamente o Sistema-Mundo em seus estratos, independentemente dos estados serem absolutamente os mesmos. Uma vez que a proposição testada trata-se de um padrão de divisão dos lucros no Sistema-Mundo, que não é alterado por pequenas variações nas amostras, as comparações realizadas acima (Figura 19 e Figura 20) foram interpretadas como uma confirmação da possibilidade de replicar o método do artigo de 1983.

Como dito, o presente estudo foi realizado com uma cobertura da população mundial ainda mais ampla que a de Arrighi e Drangel. A maior das “cestas de países” utilizada no estudo original continha 104 países, sendo que nos testes acima realizados trabalhou-se com a totalidade dos dados disponíveis dentre os 216 países existentes nas bases de dados do Banco Mundial. Para garantir que grandes parcelas da população não estivessem omitidas dos cálculos, tanto os já apresentados, como os que o serão a seguir, foi realizada a contagem do percentual de países para os quais não foi possível obter o PNB per capita. Os dados omissos nas bases do Banco Mundial foram, então, 11% da população mundial para a década de 1970, 8% para a década de 1980, 3% para a de 1990 e 1% para a de 2000.

Em conclusão aos aspectos metodológicos, cabem alguns comentários em relação aos procedimentos e suas implicações, sendo duas em desabono à proposta de Arrighi e Drangel e uma em prol do método. A primeira delas se refere à questão da abordagem altamente reducionista dada pelo uso da escala logarítmica utilizada para demonstrar a distribuição da riqueza mundial. Apesar de esta haver refletido constantemente uma distribuição trimodal, permite que dentre os integrantes da categoria da semi-periferia em 2010, por exemplo, estejam incluídos países com uma renda tão díspar quanto a República do Congo (com um PNB per capita de US\$ 3.220,00) e a Estônia (com US\$ 19.760,00). Apesar de reunir países com rendas bastante distintas em uma mesma categoria, o método de Arrighi e Drangel

(1986) dá conta de demonstrar graficamente que, ainda assim, em escala logarítmica, a economia mundo é extremamente polarizada intra e inter categorias.

O segundo aspecto amplamente discutível do método aqui abordado é o uso da média móvel de três intervalos dentro de uma mesma sequência de dados para fins de suavização das curvas. Em termos mais rigorosos, a média móvel poderia tão somente ser aplicada em séries temporais, calculando-se, no caso em questão, a média dos três últimos anos de cada um dos índices apresentados no estudo. Porém, Arrighi e Drangel (1986) utilizaram o recurso sobre as distribuições de frequência encontradas em cada ano, tornando discutível, por um lado, a validade do recurso estatístico, mas obtendo, por outro, um resultado constante de distribuição trimodal, desde 1938 até 1983.

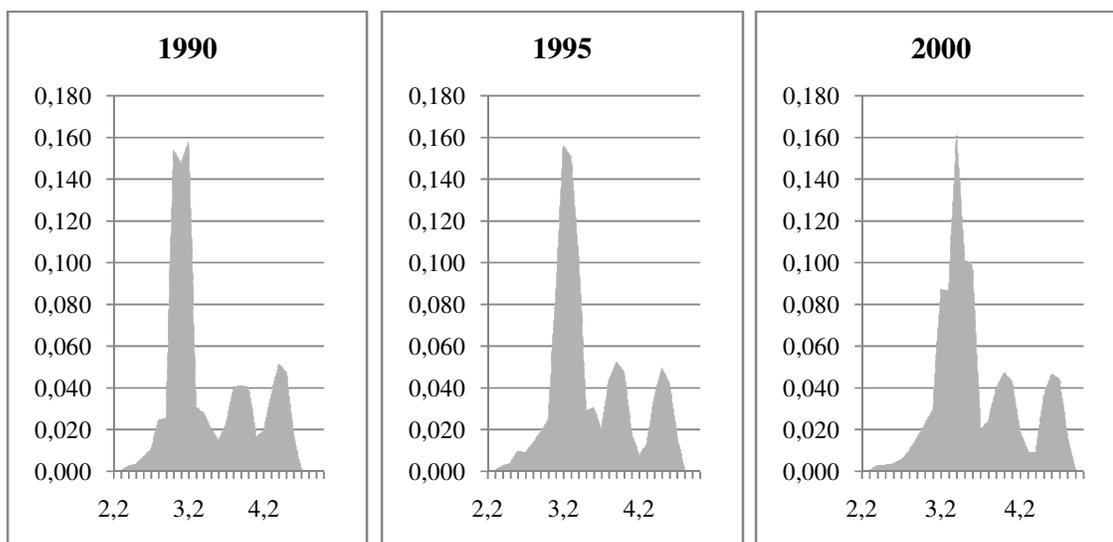
Por último, em termos de referendo ao método de Arrighi e Drangel (1986), os cálculos foram realizados com o uso de outros indicadores para que se pudesse verificar se a polêmica média móvel produziria o mesmo efeito. Foi encontrado, então, que o discutível uso da atenuação pela média móvel de três intervalos não é um subterfúgio que permite que sejam encontradas distribuições trimodais para todo e qualquer dado inserido na função. Foram realizados testes pra todos os anos que serão aqui apresentados com o PIB, sendo que o padrão de distribuição trimodal constante que aparece com o uso do PNB não foi encontrado.

#### **3.2.1.4 Instantâneos da economia-mundo**

Feitas as devidas considerações metodológicas que tinham como maior objetivo resgatar a validade da pesquisa de Arrighi e Drangel de 1983, os resultados encontrados foram surpreendentes. O presente estudo encontrou graficamente a distribuição trimodal do PNB mundial em todos os anos entre 1972 e 2003. Supõe-se que o mesmo padrão não foi encontrado nos anos anteriores a 1972 devido à indisponibilidade de dados, já que para mais de 24% da população mundial os dados do PNB estavam omissos na fonte utilizada, o Banco Mundial. A série completa pode ser visualizada no Apêndice C.

Conforme as expectativas para toda a década de 1990 foi possível localizar no mapa de distribuição a periferia, a semi-periferia e o centro (núcleo orgânico), como pode ser verificado na Figura 21. É relevante salientar que os gráficos que serão aqui apresentados não demarcam as modalidades da periferia, semi e núcleo como no estudo original (Figura 19), tampouco foram realizados os cortes (linhas pontilhadas nas distribuições do estudo original) para separar os perímetros que dividem as três zonas. Isto porque a preocupação foi distinta, uma vez que aqui se buscou o enquadramento de determinado grupos de países em

determinados marcos analíticos panorâmicos que possibilitassem a análise do fenômeno, o acirramento da presença dos indianos no continente africano, de uma maneira mais ampla e de modo a permitir a avaliação da profundidade das alterações sistêmicas.



**Figura 21: Distribuição do percentual da população mundial pelo logaritmo do PNB per capita anual para 1990, 1995 e 2000.**

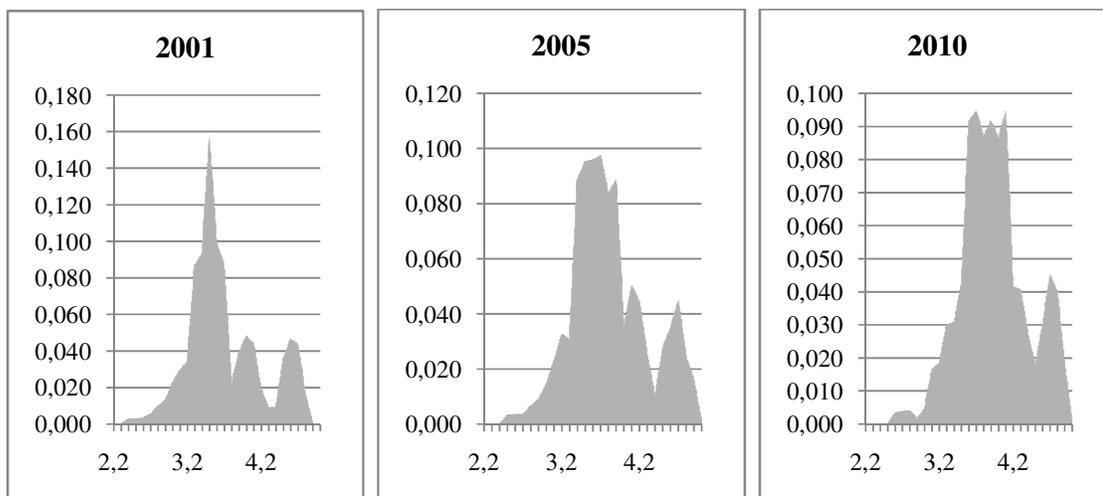
**Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.**

O que ocorre com a estratificação da economia mundo, porém, no início da década passada é algo que nem Arrighi, tampouco Wallerstein jamais esperariam ocorrer conforme pode ser verificado na Figura 22. Para Wallerstein a existência de uma camada intermediária era essencial para a estabilidade do sistema, sendo que o mesmo fora enfático ao afirmar que “It is the normal condition of either kind of world-system to have a three-layered structure. When and if this ceases to be the case, the world-system disintegrates” (WALLERSTEIN, 1974a:404). Ele aceitava, no entanto, que alguns países se deslocassem entre as categorias na medida em aqueles que ocupavam uma posição central iniciassem uma trajetória de decadência, processo este que foi exaustivamente tratado nos volumes que fundamentam a análise sistêmica<sup>30</sup>.

Arrighi, por sua vez, abordava a estrutura do Sistema-Mundo de um modo ainda mais estático, afirmando que, ainda que houvesse infindáveis esforços dos aparatos estatais da periferia e da semi para uma aproximação com a renda do núcleo orgânico, em termos de

<sup>30</sup> A obra de Wallerstein relativa ao Sistema-Mundo é sustentada majoritariamente pelas quatro publicações que deram origem à análise de Sistemas Mundo, a saber, *The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century* (1974), *The Modern World-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750* (1980), *The Modern World-System III: The Second Era of Great Expansion of the Capitalist World-Economy, 1730-1840* (1989) e *The Modern World-System IV: Centrist Liberalism Triumphant, 1789-1914* (2011).

posicionamento nos estratos, 95% dos países permaneceram em todos os momentos no mesmo grupo (periferia, semi-periferia ou centro) no estudo original, enquanto que poucos lograram uma ascensão ou foram rebaixados à categoria inferior: “A mobilidade para cima ou para baixo de Estados, individualmente, não está excluída, mas é considerada excepcional” (ARRIGHI; DRANGEL, 1986:42). No caso abaixo, os resultados encontrados contradizem esta posição.



**Figura 22: Distribuição do percentual da população mundial pelo logaritmo do PNB per capita anual para 2001, 2005 e 2010.**

**Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.**

No ano de 2003 inicia-se uma tendência que é aprofundada ainda mais em 2009<sup>31</sup>, com o abalroamento da periferia e da semi-periferia mundial. Se há muito está predito que o Sistema-Mundo encaminha-se para alterações estruturais definitivas, vide todo o debate que se instaurou sobre os problemas do capitalismo por conta da crise de 2008, os indícios apresentados neste modelo analítico referendam a idéia de que mudanças profundas estão ocorrendo. Duas unidades estatais, porém, são as grandes responsáveis por boa parte delas, uma vez que a alteração das distribuições dos gráficos apresentados se deu sumariamente pela entrada da China e da Índia na semi-periferia em 2003.

O fato de que Índia e China saem da periferia em 2003 e neste mesmo ano aumentam seus investimentos na África (UNCTAD, 2007) é o ponto no qual se intencionava chegar com esta abordagem. Apesar dos muitos outros países já mencionados, que também aumentaram sua participação nos processos de crescimento das economias africanas,

<sup>31</sup> A série completa pode ser visualizada no Apêndice A.

influenciados pela onda de liquidez global descrita anteriormente, são os dois *asian drivers* que estão alterando de modo mais profundo o panorama do continente. Para além da política externa indiana motivada por seus determinantes internos sobre os quais se discorreu na Seção 2, a alteração da posição da Índia na estratificação do Sistema Mundo deve ser considerada enquanto um fator que impacta em definitivo sua capacidade de inserção internacional, sendo o caso africano emblemático neste sentido.

Se essas tendências se apresentarem como definitivas e se o estudo de Arrighi e Drangel (1986), aqui replicado, pode ser dado como preciso para indicar as formações dos estratos da economia mundo conceitualmente desenvolvidos por Wallerstein, a época que se avizinha promete ser de grande turbulência. Em primeiro lugar porque a camada intermediária, que antes garantia estarem apartados mundos culturalmente longínquos e desiguais, mas profundamente ligados por laços de exploração econômica, fundiu-se com o avanço da periferia rumo às atividades economicamente centrais. Em segundo lugar porque o ano 2003 coincide com o aprofundamento da presença econômica dos gigantes asiáticos na África, o que deverá repercutir em uma nova dimensão política para as relações internacionais, com o reposicionamento dos países africanos que passarão cada vez mais a estar em consonância com os seus novos líderes, dando forma e conteúdo aos conflitos causados pela extrema polarização.

Para além das considerações já realizadas, cabe destacar que a intenção de replicar o estudo desenvolvido por Arrighi e Drangel não teve como objetivo enaltecer um suposto cientificismo econométrico, mas sim, trazer de volta ao centro das atenções certas construções teóricas que, apesar de terem sido desenvolvidas em outro tempo e lugar, tiveram sua gênese justamente no epicentro dos eventos que culminaram nas transformações que vivemos contemporaneamente. As categorias elaboradas por Wallerstein demonstraram-se não somente válidas para auxiliar a compreensão da atual época de incertezas como delas também é possível extrair certos elementos que possam contribuir em análises com respeito à alteração do papel de Índia e China no Sistema Mundo, o que tende a favorecer o continente africano por estar este se engajando cada vez mais com países que vêm se deslocando rumo ao privilegiado núcleo do sistema.

O exercício estatístico aqui realizado, supondo-se que este seja algo mais que uma experiência lúdica intuitiva dos autores que o propuseram, revelou a ruptura de estruturas que, segundo Wallerstein, estabilizaram-se a partir de 1640 (WALLERSTEIN, 1974a). Considerando-se sua tradição epistemológica, alguns outros desenvolvimentos de sua obra podem ser utilizados para análise das tendências que estão a se formar:

The major explanation of purported prospective fundamental structural change has been dissatisfaction of the exploited and oppressed. As conditions worsened, the people at the bottom, or some very large group, were destined—it was argued—to rebel. There would be what has usually been called a revolution. I shall not resume the arguments and counterarguments, which are no doubt quite familiar to almost anyone who has been seriously studying the history of the modern world-system. [...] However, I do not believe that a new version of revolutionary movement is the fundamental factor in what I see as the structural collapse of the capitalist world-economy. Systems collapse not primarily because of rebellion from below but because of the weaknesses of the dominant classes and the impossibility of their maintaining their level of gain and privilege (WALLERSTEIN, 2005b:1269).

Em consideração à passagem acima reproduzida, deve ser consensual o fato de que a profunda transformação da estrutura ocorreu até o presente momento em um movimento silencioso em termos do conflito que se deveria esperar com o estreitamento das fronteiras da periferia com a semi-periferia, por ser justamente o estrato intermediário, o elemento estabilizador do sistema. Porém, o processo de extinção da camada intermediária não decorreu da insurgência dos estratos explorados pelo núcleo orgânico, mas sim da própria incapacidade do último grupo de manter o *status quo*.

Estas mudanças, devido a sua profundidade, provavelmente incidiram em uma nova revolução econômica primária que, na concepção de Arrighi (1997):

As revoluções econômicas primárias tem origem num impasse geral da acumulação capitalista e definem os estágios sucessivos de desenvolvimento da economia capitalista mundial. A revolução industrial tirou a economia mundial do impasse do capitalismo inicial através da ênfase na especialização da empresa capitalista, enquanto uma instituição de produção de mercadorias e de geração de lucros. Essa especialização, no entanto, desencadeou um aumento secular das pressões competitivas que as empresas capitalistas do núcleo orgânico exerciam umas sobre as outras. [...] A revolução organizacional tirou a economia mundial do impasse do capitalismo pleno através da ênfase na integração vertical e na racionalização dos processos de produção. Essas tendências reverteram o aumento secular das pressões competitivas das empresas capitalistas do núcleo orgânico e aumentaram as pressões competitivas sobre os fornecedores chave de insumos primários (ARRIGHI, 1997:44).

Arrighi afirmava, também, neste mesmo estudo, que ainda havia espaço para uma nova revolução econômica para reverter as tendências da última revolução organizacional e aponta para a “terra” como sendo o próximo foco da pressão competitiva. Recobrar estas idéias do autor faz sentido uma vez que estas tendências de fato se confirmaram. A industrialização acelerada da China e da Índia, e as transformações sociais que delas decorreram, acabaram por colocar imensa pressão no mercado de *commodities* no início deste século. A inserção da semi-periferia na África (rica em “terra”) também ocorre no mesmo período.

O momento atual ainda encontra-se muito próximo dos eventos elencados para que seja possível avaliar seus possíveis impactos. No entanto, as crises que assolam impiedosamente as economias centrais por conta da nova – e definitiva? – reconfiguração da estratificação do

Sistema Mundo, que acompanha um deslocamento da capacidade de apropriação dos lucros da divisão internacional do trabalho para a “nova” e robusta semi-periferia, parecem anunciar que uma nova revolução econômica em breve deverá ser batizada.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da Guerra Fria, enquanto se discutia se o novo panorama mundial se configuraria como unipolaridade, unimultipolaridade ou quais seriam as novas clivagens que romperiam com a ordem internacional anteriormente estabelecida ao mesmo tempo em que se celebrava a propagação global da ordem neoliberal, uma conjuntura inesperada foi se formando no Sistema-Mundo. A ascensão de países como China, Índia e, até mesmo, outras aparições sobrenaturais da Guerra Fria no radar do grande capital causou espanto na grande maioria das pessoas. Estivessem elas preocupadas com esta esfera temática ou não, esse fenômeno tornou-se notório a toda a humanidade.

A descrença era explicável por conta dos diversos abalos que sofreram as economias emergentes durante os últimos 20 anos. A crise Mexicana, a Asiática, a Russa, e até mesmo a Argentina, não haviam sido suficientes para que se garantisse o prolongamento da supremacia dos vencedores? Enquanto as potências mundiais detinham sua atenção em seus novos/velhos *fronts* de batalha, o continuísmo da ascensão pacífica da China e todo o impacto ocasionado pelo fato sucedeu-se sem grande oposição. O déficit norte-americano tornou-se intolerável para o sistema, as reservas chinesas tornaram-se inconcebíveis para um país da antiga periferia e a valorização expressiva dos preços dos recursos naturais do planeta trouxeram vantagens a países de baixo nível de industrialização (tampouco se pode ignorar que a alta no preço dos alimentos também trouxe certo prejuízo a parcelas das populações destes mesmos países exportadores de *commodities*).

Ao mesmo tempo em que a situação econômica melhorava no antigo Terceiro Mundo, a derrocada das economias maduras por conta da especulação dos agentes financeiros, tentados à alavancarem-se infinitamente, somada à escassez dos empregos que haviam migrado abraçados no capital para formarem indústrias em países onde a alocação destes recursos era favorecida, lançou sombras às certezas de uma era. Não existem dúvidas a respeito do protagonismo dos países emergentes na economia mundial, mas seu conjunto de poder efetivo ainda não é suficiente para que se possa determinar que sua trajetória de desenvolvimento desembocará em sociedades pós industriais, amém. O que os BRICSA, por exemplo, representam em termos de participação no comércio internacional, população, território e poderio militar é ainda insuficiente para que se possa dar um veredicto final a respeito da irreversibilidade de sua ascensão.

Diante deste dilema, replicar o estudo de Arrighi e Drangel que tentara provar a existência das três camadas hipoteticamente sustentadas por Wallerstein foi útil no sentido de que se pôde comprovar que esta aparente conjuntura de alternância de pólos de poder se dava, de fato, em um nível muito mais profundo. A estrutura do Sistema-Mundo, que agora se concentrava praticamente entre a semi-periferia e o núcleo orgânico, havia sido alterada. A grande mudança que implicou em que os resultados estatísticos não mais demonstrassem as três regiões conceituais foi deveras simples: a variação de *status* da Índia e da China que saíram em definitivo da periferia do sistema no ano de 2003.

Isto posto, havia razões suficientes para se acreditar que estes atores, dentre outros na mesma condição, apresentariam efetivas condições para interferir no destino das relações internacionais e que sua atuação na África não deveria ser tomada somente como uma conjuntura de oportunidade para que os países emergentes pudessem satisfazer demandas em nível interno por meio dos recursos – vários – advindos deste continente. A ocasião se mostrava propícia para um entendimento sistêmico deste aparente “efeito manada” capitaneado por países como China, Índia, Brasil, Malásia, Coréia do Sul, Singapura, etc., rumo ao “*new scramble for Africa*”.

Antes, porém, foi necessária a investigação dos eventos decorridos desde a década de 1970 que, somados em seus efeitos, possibilitaram aos países citados este tipo de ação em territórios estrangeiros, algo que há vinte anos seria impensável. A brevíssima investigação aqui realizada – que, em realidade, apenas retomou o que o campo da economia política já havia apontado há muito – ressaltou a importância de algumas escolhas realizadas pelos países dominantes do sistema décadas atrás para fins de contenção, tanto de suas massas internas, quanto do próprio Terceiro Mundo (que caminhava para a industrialização mediante importação de capitais, o que ocasionou a década perdida).

A partir destas escolhas malfadadas, ainda que à época parecia que o “*jackpot*”<sup>32</sup> havia sido atingido, advieram uma série de consequências indesejáveis, havendo estas também sido relatadas brevemente na Seção 3 deste trabalho. O que dever estar destacado, neste sentido, é que a evolução do Sistema-Mundo para um quadro mais equitativo jamais esteve nos planos dos países do núcleo orgânico. Tudo parece não haver passado de um erro de cálculo e a menção ao fato neste trabalho serve para contrapor as constantes críticas à presença asiática na África. Se os países do norte abriram mão de parte de suas riquezas (a classe trabalhadora, especificamente) não foi em absoluto por motivações ligadas aos princípios de justiça e

---

<sup>32</sup> Quando aprovaram a legislação que desregulamentava o setor financeiro norte americano, Reagan prontamente declarou: "All in all, I think we hit the jackpot" (FERGUSON, 2008, p. 254).

humanidade que fizeram parte de sua retórica hegemônica durante o último século, mas sim por falha de planejamento. Aliás, é deveras curioso como os países do núcleo, que paradoxalmente foram responsáveis por difundir os atuais *standards* daquilo considerado um *ethos* “civilizado” foram também os responsáveis pelas práticas mais bárbaras da história da África. A possibilidade de que as posições dos países, até pouco tempo atrás oprimidos, pelos mais diversos mecanismos, seja considerada, foi também motivo para o resgate da questão do colonialismo nesta investigação.

Ao contrário das potências tradicionais, os países emergentes que estão atuando no continente africano, sem se utilizar de retóricas desviantes, se apresentam aos parceiros africanos com a colocação de todas as cartas na mesa, o que podem oferecer e o que querem em troca, sem as evasivas ou dissimulações, próprias do ocidente. A partir destas “regras de negociação”, o conjunto de países emergentes, que se apoderou de grande parcela da liquidez do sistema monetário internacional, utilizou-a para o estabelecimento de relações com os países africanos que favorecessem seus determinantes domésticos. Procurou-se demonstrar que as intenções da Índia em relação ao continente africano não são “melhores” ou “piores” do que aquelas apresentadas pelos EUA, UK, França, etc., e que seu comprometimento para com o desenvolvimento da África não é prioridade de sua política externa. Entretanto, existe um amálgama comum entre estas regiões, originado nas circunstâncias que foram aqui revisitadas, que faz com que – sendo possível e vantajoso – a solidariedade afroasiática seja posta novamente em ação.

Em relação ao primeiro período analisado, os elos que unem a Índia à África, na contemporaneidade, nasceram das próprias condições pelas quais estes se tornaram Estados independentes, na luta pela libertação ou pela sobrevivência que todos travaram após sua descolonização. Assim como a guerra da Argélia foi considerada por Gandhi como sendo o fim da *satyagraha* (resistência não-violenta) na África, o conflito de Suez foi para Nehru a possibilidade de desenvolver o não alinhamento enquanto uma política da era pós-colonial. Para Ali Mazrui (1989) essas duas doutrinas, que o autor considera como gêmeas em seus princípios, foram a principal contribuição que a Índia dera à África no primeiro período aqui estudado (1948-1990). O contrário, porém, também ocorreu nesta época e a Índia foi tocada pela situação africana tornando-se uma espécie de “porta-voz” (deixando-se de lado as controvérsias a este respeito) do Terceiro Mundo. A incidência indiana sobre a África também dava-se pelos elos da *commonwealth* que faziam com que a Índia fosse consultada pela coroa britânica, por exemplo, em relação ao destino dos protetorados britânicos e das Ilhas Maurício.

O retorno a estes fatos é importante no contexto desta investigação, para que se possa responder às constantes críticas à Índia, por haver o país esquecido por completo sua história negativa no continente africano. Esta história negativa, como exposto, tanto se originou na atividade comercial milenar que os gujaratis praticavam nas costas africanas (com o óbvio objetivo de lucro, o que contribuiu para que fossem chamados mesquinhos), como foi também desenvolvida a partir dos papéis que a coroa britânica atribuíra aos indianos na dominação africana. Em última instância, a raiva do africano não estava diretamente relacionada ao indiano, mas sim às máscaras neles colocadas pelo colonizador. A diplomacia indiana, de fato, não parece importar-se com o passado negativo em suas relações atuais com Uganda ou Quênia, assim como não fez grande caso à época, pois fazia parte da doutrina de Nehru que (i) os indianos expatriados deveriam ser fiéis aos seus novos países e (ii) que os britânicos, que haviam trasladado a diáspora para os países de onde estavam sendo expulsos é que deveriam se responsabilizar por seus destinos. Constatou-se que, em relação às reiteradas críticas, não há nada de incomum em que a Índia ignore o “passado negativo”.

Particularmente estranho é o fato da maior parte dos analistas ignorarem o “passado positivo” do primeiro período aqui estudado. Não foi possível descrever as inúmeras ações de cooperação da Índia com o continente africano nesta pesquisa, o que, inclusive, se sugere como investigação futura<sup>33</sup>, mas todo o apoio técnico concedido aos novos Estados que em muitos casos nasciam desprovidos de quadros autóctones para gerenciá-los, tampouco pode ser esquecido. A Índia cedeu dezenas de milhares de profissionais (engenheiros, professores, médicos, enfermeiras, administradores) para todos os países africanos que os solicitaram. Realizou doações importantes para alívio de crises, construção de infraestrutura ou proporcionou formação técnica para africanos na Índia. Também treinou, em diversas ocasiões, as forças armadas africanas no próprio continente, além de haver dado suporte material aos movimentos de libertação.

Esta, aliás, foi outra parte da história que não havia transparecido na bibliografia consultada. A Índia, enquanto presidente do Africa Fund, realizava périplos diplomáticos regulares para arrecadar contribuições na Europa (principalmente na Inglaterra) e no Japão a fim de “angariar fundos para o desenvolvimento africano”. De fato, este fundo prestou-se a

---

<sup>33</sup> Não seria viável, desta feita, sistematizar as contribuições de programas indianos como o ITEC, SCAAP, TEAM-9. Entretanto, como estes programas também abarcavam treinamento de forças armadas, lotação de profissionais na África e compra de equipamentos para os projetos que desenvolviam, uma análise mais detida seria um importante termômetro para estudo das relações da Índia com os países africanos, antes da década de 1990. Seria, neste sentido, relevante averiguar se o nível de cooperação acompanhava objetivos geopolíticos regionais da Índia e os movimentos da antiga URSS ou se o apoio técnico indiano oferecido aos países africanos era de fato indiscriminado.

doações aos movimentos de libertação apoiados pela URSS que atuavam justamente contra os amigos de seus beneméritos. Tampouco se exclui destes eventos a possibilidade de que na transferência dos fundos houvesse grandes desvios em ambas as pontas. Como foi anteriormente apontado, a Índia era tão carente de divisas conversíveis que as remessas pessoais proveram o sustento das importações do país por longos entre meados da década de 1970 e da década de 1980. De modo geral, o resgate das relações indo-africanas entre 1948 e 1990 serviu para que fossem acareadas algumas das acusações que já começaram a se tornar recorrentes em análises sobre o tema. Também foi útil para a compreensão de que nesta época a Índia e os países africanos travavam a batalha anticolonialista no mesmo lado do *front*, o que indiscutivelmente deixou um legado de solidariedade entre as duas regiões, o que pode atribuir às intenções indianas na promoção da cooperação Sul-Sul grande genuinidade, até mesmo porque essa contribuição já vem sendo praticada regularmente desde a independência do país.

A violência do colonizador era velha conhecida dos países de ambas as regiões, que por tal razão, atribuem em suas relações contemporâneas, grande valor à questão da não-interferência em seus assuntos internos. Também, o ódio gandhiano direcionado ao racismo era igualável àquele dirigido à condição dos *dalits*, assim que, cada qual a seu modo, tanto a Índia, quanto a África tinham grande intimidade com a discriminação. Caso não se estivesse tratando da Índia em suas relações com os países do continente africano, elementos de um passado tão distante poderiam não ter qualquer relevância no presente. Estes valores, porém, não devem estar desassociados das relações indo-africanas atuais. Os elementos dinásticos da condução do poder na Índia já provaram superar qualquer barreira, vide o caso da italiana que hoje “guarda o cetro” enquanto seus dois herdeiros trabalham para incrementar seu capital político. A consideração anacrônica dos valores expressos em época anterior como ainda presentes nas relações aqui estudadas deveu-se a que em se tratando de Índia as “demiurgias ideológicas” de seus *founding fathers* possuem grande valor para seus governantes.

Em relação ao período contemporâneo deste estudo (1991-2010), que veio a ser o objeto principal de investigação, o detalhamento dos “mantras” da atuação indiana no continente foram úteis para encadear estas esferas aos seus condicionantes nacionais de modo a avaliar o quão estratégicos são estes objetivos para a diplomacia indiana. Em síntese, a África ainda ocupa uma posição relativamente residual no radar diplomático da Índia, sendo mais relevantes suas relações com os países com os quais possui elos comerciais e militares mais desenvolvidos, sendo estes justamente os países do Norte Global. Na possibilidade de que as condições sistêmicas se mantenham e que a Índia consiga dar prosseguimento e ritmo aos

seus atuais projetos na África, a importância do continente deverá aumentar no contexto internacional.

A África possui recursos que por sua vez possuem forte complementaridade com as necessidades indianas para manutenção de seu ritmo de crescimento econômico. O continente africano dispõe dos mercados que a Índia necessita para seus produtos manufaturados e serviços na área de TI e telecomunicações, dentre outros. Também dispõe dos recursos naturais dos quais a Índia em breve necessitará em maior escala, incluindo-se nestes, terras aráveis ora improdutivas, que, como arguido, poderão ser, inclusive, ocupadas por agricultores indianos, que por sua vez precisam ser inseridos no projeto de desenvolvimento do país.

A África – em seu conjunto, que passa a ser cada vez mais coeso a partir da criação da União Africana – é um aliado especial no ambiente multilateral, em especial para países que possuem projetos bem definidos como a Índia. Nesta esfera também está presente grande sintonia ideológica, pois, apesar de estar no clube dos *top ten* da economia mundial, a Índia ainda sustenta a retórica do subdesenvolvimento – com legitimidade – sendo o respaldo deste grande número de votantes, na ONU, por exemplo, importante para a introdução e sustentação de determinados valores que balizarão as relações internacionais no futuro como sustentabilidade ambiental, direitos humanos, dentre outros.

Em termos de cooperação Sul-Sul, ainda que desta frutifiquem consideráveis ganhos em termos de *soft power*, ficou evidente que esta atividade já está bastante amadurecida entre as duas regiões e que as acusações de que a Índia oferece seus programas em termos de “olho por olho, dente por dente” não encontra reflexo na realidade. Seguramente, na última década, a Índia reverteu boa parte de seus recursos para os países nos quais tem maiores interesses econômicos devido a seus mercados ou aos investimentos realizados (como foi o caso sudanês) mas isto (i) não implica em que os programas de apoio técnico tenham deixado de ser oferecidos a todos os demais países africanos e (ii) não pode ser sobredimensionado diante do importante passado da cooperação indo-africana antes relatado. Também deve ser considerado em relação a este aspecto que, como apontou Mawdsley (2011), os doadores demonstram virilidade nesta ação e a Índia, particularmente é um país que sempre buscou atingir protagonismo internacional.

Os aspectos securitários e a cooperação com a China (inclusive em relação à presença militar no *Indian Ocean Rim*) já foram suficientemente abordados anteriormente. Porém, adicionalmente pode ser ressaltado que a competição entre os dois gigantes asiáticos por recursos naturais e mercados na África é bastante alvissareira, uma vez que a ação de um

dinamiza as possibilidades de ação do outro, em uma espiral positiva. Tampouco interessa para nenhum dos dois Estados que sua rivalidade em termos da atenção disputada dos líderes africanos contamine a inserção asiática como um todo. Ademais, em se considerando a coletividade do fenômeno, esta poderia, ainda, ser considerada uma quarta onda de internacionalização da produção a partir do pós Segunda Guerra, na esteira daquelas promovidas anteriormente pelos EUA, UE e Japão.

Na contemporaneidade a Índia apresenta um padrão de engajamento com a África que é diferente daqueles que possui com todos os outros países, pois se relaciona com a África enquanto um continente, com a União Africana e com os seus países de forma bilateral. Sua atuação, entretanto, está de fato centrada nas atividades de seu setor privado, mesmo quando se tratam de iniciativas de cooperação Sul-Sul como, por exemplo, o Pan-African e-Network.

Apesar do extremo pragmatismo indiano, os ideais que o país sustentou até o início da década de 1990 são parte intrínseca de sua diplomacia, tendo estas raízes no período pré independência, não podendo este capital ideológico ser ignorado por seu corpo diplomático contemporâneo. Mantendo-se as condições positivas que a atual estrutura sistêmica propiciou à Índia para o incremento de suas interações com a África, são grandes as chances de que a tendência de aprofundamento de sua inserção se confirme. Em relação ao impacto que suas ações podem causar nos países africanos, para além do fato de que se considera a distribuição interna do progresso daquelas sociedades é uma responsabilidade de suas elites (o que é também um perigoso consenso entre os analistas), dificilmente poderão ser esperadas ações coercitivas por parte da Índia para fins de defesa de seus interesses, sendo o princípio de não-intervenção parte importante deste legado ideológico, para o bem ou para o mal.

Sinteticamente, conclui-se que a política externa indiana para a África no século XXI encontra-se permeada pela conjuntura interna do país, sendo que estes condicionantes domésticos impulsionaram ações consequentes da Índia no sentido de promover a concertação multilateral junto aos países africanos, engajar a diáspora presente no continente, garantir a segurança do Indian Ocean Rim, interagir com a China em uma competição positiva por mercados ou recursos naturais e reforçar seu tradicional ideário de cooperação Sul-Sul. Porém, enquanto matriz prevaiente do padrão corrente de inserção da Índia e de outros emergentes na África, a possibilidade destas relações está dada em razão de fenômenos decorrentes das alterações na estrutura do Sistema-mundo que favoreceram a Índia, dentre outros países, em detrimento do processo de lenta decadência em andamento nos países desenvolvidos, ou, de acordo com os parâmetros aqui utilizados, núcleo orgânico do Sistema-Mundo.

## REFERÊNCIAS

- ACIOLY, Luciana. Mudanças institucionais e a lógica da expansão da grande empresa. **Texto para discussão n° 1419**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. Disponível em: [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br). Acesso em: 06 jun. 2010.
- AHRARI, M. Ehsan. India's Great Leap Forward. In: **Security Dialogue** v. 35. 2004. Pgs. 207-215.
- ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith en Pekín: Orígenes y fundamentos del siglo XXI**. Madri: Akal, 2007.
- ARRIGHI, Giovanni. Capitalism and the Modern World-System Rethinking the Non-Debates of the 1970s. **Review**, XXI, 1, 1998, 113-129.
- ARRIGHI, Giovanni. Industrial Convergence, globalization, and the persistence of the north-south divide. **Studies in Comparative International Development**. Vol. 38, No. 1, pp. 3-31. Spring, 2003.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1994.
- ARRIGHI, Giovanni. The African Crisis: World Systemic and Regional Aspects. **New Left Review**. V 15, p. 5-36. May-june, 2002.
- ARRIGHI, Giovanni; DRANGEL, Jessica. The Stratification of the World-Economy: An Exploration of the Semiperipheral Zone. **Review**. New York. Volume X, Number 1, p. 9-74. Summer, 1986.
- ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly. **Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- BAUMANN, R., CANUTO, O., GONÇALVES, R. **Economia Internacional: teoria e experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BERI, Ruchita. India's Africa Policy in the Post-Cold War Era: An Assessment. **Strategic Analysis**, Vol. 27, No. 2, Apr-Jun 2003.
- BHATT, Chhaya Goswami. **India and Africa Unique Historical Bonds and Present Prospects, with Special Reference to Kutchis in Zanzibar**. Working Paper: No. 5. New Delhi: Centre for African Studies, 2008.
- BHATTACHARYA, Sanjukta Banerji. **Engaging Africa: India's interests in the African continent, past and present**. In: CHERU, Fantu; OBI, Cyril (ed.). *The Rise of China and India in Africa: Challenges, Opportunities and Critical Interventions*. Zed Books: London, 2010.
- BIS. **Capital Flows and Emerging Markets Economy**. Basel: Bank of International Settlements, 2009.
- BRASEMB (a) Nova Delhi. **[Ofício 028]** 20 abr. 1998a, Nova Delhi [para] MRE, Brasília. 35 p. Visita do presidente Narayanan. Maço de apoio. p. 15

BRASEMB Nova Delhi. [**Telegrama 307**] 13 mai. 1998b, Nova Delhi [para] MRE, Brasília. 1 p. Índia. Testes Nucleares. Pg.1.

BROADMAN, Harry G. **Africa's Silk Road: China and India's New Economic Frontier**. Washington: The World Bank, 2007. 391 p.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and powers: the structure of international security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. Capítulo 4.

CARMODY, Pádraig. **India and the “Asian Drivers” in Africa**. In: MAWDSLEY, Emma; MCCANN, Gerard (ed). *India in Africa: Changing Geographies of Power*. Pambazuka Press: Cape Town, 2011.

CASTRO, Antonio Barros de. **As novas tendências pesadas que estão moldando a economia mundial**. in: CASTRO, Ana Célia; CASTRO, Lavínia Barros de (org.). *Antonio Barros de Castro: o inconformista*. Brasília: IPEA, 2011.

CGFS. *Capital Flows and Emerging Markets Economy*, **CGFS Papers, n. 33** – January. Basel: Commission on Global Financial System, 2011.

CHASE-DUNN, Christopher; HALL, Thomas D. **World-System History: The Social Science of Long-Term Change**. London: Routledge, 2000

CHERU, Fantu; OBI, Cyril. **India-Africa relations in the 21<sup>st</sup> century: genuine partnership or a marriage of convenience?** In: MAWDSLEY, Emma; MCCANN, Gerard (ed). *India in Africa: Changing Geographies of Power*. Pambazuka Press: Cape Town, 2011.

CHESNAIS, François. **Doze teses sobre a mundialização do capital**. In: FERREIRA, Carla; SCHERER, André Forti (Org.). *O Brasil frente à ditadura do capital financeiro*. Lajeado, RS: Univates, 2005.

DUBEY, Ajay Kumar. **Foreign Policy of India with Special Reference to India's Africa Policy**. In: *International Lecture at the Institute of International Politics and Economics*, 01/11/2008, Belgrado. Disponível em: [www.diplomacy.bg.ac.yu](http://www.diplomacy.bg.ac.yu). Acesso em 30/08/2009.

DUNNING, J. H. **Alliance Capitalism and Global Business**. London/New York: Routledge, 1997.

DUNNING, J. H. The eclectic paradigm as an envelope for economic and business theories of MNE activity. **International Business Review**, Volume 9, Issue 2, p. 163-190. April 2000.

EICHENGREEN, B. **A Globalização do Capital**. São Paulo: Editora 34, 2003.

FANON, Frantz. **Los condenados de la tierra**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

FERGUSON, Niall. **The Ascent of Money: A financial history of the world**. New York: Penguin, 2008.

FIORI, José Luís. O Brasil e a Índia no cenário político internacional dos próximos anos. In: **RBCE - Revista Brasileira de Comércio Exterior**. Rio de Janeiro. No. 47. Abril Maio e Junho de 1996 - Ano XII. Pg. 41

GADZALA, Aleksandra. **Chinese and Indian entrepreneurs in the East African economies**. In: MAWDSLEY, Emma; MCCANN, Gerard (ed). *India in Africa: Changing Geographies of Power*. Pambazuka Press: Cape Town, 2011.

GALL, Norman. A festa do crédito e a economia mundial: Dinheiro, ganância, tecnologia. **Braudel Papers**, Nº 43 - 2008. Disponível em: [http://pt.braudel.org.br/publicacoes/braudel-papers/downloads/portugues/bp43\\_pt.pdf](http://pt.braudel.org.br/publicacoes/braudel-papers/downloads/portugues/bp43_pt.pdf). Acessado em 14/07/2011.

GANGULY, Sumit; PARDESI, Manjeet S. **Explaining Sixty Years of India's Foreign Policy**. *India Review*, 8:1, 4-19. 2009. Pg. 5

GILPIN, Robert. **A economia política das relações internacionais**. Brasília: UNB. 2002.

GONÇALVES, Reinaldo. A Empresa Transnacional. in: HASENCLAVER, L.; KUPFER, D. **Economia Industrial: Fundamentos Teóricos e práticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

GRATIUS, Susanne; *et al.* IBSA: ¿Un actor internacional y un socio para la Unión Europea? **FRIDE Working Paper** / Documento de trabajo 63. 2008. Disponível em: [www.fride.org](http://www.fride.org). Acesso em 21/09/2009.

GRIFFITHS, Martin. **50 Grandes estrategistas das relações internacionais**. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Desafios e dilemas dos grandes países periféricos: Brasil e Índia. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Rio de Janeiro. Ano 41, No 1. 1998.

H R Khan: Outward Indian FDI – recent trends & emerging issues Address by Shri H R Khan, Deputy Governor of the Reserve Bank of India, at the Bombay Chamber of Commerce & Industry, Mumbai, 2 March 2012. BIS central bankers' speeches.

HARRIS, Jerry. Emerging Third World Powers: China, Índia e Brazil. **Race and Class**. New Delhi: Sage publications. Vol. 46(3), p. 7–27, 2005.

HARVEY, David. **The condition of postmodernity**. Cambridge: Blackwell, 1989.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HYMER, Stephen. **The international operations of national firms: a study of direct foreign investment**. 198 f. Tese (Department of Economics and Social Science), MIT, Boston, 1960.

IMF. **World Economic Outlook: Rebalancing Growth**. Washington, April 2010.

INDIA in Africa: Moving beyond Oil. **South Asia Monitor**, Number 119, June 10. Washington: Center for Strategic and International Studies (CSIS), 2008.

KAMAU, Paul; McCORMICK, Dorothy. The impact of India-Kenya trade relations on the Kenya Garment Industry. In: MAWDSLEY, Emma; MCCANN, Gerard (ed). *India in Africa: Changing Geographies of Power*. Pambazuka Press: Cape Town, 2011.

KANUK, Alan. **Capital Markets of India**. New Jersey: John Wiley & Sons, 2007.

KENNAN, George F. **Around the Cragged Hill: a Personal and Political Philosophy**. New York: Norton, 1993.

KREGEL, J. A. Riscos e Implicações da Globalização Financeira para a Autonomia das Políticas Nacionais. In: FERRARI FILHO, F., DE PAULA, L. F. **Globalização Financeira: ensaios de macroeconomia aberta**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

LAI, Kaia. India-Brazil-South Africa: The Southern Trade Powerhouse Makes its Debut. **The Council on Hemispheric Affairs** (COHA), 2006. Disponível em: [www.coha.org](http://www.coha.org). Acesso em 21/09/2009.

LEVINSON, David (org). **Encyclopedia of Modern Asia**. New York: Thomson Gale, 2002, 6 Vol.

LEVINSON, David; CHRISTENSEN, Karen (ed). *Encyclopedia of Modern Asia*. Volume 5. New York: Thomson Gale, 2002.

LIMA, Maria Regina Soares. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 48, nr 1, 2005.

LUCE, Edward. **In Spite of the Gods: The Strange Rise of Modern India**. New York: Doubleday, 2007.

LYAL, White. IBSA: a state of the art. **Conferencia Poderes Emergentes y Seguridad Regional: el Caso IBSA**. Universidad de San Andrés, Buenos Aires, 30 de mayo, 2006.

MADDISON, Angus. **The world economy: A millennial perspective**. OECD, 2001. Pg. 117

MARX, Karl. A Dominação Britânica na Índia. **New York Daily Tribune**. New York, 25 jun. 1853. Pg. 2

MAWDSLEY, Emma. **The rhetorics and rituals of “South-South” development cooperation: notes on India and Africa**. In: MAWDSLEY, Emma; MCCANN, Gerard (ed). *India in Africa: Changing Geographies of Power*. Pambazuka Press: Cape Town, 2011.

MAZRUI, Ali. Africa between Gandhi and Nehru: an afro-asian interaction. In: **Nehru, the man and his vision**. An International Seminar to celebrate the hundredth anniversary of his birth, 29/09/1989. New Delhi: Unesco, 1989. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000873/087395eb.pdf>. Acesso em 16/06/2012.

MCCANN, Gerard. **Diaspora, political economy and India’s relations with Kenia**. In: MAWDSLEY, Emma; MCCANN, Gerard (ed). *India in Africa: Changing Geographies of Power*. Pambazuka Press: Cape Town, 2011.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1948-49**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1949.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1949-50**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1950.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1950-51**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1951.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1951-52**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1952.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1952-53**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1953.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1953-54**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1954.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1954-55**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1955.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1955-56**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1956.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1956-57**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1957.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1957-58**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1958.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1958-59**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1959.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1959-60**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1960.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1960-61**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1961.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1961-62**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1962.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1962-63**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1963.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1963-64**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1964.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1964-65**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1965.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1965-66**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1966.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1966-67**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1967.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1967-68**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1968.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1968-69**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1969.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1969-70**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1970.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1970-71**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1971.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1971-72**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1972.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1972-73**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1973.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1973-74**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1974.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1974-75**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1975.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1975-76**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1976.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1976-77**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1977.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1977-78**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1978.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1978-79**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1979.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1979-80**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1980.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1980-81**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1981.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1981-82**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1982.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1982-83**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1983.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1983-84**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1984.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1984-85**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1985.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1985-86**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1986.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1986-87**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1987.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1987-88**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1988.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1988-89**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1989.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1989-90**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1990.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1990-91**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1991.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1991-92**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1992.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1992-93**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1993.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1993-94**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1994.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1994-95**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1995.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1995-96**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1996.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1996-97**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1997.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1997-98**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1998.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1998-99**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 1999.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 1999-00**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 2000.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 2000-01**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 2001.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 2001-02**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 2002.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 2002-03**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 2003.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 2003-04**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 2004.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 2004-05**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 2005.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 2005-06**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 2006.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 2006-07**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 2007.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 2007-08**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 2008.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 2008-09**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 2009.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 2009-10**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 2010.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 2010-11**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 2011.

MEA (Ministry of External Affairs). **Annual Report 2011-12**. New Delhi: Policy Planning and Research Division, Ministry of External Affairs, 2012.

METCALF, Barbara; METCALF, Thomas. **A concise history of modern India**. New York: Cambridge, 2006.

MILLER, Darlene. A África do Sul e o IBSA: constrangimentos e desafios. **Cena Internacional**. Ano 6. Número 2, Dez 2004.

MODI, Renu. **Offshore healthcare management: medical tourism between Kenya, Tanzania and India**. In: MAWDSLEY, Emma; MCCANN, Gerard (ed). *India in Africa: Changing Geographies of Power*. Pambazuka Press: Cape Town, 2011.

MOIA. **The Indian diaspora in Africa**. *Pravasi Bharatiya*. New Delhi: Ministry of Overseas Indian Affairs. Vol 1 Issue 5 May 2008.

NAIDU, Sanusha. **Upping the ante in Africa: India's increasing footprint across the continent**. In: MAWDSLEY, Emma; MCCANN, Gerard (ed). *India in Africa: Changing Geographies of Power*. Pambazuka Press: Cape Town, 2011.

NAMBIAR, Satish. **India and United Nations Peacekeeping: a 2020 Perspective**. New Delhi: The Institute for Defence Studies and Analyses, 2010.

NAYYAR, Deepak. **China, India, Brazil and South Africa in the World Economy: Engines of Growth?** Discussion Paper No. 2008/05. United Nations University-WIDER, June 2008.

**NELSON, Dean. India joins 'neocolonial' rush for Africa's land and labour**. London, 28 Jun 2009. Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk>. Acesso em 30/08/2009.

O'NEILL, Jim. **Building Better Global Economic BRICs**. Goldman Sachs Global Economics Paper n. 66, 30 nov, 2011.

OFER, Gur. **Soviet Economic Growth: 1928-1985**. Los Angeles: RAND/UCLA Center for the Study of Soviet International Behavior, 1988.

OSTERHAMMEL, Jürgen; PETERSSON, Niels P. **Globalization: A short history**. New Jersey: Princeton University Press, 2005.

- PAL, Parthapratim; GHOSH, Jayati. Inequality in India: A survey of recent trends. **DESA Working Papers**, 2007. Disponível em: [www.un.org/esa/desa/papers](http://www.un.org/esa/desa/papers). Acesso em: 07 mar. 2011.
- PATEL, Zarina; RAJAN, Zahid. **AwaaZ: a personal and collective journey**. In: MAWDSLEY, Emma; MCCANN, Gerard (ed). *India in Africa: Changing Geographies of Power*. Pambazuka Press: Cape Town, 2011.
- PATEY, Luke. **Fragile fortunes: India's oil venture into war-torn Sudan**. In: MAWDSLEY, Emma; MCCANN, Gerard (ed). *India in Africa: Changing Geographies of Power*. Pambazuka Press: Cape Town, 2011.
- PHAM, J. Peter. India's Expanding Relations with Africa and Their Implications for U.S. Interests. **American Foreign Policy Interests**, 29: 341–352, 2007.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). **Relatório do Desenvolvimento Humano 2011**. New York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2011.
- POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.
- PRATES, Daniela. A alta recente dos preços das commodities. **Revista de Economia Política**, vol. 27, nº 3 (107), pp. 323-344. Julho-setembro, 2007.
- PURUSHOTHAMAN, Roopa; WILSON, Dominic. **Dreaming With BRICs: The Path to 2050**. Global Economics Paper No: 99. Economic Research from the GS Financial Workbench. 2003.
- RAMAN, Venkat. India in China's Foreign Policy. **China: an International Journal**. 9, 2 SEPT. Pg.342–352. 2011
- ROY, Jayanta Roy; BANERJEE, Pritam. **Attracting FDI from the Indian Diaspora: The Way Forward**. New Delhi: Confederation of Indian Industry, 2007.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português. **Análise Social**, vol. XXI, 1985, 869-901.
- SCHUMPETER, Joseph. **Capitalism, Socialism and Democracy**. New York: Harper Colophon, 1975.
- SERRANO, Franklin. Relações de Poder e a Política Econômica Norte-Americana, de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível. In FIORI, J. L. **O Poder Americano**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- SRINIVASAN, T.N; TENDULKAR, Suresh. **Reintegrating India with the world economy**. Washington: Institute for International Economics, 2003.
- STRANGE, Susan. **Mad Money: when markets outgrow governments**. Ann Arbor: Michigan, 1998.
- TAYLOR, Ian. **The international relations of sub-saharan Africa**. New York/London: Continuum, 2010.

TOLOUI, Ramin. When Capital Flows Uphill: Emerging Markets as Creditors. **PIMCO**, June 2007.

UNCTAD. United Nations Conference on Trade and Development. **Asian Foreign Direct Investment in Africa: Towards a New Era of Cooperation among Developing Countries**. United Nations, New York/Geneva, 2007. Disponível em: [www.unctad.org](http://www.unctad.org). Acesso em: 06 jun. 2010.

UNITED NATIONS. **India's contribution to UN peacekeeping missions**. Disponível em: <http://www.un.int/india/india%20&%20un/contribution.pdf>. Acesso em: 12 de julho de 2012.

VERNON, Raymond. Investimento externo e comércio internacional no ciclo do produto. In: SAVASINI, José. **Economia Internacional**. São Paulo: Saraiva, 1979.

VIEIRA, Maíra. Determinantes desenvolvimentistas da presença indiana na África. **Anais do II Seminário Nacional de Ciência Política**, 2009, Porto Alegre. Porto Alegre: Nova Prova. p. 1314-1329.

VIEIRA, Maíra. Determinantes desenvolvimentistas da presença indiana na África. **Anais do II Seminário Nacional de Ciência Política**, 2009, Porto Alegre. Porto Alegre: Nova Prova. p. 1314-1329.

VIEIRA, Maíra. Estamos ricos, mas pode não sair barato: Intersecções entre a recente evolução do Sistema Monetário Internacional e o atual protagonismo dos BRICs. **Revista Conjuntura Austral**. Vol. 2, nº. 8. Out.Nov 2011.

VIEIRA, Maíra. Estamos ricos, mas pode não sair barato: Intersecções entre a recente evolução do Sistema Monetário Internacional e o atual protagonismo dos BRICs. **Revista Conjuntura Austral**. Vol. 2, nº. 8. Out.Nov 2011.

VIEIRA, Maíra. No rastro do elefante: a inserção indiana na África. **Revista Conjuntura Austral**. Vol. 2, nº. 5. Abr.Mai 2011.

VIEIRA, Maíra. **Relações Brasil-Índia**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

VIEIRA, Maíra. **The semi-periphery in Africa: the case of Brazil**. Anais da 4th European Conference on African Studies, 2011, Uppsala. Panel 8: South-South Dialogue: BRIC's African Agenda. Disponível em: <http://www.nai.uu.se/ecas-4/panels/1-20/panel-8/>. Acesso em: 22 fev. 2012

VIEIRA, Maíra. The semi-periphery in Africa: the case of Brazil. **Anais da 4th European Conference on African Studies**, 2011, Uppsala. Panel 8: South-South Dialogue: BRIC's African Agenda. Disponível em: <http://www.nai.uu.se/ecas-4/panels/1-20/panel-8/>. Acesso em: 22 fev. 2012.

VIEIRA, Maíra; SPORH, Alexandre. No rastro do elefante: a inserção indiana na África. **Revista Conjuntura Austral**. Vol. 2, nº. 5. Abr.Mai 2011 (Anexo 3).

VINES, Alex. **India's security concerns in the western Indian Ocean**. In: MAWDSLEY, Emma; MCCANN, Gerard (ed). *India in Africa: Changing Geographies of Power*. Pambazuka Press: Cape Town, 2011.

VINES, Alex; ORUITEMEKAI, Bereni. India's Engagement with the African Indian Ocean Rim States, **South African Journal of International Affairs**: SAJIA, Vol.14, No.2, Winter/Spring 2007.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A África na Política Internacional: O sistema Interafricano e sua Inserção Mundial**. Curitiba: Juruá, 2010.

VITTORINI, Simona; HARRIS, David. **India goes over to the other side: Indo-West African relations in the 21<sup>st</sup> century**. In: MAWDSLEY, Emma; MCCANN, Gerard (ed). *India in Africa: Changing Geographies of Power*. Pambazuka Press: Cape Town, 2011.

VOLMAN, Daniel. **China, India, Russia and the United States: The Scramble for African Oil and the Militarization of the Continent**. Current African Issues 43. Uppsala: Nordiska Afrikainstitut, 2009.

WALLERSTEIN, Immanuel, BALIBAR, Etienne. **Raza, Nación y Clase**. Madrid: Iepala, 1988.

WALLERSTEIN, Immanuel. After Developmentalism and Globalization, What? **Social Forces**, 83(3):1263–1278. March, 2005b.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Análisis de sistemas-mundo: una introducción**. México: Siglo Veintiuno, 2005a.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century**. London: Academic Press, 1974b.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The politics of the world economy: The states, the movements and the civilizations**. New York: Cambridge University Press, 1984

WALLERSTEIN, Immanuel. The Rise and Future Demise of the World Capitalist System: Concepts for Comparative Analysis. **Comparative Studies in Society and History**, Volume 16, Issue 4 (Sep., 1974),387-415. 1974a.

WALLERSTEIN, Immanuel; HOPKINS, Terence. **World Systems Analysis.Theory & Methodology**. Beverly Hills: Sage Publications, 1982.

WOLPERT, Stanley (org.). **Encyclopedia of India**. Farmington Hills: Gale, 2006, 4 Vol.

WORLD BANK. **The World Bank Open Data**. Disponível em: <http://data.worldbank.org/>. Acesso em: 07 fev. 2012.

WORSLEY, Peter. A critique of the world-system theory of Wallerstein. Paper presented at a Conference of the **Institut für Vergleichende Sozialforschung**. Berlin, September 1979.

YOGINDER, Alagh. **Gandhi e a economia indiana no século XXI**. In: GUIMARAES, Lytton (org). *Ásia, América Latina, Brasil: A construção de parcerias*. Brasília: UNB/CEAM/NEASIA, 2003.

## APÊNDICE A

### Importações Indianas do Continente Africano - 2010

Produtos	Importações indianas da África	
	Valores em 2010 (US\$ 1.000)	% do total importado pela Índia (do mundo)
All products	<b>31.440.602,00</b>	9%
Mineral fuels, oils, distillation products, etc	<b>22.179.474,00</b>	20%
Pearls, precious stones, metals, coins, etc	<b>4.382.134,00</b>	6%
Inorganic chemicals, precious metal compound, isotopes	<b>1.163.699,00</b>	32%
Ores, slag and ash	<b>587.671,00</b>	11%
Edible fruit, nuts, peel of citrus fruit, melons	<b>544.366,00</b>	41%
Iron and steel	<b>426.281,00</b>	4%
Salt, sulphur, earth, stone, plaster, lime and cement	<b>287.238,00</b>	16%
Fertilizers	<b>259.125,00</b>	4%
Edible vegetables and certain roots and tubers	<b>248.079,00</b>	13%
Wood and articles of wood, wood charcoal	<b>210.572,00</b>	12%
Aluminium and articles thereof	<b>151.211,00</b>	7%
Machinery, nuclear reactors, boilers, etc	<b>99.567,00</b>	0%
Organic chemicals	<b>82.198,00</b>	1%
Copper and articles thereof	<b>78.879,00</b>	5%
Cotton	<b>77.433,00</b>	17%
Raw hides and skins (other than furskins) and leather	<b>67.701,00</b>	14%
Plastics and articles thereof	<b>50.415,00</b>	1%
Ships, boats and other floating structures	<b>48.557,00</b>	1%
Coffee, tea, mate and spices	<b>47.249,00</b>	15%
Lead and articles thereof	<b>46.376,00</b>	8%
Oil seed, oleagc fruits, grain, seed, fruit, etc, nes	<b>42.132,00</b>	27%
Pulp of wood, fibrous cellulosic material, waste etc	<b>41.008,00</b>	4%
Wool, animal hair, horsehair yarn and fabric thereof	<b>37.033,00</b>	11%
Rubber and articles thereof	<b>34.027,00</b>	1%
Electrical, electronic equipment	<b>29.738,00</b>	0%
Tanning, dyeing extracts, tannins, derivs, pigments etc	<b>21.307,00</b>	2%
Nickel and articles thereof	<b>20.605,00</b>	3%
Commodities not elsewhere specified	<b>19.739,00</b>	0%
Zinc and articles thereof	<b>13.860,00</b>	5%
Glass and glassware	<b>11.972,00</b>	2%
Cocoa and cocoa preparations	<b>11.743,00</b>	10%
Lac, gums, resins, vegetable saps and extracts nes	<b>11.339,00</b>	10%
Miscellaneous chemical products	<b>9.874,00</b>	0%

Stone, plaster, cement, asbestos, mica, etc articles	<b>9.756,00</b>	3%
Other base metals, cermet, articles thereof	<b>9.635,00</b>	5%
Vehicles other than railway, tramway	<b>8.219,00</b>	0%
Optical, photo, technical, medical, etc apparatus	<b>7.229,00</b>	0%
Impregnated, coated or laminated textile fabric	<b>6.695,00</b>	1%
Animal,vegetable fats and oils, cleavage products, etc	<b>5.590,00</b>	0%
Paper & paperboard, articles of pulp, paper and board	<b>5.098,00</b>	0%
Manmade staple fibres	<b>4.826,00</b>	1%
Tobacco and manufactured tobacco substitutes	<b>3.905,00</b>	15%
Articles of iron or steel	<b>3.589,00</b>	0%
Essential oils, perfumes, cosmetics, toileteries	<b>3.439,00</b>	1%
Sugars and sugar confectionery	<b>3.410,00</b>	0%
Vegetable textile fibres nes, paper yarn, woven fabric	<b>2.230,00</b>	1%
Residues, wastes of food industry, animal fodder	<b>2.215,00</b>	1%
Products of animal origin, nes	<b>1.540,00</b>	5%
Pharmaceutical products	<b>1.498,00</b>	0%
Other made textile articles, sets, worn clothing etc	<b>1.350,00</b>	1%
Beverages, spirits and vinegar	<b>1.349,00</b>	1%
Vegetable, fruit, nut, etc food preparations	<b>1.276,00</b>	2%
Aircraft, spacecraft, and parts thereof	<b>1.222,00</b>	0%
Tools, implements, cutlery, etc of base metal	<b>1.221,00</b>	0%
Printed books, newspapers, pictures etc	<b>1.112,00</b>	0%
Articles of apparel, accessories, not knit or crochet	<b>1.087,00</b>	1%
Miscellaneous articles of base metal	<b>1.012,00</b>	0%
Manmade filaments	<b>990,00</b>	0%
Ceramic products	<b>652,00</b>	0%
Dairy products, eggs, honey, edible animal product nes	<b>633,00</b>	0%
Soaps, lubricants, waxes, candles, modelling pastes	<b>589,00</b>	0%
Carpets and other textile floor coverings	<b>564,00</b>	1%
Clocks and watches and parts thereof	<b>561,00</b>	0%

Miscellaneous edible preparations	534,00	1%
Articles of apparel, accessories, knit or crochet	505,00	1%
Furniture, lighting, signs, prefabricated buildings	485,00	0%
Wadding, felt, nonwovens, yarns, twine, cordage, etc	472,00	0%
Footwear, gaiters and the like, parts thereof	424,00	0%
Toys, games, sports requisites	329,00	0%
Albuminoids, modified starches, glues, enzymes	304,00	0%
Live trees, plants, bulbs, roots, cut flowers etc	298,00	3%
Photographic or cinematographic goods	269,00	0%
Cork and articles of cork	267,00	6%
Miscellaneous manufactured articles	251,00	0%
Vegetable plaiting materials, vegetable products nes	240,00	3%
Knitted or crocheted fabric	215,00	0%
Fish, crustaceans, molluscs, aquatic invertebrates nes	183,00	0%
Works of art, collectors pieces and antiques	174,00	1%
Articles of leather, animal gut, harness, travel goods	108,00	0%
Special woven or tufted fabric, lace, tapestry etc	96,00	0%
Arms and ammunition, parts and accessories thereof	92,00	2%
Railway, tramway locomotives, rolling stock, equipment	84,00	0%
Silk	56,00	0%
Cereal, flour, starch, milk preparations and products	41,00	0%
Bird skin, feathers, artificial flowers, human hair	20,00	0%
Manufactures of plaiting material, basketwork, etc.	16,00	1%
Cereals	13,00	0%
Headgear and parts thereof	12,00	0%
Meat and edible meat offal	7,00	1%
Furskins and artificial fur, manufactures thereof	5,00	0%
Musical instruments, parts and accessories	3,00	0%
Explosives, pyrotechnics, matches, pyrophorics, etc	2,00	0%
Milling products, malt, starches, inulin, wheat gluten	1,00	0%

**Fonte: World Trade Map (ITC). Elaboração própria.**

### Exportações Indianas para o Continente Africano - 2010

Produtos	EXPORTAÇÕES indianas para a África	
	Valores em 2010 (US\$ 1.000)	% do total exportado pela india (para o mundo)
All products	<b>17.887.335,00</b>	8%
Mineral fuels, oils, distillation products, etc	<b>4.109.213,00</b>	11%
Vehicles other than railway, tramway	<b>1.870.618,00</b>	20%
Pharmaceutical products	<b>1.533.403,00</b>	25%
Machinery, nuclear reactors, boilers, etc	<b>1.162.791,00</b>	14%
Electrical, electronic equipment	<b>1.025.086,00</b>	12%
Ships, boats and other floating structures	<b>951.259,00</b>	23%
Iron and steel	<b>714.999,00</b>	10%
Cotton	<b>554.933,00</b>	8%
Articles of iron or steel	<b>539.310,00</b>	8%
Plastics and articles thereof	<b>532.364,00</b>	15%
Meat and edible meat offal	<b>411.036,00</b>	23%
Organic chemicals	<b>307.159,00</b>	4%
Manmade filaments	<b>303.568,00</b>	14%
Manmade staple fibres	<b>268.767,00</b>	17%
Rubber and articles thereof	<b>231.879,00</b>	14%
Paper & paperboard, articles of pulp, paper and board	<b>197.959,00</b>	25%
Miscellaneous chemical products	<b>181.516,00</b>	9%
Aluminium and articles thereof	<b>177.492,00</b>	13%
Articles of apparel, accessories, not knit or crochet	<b>170.469,00</b>	3%
Other made textile articles, sets, worn clothing etc	<b>167.588,00</b>	6%
Tanning, dyeing extracts, tannins, derivs, pigments etc	<b>123.561,00</b>	8%
Tobacco and manufactured tobacco substitutes	<b>122.553,00</b>	14%

Sugars and sugar confectionery	<b>119.229,00</b>	11%
Inorganic chemicals, precious metal compound, isotopes	<b>117.578,00</b>	5%
Coffee, tea, mate and spices	<b>102.093,00</b>	5%
Optical, photo, technical, medical, etc apparatus	<b>101.558,00</b>	7%
Articles of apparel, accessories, knit or crochet	<b>100.841,00</b>	2%
Cereals	<b>90.185,00</b>	3%
Essential oils, perfumes, cosmetics, toileteries	<b>88.198,00</b>	10%
Ceramic products	<b>80.654,00</b>	27%
Pearls, precious stones, metals, coins, etc	<b>73.530,00</b>	0%
Printed books, newspapers, pictures etc	<b>65.238,00</b>	30%
Stone, plaster, cement, asbestos, mica, etc articles	<b>64.079,00</b>	6%
Edible vegetables and certain roots and tubers	<b>57.974,00</b>	6%
Tools, implements, cutlery, etc of base metal	<b>56.692,00</b>	10%
Beverages, spirits and vinegar	<b>55.934,00</b>	33%
Zinc and articles thereof	<b>54.983,00</b>	8%
Cereal, flour, starch, milk preparations and products	<b>53.616,00</b>	22%
Miscellaneous articles of base metal	<b>48.622,00</b>	13%
Fish, crustaceans, molluscs, aquatic invertebrates nes	<b>46.461,00</b>	2%
Commodities not elsewhere specified	<b>46.186,00</b>	1%
Vegetable textile fibres nes, paper yarn, woven fabric	<b>45.793,00</b>	13%
Miscellaneous edible preparations	<b>45.080,00</b>	14%
Explosives, pyrotechnics, matches, pyrophorics, etc	<b>44.132,00</b>	59%
Soaps, lubricants, waxes, candles, modelling pastes	<b>43.892,00</b>	14%
Edible fruit, nuts, peel of citrus fruit, melons	<b>43.623,00</b>	4%
Salt, sulphur, earth, stone, plaster, lime and cement	<b>42.793,00</b>	4%
Carpets and other textile floor coverings	<b>37.138,00</b>	3%
Glass and glassware	<b>35.280,00</b>	9%
Copper and articles thereof	<b>35.060,00</b>	1%

Miscellaneous manufactured articles	<b>34.462,00</b>	11%
Furniture, lighting, signs, prefabricated buildings	<b>32.639,00</b>	5%
Special woven or tufted fabric, lace, tapestry etc	<b>32.157,00</b>	13%
Dairy products, eggs, honey, edible animal product nes	<b>28.466,00</b>	12%
Lac, gums, resins, vegetable saps and extracts nes	<b>21.526,00</b>	3%
Oil seed, oleagic fruits, grain, seed, fruit, etc, nes	<b>20.645,00</b>	2%
Footwear, gaiters and the like, parts thereof	<b>20.142,00</b>	1%
Wadding, felt, nonwovens, yarns, twine, cordage, etc	<b>20.105,00</b>	8%
Raw hides and skins (other than furskins) and leather	<b>19.905,00</b>	3%
Residues, wastes of food industry, animal fodder	<b>19.676,00</b>	1%
Railway, tramway locomotives, rolling stock, equipment	<b>16.365,00</b>	29%
Impregnated, coated or laminated textile fabric	<b>15.839,00</b>	11%
Meat, fish and seafood food preparations nes	<b>14.097,00</b>	5%
Albuminoids, modified starches, glues, enzymes	<b>12.891,00</b>	6%
Toys, games, sports requisites	<b>12.405,00</b>	8%
Articles of leather, animal gut, harness, travel goods	<b>12.396,00</b>	1%
Fertilizers	<b>10.670,00</b>	27%
Vegetable, fruit, nut, etc food preparations	<b>9.615,00</b>	4%
Bird skin, feathers, artificial flowers, human hair	<b>8.500,00</b>	4%
Animal,vegetable fats and oils, cleavage products, etc	<b>8.166,00</b>	1%
Milling products, malt, starches, inulin, wheat gluten	<b>7.763,00</b>	10%
Works of art, collectors pieces and antiques	<b>6.801,00</b>	3%
Aircraft, spacecraft, and parts thereof	<b>5.239,00</b>	0%
Knitted or crocheted fabric	<b>5.079,00</b>	4%
Wool, animal hair, horsehair yarn and fabric thereof	<b>5.076,00</b>	4%
Lead and articles thereof	<b>4.315,00</b>	3%
Silk	<b>4.065,00</b>	1%
Wood and articles of wood, wood charcoal	<b>3.643,00</b>	2%

Live trees, plants, bulbs, roots, cut flowers etc	2.641,00	4%
Photographic or cinematographic goods	2.570,00	7%
Cocoa and cocoa preparations	2.423,00	9%
Clocks and watches and parts thereof	2.230,00	5%
Vegetable plaiting materials, vegetable products nes	2.066,00	3%
Headgear and parts thereof	1.979,00	10%
Tin and articles thereof	1.687,00	18%
Products of animal origin, nes	1.255,00	2%
Other base metals, cermet, articles thereof	988,00	3%
Nickel and articles thereof	964,00	3%
Ores, slag and ash	584,00	0%
Musical instruments, parts and accessories	518,00	4%
Cork and articles of cork	308,00	15%
Pulp of wood, fibrous cellulosic material, waste etc	265,00	25%
Umbrellas, walking-sticks, seat-sticks, whips, etc	124,00	8%
Manufactures of plaiting material, basketwork, etc.	69,00	3%
Arms and ammunition, parts and accessories thereof	13,00	0%
Furskins and artificial fur, manufactures thereof	2,00	2%

**Fonte: World Trade Map (ITC).**

## APÊNDICE B

***Inward* FDI registrado voluntariamente na *Coordinated Direct Investment Survey* (CDIS) do FMI relativo a investimentos em países africanos. Dados coletados em julho de 2012 referentes aos estoques (ignorando-se as saídas) de capital. Valores em milhões de dólares.**

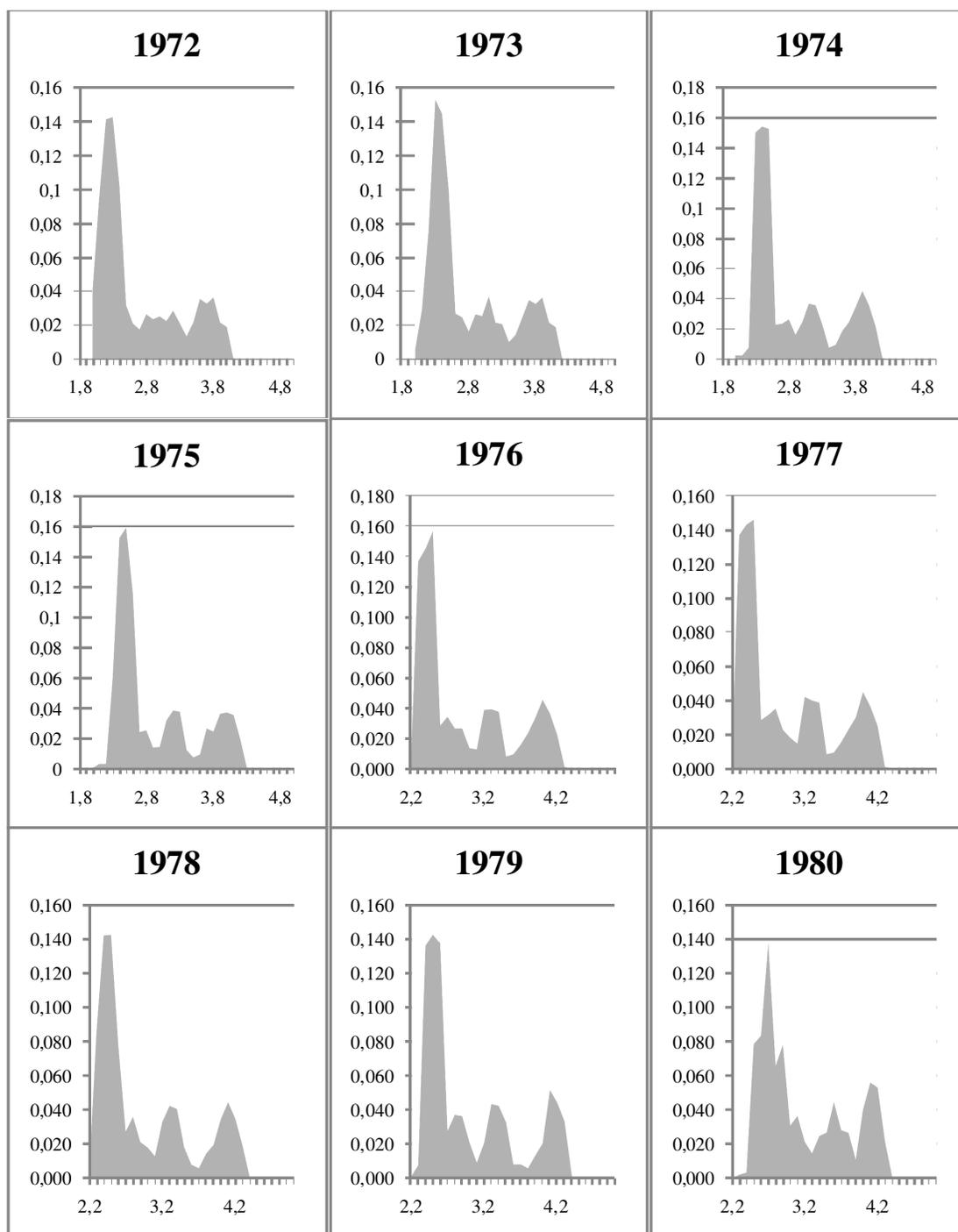
País/US\$ milhões	Brazil	China, P.R.: Mainland	China, P.R.: Hong Kong	India	South Africa	Russian Federation	Mauritius	Indonesia
Algeria	-	12,92	-	-	-	-	-	-
Angola	905,70	3,44	-	-	221,21	145,45	0,60	-
Benin	-	22,40	-	1,49	-	0,33	-	-
Botswana	-	20,26	13,35	21,11	432,63	3,11	127,31	-
Burkina Faso	-	1,38	-	-	-	-	-	-
Burundi	-	-	-	-	-	-	-	-
Cameroon	-	1,95	-	-	-	-	-	-
Cape Verde	-	4,19	-	-	-	-	-	-
Central African Republic	-	-	-	-	-	-	-	-
Chad	-	-	-	-	-	-	-	-
Comoros	-	-	-	-	13,72	-	-	-
Congo, Democratic Republic of	0,62	0,49	-	-	621,12	0,19	-	-
Congo, Republic of	-	-	-	0,42	-	1,50	-	-
Cote d'Ivoire	-	2,70	-	-	-	-	-	-
Djibouti	-	7,26	-	-	-	-	-	-
Egypt	11,10	49,17	-	43,90	8,29	45,79	-	-
Equatorial Guinea	- 148,06	1,93	-	-	-	-	-	-
Eritrea	-	0,23	-	-	-	-	-	-
Ethiopia	-	4,35	-	6,82	-	-	-	0,01
Gabon	-	11,90	-	-	-	-	-	-
Gambia, The	-	8,39	-	0,77	-	-	-	-
Ghana	0,16	2,75	-	18,05	855,15	-	-	-
Guinea	1,37	5,14	-	-	-	0,20	-	-
Guinea-Bissau	-	5,47	-	-	-	-	-	-
Kenya	0,00	10,93	-	13,61	192,56	-	9,90	-
Lesotho	-	0,76	-	-	62,88	0,03	-	-
Liberia	28,96	50,15	6.382,02	19,18	1,06	1.146,84	7,70	15,14
Libya	7,83	37,03	-	44,05	19,60	30,00	-	-
Madagascar	-	15,12	-	-	- 1,21	-	27,80	-
Malawi	-	-	-	0,18	266,15	-	-	-
Mali	-	0,33	-	-	-	-	-	-
Mauritania	0,00	- 0,10	-	-	-	-	-	1,73
Mauritius	322,47	21.097,31	136,80	54.876,05	8.050,70	20,10	-	11.121,84
Morocco	1,73	4,80	-	873,56	-	0,09	21,17	-

Mozambique	117,08	-	-	122,02	1.376,13	-	603,61	-
Namibia	-	20,76	-	-	201,31	3,61	-	-
Niger	-	13,38	-	-	-	-	-	-
Nigeria	0,07	842,60	25,60	166,93	5.291,97	0,10	991,99	-
Rwanda	-	4,15	- 4,32	-	32,25	- 0,00	116,45	-
Sao Tome and Principe	-	-	-	-	-	-	-	-
Senegal	-	3,18	-	0,73	-	-	-	-
Seychelles	0,10	998,80	6,50	13,03	5,81	978,00	575,26	3.282,68
Sierra Leone	-	2,46	-	-	-	-	-	-
Somalia	-	6,06	-	-	-	-	-	-
South Africa	156,27	13.995,27	213,22	377,89	-	1.063,85	8.050,70	12,06
Sudan	-	2,69	-	0,37	-	-	-	-
Swaziland	-	103,52	-	6,28	405,78	-	0,30	80,76
Tanzania	-	3,52	-	6,36	335,21	-	23,60	-
Togo	-	2,79	-	-	-	-	-	-
Tunisia	0,47	47,50	-	48,19	-	-	-	-
Uganda	-	35,50	11,62	77,16	402,77	-	448,77	-
Zambia	11,97	552,30	2,20	17,90	552,00	-	218,20	-
Zimbabwe	-	6,76	-	-	856,05	0,04	2,10	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.417,83</b>	<b>38.023,90</b>	<b>6.786,98</b>	<b>56.756,01</b>	<b>20.203,16</b>	<b>3.439,22</b>	<b>11.225,43</b>	<b>14.514,22</b>

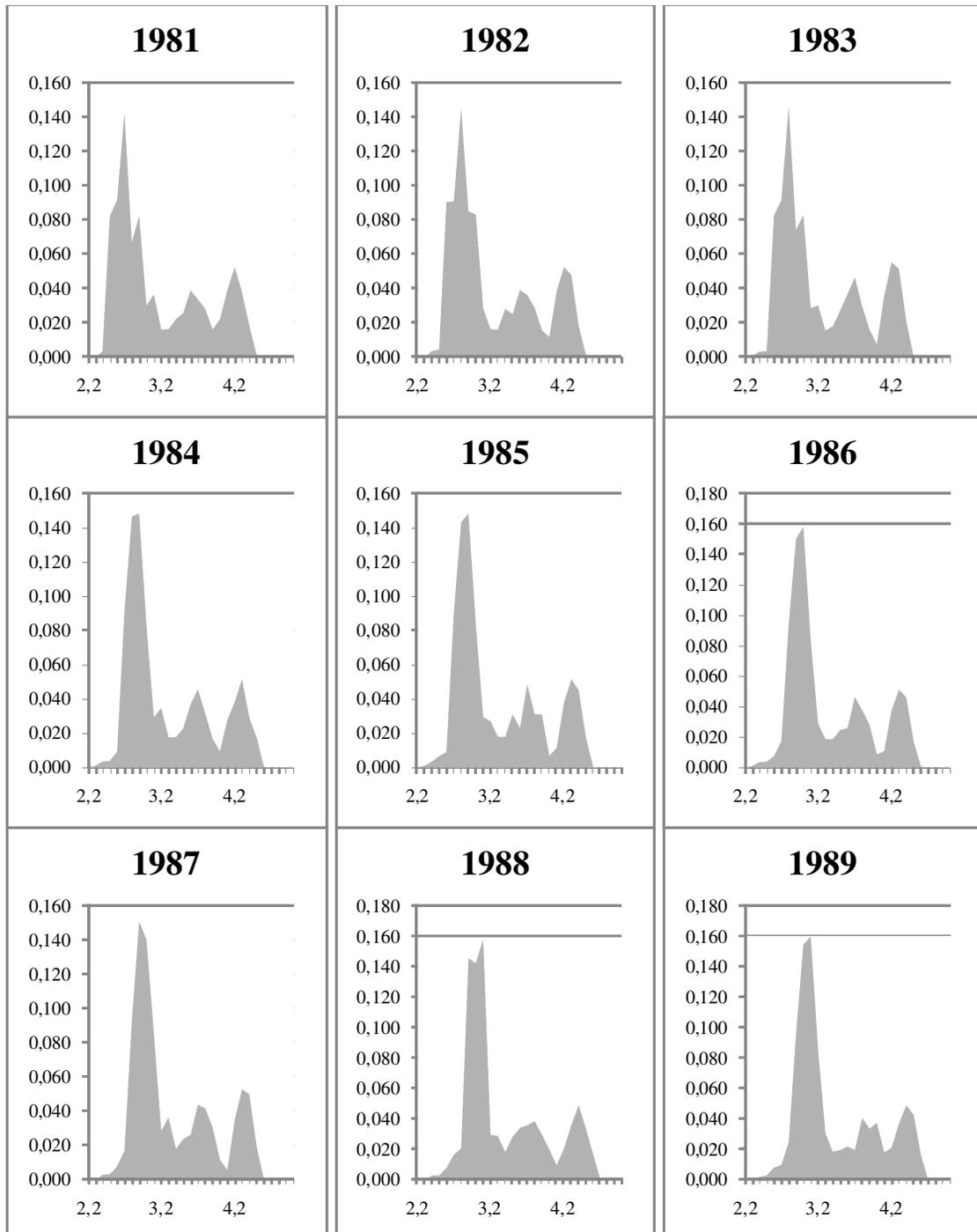
Fonte: IMF – DOTS (Direction of Trade System).

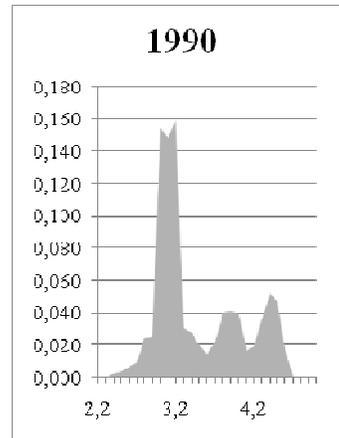
### APÊNDICE C

#### Década de 1970: Evolução da distribuição do percentual da população mundial pelo logaritmo do PNB per capita anual

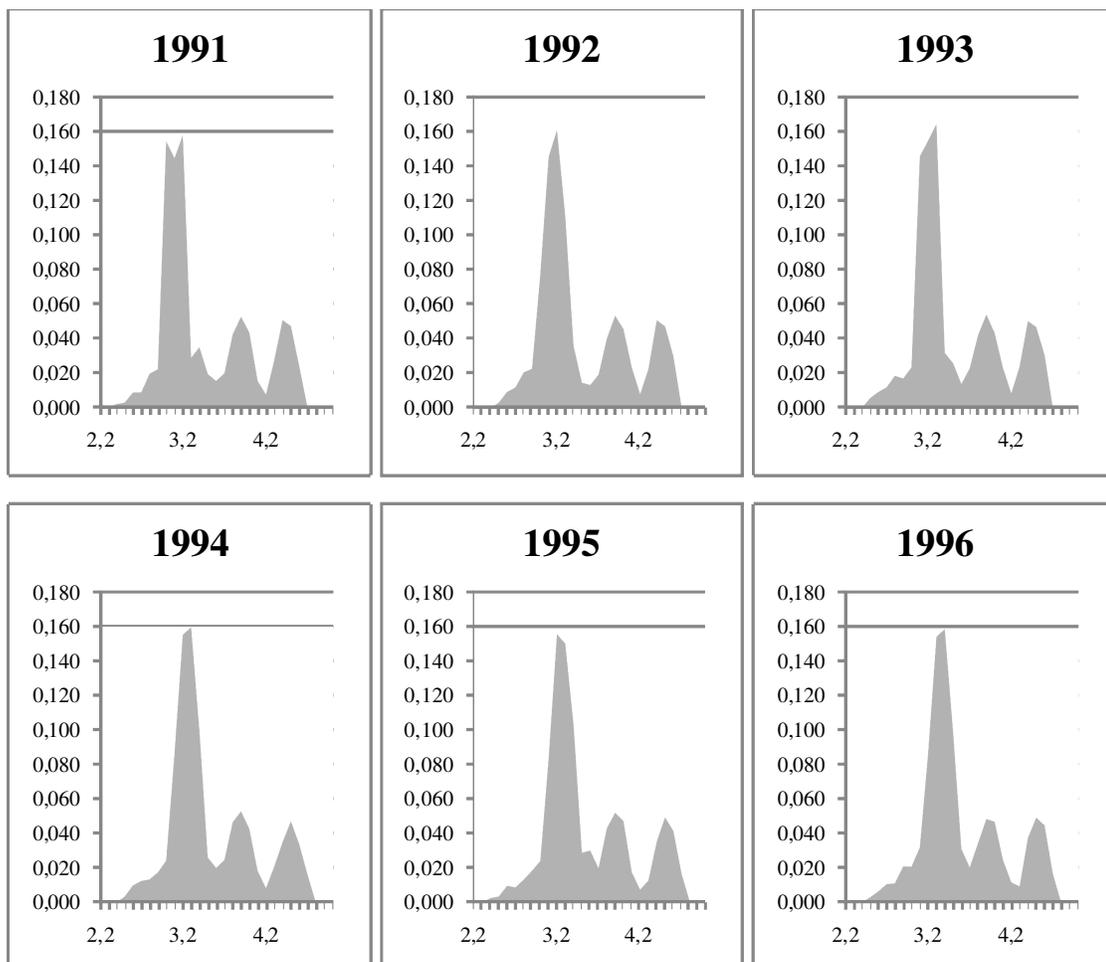


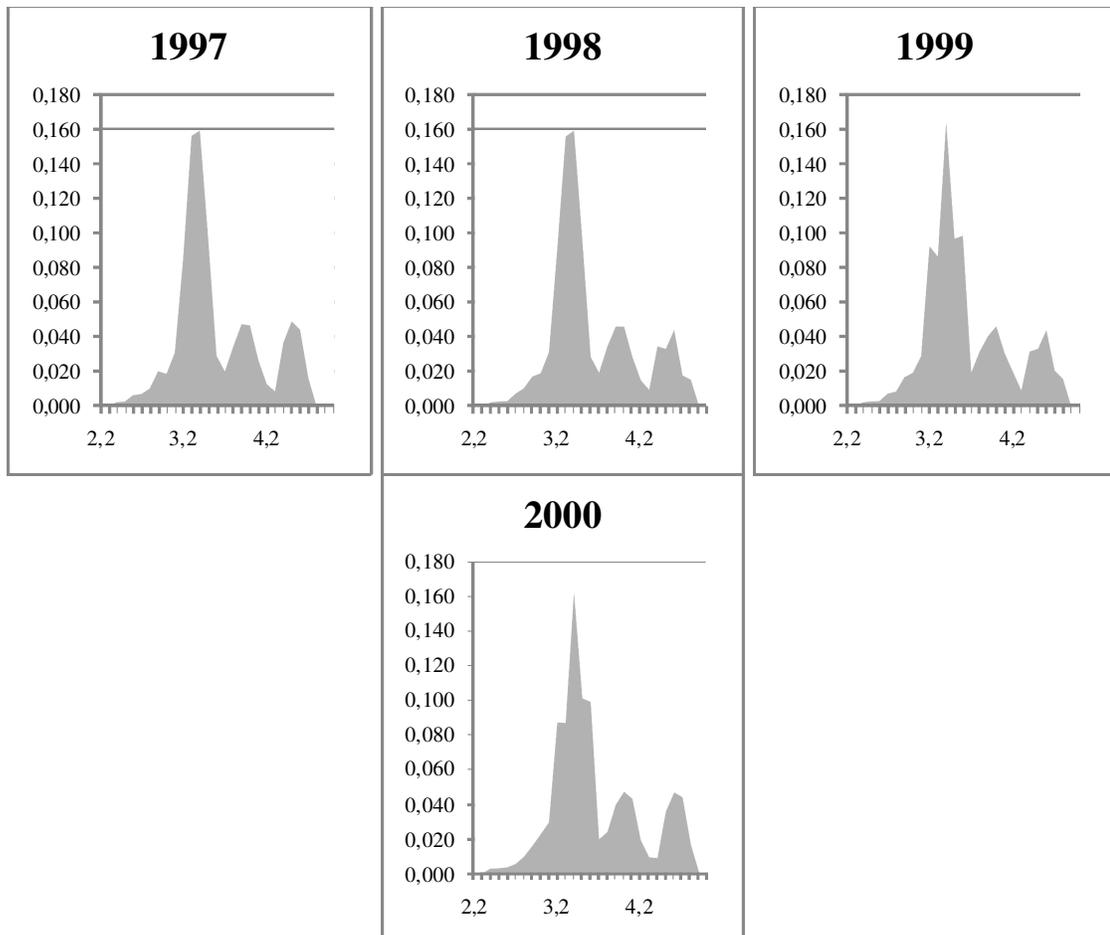
**Década de 1980: Evolução da distribuição do percentual da população mundial pelo logaritmo do PNB per capita anual**



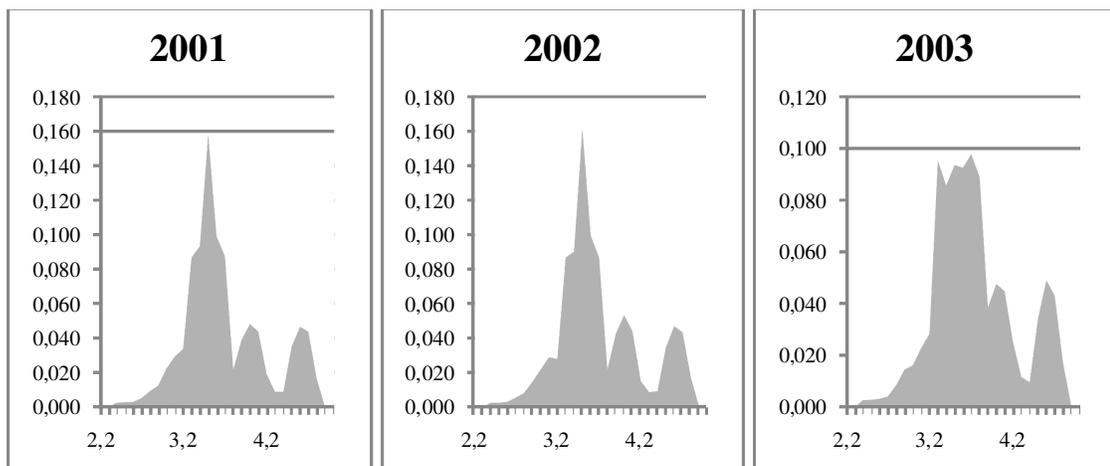


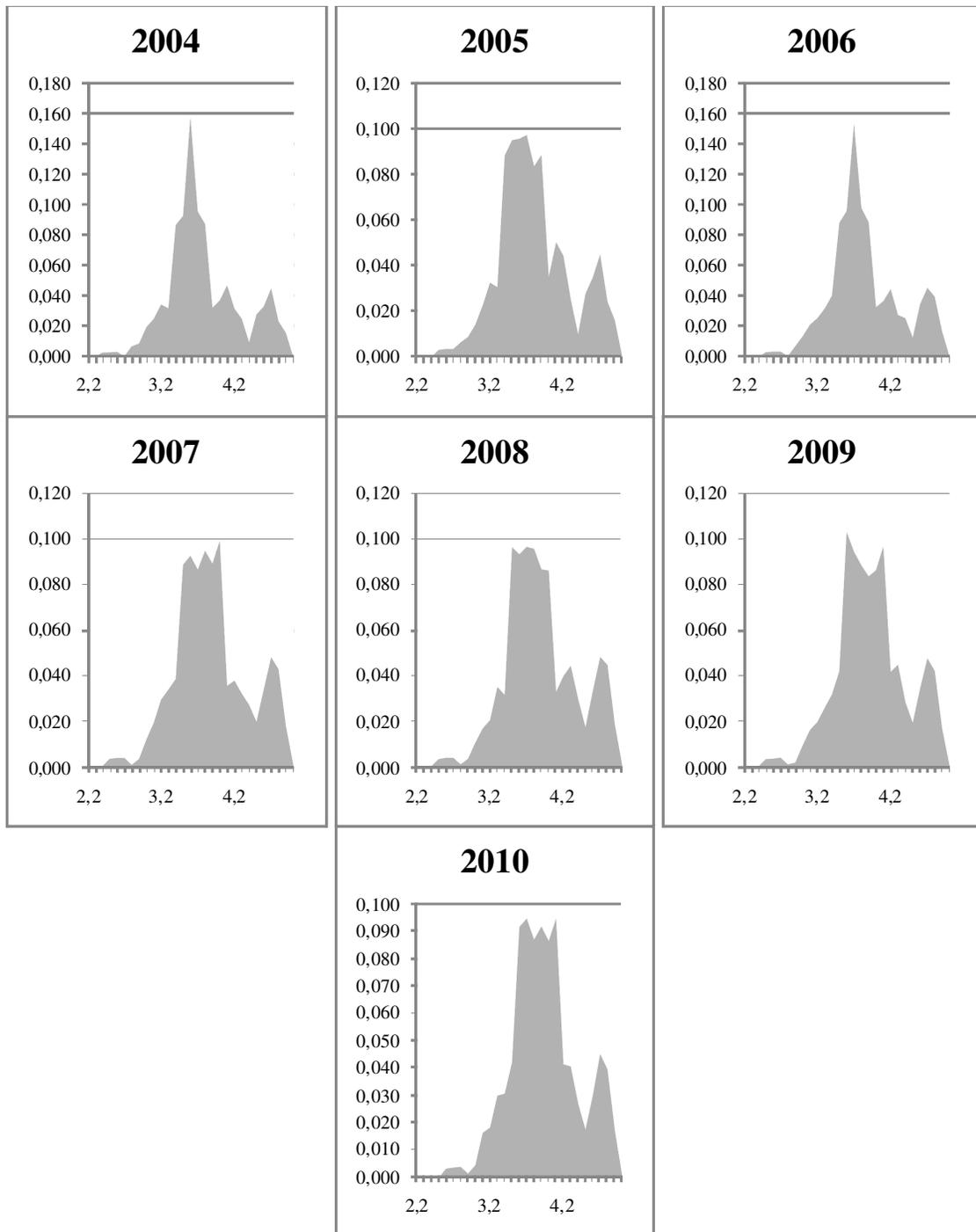
**Década de 1990: Evolução da distribuição do percentual da população mundial pelo logaritmo do PNB per capita anual**





**Década de 2000: Evolução da distribuição do percentual da população mundial pelo logaritmo do PNB per capita anual**





## ANEXO A

EXIM BANK'S OPERATIVE LINES OF CREDIT

(Updated as on July 9, 2012)

Sr. No.	Borrower	Amount of Credit	Purpose	Tenor	Terminal Dates for Utilization		Amount Available for Utilization
		USD mn			Opening of L/C	Disbursement	USD mn
1.	Eastern and Southern African Trade and Development Bank (PTA Bank) (covering 17 countries in the eastern and southern African region)*	10.00	General purpose	Upto 5 years	17.03.2005	17.09.2006	0.00
2.	Seychelles Marketing Board, Seychelles	5.00	General purpose	Upto 5 years	04.09.2006	04.03.2007	0.00
3.	Central Bank of Djibouti, Djibouti	10.00	General purpose	Upto 10 years	13.01.2007	31.12.2008	0.00
4.	Government of Ghana	15.00	General purpose	Upto 7 years	20.03.2006	20.09.2006	0.00
5.	Banque Ouest Africaine De Developpement (West African Development Bank) **	10.00 (equivalent Euros)	General purpose	Upto 7 years	30.09.2011	31.03.2012	10.00
6.	Government of Zambia	10.00	General purpose	Upto 5 years	16.03.2008	16.09.2008	0.00
7.	Government of Sudan	50.00.	General purpose	Upto 11 years	30.06.2008	30.06.2008	0.00
8.	Government of Angola	40.00	Railway rehabilitation	Upto 20 years	23.09.2006	22.09.2008	0.00
9.	Eastern and Southern African Trade and Development Bank (PTA Bank) (covering 17 countries in the eastern and southern African region) *	10.00	General purpose	Upto 5 years	23.03.2007	31.10.2008	0.00
10.	Government of Mozambique	20.00.	General purpose	Upto 20 years	24.01.2008	24.07.2008	0.00
11.	Government of Lesotho	5.00.	General purpose	Upto 15 years	31.01.2007	31.07.2007	0.00
12.	Government of Senegal	17.87	Supply of buses and spares from India	Upto 20 years	08.02.2007	08.08.2007	0.00
13.	Government of Djibouti	14.00	Cement plant	Upto 10 years	To be made effective		

14.	Government of Cote d'Ivoire	26.80.	Project for renewal of urban transport system in Abidjan and for agricultural projects in the field of vegetable oil extraction, fruits and vegetable chips production, production of cocoa, coffee etc	Upto 20 years	-	@	0.00
15.	Government of Mali	27.00	Rural electrification and setting up of agro machinery and tractor assembly plant in Mali.	Upto 20 years	-	@	0.00
16.	Government of Ghana	27.00	Rural electrification, agriculture, communication and transportation projects.	Upto 20 years		@	0.03
17.	Government of Ghana	60.00	Rural electrification project and construction of Presidential Office	Upto 20 years		@	0.00
18.	Government of D. R. Congo	33.50	Setting up a cement factory in DR Congo, acquisition of buses and acquisition of equipments for MIBA (US\$ 2 mn)	Upto 20 years		@	0.00
19.	Government of Chad	50.00	Setting up of cotton yarn plant, Steel billet plant and rolling mill, plant for assembly of agricultural equipment and bicycle plant	Upto 20 years	-	@	0.00
20.	Government of Equatorial Guinea	15.00	Potable water plant project	Upto 15 years	To be made effective		
21.	Government of Senegal & Mali (combined)	27.70	Acquisition of railway coaches and locomotives from India	Upto 20 years		@	0.03
22.	Government of Burkina Faso	30.00	Agricultural projects including acquisition of tractors, harvesters, agricultural processing equipment and construction of national post office	Upto 20 years	-	@	0.00
23.	Government of Gambia	6.70	Tractor assembly plant project	Upto 20 years		@	0.00
24.	Government of Sudan	350.00	Project for setting up 4 x 125 MW	Upto 12 years	-	@	0.00

			Kosti Combined Cycle Power Plant in Sudan				
25.	Government of Sudan	41.90	SINGA-GEDARIF transmission and Sub-Station Project	Upto 13 years		@.	0.00
26.	Government of Senegal	27.00	Irrigation project	Upto 20 years	-	@	0.00
27.	Government of Niger	17.00	Acquisition of buses, trucks, tractors, motor pumps and flourmills	Upto 20 years	-	@	0.00
28.	Eastern & Southern African Trade and Development Bank(PTA Bank) (covering 17 countries in the eastern and southern African region) *	5.00	General purpose	Upto 5 years	16.08.2007	16.02.2008	0.00
29.	Government of Ethiopia	65.00	Energy transmission and distribution project	Upto 20 years	-	@	0.00
30.	ECOWAS Bank for Investment & Development (EBID) ***	250.00	Public Sector projects	Upto 20 years	-	@	0.00
31.	Government of Angola	10.00	Financing export of tractors	Upto 6 years	26.10.2008	26.04.2009	0.00
32.	Government of Seychelles	3.60	General purpose	Upto 8 years	24.04.2013	24.04.2013	0.00
33.	Government of Mozambique	20.00	Gaza Electrification Project	Upto 20 years	-	@	0.05
34.	Eastern & Southern African Trade and Development Bank(PTA Bank) (covering 17 countries in the eastern & southern African region) *	10.00	General purpose	Upto 5 years	27/12/2009	27/06/2010	0.00
35.	Government of Guinea Bissau	25.00	Electricity project, mango juice and tomato paste processing unit and purchase of tractors and water pumps for development of the agricultural sector	Upto 20 years	-	@	NA
36.	Government of Senegal	11.00	Women poverty alleviation programme and acquisition of vehicles from India	Upto 20 years	-	@	0.00
37.	Government of Sudan	48.00	(i) supply of agricultural inputs for the Sudanese Agricultural Bank, (ii) technical and laboratory equipment to Higher Educational Institutions, (iii) scientific equipments for Ministry of Science and	Upto 20 years	-	@	0.90

			Technology, (iv) solar electrification and (v) meeting requirement of Sudan Railways				
38.	Government of Djibouti	10.00	Cement plant project	Upto 10 years		@	0.15
39.	Government of Mali	30.00	Electricity transmission and distribution project from Cote d'Ivoire to Mali	Upto 20 years	-	@	0.00
40.	Government of Senegal	10.00	IT training projects	Upto 20 years		@	0.00
41.	Government of Sudan	52.00	Singa-Gadarif Transmission line extension to Galabat, micro-industrial projects and development of livestock production and services	Upto 12 years		@	14.56
42.	Government of Mali	45.00	Electricity transmission and distribution project from Cote d'Ivoire to Mali	Upto 20 years		@	0.00
43.	Government of Nepal	100.00	Various road projects, rural electrification projects, power transmission projects and hydro power projects.	Upto 20 years		@	20.00
44.	Government of Ethiopia	122.00	Development of sugar industry	Upto 20 years		@	0.00
45.	Government of Rwanda	20.00	Power projects	Upto 20 years		@	0.00
46.	Eastern & Southern African Trade and Development Bank(PTA Bank) (covering 17 countries in the eastern & southern African region) *	15.00	General purpose	Upto 5 years	15.11.10	15.05.11	0.00
47.	Government of Gabon	14.50	Housing project	Upto 12 years		@	0.00
48.	African Export Import Bank (AfreximBank)****	30.00	General purpose	Upto 5 years	21.09.2013	21.03. 2014	30.00
49.	Government of Angola	13.00	Supply of tractors	Upto 5 years	20.06.2010	20.12.2010	0.00
50.	Government of Malawi	30.00	Supply of irrigation, storage, tobacco threshing plant and one village-one project in Malawi	Upto 20 years		@	0.00
51.	Government of Mozambique	20.00	Transfer of water drilling technology and equipment	Upto 20 years		@	0.00
52.	Government of Cote d'Ivoire	25.50	(I) Mahatma Gandhi IT and Biotechnology Park, (ii) Fisheries Processing Plant and (iii) Coconut	Upto 20 years		@	20.00

			fibre processing plant				
53.	Government of Gambia	10.00	Construction of National Assembly Building Complex	Upto 20 years		@	0.00
54.	Government of Ghana	25.00	Track materials, tools and equipment, procurement of high capacity mineral wagons and spares, Procurement of covered wagons, Spares of low capacity mineral wagons, flat trucks/buses, and Foundry materials, Communication and Technology (ICT) and Good Governance project, and Agro Processing Plant	Upto 20 years		@	5.00
55.	Government of Senegal	25.00	Rural electrification project and Fishing Industry Development Project	Upto 20 years		@	0.00
56.	Government of Niger	20.00	(a) Rehabilitation of six-power stations (b) Purchase of three power transformers (c) Rehabilitation as well as erection of power lines between various places in Niger	Upto 20 years		@	0.00
57.	Government of Central African Republic	29.50	Setting up a modern dry process cement plant of 400 TPD capacity and procurement of 100 buses for internal transport	Upto 20 years		@	0.00
58.	Government of Madagascar	25.00	Project for rice productivity and project for fertilizer production	Upto 20 years		@	0.00
59.	Government of Sierra Leone	15.00	Procurement of tractors and connected implements, harvesters, rice threshers, rice mills, maize shellers and pesticide soarat equipment	Upto 20 years		@	0.25
60.	Government of Mozambique	25.00	To finance IT Park Project which will comprise construction of building and (a) incubator facility, (b) research and	Upto 20 years		@	0.00

			learning center and (c) technology park and administrative facility.				
61.	Government of Ethiopia	166.23	Development of sugar industry	Upto 20 years		@.	0.00
62.	Government of Sudan	25.00	Eldeum Sugar Project at White Nile state	Upto 20 years		@	0.00
63.	Government of Burkina Faso	25.00	Rural Electrification	Upto 20 years	To be made effective		
64.	Government of Cameroon	37.65	Maize Farm Plantation Projects and Rice Farm Plantation Projects	Upto 20 years		@	0.19
65.	Government of Mozambique	30.00	Rural Electrification Projects in the provinces of Gaza, Zambezia and Nampula in Mozambique	Upto 20 years		@	0.00
66.	Government of Tanzania	40.00	Export of tractors, pumps and equipments from India to Tanzania	Upto 20 years		@	0.00
67.	Government of Eritrea	20.00	Multipurpose agricultural projects and educational projects	Upto 15 years		@	0.00
68.	Government of D R Congo	25.00	Installation of hand pumps and submersible pumps	Upto 20 years		@	0.00
69.	Government of Syria	100.00	Partly finance Tishreen Thermal Power Project (2 x 200 MW) by BHEL	Upto 8 years		@	0.00
70.	Government of Mali	36.00	Completion of Mali-Ivory Coast interconnection link for integrating the national power grids of both the countries	Upto 20 years		@	0.00
71.	Government of Mali	15.00	Agriculture and food processing projects	Upto 20 years		@	0.00
72.	Government of Benin	15.00	Purchase of railway equipment (US\$ 10.25 mn), agricultural equipment (US\$ 4.25 mn) and feasibility study for setting up a cyber city in Benin (US\$ 0.50 mn)	Upto 20 years		@	0.50
73.	Eastern & Southern African Trade and Development Bank(PTA Bank) (covering 17 countries in the eastern & southern African region) *	15.00	General Purpose	Upto 5 years	09.12.2012	09.06.2013	0.03

74.	Government of Cote d'Ivoire	30.00	Electricity interconnection project between Cote d'Ivoire and Mali	Upto 20 years		@	30.00
75.	Government of Zambia	50.00	Itezhi-Tezhi Hydro power project	Upto 20 years		@	50.00
76.	Government of Rwanda	60.00	Power projects	Upto 20 years		@	0.00
77.	Government of Mauritania	21.80	Potable water project and agriculture development project.	Upto 20 years		@	21.80
78.	Government of Sierra Leone	30.00	Rehabilitation of existing facilities and addition of new infrastructure to supply potable water	Upto 20 years		@	0.00
79.	Government of Lesotho	4.70	Vocational training centre for empowerment of youth and women	Upto 15 years		@	4.70
80.	Government of Senegal	5.00	Supply of Medical equipments, furniture and other accessories to 4 hospitals	Upto 20 years		@	0.00
81.	Government of Cote d'Ivoire	30.00	Rice production programme	Upto 20 years		@	30.00
82.	Government of Ghana	21.72	Improved fish harvesting & fish processing project and Waste management equipment and management support project	Upto 20 years		@	11.01
83.	Government of Mozambique	25.00	Rural Electrification Project of Cabo Delgado, Manica and Niassa Provinces	Upto 20 years		@	0.00
84.	Government of Angola	15.00	Setting up a Textile Project (Cotton Ginning & Spinning)	Upto 15 years		@	0.00
85.	Government of Angola	30.00	Setting up an Industrial Park	Upto 15 years		@	0.00
86.	Eastern & Southern African Trade and Development Bank(PTA Bank)	25.00	General Purpose	Upto 5 years	August 24, 2013	February 24, 2014	25.00
87.	Government of D.R. Congo	42.00	Execution of Kakobola Hydroelectric Power Project	Upto 20 years		@	0.00
88.	Government of Kenya	61.60	Power Transmission Lines	Upto 20 years		@	61.60
89.	ECOWAS Bank for Investment & Development (EBID)***	100.00	Public Sector Projects	Upto 20 years			
90.	Indo-Zambia Bank	5.00	General Purpose	Upto 5 years		@	5.00
91.	Government of Ethiopia	213.31	Sugar industry rehabilitation in Ethiopia	Upto 20 years		@	4.28

92.	Government of Mauritius	48.50	Supply of offshore Patrol Vessel	Upto 10 years		@	0.00
93.	Government of Malawi	50.00	Cotton processing facilities (US\$ 20 mn), Green Belt Initiative (US\$ 15 mn) One Village One Product (OVOP) (US\$ 15 mn)	Upto 20 years		@	0.00
94.	Government of Ethiopia	91.00	Sugar Projects	Upto 20 years		@	0.00
95.	Government of Mozambique	20.00	Enhancing Productivity of Rice- Wheat- Maize Cultivation	Upto 20 years		@	20.00
96.	Government of Tanzania	36.56	Financing the purchase of 723 vehicles	Upto 20 years		@	0.00
97.	Government of Swaziland	20.00	Setting up of an Information Technology Park in Swaziland	Upto 10 years		@	20.00
98.	Government of Senegal	27.50	Financing the Rural Electrification Project	Upto 20 years		@	27.50
99.	Government of Burundi	80.00	Financing the Kabu Hydro Electric Project in Burundi	Upto 20 years		@	80.00
100.	Government of D.R. Congo	168.00	Financing Ketende Hydro-electric Project in the D.R. Congo	Upto 20 years		@	0.00
101.	ECOWAS Bank for Investment and Development	150.00	Export of goods and services and project exports	Upto 20 years		@	150.00
102.	Government of Mozambique	13.00	Financing a Solar Photo Voltaic Module Manufacturing plant in Mozambique	Upto 20 years		@	0.00
103.	Government of Togo	15.00	Rural Electrification Project in Togo	Upto 20 years		@	15.00
104.	Nigerian Exim Bank	20.00	General purpose	Upto 5 years	To be made effective		20.00
105.	Government of Republic of Congo	70.00	Rural Electrification Project in Republic of Congo	Upto 20 years		@	70.00
106.	Government of Republic of Mali	100.00	Financing a power transmission project connecting Bamako and Sikasso via Bougouni in Mali.	Upto 20 years	To be made effective		100.00
107.	Government of Republic of Togo	13.095	Financing farming and cultivation of Rice, Maize and Sorghum in Togo	Upto 20 years	To be made effective		13.095
108.	Government of Chad	40.32	Setting up of cotton yarn plant (US\$ 24.50 mn), Steel billet plant and rolling mill (US\$ 11.50 mn), plant for assembly of agricultural equipment (US\$ 10 mn) and	Upto 20 years	To be made effective		40.32

			bicycle plant (US\$ 4 mn)				
109.	Government of Central African Republic	20.00	Financing a mining project in Central African Republic	Upto 20 years	To be made effective		20.00
110.	Government of Central African Republic	39.69	Financial two hydro-electric projects in Central African Republic	Upto 20 years	To be made effective		39.69
111.	Government of Zambia	50.00	For pre-fabricated health posts in Zambia	Upto 20 years	To be made effective		50.00
112.	Government of Ethiopia	47.00	Development of sugar industry	Upto 20 years		@	47.00

**Notes:**

**@ Max 4 Yrs. from completion date of contract for project exports and 6 Yrs. from date of Agreement for supply contracts**

**# earmarked**

**\* PTA Bank covers Burundi, Comoros, Djibouti, Egypt, Eritrea, Ethiopia, Kenya, Malawi, Mauritius, Rwanda, Seychelles, Somalia, Sudan, Tanzania, Uganda, Zambia & Zimbabwe.**

**\*\* Covers Benin, Burkina Faso, Cote d'Ivoire, Guinea Bissau, Mali, Niger, Senegal and Togo.**

**\*\*\* Covers Benin, Burkina Faso, Cape Verde, Côte d'Ivoire, Gambia, Ghana, Guinea, Guinea Bissau, Liberia, Mali, Niger, Nigeria, Senegal, Sierra Leone and Togo**

**\*\*\*\* Covers Angola, Benin, Botswana, Burkina Faso, Cameroon, Cape Verde, Cote d'Ivoire, Egypt, Ethiopia, Gabon, Gambia, Ghana, Guinea, Kenya, Mali, Mauritania, Mauritius, Malawi, Mozambique, Morocco, Namibia, Nigeria, Niger, Rwanda, Senegal, Sierra Leone, Seychelles, Sudan, Tanzania, Togo, Tunisia, Uganda, Zambia, Zimbabwe**

1. A pro rata service fee at the specified rate is to be paid by the exporter before claiming Disbursement from Exim Bank, in respect of certain LOCs.
2. Exporter may contact Exim Bank for the current amount available for utilization under LOC and the charges applicable for the contract.
3. Terminal Dates for Utilization are subject to modifications as and when necessary.

#### CIP - Catalogação na Publicação

Baladão Vieira, Maíra Baé  
A POLÍTICA EXTERNA INDIANA PARA A ÁFRICA NO SÉCULO  
XXI: CONDICIONANTES DOMÉSTICOS E SISTÊMICOS / Maíra  
Baé Baladão Vieira. -- 2012.  
200 f.

Orientador: Paulo Visentini.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política,  
Porto Alegre, BR-RS, 2012.

1. Índia. 2. África. 3. Sistema-Mundo. I.  
Visentini, Paulo, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).